



Universidade de
Aveiro

2021

**DIANA ISABEL PINTO MORAIS OS RECURSOS ENDÓGENOS COMO UM
FATOR IMPULSIONADOR DO TURISMO EM
TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE: A
REGIÃO DEMARCADA DO DOURO**



Universidade de
Aveiro

2021

**DIANA ISABEL PINTO
MORAIS**

**OS RECURSOS ENDÓGENOS COMO UM
FATOR IMPULSIONADOR DO TURISMO EM
TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE: A
REGIÃO DEMARCADA DO DOURO**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão e Planeamento em Turismo, realizada sob a orientação científica do Prof. Doutor Rui Augusto da Costa, Professor Auxiliar do Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho à minha Família.

o júri
presidente

Prof. Doutora Ana Filipa Fernandes Aguiar Brandão
professora auxiliar convidada, Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Márcio Domingos Alves Ribeiro Martins
professor adjunto, Instituto Politécnico de Bragança

Prof. Doutor Rui Augusto da Costa
professor auxiliar, Universidade de Aveiro (orientador)

agradecimentos

Este projeto de investigação foi o resultado de um apoio incansável de várias pessoas sábias que com o seu contributo de sabedoria e amizade me ajudaram neste percurso. Assim, agradeço, em especial:

Ao Professor Rui Costa por todas as palavras sábias, todo o conhecimento, dedicação e apoio que sempre me prestou, como orientador e amigo!

À minha Família por todo o vosso amor e apoio incondicional, obrigada por sempre me permitirem sonhar e alcançar cada uma das minhas conquistas que são igualmente vossas. Um obrigada especial à minha Mãe, ao meu Pai e à minha Irmã por todo o vosso carinho.

Aos meus Amigos, por todo o companheirismo, histórias e momentos partilhados.

A todas as entidades locais que permitiram a realização desta dissertação com o seu contributo consciente e crítico sobre o tema em estudo.

À Universidade de Aveiro e aos docentes que contribuíram para o meu percurso académico e pessoal.

palavras-chave

Turismo, Desenvolvimento Territórios de Baixa Densidade, Recursos Endógenos, Douro

resumo

O Turismo em Territórios de Baixa Densidade tem vindo a ser uma estratégia cada vez mais adotada, em parte, devido à sua capacidade de revitalizar os territórios, conferir-lhes novos atributos, valorizar os recursos endógenos e conferir-lhes uma maior atratividade e competitividade, quando desenvolvido de forma integrada, com o envolvimento dos diferentes *stakeholders*.

A presente investigação visa, assim, como objetivo principal compreender o papel dos recursos endógenos como um fator impulsionador do desenvolvimento do Turismo no contexto de Territórios de Baixa Densidade, sendo o estudo aplicado à Região Demarcada do Douro.

Neste sentido, foi adotada uma metodologia mista, composta por um conjunto de entrevistas e questionários aplicados a entidades locais, pertencentes à Região Demarcada do Douro, com o intuito de verificar as diversas abordagens em respeito à caracterização dos Territórios de Baixa Densidade, como encaram o setor do Turismo neste contexto, qual o papel dos recursos endógenos, qual a importância do planeamento e gestão do turismo e do território e, por fim, qual o balanço sobre o território em estudo.

Em suma, verificaram-se vários fatores a melhorar, de modo a colmatar as debilidades destes territórios e aproveitar as suas forças e oportunidades. Contudo, estes fatores têm-se assumido como uma ideologia presente nas linhas estratégicas da Região Demarcada do Douro, o que tem permitido que esta região se assuma um território com interesse turístico, atrativo e competitivo, reconhecido pela sua notoriedade e identidade cultural. No entanto, as entidades referem que este ainda não consegue estagnar vários problemas destes territórios, nomeadamente, questões demográficas, económicas e sociais.

keywords

Tourism, Development, Low Density Territories, Endogenous Resources, Douro

abstract

Tourism in Low Density Territories has been an increasingly adopted strategy, in part, due to its ability to revitalize territories, give them new attributes, value endogenous resources and give them greater attractiveness and competitiveness, when developed in an integrated way, with the involvement of different stakeholders.

The present research aims, therefore, as main objective to understand the role of endogenous resources as a driving factor of tourism development in the context of Low Density Territories, and the study is applied to the Douro Demarcated Region.

Thus, was adopted a mixed methodology, composed of a set of interviews and questionnaires applied to local entities, belonging to the Douro Demarcated Region, in order to verify the various approaches regarding the characterization of low density territories, as the tourism sector sees in this context, what the role of endogenous resources, what is the importance of planning and management of tourism and territory and, finally, what is the balance sheet on the territory under study.

In a way, there have been several factors to be improved in order to bridge the weaknesses of these territories and take advantage of their strengths and opportunities. However, these factors have been assumed as an ideology present in the strategic lines of the Douro Demarcated Region, which has allowed this region to assume a territory with a tourist interest, attractive and competitive, recognized for its notoriety and cultural identity. However, the entities say that it still cannot stagnate several problems in these territories, namely demographic, economic and social issues.

ÍNDICE GERAL

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Contextualização e relevância do tema	1
1.2 Questão e objetivos da investigação	2
1.3 Considerações metodológicas	3
1.4 Organização da dissertação	4
2. DESENVOLVIMENTO E TURISMO	7
2.1 Introdução	7
2.2 Conceito, Teorias e Modelos de Desenvolvimento	7
2.3 Desenvolvimento em Turismo	15
2.4 Contributo do Turismo para o Desenvolvimento Territorial, Regional e Local	30
2.4.1 Desenvolvimento Territorial	31
2.4.2 Desenvolvimento Regional	37
2.4.3 Desenvolvimento Local	41
2.5 Contributo do Turismo para o Desenvolvimento Endógeno: O papel da Cultura e do Património	45
2.5.1 Introdução ao conceito de Desenvolvimento Endógeno	46
2.5.2 Conceito de Cultura	48
2.5.3 Conceito de Património	52
2.5.3.1 Planeamento e Gestão do Património	59
2.5.4 Relação entre o Património, Cultura e o Turismo	61
2.6 Conclusão	64
3. TURISMO EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE	65

3.1 Introdução	65
3.2 Territórios de Baixa Densidade: Características e Conceitos	66
3.4 Territórios de Baixa Densidade: o caso português	70
3.4.1 Caracterização geográfica/ física do território português	70
3.4.2. Principais debilidades dos Territórios de Baixa Densidade em Portugal	73
3.5 Territórios de Baixa Densidade: caracterização territorial da Região Demarcada do Douro	79
3.5.1- Caracterização do Território	79
3.5.1.1 Caracterização Física e Geográfica	79
3.5.1.2. Caracterização Sociodemográfica	82
3.5.1.3. Caracterização Económica	97
3.5.1.4. Caracterização da Oferta	104
3.5.1.5. Caracterização da Procura	114
3.5.2. Matriz de Recursos	136
3.6 Conclusão	154
4. METODOLOGIA	155
4.1. Introdução	155
4.2 Conceção Do Modelo De Investigação	155
4.2.1 Investigação: A sua importância nas Ciências Sociais e no Turismo	155
4.2.2 Definição Do Modelo De Investigação	161
4.3 Definição do problema e objetivos da investigação	168
4.4 Conceção Do Modelo Teórico	170
4.4.1 Revisão Da Literatura	170
4.4.2 Definição Do Modelo Teórico	172
4.5 Metodologia: Análise Qualitativa E Quantitativa	174
4.5.1 Entrevista	176

4.5.2 Questionário	184
4.6 Conclusão	198
5. ANÁLISE DE RESULTADOS	199
5.1 Introdução	199
5.2 Análise Qualitativa das Entrevistas	199
5.2.1 Códigos em Árvore e Classificação das Fontes	199
5.2.2 Interpretação dos Resultados	201
5.2.2.1 Caracterização dos Territórios de Baixa Densidade	201
5.2.2.2 Territórios de Baixa Densidade e o Desenvolvimento do Território	210
5.2.2.3 A importância do Planeamento em Turismo	214
5.2.2.4 O papel do Turismo em Territórios de Baixa Densidade	219
5.2.2.5 Papel dos Recursos Endógenos em Territórios de Baixa Densidade	224
5.2.2.6 Análise do presente e do futuro do turismo na Região Demarcada do Douro	230
5.3.1 Análise Descritiva dos Resultados	237
5.3.1.1 Caracterização dos Inquiridos (Entidades Locais)	237
5.3.1.2 Territórios de Baixa Densidade e o Desenvolvimento do Território	242
5.3.1.3 O Turismo em Territórios de Baixa Densidade	248
5.3.1.5 O papel dos Recursos Endógenos no Desenvolvimento Turístico em contexto de Territórios de Baixa Densidade	252
5.3.1.6 O presente e o futuro do Turismo na Região Demarcada do Douro	255
5.3.2- Análise Exploratória do Questionário	256
5.3.2.1- Análise exploratória	260
5.3.2.2- Principais conclusões: Validação das hipóteses de investigação	308
5.4- Conclusão	313

6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: PRINCIPAIS CONCLUSÕES DAS ENTREVISTAS E QUESTIONÁRIOS	315
6.1 Introdução	315
6.2 Discussão dos Dados	315
7. SÍNTESE E CONCLUSÕES	339
7.1 Introdução	339
7.2 Principais conclusões	339
7.3 Principais Limitações e Contributos	341
7.4 Propostas de Investigação Futura	342
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	345
9. APÊNDICES	365
9.1 Guião da Entrevista	365
9.2 Guião do Questionário	367
9.3 Testes de Normalidade	381
LISTA DE TABELAS	
Tabela 1. População Residente Por Local De Residência E Grupo Etário.....	83
Tabela 2. Índice De Envelhecimento Por Local De Residência.....	87
Tabela 3. Taxa Bruta De Natalidade (‰) Por Local De Residência.....	89
Tabela 4. Taxa Bruta De Mortalidade (‰) Por Local De Residência.....	91
Tabela 5. População Empregada Por Atividade Económica (%).....	93
Tabela 6. Classificação Do Nível De Escolaridade Na População Residente (%).....	94

Tabela 7. População Empregada (N.º) Por Local De Residência (À Data Dos Censos 2011) E Local De Trabalho.....	95
Tabela 8. Empresas (N.º) Por Localização Geográfica (Nuts - 2013) E Dimensão	97
Tabela 9. Pessoal Ao Serviço (N.º) Das Empresas Por Localização Geográfica (Nuts - 2013)	99
Tabela 10. Nascimentos (N.º) De Empresas Por Localização Geográfica (Nuts - 2013) .	101
Tabela 11. Mortes (N.º) De Empresas Por Localização Geográfica (Nuts - 2013).....	103
Tabela 12. Quartos (N.º) Em Estabelecimentos De Alojamento Turístico Por Localização Geográfica (Nuts - 2013).....	105
Tabela 13. Quartos (N.º) Nos Estabelecimentos Hoteleiros Por Localização Geográfica (Nuts - 2013).....	106
Tabela 14. Estabelecimentos Hoteleiros (N.º) Por Localização Geográfica (Nuts - 2013)	108
Tabela 15. Capacidade De Alojamento (N.º) Nos Estabelecimentos Hoteleiros Por Localização Geográfica (Nuts - 2013).....	110
Tabela 16. Capacidade De Alojamento (N.º) Nos Estabelecimentos De Alojamento Turístico Por Localização Geográfica (Nuts - 2013)	112
Tabela 17. Estada Média (N.º) Nos Estabelecimentos De Alojamento Turístico Por Localização Geográfica (Nuts - 2013).....	114
Tabela 18. Dormidas (N.º) Nos Estabelecimentos De Alojamento Turístico Por Localização Geográfica E Local De Residência (País - Lista Reduzida)	116
Tabela 19. Dormidas (N.º) Nos Estabelecimentos Hoteleiros Por Localização Geográfica	118
Tabela 20. Proporção De Hóspedes Não Residentes (%) Por Localização Geográfica (Nuts - 2013)	120
Tabela 21. Hóspedes (N.º) Nos Estabelecimentos Hoteleiros Por Localização Geográfica (Nuts - 2013).....	122

Tabela 22. Hóspedes (N.º) Nos Estabelecimentos De Alojamento Turístico Por Localização Geográfica (Nuts - 2013) E Local De Residência (País – Lista Reduzida).....	124
Tabela 23. Taxa Líquida De Ocupação Cama (%) Nos Estabelecimentos De Alojamento Turístico Por Localização Geográfica (Nuts - 2013).....	126
Tabela 24. Proveitos Totais (€) Nos Estabelecimentos De Alojamento Turístico Por Localização Geográfica (Nuts - 2013).....	128
Tabela 25. Proveitos Totais (€) Dos Estabelecimentos Hoteleiros Por Localização Geográfica (Nuts - 2013).....	130
Tabela 26. Proveitos De Aposento (€) Nos Estabelecimentos De Alojamento Turístico Por Localização Geográfica (Nuts - 2013).....	132
Tabela 27. Proveitos De Aposento (€) Dos Estabelecimentos Hoteleiros Por Localização Geográfica	134
Tabela 28. Recursos Primários: Património Natural, Cultural E Atividades Da Região Demarcada Do Douro	138
Tabela 29. Recursos Primários: Equipamentos Da Região Demarcada Do Douro.....	147
Tabela 30. Recursos Primários: Eventos Da Região Demarcada Do Douro.....	148
Tabela 31. Recursos Secundários: Atividades Da Região Demarcada Do Douro	150
Tabela 32. Recursos Secundários: Equipamentos/ Turismo Da Região Demarcada Do Douro	152
Tabela 33. Recursos Secundários: Equipamentos Da Região Demarcada Do Douro.....	153
Tabela 34. Pressuposto De Investigação I- Caracterização Dos Tbd * Fraquezas.....	177
Tabela 35. Pressuposto De Investigação Ii- Caracterização Dos Tbd * Forças	178
Tabela 36. . Pressupostos De Investigação Iii- Gestão E Planeamento Em Turismo	179
Tabela 37. Pressupostos De Investigação Iv- Turismo Em Tbd	180
Tabela 38. Pressupostos De Investigação V- Os Recursos Endógenos.....	181
Tabela 39. Pressupostos De Investigação Vi- Balanço Rdd.....	181

Tabela 40. Grupo I- Caracterização Das Entidades.....	186
Tabela 41. Grupo 2- Territórios De Baixa Densidade E O Desenvolvimento Do Território	187
Tabela 42. Grupo 2- Territórios De Baixa Densidade E O Desenvolvimento Do Território Ii	188
Tabela 43. Grupo 3- O Turismo Em Territórios De Baixa Densidade.....	189
Tabela 44. Grupo 4- A Importância Da Gestão E Do Planeamento Em Turismo Em Territórios De Baixa Densidade	190
Tabela 45. Grupo 5- O Papel Dos Recursos Endógenos No Desenvolvimento Do Turismo No Contexto De Territórios De Baixa Densidade	191
Tabela 46. Grupo 6- O Presente E O Futuro Do Turismo Na Região Demarcada Do Douro	192
Tabela 47. Hipóteses De Investigação I- Caracterização Dos Tbd * Fraquezas	193
Tabela 48. Hipóteses De Investigação Ii- Caracterização Dos Tbd * Forças.....	194
Tabela 49. Hipóteses De Investigação Iii- Gestão E Planeamento Em Turismo	194
Tabela 50. Hipóteses De Investigação Iv- Turismo Em Tbd	195
Tabela 51. Hipóteses De Investigação V- Os Recursos Endógenos	196
Tabela 52. Hipóteses De Investigação Vi- Balanço Rdd.....	197
Tabela 53. Pressuposto De Investigação I- Caracterização Dos Tbd * Fraquezas.....	208
Tabela 54. Pressuposto De Investigação Ii- Caracterização Dos Tbd * Forças	208
Tabela 55. Pressupostos De Investigação Iii- Gestão E Planeamento Em Turismo.....	218
Tabela 56. Pressupostos De Investigação Iv- Turismo Em Tbd	223
Tabela 57. Pressupostos De Investigação V- Os Recursos Endógenos.....	229
Tabela 58. Pressupostos De Investigação Vi- Balanço Rdd.....	236
Tabela 59. Concelho Dos Inquiridos	237

Tabela 60. Cariz Da Entidade.....	239
Tabela 61. Nível De Atuação	239
Tabela 62. Área De Atuação.....	240
Tabela 63. Nº De Colaboradores	240
Tabela 64. Ano De Surgimento	241
Tabela 65. Fraquezas Dos Territórios De Baixa Densidade.....	242
Tabela 66. Fraquezas Do Município De Baixa Densidade Que Integra.....	244
Tabela 67. Forças Dos Territórios De Baixa Densidade	246
Tabela 68. Forças Do Município De Baixa Densidade Que Integra	247
Tabela 69. O Turismo Em Territórios De Baixa Densidade	249
Tabela 70. A Importância Da Gestão E Planeamento Em Turismo	251
Tabela 71. O Papel Dos Recursos Endógenos No Desenvolvimento Turístico	253
Tabela 72. O Presente E O Futuro Do Turismo Na Região Demarcada Do Douro	255
Tabela 73. Cruzamento Das Variáveis	257
Tabela 74. Tabela Cruzada Concelho Vs Aposta Numa Oferta Turística Baseada Em Pilares Da Sustentabilidade	261
Tabela 75. Testes De Homogeneidade De Variâncias	263
Tabela 76. Teste Kruskal Wallis.....	263
Tabela 77. Tabela Cruzada Concelho * Os Recursos Endógenos Representam Um Conjunto De Oportunidades De Investimento E Empreendedorismo.....	264
Tabela 78. Testes De Homogeneidade De Variâncias	265
Tabela 79. Teste Anova	266
Tabela 80. Tabela Cruzada Cariz * Desenvolvimento Do Turismo.....	267
Tabela 81. Testes De Homogeneidade De Variâncias	268

Tabela 82. Teste Kruskal Wallis.....	268
Tabela 83. Tabela Cruzada Cariz * Qualidade De Vida.....	269
Tabela 84. Testes De Homogeneidade De Variâncias	270
Tabela 85. Teste Kruskal Wallis.....	270
Tabela 86. Tabela Cruzada Cariz * Recursos Endógenos	271
Tabela 87. Teste De Homogeneidade De Variâncias	272
Tabela 88. Anova.....	272
Tabela 89. Tabela Cruzada Cariz * A Ausência De Laços De Cooperação E Intercâmbio Entre Os Agentes Locais Enfraquecem As Potencialidades Dos Recursos Endógenos....	273
Tabela 90. Testes De Homogeneidade De Variâncias	274
Tabela 91. Teste Kruskal Wallis.....	274
Tabela 92. Tabela Cruzada Nível De Atuação * Compreensão Da Fase De Desenvolvimento Que Se Encontra O Município E A Região	276
Tabela 93. Teste De Homogeneidade De Variâncias	277
Tabela 94. Teste Anova	277
Tabela 95. Tabela Cruzada Nível De Atuação Vs O Turismo Tem Permitido Preservar Saberes, Tradições E Culturas Da Região Demarcada Do Douro.....	278
Tabela 96. Testes De Homogeneidade De Variâncias	279
Tabela 97. Teste Anova	279
Tabela 98. Tabela Cruzada Nível De Atuação * O Turismo Na Região Demarcada Do Douro Integra E Beneficia As Comunidades Locais	280
Tabela 99. Testes De Homogeneidade De Variâncias	281
Tabela 100. Teste Anova	281
Tabela 101. Tabulação Cruzada Nível De Atuação * O Turismo Na Rdd Reflete Um Planejamento E Gestão Coesos E Sustentáveis	282

Tabela 102. Teste De Homogeneidade De Variâncias	283
Tabela 103. Teste Anova	284
Tabela 104. Tabela Cruzada Área De Atuação * Desenvolvimento Do Turismo.....	285
Tabela 105. Testes De Homogeneidade De Variâncias	286
Tabela 106. Teste Kruskal-Wallis	286
Tabela 107. Tabela Cruzada Área De Atuação * Qualidade De Vida	287
Tabela 108. Testes De Homogeneidade De Variâncias	288
Tabela 109. Teste Kruskal Wallis.....	288
Tabela 110. Tabela Cruzada Área De Atuação * Recursos Endógenos	289
Tabela 111. Testes De Homogeneidade De Variâncias	290
Tabela 112. Teste Anova	290
Tabela 113. Tabela Cruzada N° Colaboradores * Desenvolvimento Do Turismo.....	292
Tabela 114. Correlação N° Colaboradores E Desenvolvimento Em Turismo.....	293
Tabela 115. Tabela Cruzada N° Colaboradores * Recursos Endógenos	294
Tabela 116. Correlação N° Colaboradores E Recursos Endógenos	295
Tabela 117. Tabela Cruzada N° Colaboradores * A Ausência De Laços De Cooperação E Intercâmbio Entre Os Agentes Locais Enfraquecem As Potencialidades Dos Recursos Endógenos.	296
Tabela 118. Correlação N° Colaboradores E A Ausência De Laços De Cooperação E Intercâmbio Entre Os Agentes Locais Enfraquecem As Potencialidades Dos Recursos Endógenos	297
Tabela 119. Tabela Cruzada Ano De Surgimento * Qualidade De Vida.....	298
Tabela 120. Correlação Ano De Surgimento E Qualidade De Vida	299
Tabela 121. Tabela Cruzada Ano De Surgimento * Biodiversidade E Ambiente	300
Tabela 122. Correlação Ano De Surgimento E Biodiversidade E Ambiente.....	301

Tabela 123. Tabela Cruzada Ano De Surgimento * Recursos Endógenos	302
Tabela 124. Correlação Ano De Surgimento E Recursos Endógenos.....	303
Tabela 125. Tabela Cruzada Ano De Surgimento * O Turismo Ameaça A Sobrevivência E Autenticidade Dos Recursos Endógenos	304
Tabela 126. Correlação Ano De Surgimento E O Turismo Ameaça A Sobrevivência E Autenticidade Dos Recursos Endógenos Procura Verificar Se Existe Associação Entre Ambas E Qual O Tipo De Associação Presente.....	305
Tabela 127. Tabela Cruzada Ano De Surgimento * Integra E Beneficia As Comunidades Locais	306
Tabela 128. Correlação Ano De Surgimento E O Turismo Na Região Demarcada Do Douro Integra E Beneficia As Comunidades Locais	307
Tabela 129. Hipóteses De Investigação I	308
Tabela 130. Hipóteses De Investigação Ii	309
Tabela 131. Hipóteses De Investigação Iii	310
Tabela 132. Hipóteses De Investigação Iv	311
Tabela 133. Hipóteses De Investigação V.....	312
Tabela 134. Hipóteses De Investigação Vi.....	313
Tabela 135. Pressupostos/ Hipóteses De Investigação I- Fraquezas Dos Tbd	320
Tabela 136. Pressupostos/ Hipóteses De Investigação Ii- Forças Dos Tbd.....	323
Tabela 137. Pressupostos/ Hipóteses De Investigação Iii- Turismo Em Tbd	327
Tabela 138. Pressupostos/ Hipóteses De Investigação Iv- Gestão E Planeamento Em Turismo.....	331
Tabela 139. Pressupostos/ Hipóteses De Investigação V- Papel Dos Recursos Endógenos	334
Tabela 140. Pressupostos/ Hipóteses De Investigação Vi- Balanço Da Rdd	337

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. As Fases De Desenvolvimento Económico De Rostow	11
Figura 2. Sistema Turístico De Leiper.....	17
Figura 3. Elementos Do Sistema Turístico De Gunn E Var	18
Figura 4. Sistema Turístico De Mill E Morrison.....	19
Figura 5. Modelo De Miossec	21
Figura 6. Ciclo De Vida Do Produto De Levitt.....	24
Figura 7. Tipos De Personalidade Psicográfica De Plog.....	25
Figura 8. Ciclo De Vida Da Área Do Turismo De Butler	27
Figura 9. Vulnerabilidades/ Ameaças E Potencialidades/Oportunidades Dos Territórios De Baixa Densidade	68
Figura 10. Tipologia De Freguesias: As Três Classes.....	72
Figura 11. O Ciclo Vicioso Dos Territórios De Baixa Densidade	75
Figura 12. Mapa Da Região Demarcada Do Douro	80
Figura 13. Legenda Da Matriz De Recursos Da Região Demarcada Do Douro	137
Figura 14. Etapas Do Modelo De Investigação De Quivy E Campenhoudt	163
Figura 15. Etapas Do Modelo De Investigação De Veal.....	165
Figura 16. Objetivo Geral E Objetivos Específicos Do Projeto De Investigação	169
Figura 17. Principais Referências Do Enquadramento Teórico	171
Figura 18. Fases Do Processo De Definição Do Quadro Conceptual De Veal	173
Figura 19. Processo Adotado Na Metodologia.....	175
Figura 20. Identificação Dos Principais Objetivos Da Entrevista.....	177
Figura 21. Identificação Das Entidades/Agentes Seleccionados Para A Entrevista	183

Figura 22. Códigos Em Árvore.....	200
Figura 23. Classificação Das Fontes.....	200
Figura 24. Forças/ Oportunidades Dos Territórios De Baixa Densidade	201
Figura 25. Fraquezas Dos Territórios De Baixa Densidade	203

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AETUR- Associação dos Empresários Turísticos do Douro e Trás-os-Montes

AHRQ- Agency for Healthcare Research and Quality

CCDR-N- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

CEMAT- Conferência Europeia dos Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território

CETRAD- Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento

CIC PORTUGAL- Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria

CIM DOURO- Comunidade Intermunicipal do Douro

CST- Conta Satélite do Turismo

GETER-UTAD- Grupo de Estudos Territoriais da UTAD

ICOMOS- International Council on Monuments and Sites

INE- Instituto Nacional de Estatística

IVDP- Instituto dos Vinhos do Douro e Porto

LADPM- Liga dos Amigos do Douro Património Mundial

NUTS- Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OMT- Organização Mundial do Turismo

ONU- Organização das Nações Unidas

PROVERE- Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos

RDD- Região Demarcada do Douro

RNT- Registo Nacional de Turismo

SPSS- Statistical Package for the Social Sciences

TPNP- Turismo do Porto e Norte de Portugal

UNEP- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNWTO- Organização Mundial de Turismo

WCED- World Commission on Environment and Development

WEBQDA- Software de Análise Qualitativa de Dados

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização e relevância do tema

A presente investigação debruça-se sobre a Região Demarcada do Douro, a região demarcada mais antiga do Mundo e que abrange um conjunto de 21 municípios que se estendem pelo vale do rio Douro. Neste território existe um vasto conjunto de recursos endógenos, uma cultura e tradições enraizadas no rural e nas comunidades locais, que compõem um património notável, presente num contexto de territórios de baixa densidade.

Deste modo, torna-se imperativo demonstrar como os recursos endógenos podem ser um fator capaz de dinamizar a região, a economia local e de impulsionar o desenvolvimento de diferentes setores de atividade, entre os quais, o turismo. O património cultural tangível e intangível assume-se, assim, como uma oportunidade singular e competitiva para as comunidades locais (George, 2010). Graham (2002) identifica o património como o principal recurso para o desenvolvimento turístico e por McKercher e du Cros (2012) como um bem notável das comunidades locais para este setor.

E, perante uma sociedade em constante mudança, surge uma crescente preocupação sobre a salvaguarda e preservação dos recursos locais de cada comunidade, pois assumem-se como peças fundamentais da História (Smith, 2006) e transmitem valores de “autenticidade” e “singularidade” (Mendonça & Lopes, 2016). Estes geram diversas oportunidades para todos os *stakeholders*, quando é desenvolvido um planeamento integrado de todos os fatores componentes de uma dada região (Meirinawati et al., 2018; Inskip, 1991).

Neste sentido, as comunidades mais isoladas e rurais podem salvaguardar as suas características culturais, como tradições, expressões, modos de vida e costumes através do turismo (George, 2010), promovendo benefícios culturais, sociais e económicos provenientes da relação “simbiótica” entre turismo e cultura (UNWTO, 2018), através do desenvolvimento endógeno, local, regional e territorial.

Desta forma, a importância da presente investigação justifica-se pela crescente necessidade de demonstrar as potencialidades dos recursos endógenos, da identidade local e os aspetos culturais, nomeadamente, para desenvolver a região através do turismo, melhorando a qualidade de vida da comunidade local e permitindo a outros indivíduos que possam conhecer o seu património material e imaterial. Em complemento, é de realçar a urgência em repensar as estratégias de planeamento destas regiões, baseados num paradigma que aborde um desenvolvimento coeso e integrado nas peculiaridades destes territórios, nas oportunidades que estes podem permitir e no enfrentar dos desafios que os caracterizam, mas não necessariamente os enfraquecem.

1.2 Questão e objetivos da investigação

A presente investigação tem como objetivo geral **compreender de que forma e em que medida é que os recursos endógenos são um fator impulsionador e dinamizador do desenvolvimento do turismo em territórios de baixa densidade.**

De modo a alcançar o objetivo anteriormente referido, foram estabelecidos objetivos específicos que permitirão definir as linhas orientadoras do projeto e responder à questão de investigação proposta. São estes:

- 1.** Apresentar os principais conceitos, teorias e modelos de desenvolvimento, com o intuito de compreender o seu surgimento, evolução e relevância nas diversas dimensões sociais, económicas e políticas.
- 2.** Compreender o conceito de desenvolvimento no âmbito do turismo e as principais abordagens e estudos realizados nesta área, em complemento com a caracterização do desenvolvimento Endógeno, Local, Regional e Territorial e a sua envolvência com o turismo.
- 3.** Compreender as principais abordagens sobre os conceitos de cultura e património e a relação simbiótica com o turismo, as comunidades locais e o território.

4. Caracterizar os territórios de baixa densidade, de modo a compreender os seus principais desafios e oportunidades, assim como a intervenção estratégica do turismo nos mesmos.
5. Compreender a importância dos recursos endógenos num contexto de Territórios de Baixa Densidade e o papel que estes podem assumir no desenvolvimento do Turismo e do território que os integra.
6. Descrever o território em estudo, do ponto de vista físico/geográfico, sociodemográfico e económico, com a finalidade de delinear as especificidades da região.
7. Realizar a caracterização turística da região em estudo, através da análise da oferta, da procura e da identificação dos principais recursos primários e secundários na região.
8. Avaliar a perceção dos agentes públicos e privados sobre as potencialidades e oportunidades dos recursos endógenos e das especificidades dos territórios de baixa densidade para impulsionar e dinamizar o desenvolvimento turístico.

1.3 Considerações metodológicas

No âmbito da metodologia, é proposta uma análise mista, de forma a enquadrar as vertentes qualitativa e quantitativa. Na componente qualitativa, visa-se a realização de entrevistas a organizações, entidades e centros de investigação associados ao turismo, aos territórios de baixa densidade e à Região Demarcada do Douro, sendo previsto a realização de nove entrevistas. A análise quantitativa será desenvolvida através da realização de questionários aos agentes públicos e privados da Região Demarcada do Douro que integram as seguintes áreas: Alojamento, Serviços Recreativos e de Lazer, Serviços Culturais, Entidades Públicas e Associações Desportivas, Recreativas e/ou Culturais.

Através do estudo empírico, procura-se responder à questão de investigação definida, a saber: **Em que medida os recursos endógenos são impulsionadores e dinamizadores para o desenvolvimento turístico destes territórios de baixa densidade?**

1.4 Organização da dissertação

A presente investigação é composta por um conjunto de seis capítulos, sendo os primeiros três dedicados ao enquadramento teórico e os restantes a uma componente mais prática e de análise de dados qualitativos e quantitativos.

O primeiro capítulo visa contextualizar a temática abordada, através da apresentação da relevância do tema, quais os objetivos principais da investigação e a questão que se pretende responder, assim como a síntese da metodologia adotada.

O segundo capítulo aborda as principais teorias e modelos de desenvolvimento no seu conceito geral, sendo, à posteriori, abordado o desenvolvimento do turismo. De igual modo, apresentam-se as definições de desenvolvimento territorial, regional e local. Em complemento, aborda-se a relação simbiótica entre a cultura, o património e o seu papel no desenvolvimento endógeno e no desenvolvimento do turismo.

O terceiro capítulo debruça-se sobre a caracterização dos Territórios de Baixa Densidade, primeiramente, num contexto geral, seguida de uma abordagem no território português. Numa segunda parte, foram abordados o papel e a importância dos recursos endógenos, quer para o desenvolvimento do território, quer para o impulsionar do desenvolvimento do turismo. Na parte final, é realizada a caracterização da Região Demarcada do Douro, do ponto de vista físico/geográfico, sociodemográfico e económico, em complemento da caracterização da oferta e da procura na região.

O quarto capítulo é dedicado à metodologia, sendo apresentada a abordagem mista adotada e o processo selecionado para a realização da análise qualitativa (entrevistas) e quantitativa (questionários). De igual modo, são apresentadas abordagens teóricas sobre a conceção do modelo de investigação e do modelo teórico, assim como a questão da investigação, qual o objetivo geral e os respetivos objetivos gerais.

Os quinto e sexto capítulos dizem respeito à análise e discussão dos resultados obtidos através da componente empírica adotada, isto é, através das entrevistas e dos questionários realizados. A análise dos dados passará pelo *software Webqda* para a vertente qualitativa e pelo *software SPSS* para a vertente quantitativa. São apresentados os principais resultados e

conclusões obtidos após a interligação dos resultados de ambos os métodos e, posteriormente, da sua integração com a revisão de literatura.

2. DESENVOLVIMENTO E TURISMO

2.1 Introdução

Numa primeira abordagem, serão introduzidos as principais teorias e modelos de desenvolvimento, com incidência sobre a Modernização, Dependência, Neoliberalismo Económico e o Desenvolvimento Alternativo. Numa segunda abordagem, serão apresentados o conceito e a relevância do planeamento turístico, uma abordagem que se assume como uma base e um passo, para à posteriori, compreender os princípios do desenvolvimento neste sector. São, assim, apresentados, em seguimento, algumas das teorias e modelos com maior representatividade e relevância para o tema, nomeadamente, os que abordam o desenvolvimento turístico como um sistema, assim como, as que se baseiam no contexto geográfico ou em fatores psicossociais.

Numa terceira parte serão introduzidos os conceitos de desenvolvimento territorial, regional e local com o intuito de identificar as principais definições e funções que os mesmos assumem. De igual modo, será abordada a sua importância, quer para a obtenção de nações mais coesas, quer para o aumento da competitividade dessas regiões, seja no âmbito do turismo, seja nas consequências sociais, económicas, culturais e políticas para a comunidade em geral que este desenvolvimento estimula. Na última parte, serão desenvolvidas teorias e interpretações sobre o conceito de desenvolvimento endógeno, seguido dos conceitos de cultura, de património e do papel do planeamento e gestão estratégicos de património, finalizando com a apresentação da relação simbiótica entre a cultura, o património e o turismo.

2.2 Conceito, Teorias e Modelos de Desenvolvimento

Iniciando a temática do desenvolvimento, esta assume uma multiplicidade de abordagens e interpretações, tendo estas evoluído e divergido segundo as ideologias de vários autores e

com os principais acontecimentos e fases da história, tendo ganhado especial relevância após a II Guerra Mundial.

Inicialmente, o conceito de desenvolvimento surgiu aliado a uma componente meramente económica, sendo para diversos autores, desenvolvimento sinónimo de crescimento económico. Uma relação tão intrínseca que, de certo modo, tornava-se difícil abordar estes dois conceitos separadamente (Diniz, 2010). Alguns dos principais defensores desta abordagem económica foram Karl Marx e Adam Smith, como refere Neves (2003).

Nesta vertente, o desenvolvimento caracteriza-se pelo incremento do Produto Interno Bruto, o crescimento do rendimento per capita, e, conseqüentemente, a capacidade de um país produzir a uma velocidade superior à taxa de crescimento, sendo estes fatores considerados os grandes sinónimos de desenvolvimento, como abordam diversos autores (em exemplo, Mabogunje (1980) e Todaro e Smith (2015)).

Bresser-Pereira (2006) e Souza (2005) frisam este desenvolvimento económico como um processo a longo prazo e acrescentam o contributo do mesmo para o engrandecimento da economia dos países e dos seus respetivos mercados, em parte, devido ao aumento da capacidade e rapidez de produção e ao contributo social e ambiental, que permite a melhoria da qualidade de vida e a preservação do ambiente. Coffey e Polése (1984) acrescentam que esta mudança provocada pelo desenvolvimento é irreversível.

Para Todaro e Smith (2015), existem três principais componentes para que se possa afirmar que existe desenvolvimento: a qualidade de vida e as capacidades humanas serem melhoradas, a autoestima desenvolvida e, por fim, a liberdade reforçada. Numa definição mais abrangente, estes afirmam que o desenvolvimento define-se como:

"(...) um processo multidimensional que envolve grandes mudanças nas estruturas sociais, atitudes populares e instituições nacionais, bem como a aceleração do crescimento económico, a redução das desigualdades e a erradicação da pobreza. O desenvolvimento, no seu sentido, deve representar toda a gama de mudanças através das quais todo um sistema social, sintonizado com as diversas necessidades e desejos básicos dos indivíduos e grupos sociais dentro desse sistema, se afasta de uma

condição de vida amplamente entendida como insatisfatória para uma situação e/ou condição de vida considerada como material e espiritualmente melhor" (Todaro & Smith, 2015, p. 18)¹.

Essa **visão mais humana de desenvolvimento** foi abordada, igualmente, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP, 1990), que afirma que **o desenvolvimento ultrapassa a vertente meramente quantitativa, concentrando-se igualmente nos domínios social, cultural e político**. Tendo por base estes princípios, a ONU adotou o Índice de Desenvolvimento Humano, tendo este sido desenvolvido, em grande parte, pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, na década de 90, como abordam diversos autores, em exemplo, Machado e Pamplona (2008).

De um modo geral, a teoria de Haq (1995) destaca este desenvolvimento como algo holístico, onde se destacam quatro características principais: equidade, no sentido de que todos devem ter igual acesso às oportunidades, apesar de os resultados poderem ser distintos; sustentabilidade, ou seja, permitir que as gerações futuras possam usufruir das mesmas oportunidades que a geração atual; produtividade, onde se destaca a importância da mesma para o desenvolvimento do potencial de cada indivíduo; e, por fim, o fortalecimento, onde a comunidade exerce um papel ativo nas políticas de desenvolvimento (como citado em Machado & Pamplona, 2008;)

Neste seguimento, torna-se crucial frisar o conceito de desenvolvimento humano, seguindo a abordagem presente no Relatório de Desenvolvimento Humano de 1990, baseada no contributo de Haq (1995). O presente termo é interpretado como um processo de expansão das escolhas disponíveis numa sociedade, podendo estas escolhas ser alteradas ao longo do tempo. Para além disso, são mencionados três aspetos fundamentais para compreender o desenvolvimento humano: a sociedade ter acesso a uma vida duradoura e saudável, ter

¹ Tradução do original: "a multidimensional process involving major changes in social structures, popular attitudes, and national institutions, as well as the acceleration of economic growth, the reduction of inequality, and the eradication of poverty. Development, in its essence, must represent the whole gamut of change by which an entire social system, tuned to the diverse basic needs and evolving aspirations of individuals and social groups within that system, moves away from a condition of life widely perceived as unsatisfactory toward a situation or condition of life regarded as materially and spiritually better".

direito a adquirir e desenvolver o seu conhecimento e, em último, ser permitido o acesso aos recursos fundamentais para uma vida digna. Acredita-se que a partir desta base, consegue-se acrescentar oportunidades e escolhas na vida que cada indivíduo, de modo a alcançar o desenvolvimento humano (UNDP, 1990).

Contudo, este relatório destaca, para além destes três aspetos anteriormente referidos, a importância de outros aspetos como a “liberdade política, económica e social para oportunidades de ser criativo e produtivo, e usufruir de auto-respeito pessoal e garantia dos direitos humanos” (UNDP, 1990, p. 10)².

É importante referir, ainda, que a vertente de desenvolvimento humano integra e valoriza o desenvolvimento económico, desde que este beneficie e tenha por base a sociedade, onde estas desempenham um papel ativo, quer no processo para o desenvolvimento, quer nos benefícios que esse permite (Haq, 1995, como citado em Machado & Pamplona, 2008).

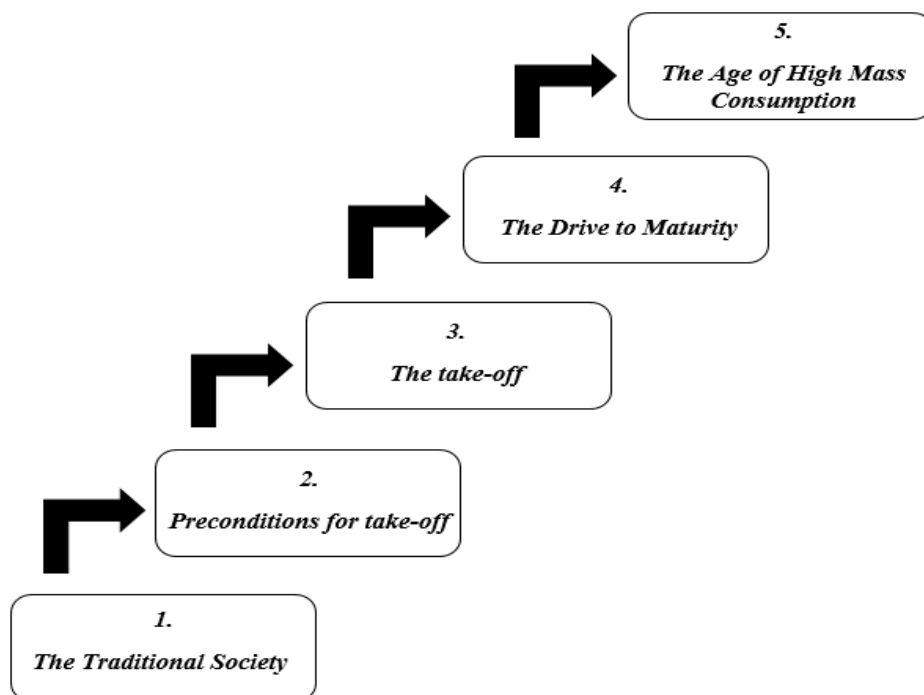
Apresenta-se, assim, como essencial compreender a evolução dos princípios e valores do conceito de desenvolvimento. Como referido anteriormente, este conceito ganhou dimensão **após a Segunda Guerra Mundial** e surgiram algumas teorias de desenvolvimento, onde se destacaram a **Modernização, Dependência, Neoliberalismo Económico e Desenvolvimento Alternativo**, como menciona Telfer (2002).

Dando início aos principais modelos e ideologias associados ao Modernismo, esta abordagem será analisada, inicialmente pelo modelo de Rostow e de seguida pela ideologia economicista de Schumpeter.

Rostow (1990), na sua obra “As Etapas Do Crescimento Económico: Um Manifesto Não-Comunista”, aborda o conceito de desenvolvimento numa visão de modernização, sendo este mesmo desenvolvimento sucedido num conjunto sequencial de cinco etapas: *The Traditional Society*, *Preconditions for take-off*, *The take-off*, *The Drive to Maturity* e a quinta etapa, *The Age of High Mass Consumption*, como ilustrado na Figura 1.

² Tradução do original: “political, economic and social freedom to opportunities for being creative and productive, and enjoying personal selfrespect and guaranteed human rights.

FIGURA 1. AS FASES DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DE ROSTOW



Fonte: Rostow (1990)

A primeira etapa, *The Traditional Society*, refere-se a uma sociedade que este autor compara a um mundo marcado por uma atitude "pré-Newtoniana", cujas produções eram limitadas, em grande parte, devido ao desconhecimento ou falta de acesso à ciência ou à tecnologia em geral. Desta forma, devido a essa ausência de conhecimento da ciência moderna e das novas descobertas, esta sociedade ainda não iniciou o seu desenvolvimento.

Na segunda etapa, *Preconditions for Take-Off*, as sociedades iniciam um processo de transição e é nesta fase que são criadas as pré-condições para iniciar o desenvolvimento, quer por ambição própria quer através de ajuda externa. Esta etapa desenvolveu-se, de forma mais significativa, na Europa Ocidental, em finais do século XVII e inícios do século seguinte e foi marcada pelo início da exploração de novas tecnologias e meios de produção, quer no setor industrial, quer na agricultura.

No entanto, como menciona Rostow (1990), todo este processo de mudança é algo limitado, dado que a sociedade e a economia "(...) ainda se caracterizam principalmente pelos métodos

tradicionais de baixa produtividade, pela estrutura e valores sociais antigos, e pelas instituições políticas de base regional que se desenvolveram em conjunto com eles" (Rostow, 1990, p. 7)³.

Na fase seguinte, *The take-off*, as sociedades que ainda resistiam às mudanças foram substituídas por sociedades economicamente focadas no desenvolvimento e crescimento económico. Os países que possuíam maior capacidade de modernização, passaram por uma fase, essencialmente, de introdução às novas tecnologias, principalmente, adaptadas ao setor industrial e agrícola. Consequentemente, registaram-se aumentos das taxas de investimento e de poupança. Progressivamente, os empreendedores investiram em novas indústrias e com os lucros que iam sendo gerados, investiram em mais indústrias, formando uma cadeia de desenvolvimento industrial.

A quarta fase, *The Drive to Maturity*, é marcada pelo progresso contínuo e sustentado, onde a tecnologia acompanha intrinsecamente a economia e a sociedade. As indústrias mais antigas estabilizam, ao mesmo tempo em que se registam novas indústrias e fábricas. Os países começam a produzir determinados produtos que antes tinham a necessidade de importar, e, em complemento, desenvolvem novos produtos competitivos e atrativos para serem exportados, expandindo as economias também num sentido além-fronteiras. Este autor afirma, neste seguimento que "Esta é a fase em que uma economia demonstra que possui as capacidades tecnológicas e empresariais para produzir não tudo, mas qualquer coisa que opte por produzir" (Rostow, 1990, p. 10)⁴, demonstrando assim a versatilidade e diversificação do setor industrial. Nesta etapa, os processos são tecnologicamente mais complexos e refinados, tendo resultado, em diversos países, num rendimento nacional superior ao crescimento populacional (Rostow, 1990).

A última fase, denominada de *The Age of High Mass Consumption*, foi marcada pelo consumo em massa, onde os grandes líderes setoriais apostaram em bens e serviços de consumo duráveis. O aumento dos rendimentos de uma parte significativa da sociedade,

³ Tradução do original: "(...) still mainly characterised by traditional low productivity methods, by the old social structure and values, and by the regionally based political institutions that developed in conjunction with them."

⁴ Tradução do original: "This is the stage in which an economy demonstrates that it has the technological and entrepreneurial skills to produce not everything, but anything that it chooses to produce."

aliada à mudança da estrutura da força de trabalho permitiram que o consumo fosse superior às necessidades reais. Nesta sociedade que atingiu a maturidade, as tecnologias deixam de ser a principal ambição e objetivo, dado que aspetos como o bem-estar e a segurança passam a ser de elevada relevância. Um dos exemplos desta economia de consumo em massa foi a indústria automóvel de Henry Ford (Rostow, 1990).

No seguimento da abordagem apresentada anteriormente, será introduzida a teoria defendida pelo pensamento economicista de Schumpeter, onde se destaca a introdução da importância da inovação nos ciclos económicos. Schumpeter (1982) diferencia, assim, crescimento de desenvolvimento, sendo o crescimento visto como algo quantitativo, aliado a um sistema económico, enquanto que o desenvolvimento tem uma origem qualitativa e representa a mudança nesse mesmo sistema, fruto da inovação, que permite interromper e descontinuar o sistema económico circular (como citado em Pivoto et al., 2016).

Esta interrupção baseada na inovação, segundo Schumpeter (1982), é um processo “irreversível e descontínuo”, pois são criados novos métodos de produção, baseados na teoria da “destruição criativa”, onde sobrevivem e evoluem as empresas mais rentáveis a nível de lucros e mais eficientes, em contrapartidas às empresas que desaparecem por não inovarem (como citado em Pivoto et al., 2016, pp. 28-29).

Na ideologia deste economista, de modo a compreender como surge o desenvolvimento, este analisa, primeiramente, o que ele denomina de *estado estacionário*, onde pode existir crescimento, mas não existem ruturas a esse sistema de equilíbrio e, conseqüente, não existe desenvolvimento. Schumpeter, numa alusão ao que denomina como “fluxo circular”, este descreve-o como algo que “corre essencialmente pelos mesmos canais, ano após ano — semelhante à circulação do sangue em um organismo animal” (Schumpeter, 1978, p. 72)⁵, dado que este sistema de equilíbrio não se rejuvenesce e se altera, mantendo-se sempre muito similar e repetitivo.

A rutura deste “fluxo circular” inicia-se pelo lado da produção, através da introdução da inovação, nas suas diversas possibilidades, sendo "Estas mudanças espontâneas e

⁵ Tradução do original: “running on in channels essentially the same year after year – similar to the circulation of the blood in an animal organism”.

descontínuas no canal do fluxo circular e estas perturbações do centro de equilíbrio aparecem na esfera da vida industrial e comercial, e não na esfera dos desejos dos consumidores de produtos finais" (Schumpeter, 1978, p. 75)⁶. É neste contexto que é reforçada a importância da iniciativa própria por parte dos empresários, a sua capacidade de inovarem e se reinventarem, a si e aos seus métodos de produção.

O paradigma que mais marcou a história do desenvolvimento pós período de Modernização foi o da Dependência, seguido do Neoliberalismo Económico. Este primeiro surgiu após vários autores defenderem que o Modernismo era incompatível com alguns aspetos relevantes, em exemplo, os valores tradicionais. (So, 1990; Schmidt, 1989, como citado em Telfer, 2002).

Nos anos 70 surgiu, então, a abordagem de desenvolvimento numa visão de Dependência, tendo esta abordagem sido apoiada principalmente por intelectuais de países em desenvolvimento, após perderem a confiança nas fases e modelos de mudança estrutural (Todaro & Smith, 2015). Segundo estes autores, este paradigma caracteriza-se pela dependência dos países em desenvolvimento perante as grandes potências internacionais, marcadas por uma relação de certa austeridade a nível económico e político, nas diferentes dimensões geográficas.

Em análise à teoria do Neoliberalismo, esta aborda que

"o desenvolvimento bem-sucedido deveria ser medido não em índices de crescimento abstratos e agregados, mas de acordo com outros critérios orientados para as pessoas, tais como a satisfação universal das necessidades básicas, a promoção da equidade social, o reforço das capacidades produtivas e criativas humanas, e a capacidade das

⁶ Tradução do original: "These spontaneous and discontinuing changes in the channel of the circular flow and these disturbances of the centre of equilibrium appear in the sphere of industrial and commercial life, not in the sphere of the wants of the consumers of final products."

comunidades para estabelecer e cumprir os seus próprios objetivos de desenvolvimento" (Brohman 1996, como citado em Gamage, 2011, p. 219)⁷.

Para finalizar a análise da evolução do conceito de desenvolvimento, surge mais recentemente o paradigma do Desenvolvimento Alternativo. Este aborda a necessidade de desenvolver e estimular uma participação ativa por parte das comunidades locais, a importância da sustentabilidade e a necessidade do desenvolvimento de estratégias coesas e integradas. (Brohman, 1996; Todaro, 1994, como citado em Telfer, 2002).

Em modo conclusivo, os paradigmas de desenvolvimento são distintos entre si, resultado de um mundo em constante mutação que levou a alteração de pensamentos e teorias, baseados no reconhecimento de novas necessidades e objetivos e, mais recentemente, da urgência de um desenvolvimento mais flexível, adaptado a um mundo diferente, se comparado com os anos próximos aos pós II Guerra Mundial.

2.3 Desenvolvimento em Turismo

Numa abordagem ao desenvolvimento em turismo, este alcançou diversas valências e impactos, tendo-se refletido em vários modelos que abordam o desenvolvimento em turismo, o planeamento dos seus destinos e a evolução deste setor. O turismo desde cedo, especialmente após a II Guerra Mundial, que se assumiu como a maior atividade socioeconómica, tendo com isto surgido a **necessidade de planear para desenvolver** (Inskeep, 1991).

Inskeep (1991) afirma que, quando o turismo é planeado da melhor forma, este “oferece instalações e serviços recreativos, culturais e comerciais, tanto para uso dos turistas, quer

⁷Tradução do original: “Successful development should be measured not in abstract, aggregate growth indices, but according to other people-oriented criteria, such as the universal provision of basic needs, the promotion of social equity, the enhancement of human productive and creative capabilities, and the capacity of communities to set and meet their own development goals”.

dos residentes, que podiam não ter sido desenvolvidas sem o turismo.” (p. 15)⁸. Em complemento, acrescenta que o turismo “Fornece a oportunidade para a educação das pessoas sobre outras culturas e ambientes, bem como o seu próprio património nacional, muitas vezes contornando as diferenças ideológicas e políticas e reduzindo atitudes prejudiciais, permitindo um intercâmbio cultural” (p.15)⁹. Contudo, o turismo, quando não é adaptado da melhor forma, gera diversos problemas, como será desenvolvido no final deste capítulo.

Contudo, para ser possível compreender as abordagens dos resultados de um bom planeamento turístico, torna-se necessário, introduzir algumas teorias que permitam caracterizar este conceito.

Em meados do século XX, o planeamento turístico tinha como **principal missão** “assegurar que as oportunidades estão disponíveis para o turista obter experiências agradáveis e satisfatórias e, ao mesmo tempo, fornecer um meio para melhorar o modo de vida dos residentes e das áreas de destino” (Mathieson & Wall, 1982, p. 186)¹⁰. Williams (1998) acrescenta que o planeamento turístico resulta da **tentativa de combinar e relacionar a procura e oferta dos serviços e atividades turísticas**. No seu conjunto, **o planeamento deve envolver o setor privado e o setor público** (Gunn, 198), onde devem ser estipulados os objetivos do planeamento refletidos na **elaboração de políticas adequadas** (Fennell, 1999), de modo a que os países possam, nomeadamente, **gerir e usufruir dos recursos de uma forma eficiente** (Jenkins, 1991, como citado em Mason, 2010).

No que concerne ao desenvolvimento em turismo, este assume diversas definições e perspetivas (Pearce, 1991), tornando-se crucial analisar os principais modelos e estudos que abordaram esta temática para uma melhor compreensão do conceito. No setor do turismo, o

⁸ Tradução do original: “(...) tourism is its best form provides recreational, cultural and commercial facilities and services for use both by tourists and also by residents that may not have been developed without tourism.”

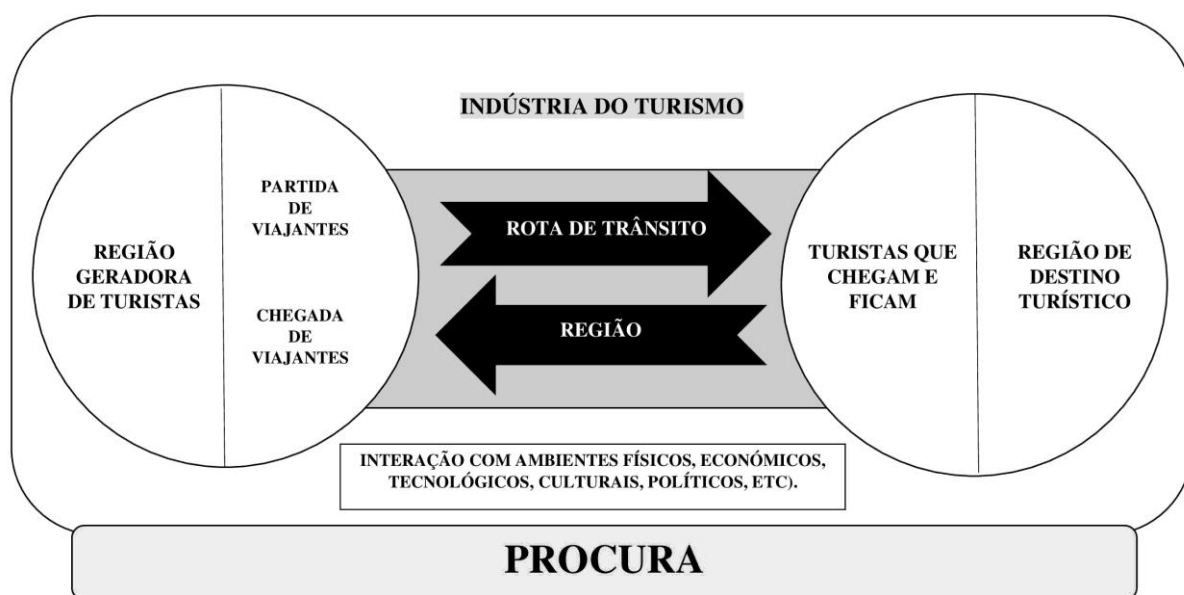
⁹ Tradução do original: “(...) It provides the opportunity for education of people about other cultures and environments as well as their own national heritage, often circumventing ideological and political differences and reducing prejudicial attitudes, that is, achieving cross-cultural ex-change.”

¹⁰ Tradução do original: “(...) to ensure that opportunities are available for tourists to gain enjoyable and satisfying experiences and, at the same time, to provide a means for improving the way of life of residents of destination areas.”

modelo desenvolvido por Leiper (1979) foi o primeiro estudo a destacar-se neste assunto, como defendem vários autores, em exemplos, Remoaldo et al., (2017) e Brandão (2014). Neste modelo, segue-se uma abordagem do destino e dos seus atributos numa **visão sistemática**, pois, segundo o autor, esta é a única forma de compreender aprofundadamente os fluxos turísticos, os destinos turísticos e o ambiente que abrange este setor (Leiper, 1979).

Este modelo pressupõe que os indivíduos realizam uma viagem e permanecem fora da sua residência habitual por uma ou mais noites, em que os motivos de remuneração são excluídos. Este sistema, na sua abordagem multidisciplinar, é composto por cinco elementos distintos: *turistas*, *região geradora de turistas*, *região de rota de trânsito*, *região de destino turístico* e *indústria turística*, como demonstrado na Figura 2.

FIGURA 2. SISTEMA TURÍSTICO DE LEIPER



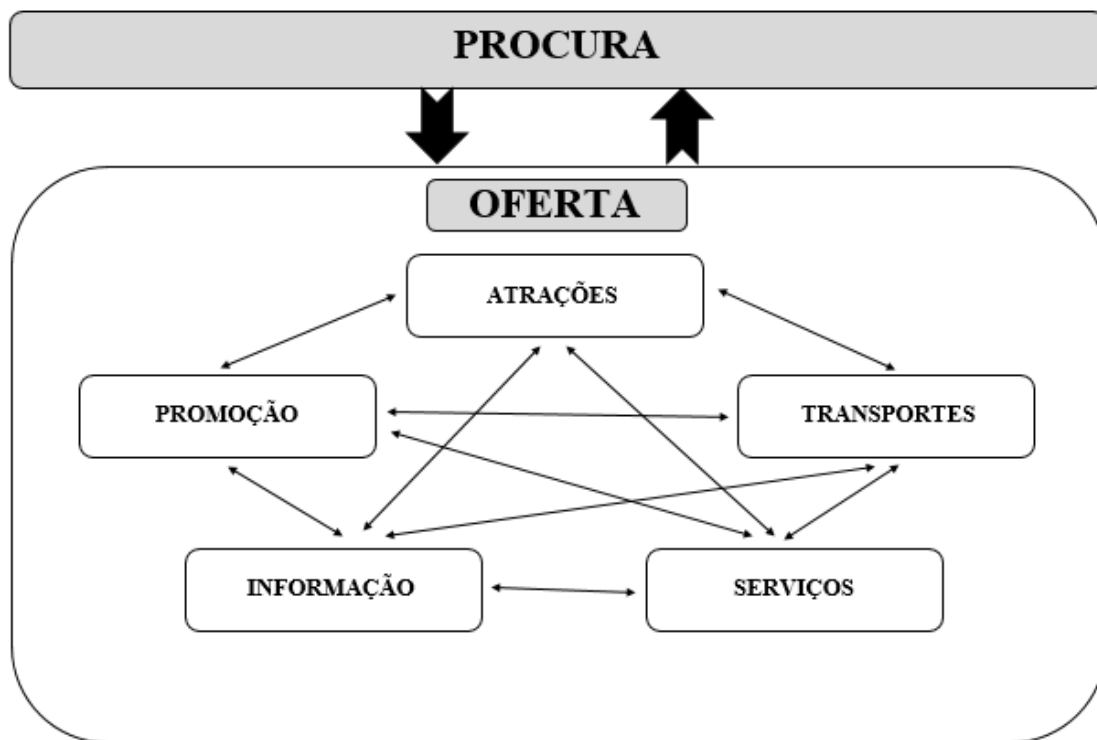
Fonte: Leiper (1979, p. 404)

Estes elementos influenciam-se entre si e interagem com outros ambientes (por exemplo, *ambientes físicos, económicos, tecnológicos, culturais, políticos*, entre outros). Em adição, o autor realça que este sistema alberga, igualmente, vários outros subsectores, como agentes de animação turística, o alojamento, a restauração e os transportes (Leiper, 1979).

Nesta mesma abordagem do turismo como um sistema, surge o contributo de outros dois autores, Gunn e Var (1994). Estes reforçam a importância de suas dimensões interativas e

comunicantes entre si- a procura e a oferta. O desenvolvimento é, deste modo, influenciado pela interação dos turistas com as cinco dimensões da oferta: atrações, transporte, serviços, informação e promoção, como representado na Figura 3.

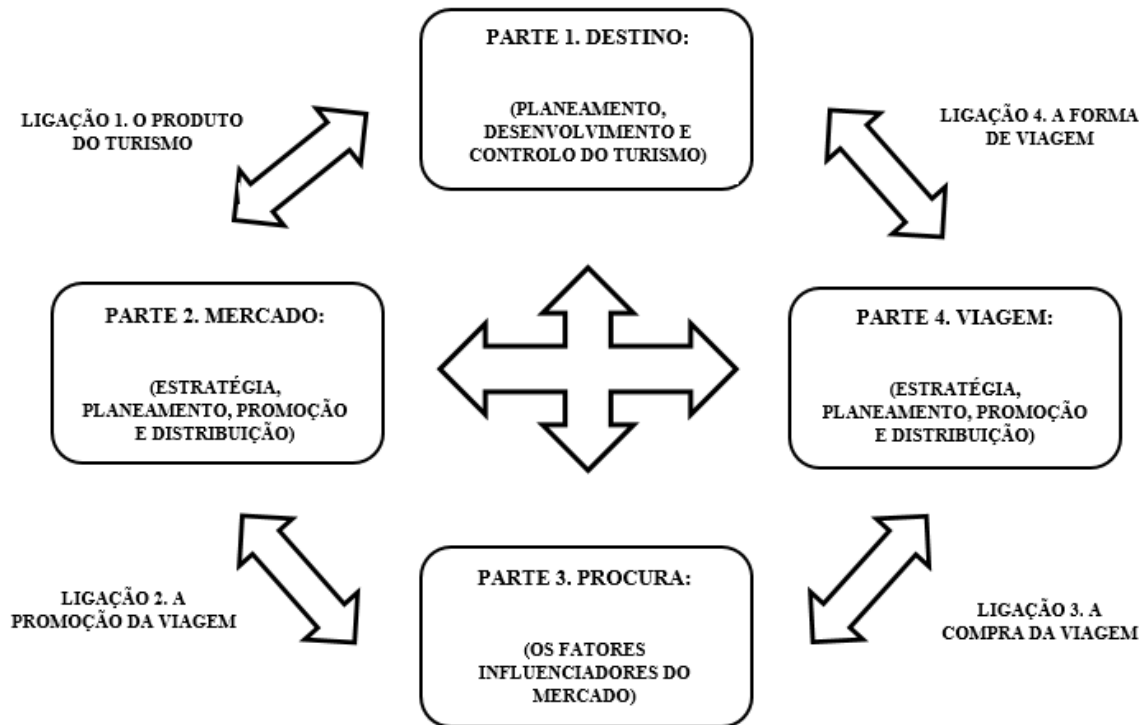
FIGURA 3. ELEMENTOS DO SISTEMA TURÍSTICO DE GUNN E VAR



Fonte: Gunn e Var (1994, p. 34)

No modelo de Mill e Morrison (1992), o sistema turístico é composto por quatro elementos: *Destino, Marketing, Mercado e Viagem*, como ilustrado na Figura 4. Esta abordagem fornece uma perspectiva sobre os vários elementos e a interação que estes devem estabelecer entre si para que alcance um sistema turístico equilibrado e de sucesso.

FIGURA 4. SISTEMA TURÍSTICO DE MILL E MORRISON



Fonte: Mill e Morrison (1992, prefácio xiv)

Bonetti et al., (2006) destacam que os recursos turísticos são fulcrais no sistema pois é a partir destes que é possível agregar valor e transformá-lo num produto turístico competitivo e que satisfaça os turistas. Neste sentido, os “diferentes modelos que originam o produto turístico determinam os diferentes níveis de inclusão dos atributos-chave da proposta de valor no produto” (Bonetti et al., 2006, p. 126)¹¹, assim como o grau de centralização das funções de governação do sistema e o grau de interdependência entre os atores (Bonetti et al., 2006).

Após a análise do turismo numa integração do mesmo como um sistema, apresenta-se o **desenvolvimento turístico numa perspetiva geográfica**. Segundo Pearce (1979), o desenvolvimento geográfico do turismo passa por seis grandes áreas de interesse: *padrões*

¹¹ Tradução do original: “The different models originating the tourism product determine the different level of inclusion of the value proposition key attributes in the product”.

espaciais da oferta, padrões espaciais da procura, a geografia dos resorts, padrões de movimentos e fluxos, os impactos do turismo, e modelos de espaço turístico.

Na perspectiva geográfica de Burton (1995), o desenvolvimento turístico de destinos e regiões é dependente de três elementos chave, que são as *motivações dos turistas*, as *motivações da indústria* e as *motivações da comunidade de acolhimento*. Deste modo, o desenvolvimento espacial no turismo está dependente não só da existência de potenciais recursos turísticos, mas também da interação entre turistas, comunidade recetora e a indústria turística envolvente. Como cita a autora:

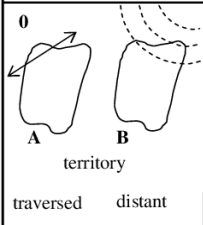
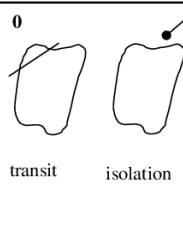
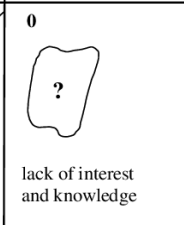
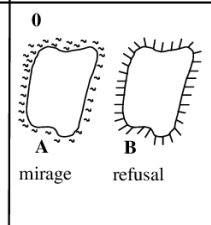
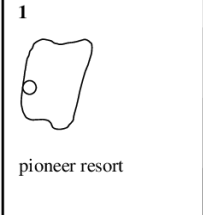
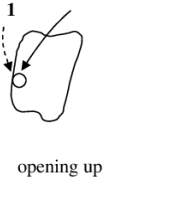
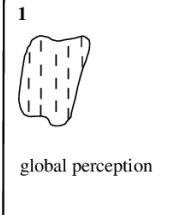
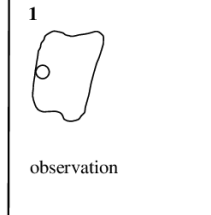
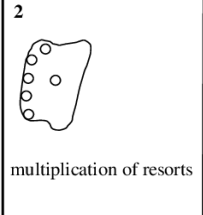
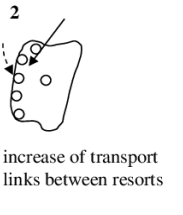
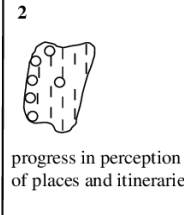
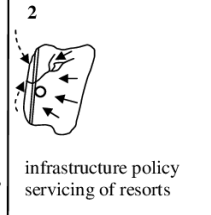

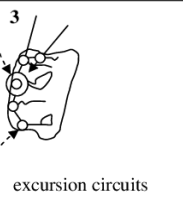
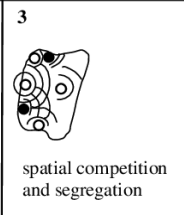
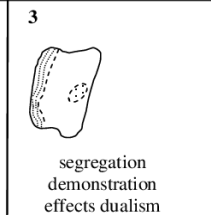
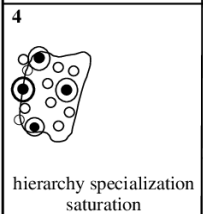
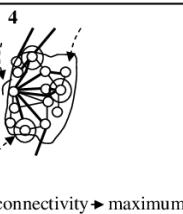
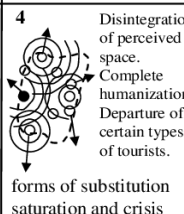
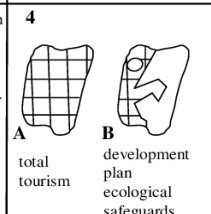
"(...) depende da coincidência entre os tipos de lugares para onde o turista quer ir (definido pelas motivações dos turistas), o tipo de lugares que a indústria turística pode escolher para se desenvolver e promover (dependendo das motivações da indústria) e os locais onde a comunidade de acolhimento não a impede (dependentes das motivações da comunidade recetora)" (Burton, 1995, p. 69)¹².

O Modelo de Miossec (1977) foi um dos modelos que procurou compreender o surgimento e evolução das regiões turísticas, numa dimensão espacial e temporal, e, segundo Pearce (1991), esta "(...) continua a ser a conceptualização mais clara e explícita do processo de desenvolvimento do turismo" (p. 16)¹³, onde se faz alusão à evolução das regiões, dos resorts, das redes de transportes e as reações e comportamentos que os turistas e as comunidades locais assumem durante esse processo. O presente modelo encontra-se esquematizado na seguinte Figura 5.

¹² Tradução do original: "(it depends on the coincidence between the sorts of places that the tourist wants to go to (defined by tourist motivations), the sorts of places that the tourist industry can choose to develop and promote (depending on the industry's motivations) and the locations where the host community does not prevent it (dependent on the host community motivation)."

¹³ Tradução do original: "(...) remains the clearest and most explicit conceptualization of the process of tourism development."

FIGURA 5. MODELO DE MIOSSEC

RESORT phase	TRANSPORT phase	TOURIST BEHAVIOUR phase	ATTITUDES OF DECISION-MAKERS AND POPULATION OF RECEIVING REGION phase
<p>0</p>  <p>A B territory traversed distant</p>	<p>0</p>  <p>transit isolation</p>	<p>0</p>  <p>lack of interest and knowledge</p>	<p>0</p>  <p>A B mirage refusal</p>
<p>1</p>  <p>pioneer resort</p>	<p>1</p>  <p>opening up</p>	<p>1</p>  <p>global perception</p>	<p>1</p>  <p>observation</p>
<p>2</p>  <p>multiplication of resorts</p>	<p>2</p>  <p>increase of transport links between resorts</p>	<p>2</p>  <p>progress in perception of places and itineraries</p>	<p>2</p>  <p>infrastructure policy servicing of resorts</p>
<p>3</p>  <p>Organization of the holiday space of each resort. Beginning of a hierarchy and specialization.</p>	<p>3</p>  <p>excursion circuits</p>	<p>3</p>  <p>spatial competition and segregation</p>	<p>3</p>  <p>segregation demonstration effects dualism</p>
<p>4</p>  <p>hierarchy specialization saturation</p>	<p>4</p>  <p>connectivity -> maximum</p>	<p>4</p>  <p>Disintegration of perceived space. Complete humanization. Departure of certain types of tourists. forms of substitution saturation and crisis</p>	<p>4</p>  <p>A B total tourism development plan ecological safeguards</p>

Fonte: Nhantumbo e Ferreira (2012, s.p.), baseado em Miossec (1977)

Assim, numa primeira fase, existe uma região isolada ou que é apenas local de trânsito e, nesse sentido, o seu desenvolvimento é pouco significativo ou até mesmo nulo. Os turistas não têm interesse ou desconhecem esta região. A comunidade encara o fenómeno do turismo como “maravilha” ou “infortúnio”, existindo um claro desconhecimento do setor turístico (Miossec, 1977).

Numa segunda fase, o turismo começa a surgir, de uma forma pioneira e ainda bastante tímida. Surge o primeiro resort e a comunidade encara esta novidade com “curiosidade” ou “indiferença”. Os turistas ainda não encaram esta região como algo com potencial turístico, dado que a função turística aqui ainda é pouco significativa e frágil e sem equipamentos e infraestruturas de suporte.

Após a comunidade local e outras entidades reconhecerem a viabilidade e potencialidade da primeira instalação desenvolvida, inicia-se a terceira fase, onde as instalações começam a multiplicar-se, começam a surgir outras infraestruturas de apoio, como comércio e restauração, a mão-de-obra aumenta e começam a aparecer mais turistas nesta região, ainda que apenas em alguns espaços territoriais.

A fase seguinte é uma “fase de organização”, onde cada resort se especializa, cria excursões e atividades de animação e entretenimento. Desenvolve-se um espírito, de certa forma, competitivo. A região turística caracteriza-se por um dualismo e discrepância, onde o turismo é forte em determinado espaço geográfico em oposição a outros espaços dessa mesma região.

A quarta fase é representada pela “saturação”, onde se destacam hierarquias e uma rede de transportes e de comunicação expressiva e máxima, reestruturando a paisagem do território e permitindo que os turistas circulem com facilidade entre toda a região. Ocorre uma transição de um território que antes era visto como original e natural, para um território banal. Devido a esta invasão do turismo nesta região, surgem várias consequências menos positivas como a saturação e sobrepopulação neste território. Consequentemente, turistas que antes viam esta região com certa admiração, após as transformações da saturação turística, estes deixam de se sentir atraídos por esta região e dispersam para outras áreas periféricas.

Neste sentido, como aborda Miossec (1977), é necessário contrariar as consequências da quarta fase, surgindo, se certa forma, uma quinta fase do modelo, onde o autor defende que deve existir a “divisão ou segregação do espaço”¹⁴, baseado no planeamento integrado, em

¹⁴ Tradução do original: “a partition ou ségrégation de l'espace”.

estratégias e políticas que salvaguardam o ambiente e a região em si, nas suas diversas dimensões, assim como, de igual modo, deve ser estimulada a “criação de novas formas de turismo, novos valores recreativos”¹⁵ (p.46).

Apesar da multiplicidade de modelos que seguem uma abordagem geográfica e de evolução turística das regiões, segundo Gordon e Goodall (1992), estes modelos ainda são "(...) descritivos, faltando precisão quanto à duração do ciclo ou de qualquer fase e permanecendo vagos sobre as forças motrizes que provocam a mudança e a passagem entre fases"¹⁶ (p.48). No entanto, apesar das suas fragilidades, o Modelo de Ciclo de Vida da Área de turismo de Butler “ (...) pode ser utilizado como um quadro analítico para examinar a evolução dos destinos turísticos nos seus complexos ambientes económico, social e cultural”¹⁷ (Cooper & Jackson, 1989, p. 382). O modelo de Butler assume, assim, um reconhecimento geral e desempenha um papel importante na literatura do turismo, especialmente, nos estudos relativos ao desenvolvimento de destinos turísticos (Brandão, 2014).

De modo a apresentar as bases que contribuíram para a construção do Modelo de Ciclo de Vida da Área de Turismo, serão apresentados e desenvolvidos de seguida os principais modelos que inspiraram e, de certo modo, complementam o modelo de Butler.

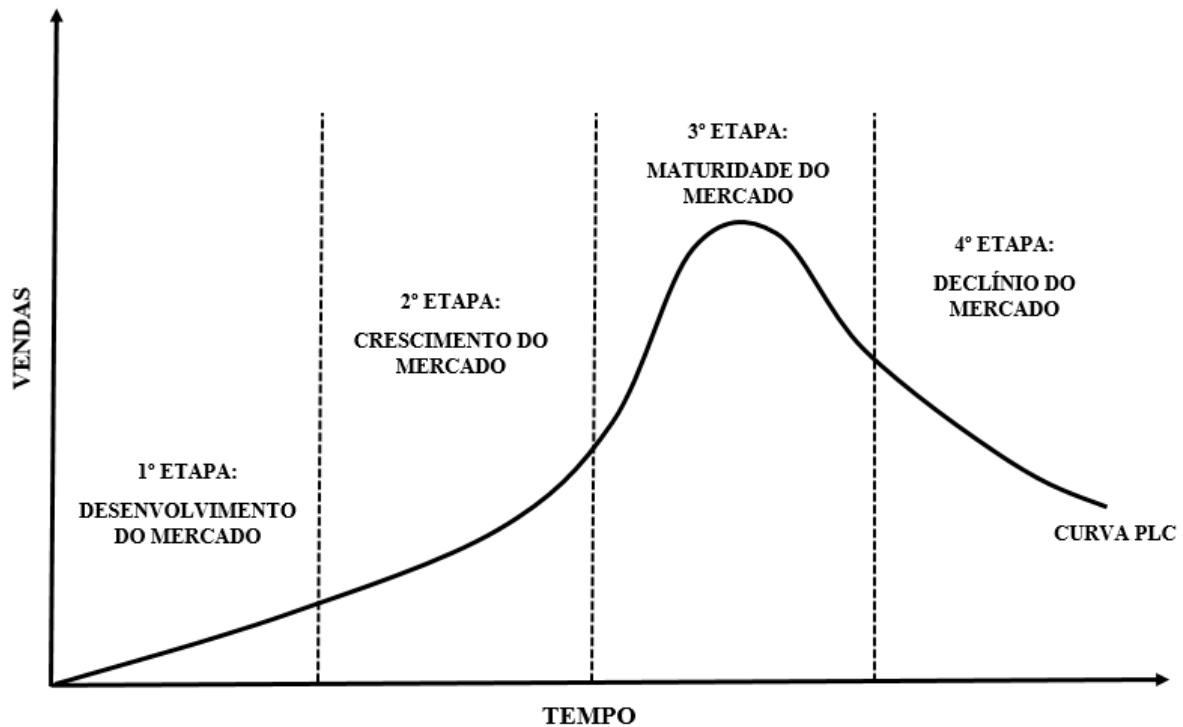
Tendo por base o estudo e contributo de Patton (1959), num âmbito de marketing, Levitt (1965) desenvolveu o Ciclo de Vida do Produto como um modelo composto por quatro fases distintas e reconhecíveis aplicadas ao mercado: *desenvolvimento*, *crescimento*, *maturidade* e *declínio*, como demonstrado na Figura 6.

¹⁵ Tradução do original: “création de nouvelles formes de tourisme, de nouvelles valeurs récréatives”.

¹⁶ Tradução do original: “descriptive, lacking precision as to the length of time the cycle or any stage takes and remaining vague on the motive forces triggering change and passage between stage”.

¹⁷ Tradução do original: “(...) can be used as an analytical framework to examine the evolution of tourist destinations within their complex economic, social, and cultural environments”.

FIGURA 6. CICLO DE VIDA DO PRODUTO DE LEVITT



Fonte: Levitt (1965, p. 82)

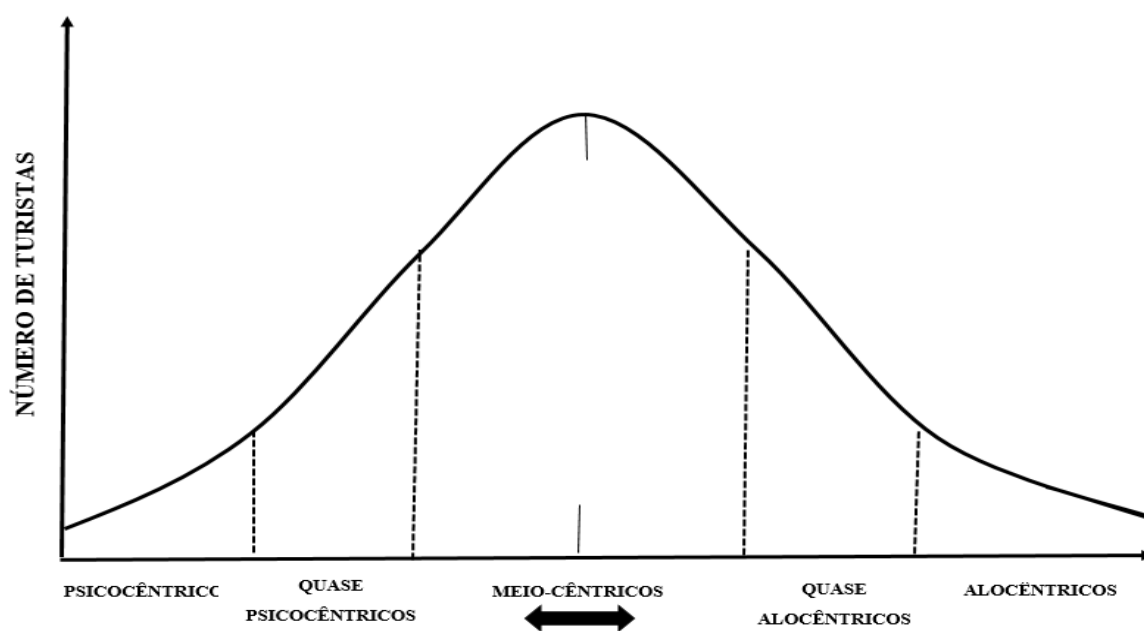
A primeira fase, designada de *Desenvolvimento do Mercado*, caracteriza-se pela introdução de um novo produto no mercado, sem que ainda exista uma procura reconhecida para o mesmo, de maneira que as vendas do produto novo são reduzidas e desenvolvem-se a um ritmo lento. Na fase de *Crescimento de Mercado*, a procura começa a aumentar e o mercado expande-se a uma velocidade significativa. A fase seguinte é a de *Maturidade do Mercado*, fase em que este se apresenta saturado, levando a que a procura começa a reduzir, a concorrência de preços torna-se significativa e passa a existir uma necessidade de diferenciação. Por fim, na fase do *Declínio*, o produto deixa de ser atrativo para o consumidor e, conseqüentemente, as vendas diminuem abruptamente (Levitt, 1965).

Mais tarde, num estudo relativo aos tipos de turistas e à sua evolução, destacaram-se as teorias de Plog (1974) e Cohen (1972), ambos baseados num sistema psicográfico, onde foram definidas categorias de visitante, consoante as suas motivações e comportamentos, num destino em constante alteração.

Segundo Plog (1974), existem cinco tipos de turistas, que se distinguem pelas diferentes motivações turísticas, como demonstrado na Figura 7. Os dois extremos destas tipologias são os *psicocêntricos* e os *alocêntricos*. Os turistas *psicocêntricos* tendem a ser “autoinibidos”, “egocêntricos”, “nervosos” e “não aventureiros”. Nesse sentido, estes procuram pacotes de férias com tudo incluído, procuram ambientes familiares, grandes hotéis, lojas turísticas e, no geral, destinos de sol, onde relaxem, e onde a sua atividade seja reduzida e que possam conduzir até aos mesmos. Em suma, preferem o conhecido, o comum e o familiar. Em oposição, os *alocêntricos* são extrovertidos, com um gosto e curiosidade de descobrir e vivenciar novas experiências. Por essas razões, preferem áreas não turísticas, que lhes permitam uma “sensação de descoberta”, de interação com a comunidade local, optando por “destinos novos e diferentes”, onde a falta de infraestruturas ou atrações tipicamente turísticas são algo interessante, em vez de um impasse (p. 56-58).

Entre estas duas tipologias, encontram-se os *quase psicocêntricos*, *meio-cêntricos* e os *quase alocêntricos*, diferenciam-se entre si pela maior ou menor densidade de características dos *alocêntricos* e *psicocêntricos*. Os que assumem maior equilíbrio perante estas duas tipologias de extremos são os designados de *meio-cêntricos*, um grupo categorizado por apresentar um equilíbrio entre as motivações *alocêntricas* e *psicocênicas*. (Plog, 1974).

FIGURA 7. TIPOS DE PERSONALIDADE PSICOGRÁFICA DE PLOG



Fonte: Plog (1974, p. 56)

Em modo conclusivo, o autor destaca que "Se os planeadores de um destino compreenderem a curva psicográfica, é-lhes possível controlar o desenvolvimento ou o progresso ao longo da curva e manter um posicionamento ideal. Poucos lugares o fazem, contudo, porque as autoridades locais não compreendem a dinâmica do que contribui para o sucesso e o fracasso" (Plog, 2001, p. 18)¹⁸.

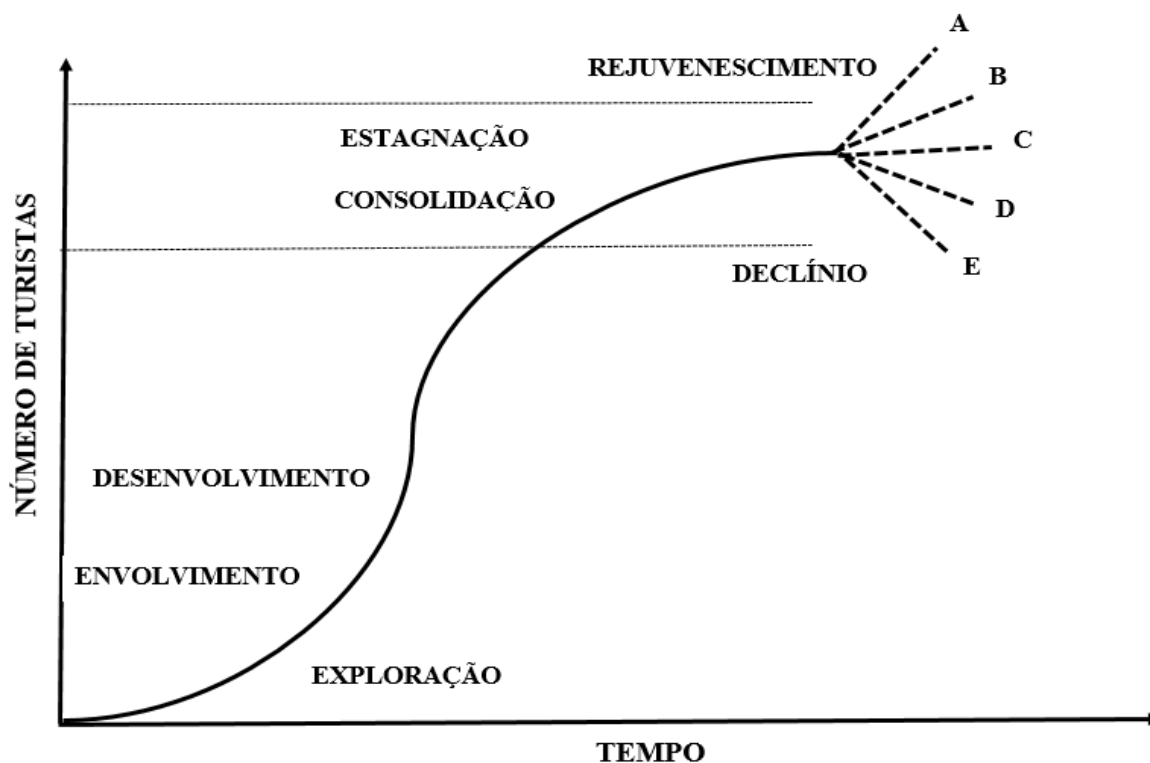
No seguimento, apresenta-se o modelo de Cohen (1972), onde foram definidos quatro grupos de turistas distintos, analisando estas abordagens de acordo com o nível de dependência da indústria do turismo e a relação com as comunidades de acolhimento.

O primeiro grupo é composto pelos *drifters*, viajantes que procuram interação com as comunidades locais, com a sua cultura, dispensando um destino turistificado. O segundo grupo é composto pelos *exploradores*, indivíduos independentes, sendo os próprios a planearem as suas viagens, sendo grande parte delas, ligadas a experiências culturais. Usam infraestruturas turísticas, mas esse não é o grande foco da viagem. O terceiro grupo é o composto pelos *turistas de massa individuais*, isto é, recorrem aos operadores turísticos, mas são estes que decidem os planos da viagem. O último grupo é composto por *turistas de massas organizados*. Estes são completamente dependentes dos operadores turísticos, optando por pacotes com tudo completo, não sendo aventureiros e curiosos em interagir, por exemplo, com a comunidade local, vivendo estes numa "bolha ambiental" (Cohen, 1972, pp. 166-167).

Após a análise de vários estudos e modelos associados ao desenvolvimento dos destinos turísticos, será aprofundado, por fim, o modelo de Ciclo de Vida da Área do Turismo de Butler (1980). Este modelo caracteriza-se por uma evolução que passa por cinco fases e que cujo futuro após a última fase pode diversificar, dependendo de vários fatores que irão ser abordados de seguida, como ilustrado na Figura 8.

¹⁸ Tradução do original: "If a destination's planners understand the psychographic curve, it is possible for them to control development or progress along the curve and maintain an ideal positioning. Few places do this, however, because local authorities don't understand the dynamics of what contributes to success and failure."

FIGURA 8. CICLO DE VIDA DA ÁREA DO TURISMO DE BUTLER



Fonte: Butler (1980, p. 7)

A primeira etapa é a *fase de exploração*, caracterizada pelo número de turistas reduzido, atraídos pelo convívio com as comunidades locais, que aqui é frequente, e pelos atributos naturais e culturais do destino. Para além disso, o destino continua inalterado e caracteriza-se pela ausência de infraestruturas turísticas. O turismo ainda representa pouco impacto social e económico na comunidade residente e no destino em si (Butler, 1980).

A segunda fase surge com o aumento do número de visitantes e com a sua regularidade. Dá-se a *fase de envolvimento*, onde os residentes locais reconhecem a oportunidade e começam a desenvolver instalações de apoio ou de exclusividade turística. Com o decorrer desta fase, é introduzida alguma publicidade para atrair turistas e é desenvolvido uma primeira segmentação de mercado que se visa alcançar. Surge uma estância turística, assim como os primeiros passos na intervenção do governo e de outras entidades do setor público no desenvolvimento turístico do destino (Butler, 1980).

A fase seguinte é a *fase de desenvolvimento*, onde é apresentado um mercado turístico bem delineado, em grande parte, devido à publicidade realizada nas áreas geradoras de turismo.

Nesta fase, a comunidade local deixa de ser envolvida nos planos de desenvolvimento do destino. O destino altera-se fisicamente e socialmente, apesar de estas mudanças não serem apoiadas por parte da população. Numa fase inicial, o envolvimento local era o principal motor de desenvolvimento e planeamento do destino, contudo, nesta fase, este é sobreposto pelo envolvimento regional e nacional. Em resultado deste desenvolvimento, o número de turistas é igual ou superior à população local permanente (Butler, 1980).

Inicia-se, em consequência, a *fase de consolidação*, a taxa de aumento do número de visitantes irá regredir, apesar do número total de visitantes ainda continuar a exceder o número de residentes permanentes, mas já de uma forma mais moderada. Devido à dependência económica do destino no setor do turismo, são acrescidos esforços para prolongar a estação turística e para alcançar mais mercados (Butler, 1980).

Na *fase de estagnação*, a capacidade do destino atinge o seu pico, e, em certos casos, é ultrapassada, provocando adversidades como problemas ambientais, económicos e sociais. O destino, apesar de ter uma imagem bem definida, este já não está mais "na moda". A genuinidade das atrações do destino é substituída pela artificialidade e o destino encontra-se dependente de visitantes repetidos para manter a sua função turística (Butler, 1980).

A quinta etapa é a *fase de declínio*, e acontece após o destino perder a sua atratividade e competitividade, perdendo a afluência e regularidade de visitantes neste espaço. Este, apresenta-se agora, como um destino de excursionistas ou de fim-de-semana. As instalações turísticas são substituídas por outras não relacionadas, sendo adaptadas a um destino que vai diminuindo a sua função turística, podendo mesmo perdê-la totalmente (Butler, 1980).

Contudo, segundo Butler (1980), após estas cinco fases, o destino pode assumir diversas posições, dependendo da capacidade de intervenção e desenvolvimento de estratégias precisas por parte dos gestores do destino. Neste seguimento, o autor desenvolveu cinco possíveis situações pós-estagnação.

Num destino onde ocorra um "re-desenvolvimento" bem-sucedido, este assume capacidade de voltar a crescer e expandir-se turisticamente (curva A). Quando surgem alterações de menor dimensão, aliadas à capacidade suportada pelo destino e a proteção dos recursos do mesmo, observa-se, apesar de numa taxa reduzida, um crescimento do destino (curva B).

Quando o destino se reajusta, nos seus diversos níveis, este alcança uma procura contínua e estável (curva C). Nas situações em que não são readaptadas às estratégias de desenvolvimento e os recursos explorados de forma responsável, a competitividade e atratividade da região é perdida e leva a um declínio acentuado (curva D). Por último, aquando situações de “guerra, doença, ou outros eventos catastróficos”, o declínio do afluxo de visitantes é imediato, sendo difícil o destino recuperar os mesmos (Butler, 1980).

Após a apresentação de desenvolvimento interligado com o turismo, torna-se fundamental compreender o que representa um desenvolvimento turístico desintegrado, muitas vezes resultante do seu desempenho ineficaz nos destinos, nomeadamente, uma postura insustentável e enfraquecida, sendo, de forma breve, identificados alguns dos fenómenos, situações e implicações consequentes.

No seu conjunto, os impactos do turismo, quando se registam estratégias deficitárias e desintegradas das necessidades e realidades reais, podem ser diversos, contudo, destacam-se os económicos, ambientais e sociais, sendo os primeiros mencionados os mais estudados, nomeadamente por Mason (2010) e Pearce (1989), tendo este último afirmado que os “Estudos sobre o impacto do desenvolvimento turístico em um destino ou destinos têm sido o maior elemento individual da investigação em turismo” (como citado em Mason, 2010, p. 34)¹⁹.

Mason (2010) salienta três principais impactes económicos negativos: a inflação, os custos de oportunidade e a dependência excessiva do turismo na economia. No contexto social, Williams (1998) destaca duas principais consequências: o “efeito demonstração” e a “aculturação”. O primeiro fenómeno surge, principalmente, quando o contacto entre residentes e visitantes é superficial e de pouca duração. O processo de “aculturação” surge quando existe uma interação e comunicação significativa e a longo prazo que permite que culturas distintas se tornem semelhantes

Por último, nos impactos ambientais, Mason (2010) destaca os seguintes aspetos: (1) poluição; (2) os turistas, por vezes, provocam situações de *overcrowding* e

¹⁹ Tradução do original: “Studies of the impact of tourist development on a destination or destinations have been the largest single element of tourism research”.

congestionamento de tráfego; (3) erosão do solo e da vegetação; (4) o turismo pode levar à criação de infraestruturas desenquadradas da arquitetura presente no destino e (5) causar danos e/ou perturbar a vida selvagem.

Apesar destes autores ressaltarem uma certa parte positiva destes fenómenos e o facto de realmente cativar turistas, no caso da aculturação, ocorre uma probabilidade significativa de se perder parte da diversidade cultural global e nos destinos onde ocorre o efeito demonstração, é colocado em risco os verdadeiros significados dos produtos tradicionais ou das práticas culturais, dado que estes são comercializados e produzidos para os turistas os consumirem (Mason, 2010).

Em suma, é de ressaltar que **o desenvolvimento em turismo traz inúmeros benefícios e oportunidades, mas quando este não ocorre da forma mais justa e consciente, os impactos negativos são sentidos numa dimensão alargada, sendo sentidos a nível político, social, económico e principalmente, ambiental**. Sendo por isso necessário um planeamento, gestão e desenvolvimento flexível e adaptado às realidades em constante alteração, de modo a que a comunidade possa usufruir dos resultados positivos do mesmo, de uma forma coesa e significativa e que as gerações futuras possam, de igual forma, usufruir desses mesmos reclusos e oportunidades.

2.4 Contributo do Turismo para o Desenvolvimento Territorial, Regional e Local

O turismo interage com uma diversidade de competências e atributos que abrangem as diferentes dimensões de desenvolvimento, aliados a mudanças económicas, sociais, políticas e culturais que permite, caso este se assuma com políticas e estratégias integradas e coesas, um conjunto de benefícios para as nações, para as comunidades locais e para os visitantes.

Neste sentido, como referido anteriormente e reforçado por Bramwell & Sharman (1999), torna-se necessário adotar **linhas estratégias baseadas em pilares de sustentabilidade, aliadas à colaboração e integração de todos os stakeholders**, permitindo assim que esta relação promova benefícios mais significativos nos diversos âmbitos e, para além disso, estimule uma postura mais crítica e a uma maior reflexão sobre as diversas consequências do desenvolvimento turístico, nomeadamente, económicas, ambientais e sociais.

Apresenta-se, assim, como crucial que os países, nas suas diversas dimensões, nomeadamente, territoriais, regionais e locais, baseiem-se em objetivos sustentáveis de desenvolvimento económico e social, de modo a obter uma transformação da sociedade, regida por políticas adaptadas às necessidades específicas de cada uma, baseadas na adaptabilidade e flexibilidade. Esta adoção permite uma distribuição mais igualitária das oportunidades, dos recursos, dos benefícios do turismo e de outros setores e uma melhoria da qualidade de vida geral da sociedade atual, mas em constante preocupação com as gerações futuras.

2.4.1 Desenvolvimento Territorial

De entre as várias dimensões de desenvolvimento, num contexto mais abrangente, o desenvolvimento territorial define-se como “o processo através do qual a geografia dos territórios habitados pelas sociedades humanas é progressivamente transformada”²⁰ (Council of Europe, 2011, p. 9) Para além de objetivar o crescimento e desenvolvimento económico sustentável da região, este visa, de igual forma, o desenvolvimento social, ambiental e cultural, de modo a alcançar um território coeso e integrado.

Neste sentido, a coesão territorial torna-se um objetivo claro deste desenvolvimento em estudo. Por coesão territorial pode entender-se um elemento complementar à coesão social e económica e acompanha três principais componentes territoriais: a qualidade, a eficiência e a identidade. A qualidade territorial refere-se à qualidade de vida e do trabalho semelhante nos diferentes territórios, assim como igual oportunidade de educação e de usufruir de serviços distintos. No que diz respeito à eficiência territorial, esta refere-se aos recursos naturais, à energia e ao solo, mas também à eficiência das redes de cooperação e interação regional. Por último, a identidade territorial, composta pelo “capital social”, assume-se pela capacidade de planear e de ter uma postura proactiva em relação ao futuro mas também, no

²⁰ Tradução portuguesa da publicação original “Spatial development glossary: European Conference of Ministers responsible for Spatial/Regional Planning (CEMAT)”, realizada por João Mourato e João Ferrão, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

que diz respeito de gerir as potencialidades locais e a competitividade subjetiva ao território que as integra (CEMAT, 2011)²¹.

Neste seguimento, revela-se a importância de compreender o conceito de inovação territorial, termo este que foi enquadrado em vários modelos e teorias. Serão, assim, abordados os que, segundo Moulaert e Sekia (2003), desempenham maior destaque e relevância, de referir: *Sistemas de Inovação Regional*, as *Regiões de Aprendizagem*, os *Distritos Industriais*, os *Milieux Innovateur*, os *Novos Espaços Industriais*, e, por fim, os *Clusters de Inovação*.

Estes modelos de inovação territorial, segundo Brandão (2014), “consideram o papel e influência do espaço, aglomeração de atividades económicas, instituições comuns, cooperação, aprendizagem colectiva e criação e transferência de conhecimento em processos de inovação dentro de uma configuração geográfica”²² (pp. 143-144).

Nos *Sistemas de Inovação Regional*, é salientada a importância e o papel da aprendizagem coletiva, sendo esta resultado das “relações de cooperação profundas entre os membros do sistema”²³ (Moulaert e Sekia, 2003, p. 293). Assiste-se à presença da inovação como processo criativo, que se caracteriza pela “interação entre os agentes do processo (construída em feedback); o aspecto cumulativo e retornos crescentes do processo inovador; e a orientação para a resolução de problemas, que demonstra a natureza específica da inovação.”²⁴ (p. 293). Em adição, estes autores afirmam que, para além da vertente de

²¹ Tradução portuguesa da publicação original “Spatial development glossary: European Conference of Ministers responsible for Spatial/Regional Planning (CEMAT)”, realizada por João Mourato e João Ferrão, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

²² Tradução do original: “consider the role and influence of space, agglomeration of economic activities, common institutions, cooperation, collective learning and knowledge creation and transfer in innovation processes within a geographical configuration”.

²³ Tradução do original: “(...) deep cooperative relationships between members of the system”.

²⁴ Tradução do original: “the interaction between agents of the process (built on feed-back); the cumulative aspect of, and increasing returns to, the innovative process; and the ‘problem-solving’ orientation, which shows the specific nature of the innovation”.

inovação tecnológica, é de referir, ainda, a inovação organizacional, sendo muitas vezes determinante na inovação anteriormente mencionada.

No que concerne às *Regiões de Aprendizagem*, Morgan (1997) destaca alguns das principais pressupostos que sustentam esta teoria: “a inovação é um processo interactivo”, em oposição às crenças de alguns autores sobre a inovação como algo “linear”, “a inovação é moldada por uma variedade de rotinas institucionais e convenções sociais” e que, por sua vez, complementa a terceira característica, o “capital social” (p. 493)²⁵. Para Putnam (1993), este último conceito “refere-se a características de organização social, tais como redes, normas e confiança, que facilitam a coordenação e cooperação para benefício mútuo. O capital social aumenta os benefícios do investimento em capital físico e humano”²⁶ (pp. 1-2).

Nesta teoria é reconhecida a importância do conhecimento, sendo este fundamental para a inovação territorial. Foram diversos os autores que abordaram a relevância do mesmo, entre eles Lundvall (2016) que afirma que “o conhecimento é o recurso mais importante e a aprendizagem o processo mais importante”²⁷ (p. 323).

Belussi e Caldari (2008), num estudo sobre a abordagem de Marshall, um dos fundadores teóricos desta abordagem, definiram os *Distritos Industriais* como “uma peculiar combinação de concorrência e cooperação (...) as empresas especializam-se em fases particulares do processo produtivo: cada fase não é isolada das outras, mas, pelo contrário, é funcional para as outras”²⁸ (p. 338). Esta concentração geográfica permite a troca de *skills*,

²⁵ Tradução do original: “(...) innovation is an interactive process”; “(...) “(...)linear”; “(...) innovation is shaped by a variety of institutional routines and social conventions”; “(...) social capital”.

²⁶ Tradução do original: “(...) refers to features of social organization, such as networks, norms, and trust, that facilitate coordination and cooperation for mutual benefit. Social capital enhances the benefits of investment in physical and human capital”.

²⁷ Tradução do original: “(...) knowledge is the most important resource and learning the most important process”.

²⁸ Tradução do original: “(...) a peculiar combination of competition and cooperation (...) firms specialise in particular phases of the productive process: each phase is not isolated from but is functional to the others”.

nas diferentes tipologias de conhecimento, proximidade de recursos de extrema importância e impulsiona a capacidade das pequenas e médias empresas poderem competir com as grandes empresas, devido à presença de economias externas. Este último aspeto é salientado por vários autores, nomeadamente, Piore e Sabel (1984) que acreditam que as pequenas e médias empresas têm maior capacidade e flexibilidade de se adaptarem e inovarem (como citado em Melo, 2006).

Becattini (1989) também se debruçou sobre o estudo de Marshall, definindo estes distritos como uma “entidade sócio-territorial caracterizada pela co-presença ativa, numa área territorial circunscrita, natural e historicamente determinada, de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas industriais” (como citado em Melo, 2006, p. 32). Para além disso, estes espaços caracterizam-se pela definição de valores comuns, pois, segundo Becattini (1989), facilita a regulamentação de comportamentos organizacionais e sociais e facilitam, igualmente, a transmissão de conhecimento (como citado em Melo, 2006).

Relativamente ao conceito de *Milieux Innovateurs*, este surgiu nos anos 80, com o estudo desenvolvido pelo GREMI (*Groupe de Recherche Européen sur les Milieux Innovateurs*), através da iniciativa de Aydalot (1986), um dos elementos do grupo (Crevoisier, 2001). Segundo Crevoisier (2001), o território assume-se como motor de inovação, estabelecendo uma relação num dado meio ambiente e que se caracteriza por três principais paradigmas: *tecnológico, organizacional e territorial*.

O paradigma *tecnológico* realça o papel das tecnologias no desenvolvimento e transformação do sistema económico. A relação entre os recursos das empresas e os recursos do ambiente, assim como a interação entre empresas do mesmo ramo, aliadas a um espírito de cooperação e troca de conhecimentos e à integração de tecnologias permitem inovar e alcançar um maior desenvolvimento das mesmas. O paradigma *organizacional* refere-se aos elementos que facilitam ou dificultam a interação entre os diversos atores. Uma empresa é assim uma entidade componente do sistema territorial que assume uma dualidade de comportamentos face a outras empresas- por um lado, cooperam, e, por outro, são concorrentes- e é essa relação que permite desenvolver-se a inovação. Por último, o *paradigma territorial* aborda a distribuição heterogénea da inovação no espaço. Isto justifica-se pela capacidade de

determinados territórios desenvolverem ou disponibilizarem recursos, em exemplos, o know-how, capital ou competências, e atores, como empresas ou instituições de apoio, em detrimento de outros (Crevoisier, 2001). De ressaltar, assim, que o know-how não é um “resíduo histórico”, mas sim algo específico de cada território e que pode ser estimulado pela atividade económica.

Para Camagni (1991), na sua obra *Redes de inovação: perspectivas espaciais*, os *Milieux Innovateurs* são definidos como:

“ (...) o conjunto, ou a complexa rede de relações sociais principalmente informais numa área geográfica limitada, determinando frequentemente uma “imagem” externa específica e uma “representação” interna específica e o sentido de pertença, que reforçam a capacidade de inovação local através de processos de aprendizagem sinérgicos e colectivos”²⁹ (p. 3).

No que diz respeito aos *Novos Espaços Industriais*, um conceito desenvolvido em finais dos anos 80, destacam-se os estudos de Storper e Scott (1988). Segundo estes autores, esta teoria veio assumir-se em “contextos geográficos que são isolados de focos mais antigos da produção em massa fordista”³⁰ (p. 27). Piore & Sabel (1984) salientam que a solução para ultrapassar esse regime de produção em massa passa pela “produção artesanal”, método que manteria a suscetibilidade à inovação tecnológica, mas sob “a forma de máquinas-ferramentas de uso geral capazes de produção flexível e de pequenas séries”³¹ (como citado em Brody, 1985, pp. 613-614).

²⁹ Tradução do original: “(...) set of relationships happening on a limited territory, encompassing in a coherent way a production system, different economic and social actors, a specific culture and a representation system, and generating a dynamic process of collective learning”.

³⁰ Tradução do original: “(...)tends to come about in geographical contexts that are insulated from older foci of Fordist mass production”.

³¹ Tradução do original: “(...)in the form of general-purpose machine tools capable of small-batch, flexible production”.

Por último, apresentam-se os *Clusters de Inovação*, um conceito desenvolvido, em grande parte, por Porter, na década de 90, com o contributo dos estudos sobre clusters de atividade económicas desenvolvidos por Marshall. Para Porter (2000), os *clusters* podem ser definidos como “concentrações geográficas de empresas interligadas, fornecedores especializados, prestadores de serviços, empresas em indústrias relacionadas, e instituições associadas (por exemplo, universidades, agências de normalização, associações comerciais) num determinado campo que competem, mas também cooperam”³² (p.16). De entre as principais vantagens dos *clusters*, segundo o autor, estes desempenham papel importante para a inovação e para o crescimento da produtividade, para além de que as empresas que fazem parte dos clusters tendem a reconhecer de forma mais rápida e clara as necessidades dos compradores e oferece vantagens no alcance de novas tecnologias (Porter, 2000).

O desenvolvimento territorial assume, assim, uma relação intrínseca com a inovação, exprimindo-se em vários modelos e teorias que envolvem a competitividade, o desempenho do tecido empresarial e a reorganização dos sistemas produtivos. Neste sentido, a competitividade regional permite a competitividade dos países. **Para além do papel importante desempenhado pelos recursos endógenos e pelo capital humano, as empresas necessitam de desenvolver sinergias e redes de cooperação de modo a enriquecer o conhecimento dos agentes locais e a elevar a sua competitividade, e, conseqüentemente, a do território** (Álvaro, 2013).

Para a Comissão Europeia (1999), a competitividade assume-se como integrante de dois fatores: a produtividade e o emprego. Neste âmbito, a competitividade é definida como a “capacidade de produzir bens e serviços que satisfazem as necessidades dos mercados internacionais, enquanto, que ao mesmo tempo, mantém níveis elevados e sustentáveis de rendimento” ou, em termos mais gerais, a competitividade é “a capacidade que as empresas, as indústrias, as regiões, as nações e as regiões supranacionais têm de gerar, quando expostas

³² Tradução do original: “(...) geographic concentrations of interconnected companies, specialized suppliers, service providers, firms in related industries, and associated institutions (e.g., universities, standards agencies, trade associations) in a particular field that compete but also cooperate”.

à concorrência internacional, níveis de rendimento e de emprego relativamente elevados”³³ (p. 75).

Desta forma, torna-se fundamental um território desenvolver e empenhar o *know-how* da comunidade local, estimular sistemas e redes de partilha e interação entre as várias entidades e agentes locais e institucionais, de modo a formar um território mais coeso, integrado e sustentável, que englobe os diferentes níveis de atuação, desde local, regional ao territorial.

2.4.2 Desenvolvimento Regional

De mão dada com a preocupação crescente com a sustentabilidade, especialmente, no final dos anos 70/ início dos anos 80 do século XX, foi, no mesmo sentido, sendo debatida a viabilidade das políticas nacionais e regionais tradicionais, dando margem para surgir este novo conceito, algo que representou um avanço importante nos estudos do desenvolvimento económico (Ribeiro & Vareiro, 2007).

Neste sentido, após a discussão do conceito de desenvolvimento territorial, torna-se necessário compreender a importância da dimensão regional e a influência que a mesma representa num contexto nacional.

Higgins e Savoie (1988) referem vários fatores a ter em conta perante o importante papel da dimensão regional, nomeadamente: (1) o facto de as disparidades regionais gerarem problemas políticos e sociais, sendo algo que precisa de ser enfrentado e colmatado; (2) a necessidade de reconhecer que as economias nacionais resultam do conjunto de economias regionais, sendo iminente trabalhar a coesão das regiões para obter, em consequência, uma coesão nacional; (3) a consciência que trabalhar no desenvolvimento nacional, sem atender às especificidades de cada região, gera um desenvolvimento desintegrado, onde os desequilíbrios entre regiões são intensificados; (4) A gestão de determinados recursos, nomeadamente, naturais e humanos, necessitam ser geridos e planeados a nível regional, de

³³ Tradução do original: “Competitiveness is, therefore, defined here as the 'ability to produce goods and services which meet the test of international markets, while at the same time maintaining high and sustainable levels of income' or, more generally, 'the ability of companies, industries, regions, nations and supra-national regions to generate, while being exposed to international competition, relatively high income and employment levels'.”.

modo a que a sua gestão seja bem sucedida e (5) para alcançar as melhor políticas a implementar é necessário compreender e saber identificar os principais atores locais e regionais (como citado em Telfer, 2002). Para além disso, torna-se crucial interpretar e planear as regiões como territórios que estão em constante alteração e que estas regiões ultrapassam as “fronteiras nacionais” (Telfer, 2002).

Para Mabogunje (1980), as principais ambições do desenvolvimento regional passam pela redução de discrepâncias e o alcance de um equilíbrio entre as regiões, assim como fatores inerentes às mesmas, como oportunidades na vida, oportunidades de emprego e rendimentos justos, independentemente das regiões à qual possam pertencer. Quando se trata de regiões periféricas, Pearce (1991) destaca que, pelo facto de o desenvolvimento destas regiões passar por *inputs* externos, nomeadamente, capital, trabalho, *know-how* e recursos técnicos, surgem vários problemas, inclusive com o turismo, como os *leakage*.

Desta forma, distinguem-se quatro fatores que impulsionam o desenvolvimento regional, sendo, segundo Vásquez-Barquero (2002) os seguintes: 1) a flexibilidade do processo de produção; 2) a difusão da importância da inovação e do conhecimento; 3) a adaptabilidade da componente institucional e 4) a aposta no desenvolvimento da componente urbana do território. Se conjugados entre si, permitem o desenvolvimento económico eficiente. Desta forma, é claro o olhar sobre o desenvolvimento regional como um meio que permite espalhar os benefícios e oportunidades nas diferentes regiões, nomeadamente, através do turismo (Telfer, 2002).

É neste sentido que se reflete a necessidade de abordar e compreender as especificidades de uma região, quer integrada no turismo ou como conceito isolado. Smith (1995) no sentido de definir o conceito de região, afirma a existência de três tipologias de regiões distintas: *regiões à priori*, *regiões homogéneas* e *regiões funcionais*. Por *região à priori* entende-se uma unidade política, com nome e fronteiras definidas. Uma *região homogénea* é um espaço que assume características internas similares. E, por último, a região funcional, que representa uma área com alto grau de interação interna. Esta última pode representar regiões com elevada interação e cooperação tecnológica e social, como, por exemplo dado pelo autor, vários habitantes de determinada região subscreverem o mesmo jornal de notícias.

O conceito de região interligado com o turismo foi desenvolvido igualmente por Smith (1995). Este autor define uma região turística como “uma área contígua que foi delineada de forma explícita por um investigador, planeador ou agência pública como tendo relevância para algum aspeto do planeamento, desenvolvimento ou análise do turismo” (p. 175)³⁴.

Para que se possa abordar o conceito de regiões de turismo, segundo Gunn (1965) e como citado em Smith (1995, p. 174-175), estas necessitam de assumir um conjunto de diferentes características e fatores:

“(1) localizados a uma certa distância dos potenciais visitantes; (2) serem vistas como potenciais destinos; (3) serem razoavelmente acessíveis para o mercado; (4) possuírem um nível mínimo de infraestruturas económicas e sociais para suportarem o desenvolvimento do turismo; e (5) que são grandes o suficiente para conterem mais que uma só uma comunidade.”³⁵

Quando é registado uma concentração de desenvolvimento nestas regiões, estas registam diversas vantagens, que, segundo Inskip (1991) são as seguintes:

“Oportunidade de um planeamento integrado e aplicação do desenvolvimento, design e controlos ambientais; Acesso mais eficiente aos transportes e outras infraestruturas; Conveniência para os turistas que têm instalações e serviços nas proximidades; capacidade do desenvolvimento concentrado em apoiar instalações e

³⁴ Tradução do original: “(...) a contiguous area that has been explicitly delineated by a researcher, planner or public agency as having relevance for some aspect of tourism planning, development or analysis.”

³⁵ Tradução do original: “(...) located at some distance from potential visitors; (2) seen as potential destinations; (3) that are reasonably accessible to the market; (4) that have some minimum level of economic and social infrastructure that can support tourism development; and (5) that are large enough to contain more than just one community.”

serviços mais especializados; e contenção dos impactes ambientais e socioculturais em áreas específicas” (pp. 182-183)³⁶.

O turismo como potenciador do desenvolvimento regional é assim defendido e comprovado por diversos autores. Christaller (1963) defende que o turismo pode ser um motor de desenvolvimento económico em regiões periféricas, no sentido de beneficiar das deslocações de turistas dos centros metropolitanos para as periferias, em parte, devido às especificidades destas regiões, em exemplo, os seus recursos e os seus principais setores, necessários para todo o país, como a agricultura e a silvicultura. Para Oppermann (1992), o “turismo é geralmente considerado como um agente positivo no desenvolvimento económico e regional dos países em desenvolvimento” (p. 226)³⁷.

De igual modo, Pike et al., (2006), mencionam algumas das várias vantagens sociais e económicas resultantes do desenvolvimento local e regional. Foram assim destacadas duas principais vantagens sociais: as (1) “Estratégias de desenvolvimento local e regional capacitam as sociedades locais e geram o diálogo local”³⁸, no sentido em que pessoas que viviam em partes do mundo nas quais não detinham quase poder sobre as tomadas de decisão relativas às estratégias definidas para alcançar o desenvolvimento local e regional, passam agora a ter a oportunidade de assumirem uma postura mais ativa e crítica, nomeadamente, sobre o “desenvolvimento sustentável e ao seu próprio futuro económico, social e político”³⁹

³⁶ Tradução do original: “Opportunity for integrated planning and application of development, design, and environmental controls; More efficient provision of transportation access and other infrastructure; Convenience to tourists of facilities and services being in proximity; Capability of concentrated development to support more specialized facilities and services; and Containment of any negative environmental and sociocultural impacts in specific areas.”

³⁷ Tradução do original: “Tourism is generally considered to be a positive agent in the economic and regional development of developing countries”.

³⁸ Tradução do original: “Local and regional development strategies empower local societies and generate local dialogue.”

³⁹ Tradução do original: “(...) sustainable development and their own economic, social and political futures.

e (2) a definição de linhas estratégicas para o desenvolvimento local e regional pode contribuir para “ajudar a tornar as instituições locais e regionais mais transparentes e responsáveis e fomentar o desenvolvimento da sociedade civil”⁴⁰ (p. 19).

Do ponto de vista das vantagens económicas, os autores destacam a melhoria dos empregos, em parte, devido a estratégias de desenvolvimento que permitem o envolvimento dos agentes locais e a fixação empresarial no território, em complemento com um crescimento económico mais sustentado e coeso e com um conjunto empresarial capaz de responder às constantes mudanças e necessidades globais, dado que as estratégias de desenvolvimento permitem reconhecer e desenvolver a partir das especificidades territoriais.

Em modo conclusivo, é de mencionar que o desenvolvimento regional, quer a nível turístico, quer noutros níveis, é fundamental para alcançar um território nacional mais coeso e competitivo, devendo, desta forma, existir uma proximidade com as regiões, de modo a aplicar as melhores políticas e estratégias, conhecer melhor o seu capital social e as suas potencialidades, mas também para identificar e colmatar algumas lacunas que estas apresentem para assim melhorar as condições dos residentes e dos que possivelmente as possam visitar.

2.4.3 Desenvolvimento Local

O conceito de desenvolvimento local surge como resultado do desenvolvimento regional, com enfoque nos recursos endógenos (Coffey & Polèse, 1984). Vázquez-Barquero (1993) acrescenta o seu contributo para o estudo deste tema, definindo o desenvolvimento local como:

"uma interpretação otimista dos processos de desenvolvimento, que considera que o necessidades da população seriam bem cobertas e o sucesso das iniciativas locais seria garantido quando o população define, assume e controla os projetos, por mais

⁴⁰ Tradução do original: “(...) help to make local and regional institutions more transparent and accountable and foster the development of the local civil society”.

limitados que sejam os recursos disponíveis e os investimentos efetuados" (Vázquez-Barquero, 207, p. 190)⁴¹.

Garafoli (2009) assume uma postura semelhante ao defender que o desenvolvimento local passa pela: “capacidade de transformar o sistema social e económico; capacidade de reagir a desafios externos e capacidade de introduzir formas específicas de regulação social a nível local que apoiam estes dois processos”⁴², sendo destacada a importância da inovação e criatividade (p. 229).

A filosofia do desenvolvimento local opõe-se assim a uma abordagem de desenvolvimento tradicional, sendo um processo que procura soluções específicas para cada problema, não apenas uma política geral para todas as necessidades e que se pode adotar em todos os territórios. Segundo Rodriguez-Pose (2008), existem dois aspetos principais que diferenciam estas duas ideologias, dado que o desenvolvimento local:

“(…) incide sobre um território em vez de um sector. Os processos de desenvolvimento económico local são geridos localmente e são participativos, os agentes e intervenientes locais desempenham um papel de liderança na conceção e execução da estratégia de desenvolvimento a ser seguida (...) o que dá poder a todos os atores locais, limitando assim os comportamentos oportunistas (como citado em Revez, 2014, p. 119)”.

⁴¹ Tradução do original: “(...) nuna interpretación, más bien, optimista de los procesos de desarrollo, que considera que las necesidades de la población estarían bien cubiertas y el éxito de las iniciativas locales garantizado cuando la población define, asume y controla los proyectos por muy limitados que sean los recursos de que dispone y las inversiones que se realiza”.

⁴² Tradução do original: “(...) capacity to transform the social and economic system; capacity to react to external challenges; and capacity to introduce specific forms of social regulation, at the local level, that support these two processes”.

Neste âmbito, a caracterização sobre a participação e integração da comunidade, devido à sua relevância no tema torna-se crucial, nomeadamente, caso se pretenda desenvolver um **turismo baseado na comunidade, com princípios mais integrados e sustentáveis**. Segundo Pretty (1995), a participação pode assumir diferentes tipologias e contextos, tendo desenvolvido um conjunto de tipologias de participação: (1) a *participação manipuladora*; (2) *participação passiva*; (3) *participação por consulta*; (4) *participação através de incentivos materiais*; (5) *participação funcional*; (6) *participação interativa* e (7) *self-mobilization*.

Iniciando o desenvolvimento destas tipologias de participação, segundo o autor estas assumem as seguintes definições: (1) na *participação manipuladora*, apesar de existir a participação, nomeadamente em conselhos oficiais, esta é uma participação convencionada e sem poder; (2) na *participação passiva*, as pessoas em questão apenas têm conhecimento sobre o que já foi decidido, sendo os seus pontos de vista e preocupações ignorados; (3) na *participação por consulta*, os agentes externos colocam questões às pessoas, contudo, não existe obrigação de a opinião ser tida em conta nem influencia as tomadas de decisão. A recolha e análise de dados é de total responsabilidade dos profissionais; (4) na *participação por incentivos materiais*, a participação das pessoas passa, por exemplo, pelo seu contributo com recursos e/ou mão-de-obra em troca de comida e/ou dinheiro, entre outros incentivos materiais; (5) na *participação funcional*, é dada a oportunidade de participar, mas com o intuito de os agentes externos conseguirem atingir os seus objetivos e, se possível, a custos reduzidos. Existe algum poder nas tomadas de decisões, mas apenas depois das decisões importantes já terem sido tomadas; (6) na *participação interativa*, as pessoas participam de forma equilibrada, estando envolvidas no desenvolvimento de planos de ação e melhoria das instituições locais. Esta participação rege-se por “processos de aprendizagem sistémicos e estruturados, à medida que os grupos assumem o controlo sobre as decisões locais e determinam a forma como os recursos disponíveis são utilizados, têm um interesse na manutenção de estruturas ou práticas”⁴³ e, por fim, (7) na *self-mobilization*, as pessoas controlam de que forma os recursos são utilizados e estas tomam iniciativas sem depender

⁴³ Tradução do original: “(...) systemic and structured learning processes. As groups take control over local decisions and determine how available resources are used, so they have a stake in maintaining structures or practices”.

de agentes externos, desenvolvendo contactos com instituições que possam apoiar e esclarecer, em caso de necessidade.

Polèse (1998) destaca, assim, “a redução da dependência da região face aos governos e agentes económicos do exterior. É um desenvolvimento autónomo, liberto (pelo menos em parte) dos constrangimentos e injustiças do sistema” (p. 218). É neste sentido que o autor defende que este desenvolvimento é um ideal, um modelo alternativo de desenvolvimento que contribui para a supressão da desigualdade e para o crescimento, que antes era condicionado por forças externas.

Desta forma, **é possível definir desenvolvimento local com base em dez princípios**, de referir: 1) uma transformação que estimula a melhoria do bem-estar e qualidade de vida das comunidades locais; 2) políticas e linhas de atuação centradas num território de menor dimensão e que assume a sua própria identidade que, juntamente com um esforço conjunto, permite a afirmação local e territorial; 3) concentra esforços em políticas capazes de dar resposta a necessidades básicas que a comunidade ainda não tenha satisfeito; 4) tem por base o estímulo das capacidades locais, quer das comunidades, quer do território em si; e) visa o *empowerment* da comunidade local para que se desenvolva uma participação crítica nas políticas adotadas; 5) inclui, para além dos recursos endógenos, também recursos exógenos, sendo estabelecida uma relação de cooperação e enriquecimento do território; 6) uma análise contínua e integrada dos problemas reconhecidos e as respostas que são dadas para solucionar os mesmos; 7) prioriza o desenvolvimento de parcerias e redes de cooperação entre os diferentes agentes locais ou que trabalham no local; 8) modelo de desenvolvimento que se reflete, tendencialmente, em toda a comunidade local; 9) e rege-se por uma estratégia integradora de diversas dinâmicas e métodos que, posteriormente, resultam em diferentes resultados (Amaro, 2009)

O desenvolvimento local deve, assim, visar a valorização e gestão do capital local, nomeadamente, o *know-how* e as capacidades da comunidade local e dos recursos endógenos que o território proporciona, através da criação de linhas estratégicas e políticas de desenvolvimento que reconheçam as especificidades, fragilidades e oportunidades de cada local e da comunidade que nele está inserida. Só seguindo um desenvolvimento mais próximo da comunidade, é que se consegue um desenvolvimento integrado e mais sustentável, enquadrado às necessidades da mesma e do destino.

Em suma, e como referido pela OCDE (2009), este novo paradigma local e regional baseia-se nos seguintes princípios: 1) um modelo de desenvolvimento que interfere no desempenho das empresas locais; 2) uma estratégia baseada nos potenciais endógenos e, em menor dimensão, potenciais exógenos; 3) uma abordagem concentrada no potencial e nas oportunidades em detrimento das desvantagens; 4) engloba diferentes níveis de atuação entre o nível local, regional e nacional, mas com um desempenho mais centralizado no poder local. Neste sentido, a presente entidade acredita que cada território e região são detentores de um conjunto de oportunidades e de uma capacidade de estimularem o seu desenvolvimento e crescimento, quando encorajadas do potencial do seu capital territorial e endógeno.

2.5 Contributo do Turismo para o Desenvolvimento Endógeno: O papel da Cultura e do Património

Num mundo globalizado, e perante as diferentes abordagens de desenvolvimento abordadas anteriormente, surge uma crescente preocupação e reconhecimento da importância de salvaguardar e preservar os recursos característicos de cada território e de cada comunidade, pois assumem-se como peças fundamentais da História.

Neste sentido, e como continuidade do subcapítulo anterior, a presente abordagem tem como principal objetivo apresentar e demonstrar de que forma o turismo pode influenciar na salvaguarda e valorização dos recursos endógenos e como os mesmos desempenham um fator impulsionador do desenvolvimento turístico e, especialmente, do desenvolvimento endógeno.

A década de 90 foi um período marcado pelo crescente interesse por parte de cada comunidade em preservar e valorizar a sua identidade, quer por resultado da sua geografia, quer pelo conjunto de expressões culturais, sociais, étnicas, económicas, entre outras (Smith, 2006). Em complemento, foi reconhecido que o uso dos recursos endógenos permite um conjunto de benefícios e oportunidades para quem os explora e, potencialmente, beneficia as comunidades locais, as regiões e os países em que estas se inserem, quando o seu uso é gerido e implementado de um modo responsável, como aborda Meirinawati et al., (2018).

Desta forma, várias entidades e autores procuraram caracterizar a necessidade e o potencial inerente à salvaguarda dos recursos e a sua utilização de forma sustentável, criativa e competitiva. No seu olhar conjunto, estes recursos representam a base da cultura e património, termos estes, que no seu significado, representam “fontes inegáveis de orgulho, identidade, propósito e resiliência”⁴⁴ (Bandarin et al., 2011, p.20) e promovem sentimentos de “autenticidade” e “singularidade” ao território ao qual pertencem (Mendonça & Lopes, 2016).

2.5.1 Introdução ao conceito de Desenvolvimento Endógeno

A última década do séc. XX registou uma mudança sobre as estratégias e políticas aplicadas sobre o território (Augusto et al., 2010). O **insucesso dos princípios mais rígidos e centralizados** foram, assim, **substituídos por uma governança mais flexível, assente numa maior preocupação das necessidades e potencialidades de cada região, dos seus recursos e das suas respetivas comunidades locais.**

Segundo Bowler (1999), este novo paradigma concentra-se, essencialmente, em três princípios base, sendo eles a utilização dos recursos existentes no território, um processo de desenvolvimento gerido e planeado a nível local e a retenção dos lucros na área local.

Este paradigma de desenvolvimento permitiu o surgimento de uma nova estratégia de desenvolvimento baseado num modelo de “*bottom-up*”, em oposição às estratégias baseadas em “*top-down*”, mais tradicionais e com um papel ativo e dominante dos governos (Stöhr & Taylor, 1981; Garofoli, 1992).

Um modelo de desenvolvimento com uma visão “*top-down*” caracteriza-se por um processo exógeno, complementado com a abordagem do crescimento económico e do aumento do PIB per capita como os fatores responsáveis pelo desenvolvimento. As políticas públicas são assim definidas e distribuídas de um modo centralizado “em detrimento de uma orientação para a capacitação do território na geração de inputs e da sua articulação com a envolvente externa para escoamento dos seus outputs” (Augusto et al., 2010, p. 500). Em consequência, como abordam estes autores, os territórios menos urbanizados, como não recebem políticas

⁴⁴ Tradução do original: “(...) undeniable sources of pride, identity, purpose and resilience”.

aplicadas ao seu contexto, nomeadamente, às suas necessidades e potencialidades, estes acabam por não conseguirem desenvolver processos de inovação, em oposição aos apoios institucionais e económicos que os grandes centros urbanos recebem por se acreditar serem os polos de desenvolvimento económico e conseguirem proporcionar, por sua vez, desenvolvimento aos territórios menos desenvolvidos. Isto gera contínuas fissuras nos territórios e evita que se gere um ciclo inovador em meios mais rurais.

Neste sentido, surge uma visão sustentada num processo de “*bottom-up*”. Como referido por Augusto et al., (2010), esta nova forma de analisar e planear um território integra um processo partilhado e participado, caracterizado por um modelo mais flexível, integrante das diferentes visões dos cidadãos e onde os processos, as políticas e os territórios são desenvolvidos com um todo e com uma perspetiva a longo prazo.

Apesar de, inicialmente, alguns autores acreditarem que o endógeno e exógeno eram componentes separadas e sem relação, mais tarde, essa teoria foi modificada, passando a uma análise destas duas dimensões como complementares, que se reforçam mutuamente (High e Nemes, 2007). É assim possível coexistirem ambos os modelos de desenvolvimento, conciliando esforços dos diferentes níveis de atuação, do local ao transnacional, podendo surgir diferentes linhas estratégicas, mais endógenas ou exógenas, mas com um papel local constante e ativo, de forma a uma maior dinamização do território e dos agentes envolvidos (Augusto et al., 2010).

Assim, como citado na obra “Learning endogenous development: building on bio-cultural diversity”, (Projeto COMPAS, 2007) o **conceito de desenvolvimento endógeno** assume-se como:

“o desenvolvimento baseado principalmente, mas não exclusivamente, em recursos disponíveis localmente, conhecimento local, cultura e liderança, com abertura para integrar conhecimentos e práticas tradicionais externas. Possui mecanismos de

aprendizagem e experiência local, construção de economias locais e retenção de benefícios na área local” (p. 12)⁴⁵.

Contudo, para que ocorra o desenvolvimento endógeno, Batista (1997) defende a necessidade de estarem presentes três condições, sendo estas a necessidade de existir alguém com ambição e competência para gerir e planear os meios de produção, o facto de ser fundamental existirem condições materiais e institucionais que permitam levar avante os projetos inovadores e, por fim, reforça a importância da capacidade de organização estratégica que permita desenvolver competitividade no mercado (como citado em Ribeiro & Vareiro (2007).

Desta forma, segundo Gambarota & Lorda (2017), **quando os agentes locais adotam um modelo de desenvolvimento endógeno, é possível alcançar três benefícios identificáveis**, de referir: o **reconhecimento e identificação das necessidades e capacidades associadas a cada comunidade**; a **integração dos cidadãos de uma forma ativa no processo de tomada de decisões e de identificação de oportunidades** e, para finalizar, a **capacidade de incentivar a uma maior consciência sobre a necessidade de um desenvolvimento sustentável e que respeite o meio ambiente**.

2.5.2 Conceito de Cultura

O desenvolvimento endógeno debruça-se sobre diversas dimensões, nas quais os ativos de cada território desempenham uma função crucial. É perante esta abordagem sociocultural que Zapata (2007) aborda que **a endogeneidade está relacionada com “o património natural, a cultura de um lugar, as potencialidades e as vocações económicas e, sobretudo, as pessoas”** (p.25). É, assim, neste sentido, que serão introduzidos os conceitos

⁴⁵ Tradução do original: “development based mainly, though not exclusively, on locally available resources, local knowledge, culture and leadership, with openness to integrating traditional as well as outside knowledges and practices. It has mechanisms for local learning and experimenting, building local economies and retention of benefits in the local area”.

de Cultura e de Património na secção 2.5.2 e 2.5.3 e a sua relação com o território, assim como com o desenvolvimento e o turismo.

Iniciando a abordagem pelo conceito de cultura, este é um tema que tem vindo a ser alvo de crescente interesse, sendo visto como um elemento de importância económica, mas principalmente, um fator de identidade relevante para cada país, capaz de dinamizar e regenerar a economia e uma região (Dietvorst, 1994; Ashworth e Larkham, 1994). Em complemento, Urry (1990) afirma que a cultura passou a assumir uma posição mais central na sociedade “pós-moderna”, sendo essa visão marcada pelo abandono das distinções “entre cultura e vida, entre alta e baixa cultura, entre arte erudita ou aurática e prazeres populares, e entre elite e formas de consumo de massa”⁴⁶ (p.84).

Segundo Ritchie & Crouch, 2003, p. 116) a cultura representa “A totalidade dos padrões de comportamento socialmente transmitidos, artes, crenças, instituições e outros produtos do trabalho humano e do pensamento característicos de uma comunidade ou população”⁴⁷ (definição adotada pelo American Heritage Dictionary, citada por Ritchie & Crouch, 2003, p. 116). Neste sentido, a cultura estende-se sobre várias abordagens, e “afeta tudo o que as pessoas fazem na sua sociedade devido às suas ideias, valores, atitudes, e padrões de comportamento normativos ou esperados”⁴⁸ (Belshek, 2006, p.2).

Para além das abordagens anteriormente identificadas, Williams (1976) apresenta o conceito de cultura numa perspetiva *antropológica*, *sociológica* e *estética*. Numa visão *antropológica*, a cultura é definida como o modo de vida dos indivíduos, onde se integra a forma como os mesmos pensam e se expressam, numa vertente que ultrapassa a produção das belas artes. Num âmbito *sociológico*, a cultura assume-se como produção, política e consumo de atividades recreativas, estando esta associada ao conceito de espetáculo. Por

⁴⁶ Tradução do original: “(...) between culture and life, between high and low culture, between scholarly or auratic art and popular pleasures, and between elite and mass forms of consumption”.

⁴⁷ Tradução do original: “The totality of socially transmitted behavior patterns, arts, beliefs, institutions, and other products of human work and thought characteristic of a community or population”.

⁴⁸ Tradução do original: “(...) affects everything people do in their society because of their ideas, values, attitudes, and normative or expected patterns of behavior”.

último, numa abordagem *estética*, a cultura é todo o conjunto de atividades artísticas e intelectuais, em exemplo, a música, a literatura, o teatro, a escultura e a arquitetura (como citado em Pereiro & Fernandes, 2018).

Numa abordagem semelhante, Richards (1996) interpreta o conceito de cultura segundo dois pontos de vista distintos. A cultura pode ser definida como um processo que surgiu nos ramos da antropologia e sociologia e que assume um conjunto de normas e princípios que baseiam o comportamento característico de um grupo social, uma comunidade, uma nação. Por outro lado, a cultura pode ser interpretada como um produto, com fundamento literário, onde se apresenta a cultura como resultado de um certo comportamento ou atividade, quer de um indivíduo ou de um grupo, e que assume diversos significados.

Num âmbito internacional, a UNESCO apresentou diversos estudos sobre o tema em estudo, tendo, em 1989, desenvolvido uma abordagem sobre o conceito de cultura tradicional e popular, na conferência denominada de Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular, definida como:

“o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; as normas e os valores se transmitem oralmente, por imitação ou de outras maneiras. Suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes”⁴⁹ (UNESCO, 1989, p. 239).

⁴⁹ Tradução do original: “totality of tradition-based creations of a cultural community, expressed by a group or individuals and recognized as reflecting the expectations of a community in so far as they reflect its cultural and social identity; its standards and values are transmitted orally, by imitation or by other means. Its forms are, among others, language, literature, music, dance, games, mythology, rituals, customs, handicrafts, architecture and other arts”.

E, em 2001, na Declaração Universal Sobre A Diversidade Cultural, a UNESCO apresentou uma teorização do conceito de cultura no seu âmbito geral, definido como “o conjunto distinto de características espirituais, materiais, intelectuais e emocionais da sociedade ou de um grupo social, e que abrange, para além da arte e literatura, estilos de vida, formas de convivência, sistemas de valores, tradições e crenças”⁵⁰ (p.62). Refere ainda que, devido às diversas formas que a cultura assume ao longo do tempo e espaço, é estimulada a diversidade cultural, que engloba a “singularidade e pluralidade das identidades dos grupos e sociedades que compõem a humanidade”⁵¹ (p. 62) e apresenta-se como uma “fonte de intercâmbio, inovação e criatividade”⁵², sendo algo fundamental para a humanidade, marcando as gerações presentes e futuras (UNESCO, 2001, artigo 1, s.p.).

Assume-se, assim, como fundamental, reconhecer o contributo da diversidade para o alargar de escolhas e oportunidades, assim como um motor de desenvolvimento e um fator que permite alcançar uma vida mais satisfatória a nível “intelectual, emocional, moral e espiritual” (UNESCO, 2001, artigo 3, s.p.). Desta forma, a defesa da cultura torna-se algo imprescindível à ética e dignidade humana, sendo claro a relação com os direitos humanos, nomeadamente, a liberdade, com especial enfoque para as minorias e os povos indígenas (p.62).

Neste sentido, é destacada a importância de apoios às comunidades e outros agentes envolvidos nestas tradições que visam ser preservadas. Foi, assim que, em 1989, a UNESCO discutiu a importância do conceito de conservação, passando este processo pela:

⁵⁰ Tradução do original: “(...) set of distinctive spiritual, material, intellectual and emotional features of society or a social group, and that it encompasses, in addition to art and literature, lifestyles, ways of living together, value systems, traditions and beliefs”.

⁵¹ Tradução do original: “(...) uniqueness and plurality of the identities of the groups and societies making up humankind”.

⁵² Tradução do original: “(...) source of exchange, innovation and creativity”

“proteção das tradições vinculadas à cultura tradicional e popular e de seus portadores, segundo o entendimento de que cada povo tem direitos sobre sua cultura e de que sua adesão a essa cultura pode perder o vigor sob a influência da cultura industrializada difundida pelos meios de comunicação de massa”⁵³ (p. 240).

É assim possível concluir que o conceito de cultura pode ser extenso e seguir diferentes orientações e interpretações, contudo, esta está inerente a cada território e cada comunidade e assume um conjunto de atributos e valências consideradas relevantes para a compreensão do seu papel no desenvolvimento e no turismo.

2.5.3 Conceito de Património

De mão dada com o avanço das teorias sobre a cultura, foram, de igual modo, desenvolvidas várias abordagens sobre o que constitui o património, conceito este que assume uma complexidade de abordagens, cujas diversas inclusões ou exclusões marcam a origem de vários conflitos e interpretações distintas (Timothy, 2016). Neste sentido, torna-se fundamental introduzir várias teorias que pretendem apresentar as principais ideologias e características, a sua evolução e abrangência, assim como os seus valores e o reconhecimento crescente da necessidade de salvaguardar o mesmo.

Em 1972, na Convenção relativa à Proteção do Património Cultural e Natural Mundial, foi apresentada a definição de Património Cultural, que segundo a UNESCO engloba três elementos principais: os *monumentos* (onde se apresentam as “obras arquitetónicas, obras de escultura e pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, habitações rupestres e combinações de traços, de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência”⁵⁴); *grupos de edifícios* (que são “separados

⁵³ Tradução do original: “(...) protection of folk traditions and those who are the transmitters, having regard to the fact that each people has a right to its own culture and that its adherence to that culture is often eroded by the impact of the industrialized culture purveyed by the mass media”

⁵⁴ Tradução do original: “(...) structures of an archaeological nature, inscriptions, cave dwellings and combinations of features, which are of outstanding universal value from the point of view of history, art or

ou ligados que, devido à sua arquitetura, à sua homogeneidade ou ao seu lugar na paisagem, têm um valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência”⁵⁵) e, por último, *lugares* (isto é, “obras do homem ou obras combinadas da natureza e do homem, e áreas incluindo sítios arqueológicos que são de valor universal excecional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico”⁵⁶), como apresentado no artigo nº1 da Convenção (UNESCO, 1972, p. 2).

No ano de 2000, foi apresentada a Carta de Cracóvia 2000: “Princípios Para A Conservação E O Restauro Do Património Construído”, onde foi desenvolvido o termo património e interpretado como o “conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a valorização do património é, assim, um processo relacionado com a seleção de valores”⁵⁷ (s.p.).

Em seguimento, no ano de 2003, foi adotada a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, na Conferência Geral da UNESCO. Esta Convenção veio destacar quatro pontos essenciais: (1) a “salvaguarda do património cultural imaterial”⁵⁸; (2) o “respeito pelo património cultural imaterial das comunidades, dos grupos e dos indivíduos em causa”⁵⁹; (3) a “sensibilização, a nível local, nacional e internacional, para a importância do património

science”.

⁵⁵ Tradução do original: “(...) separate or connected buildings which, because of their architecture, their homogeneity or their place in the landscape, are of outstanding universal value from the point of view of history, art or science”.

⁵⁶ Tradução do original: “(...) works of man or the combined works of nature and man, and areas including archaeological sites which are of outstanding universal value from the historical, aesthetic, ethnological or anthropological point of view”.

⁵⁷ Tradução do original: “(...) that complex of man's works in which a community recognises its particular and specific values and with which it identifies. Identification and specification of heritage is therefore a process related to the choice of values”.

⁵⁸ Tradução do original: “(...) safeguard the intangible cultural heritage”.

⁵⁹ Tradução do original: “(...) respect for the intangible cultural heritage of the communities, groups and individuals concerned”.

cultural imaterial e do seu reconhecimento mútuo”⁶⁰ e (4) “A cooperação e o auxílio internacionais”⁶¹ (Artigo 1.º: Fins da Convenção, p.5).

A UNESCO (2003), nessa Convenção, afirmou que o património cultural imaterial se manifesta em vários “domínios”, são estes: “Tradições e expressões orais; Artes do espetáculo; Práticas sociais, rituais e eventos festivos; Conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e o universo; e Aptidões ligadas ao artesanato tradicional”⁶² (UNESCO, 2003, p.5). Conclui, assim, que este deveria ser entendido como o conjunto de:

“práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões - bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhe estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural. Este património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, inculcando-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana”⁶³ (UNESCO, 2003, p.5)

⁶⁰ Tradução do original: “(...) awareness at the local, national and international levels of the importance of the intangible cultural heritage, and of ensuring mutual appreciation thereof”.

⁶¹ Tradução do original: “(...) international cooperation and assistance”

⁶² Tradução do original: “Tradução do original: “oral traditions and expressions, including language as a vehicle of the intangible cultural heritage; performing arts; social practices, rituals and festive events; knowledge and practices concerning nature and the universe; traditional craftsmanship”.

⁶³ Tradução do original: “(...) practices, representations, expressions, knowledge, skills – as well as the instruments, objects, artefacts and cultural spaces associated therewith – that communities, groups and, in some cases, individuals recognize as part of their cultural heritage. This intangible cultural heritage, transmitted from generation to generation, is constantly recreated by communities and groups in response to their environment, their interaction with nature and their history, and provides them with a sense of identity and continuity, thus promoting respect for cultural diversity and human creativity”.

Lado a lado com as várias abordagens desenvolvidas por organizações de cariz nacional e internacional, foram, igualmente, surgindo várias teorias fundamentadas por diversos autores, tendo estas apresentado algumas discórdias sobre os princípios e o que define o património.

Numa análise sobre o que compreende o património, Graham (2002) e Ashworth e Tunbridge (1999) apresentaram abordagens semelhantes. Segundo estes autores, o património consiste na gestão e uso contemporâneo de um passado para responder às necessidades da sociedade atual, sendo este passado interpretado e moldado através da história, das memórias coletivas e sobrevivências (Ashworth e Tunbridge, 1999). A sua utilização contemporânea pode passar por várias finalidades, nomeadamente, *culturais, económicas, políticas e sociais* (Graham, 2002). Dessa forma, o património pode ser encarado como um recurso, que pode assumir várias formas e ser utilizado várias vezes, estando o mesmo associado ao conhecimento, a um produto cultural e um recurso político, assumindo uma importante função sociopolítica (Graham, 2002).

Para além de se aproximarem da teoria dos autores anteriormente referidos, Smith (2006) e Harrison (2015) acrescentam que o património é também um discurso. Esse discurso representa mais que uma simples linguagem ou partilha de palavras, uma prática social, composta por valores e ideologias de uma sociedade, o seu conhecimento e crenças partilhadas através da linguagem (Smith, 2006). Para além disso, o património é também visto como um processo, onde se apresentam fatores de colaboração, diálogo e interação, um processo que resulta do diálogo entre o passado e o futuro, influenciado e interpretado por agentes do presente (Harrison, 2015).

É assim de destacar **que o património fornece um sentido de identidade e promove a coesão social e o diálogo, baseados em redes de cooperação e confiança que permitem contribuir para o desenvolvimento humano** (Bandarin et al., 2011), **permite promover uma história e memórias partilhadas, valores e tradições de uma nação** (Aykan, 2014),

assim como reações emocionais, em exemplo, “nostalgia, romantismo, prazer estético e um sentimento de pertença no tempo e no espaço”⁶⁴ (Ashworth & Goodall, 1991, p.162).

Contudo, torna-se fundamental introduzir a importância e o papel decisivo dos valores associados ao património, onde se envolvem diversas interpretações entre agentes públicos, privados e comunidades locais e se dita o que incluir ou excluir do conceito de património. Desenvolveram-se diversos estudos de como conservar e gerir o património, baseado em valores, onde se ambiciona a preservação do significado cultural dos lugares, entre eles, “valores estéticos, históricos, científicos, espirituais e sociais detidos por gerações passadas, presentes e futuras”⁶⁵ (Avrami et al., 2019, p. 1).

No ano de 1979, surgiu um passo importante no estudo nos valores culturais associados ao património, aquando a emissão da “Carta Burra” pela ICOMOS Austrália (revista em 1881 e 1988). Neste documento, foram introduzidos os valores sociais, definidos como “a qualificação para a qual um lugar se tornou um foco de sentimento espiritual, político, nacional ou outro sentimento cultural para um grupo maioritário ou minoritário”⁶⁶ (Orientações da ICOMOS Austrália 1999, p. 12).

Estes valores patrimoniais são significados atribuídos, e nunca inerentes, como refere (Torre, 2013). Segundo o autor, os lugares e os monumentos têm características inatas, mas isso deve-se a fatores isentos de significado cultural, como o material de um dado monumento ou a sua idade. Destaca assim que os lugares patrimoniais têm um valor neutro, sendo essa situação alterada apenas quando se atribui um dado valor cultural e passem a ser categorizados como património.

Neste sentido, como afirma Pearce (2000), o significado de um lugar é definido pelos valores que lhe são atribuídos. Contudo, como declara Spennemann (2006), os “Indivíduos projetam

⁶⁴ Tradução do original: “(...) nostalgia, romanticism, aesthetic pleasure and a sense of belonging in time and space”.

⁶⁵ Tradução do original: “(...) aesthetic, historical, scientific, spiritual and social values held by past, present and future generations”.

⁶⁶ Tradução do original: “(...) qualities for which a place has become a focus of spiritual, political, national or other cultural sentiment to a majority or minority group”.

valor sobre um objeto, lugar ou recurso com base nas suas próprias necessidades e desejos, moldados pelas suas atuais circunstâncias sociais, culturais e económicas”⁶⁷ (p. 7). Para além disso, Torre (2013) destaca a necessidade de os diversos *stakeholders* favorecerem determinados valores em detrimento outros, sendo uns promovidos e salvaguardados e outros, potencialmente, esquecidos. Conclui-se assim, que os valores patrimoniais são mutáveis, múltiplos e incomensuráveis e que influenciam a interpretação, gestão e salvaguarda do património (Torre, 2013).

Reconhecidos os atributos e a relevância do património, nas várias formas e dimensões, as preocupações sobre a salvaguarda e preservação dos seus recursos e do património em si ganhou especial destaque, tendo a UNESCO (2001), na Declaração Universal Sobre A Diversidade Cultural, salientado que o património deve ser preservado, valorizado e transmitido às próximas gerações, num sentido de partilha de experiências e da fomentação do diálogo aberto entre diferentes povos e culturas, num ambiente criativo.

Mais tarde, a UNESCO (2003), valorizou o património imaterial e a sua salvaguarda, tendo definido o processo de salvaguarda como o conjunto de “medidas que visem assegurar a viabilidade do património cultural imaterial, incluindo a identificação, documentação, pesquisa, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão, essencialmente através da educação formal e não formal, bem como a revitalização dos diferentes aspectos desse património”⁶⁸ (p. 6).

Neste mesmo âmbito, Kirshenblatt-Gimblett (2004) destacou a necessidade de preservar e valorizar, para além do património, os seres que o criam e mantêm vivo. Afirma, assim, que

⁶⁷ Tradução do original: “Individuals project value onto an object, place, or resource based on their own needs and desires, shaped by their current social, cultural, and economic circumstances”.

⁶⁸ Tradução do original: “(...) measures aimed at ensuring the viability of the intangible cultural heritage, including the identification, documentation, research, preservation, protection, promotion, enhancement, transmission, essentially through formal and non-formal education, as well as the revitalization of the various aspects of such heritage”.

se deve “sustentar todo o sistema como uma entidade viva e não apenas recolher «artefatos intangíveis»”⁶⁹ (p. 53).

A conservação e preservação do património tornaram-se assim, um objetivo para as sociedades em transformação, com um descolar expressivo durante a segunda metade do século XX (Torre, 2013). Neste sentido, Avrami et al., (2019) destaca o contributo deste processo que vai para além dos benefícios económicos, tendo dado relevância a aspectos socioculturais, como o contributo para a “justiça social, reconciliação, cura e promoção da compreensão”⁷⁰ (p. 6).

As posturas sobre a conservação do património foram diferindo ao longo da história. Mason (2019) analisa a conservação como uma postura reativa a questões e ocasiões que vão sendo apresentadas à sociedade contemporânea, sendo este processo uma resposta a situações como “trauma, tragédia, ou outras “memórias negativas” ”⁷¹, desvalorizando, em parte, o contributo dos valores associados ao património e à interpretação dos mesmos para incentivar a conservação do património (p. 158). Em oposição a esta teoria surge Korostelina (2019), que assume uma postura proativa, defendendo que “A preservação histórica pode proporcionar uma oportunidade para os grupos ultrapassarem os seus traumas e para reduzir a probabilidade de ocorrerem eventos semelhantes no futuro.”⁷² (p. 87).

Avrami et al., (2000) abordam o conceito de conservação como um processo contínuo, marcado por questões relativas à constituição, utilização, gestão e valorização do património, assim como, indecisões sobre os proprietários e destinatários do património. Nas questões de como e que património salvar, surgem fatores influenciadores dessas decisões,

⁶⁹ Tradução do original: “sustain the whole system as a living entity and not just to collect "intangible artifacts"”.

⁷⁰ Tradução do original: “(...) social justice, reconciliation, healing and promoting understanding”.

⁷¹ Tradução do original: “(...) trauma, tragedy, or other “negative memories”.”

⁷² Tradução do original: “Historic preservation can provide an opportunity for groups to heal their traumas and reduce the likelihood that similar events will occur in the future”.

como forças políticas e económicas, contextos culturais e tendências que vão passando pelas sociedades e marcam a sua constante mutação.

Contudo, apesar da preocupação em preservar o património para as gerações presentes e principalmente para as futuras, são salientados vários conflitos, como a tentativa de preservar tudo o que determinados agentes entendem como detentores de relevância cultural e patrimonial (Torre, 2013). Contudo, Lowenthal (1989) destaca a importância de saber escolher o que preservar, não devendo ser tudo salvaguardado para as gerações futuras, é necessária uma postura crítica nesta gestão e planeamento. É assim reconhecida a importância da intervenção de agentes que permitam definir estratégias para colmatar e/ou evitar conflitos subjacentes aos atos sobre o património (Ashworth, 1994).

2.5.3.1 Planeamento e Gestão do Património

Neste sentido, como afirmam Hall e McArthur (1998), o processo de planeamento estratégico torna-se uma ação necessária para gerir o património e, por norma, **este inicia-se por diversos motivos, dos quais os autores destacam cinco**. São estes: (1) a iniciativa e exigência de determinados *stakeholders*, como, por exemplo, da parte de entidades políticas e grupos de conservação do património; (2) o reconhecimento da necessidade de planear, de modo a conseguir criar bases confiáveis e que permitam proceder a decisões sustentadas e/ou que cumpram os requisitos necessários; (3) a necessidade de colmatar falhas e erros cometidos num planeamento/gestão deficitários, e que, em consequência, levaram a crises relativas ao património, por exemplo, o risco de perda de um artefacto tradicional; (4) a presença de uma postura proativa e exigente por parte de determinados agentes, que visam uma melhoria contínua, com o intuito de alcançar resultados cada vez mais satisfatórios e, por último, (5) como resultado de uma vontade de inovar e expandir novas ideologias sobre o planeamento e gestão do património.

Em complemento, uma análise estratégica do património engloba, essencialmente, quatro dimensões de análise. São elas (1) a *análise ambiental*, que permite uma observação crítica constante sobre as alterações do ambiente de alteração, assim como a análise da concorrência e do surgimento ou desvanecimento de mercados; (2) a *análise dos recursos*, que permite

conhecer o capital físico e humano de um dado local, sendo esta avaliação crucial para um planeamento coeso e próspero, pois o conhecimentos dos recursos permite que se desenvolvam metas e objetivos assentes em planos reais e exequíveis; (3) a análise das *aspirações* dos principais *stakeholders* envolvidos no planeamento e gestão do património, podendo, assim, desenvolver políticas estratégicas que abranjam objetivos e interesses de diferentes agentes e entidades; e (4) a *análise da situação* onde é feita uma análise crítica sobre a missão, valores e objetivos estabelecidos, quais os seus impactos, resultados e o que é necessário intervir.

De mão dada com o planeamento estratégico, assume-se o conceito complementar de gestão do património, que, no seu conjunto, permitem uma abordagem mais consciente e coerente sobre os vários domínios que o património assume, nomeadamente as suas necessidades e mudanças constantes, que acompanham os valores de cada comunidade.

Iniciando a abordagem ao conceito de gestão de património pela sua evolução, Hall e McArthur (1998) abordam que, até aos anos setenta, este processo visava conservar o próprio recurso patrimonial, sendo necessário uma monitorização constante do visitante, de modo a evitar que o mesmo ameace a sobrevivência do mesmo. Na década de oitenta, os gestores assumiram uma visão diferente, em resultado da redução de financiamentos para a salvaguarda do património, e, neste sentido, procurava-se estimular e gerir um envolvimento sustentável entre os visitantes e os recursos patrimoniais. Os visitantes, neste período, eram decisivos na obtenção de recursos financeiros para assegurar a preservação do património. Os anos noventa foram marcados pelo reconhecimento que a gestão do património ultrapassa a mera conservação do património físico, sendo necessário compreender a “dimensão humana de património”, nomeadamente, os diferentes valores e significados a ele associados e a relação, que podem ser distintos para os visitantes, gestores e “proprietários” do património (Hall e McArthur, 1996, citado em Hall e McArthur, 1998)

Devido ao complexo processo em que consiste a gestão do património, a inclusão dos *stakeholders* torna-se importante para o processo. Um dos *stakeholders* a integrar são a comunidade local, sendo esta a proprietária do património e, dessa forma, parte crucial do desenvolvimento da estratégia da salvaguarda e gestão do património. Em parte, a comunidade tem uma postura mais crítica e participativa neste processo quando possui princípios semelhantes aos restantes agentes envolvidos, quando viveram experiências

culturais/ patrimoniais positivas, quando reconhecem que o seu contributo influenciou resultados positivos e, por último, quando identificam vantagens pessoais pelo seu envolvimento na gestão do património (Hall e McArthur, 1998). Em complemento, os autores afirmam que o envolvimento da população local permite desenvolver um espírito de colaboração entre a comunidade, reforçar o sentido de propriedade do património que detêm, garantir que as metas e linhas estratégicas definidas são cumpridas, gerar confiança no processo de gestão do património, contribuir para a eficácia do planeamento, permitir uma melhor gestão de tempo e custos e, por fim, reduzir a probabilidade de se desenvolverem conflitos devido ao património comum a todos.

De igual modo, vários autores desenvolveram estudos que abordam **o envolvimento do setor público e privado e o seu papel na gestão do património, da cultura e a sua relação com o turismo**. Lindberg (1999), numa investigação no âmbito do Banco Mundial, apresentou vários fatores que justificam esse envolvimento, entre eles: (1) o reconhecimento da importância do papel dos recursos patrimoniais na conservação, renovação e desenvolvimento de cada comunidade; (2) o incremento da qualidade de vida proporcionado pelos recursos patrimoniais; (3) a função que os recursos patrimoniais assumem no desenvolvimento e salvaguarda da identidade individual e comunitária; (4) a influência dos fatores culturais na educação de crianças; (5) a capacidade do património em promover oportunidades de lazer e recreação e, por último, (6) a função que os mesmos desempenham na revitalização económica e no desenvolvimento turístico (p. 6).

2.5.4 Relação entre o Património, Cultura e o Turismo

Numa sociedade em constante mudança, em grande parte devido à globalização (Nasser, 2003), vários autores iniciaram estudos sobre o contributo do património para o fenómeno do turismo, sendo este considerado por Graham (2002) como o principal recurso para o desenvolvimento turístico e por McKercher e du Cros (2002) como o bem mais valioso das comunidades locais para o turismo, caso ocorra uma gestão e planeamento adequado.

Ashworth (1995) estabeleceu uma abordagem sobre a relação entre três principais conceitos- património, identidade, e turismo, tendo identificado três principais conclusões: (1) o

património contribui para a identidade política; (2) o património é um fator dinamizador do turismo, através da mercantilização; e (3) o turismo apoiado no património contribui para a valorização dos lugares (como citado em Bui & Lee, 2015).

O património cultural tangível e intangível fornece, assim, a oportunidade singular e competitiva para as comunidades locais, em particular, as comunidades rurais e de lugares mais isolados, que podem salvaguardar as suas construções culturais, como tradições, expressões, modos de vida e costumes através da apropriação desenvolvida pelo turismo (George, 2010).

No que refere à relação “simbiótica” entre turismo e cultura, a UNWTO (2018) destaca os benefícios culturais, sociais e económicos. Na sua publicação “Sinergias Turísticas e Culturais”, entre abordagens sobre a cultura e a sua influência no turismo, refere que a oferta cultural de um destino é um fator crucial para a seleção ou rejeição do mesmo. Nesta oferta cultural, os fatores intangíveis assumem destaque, registando-se, assim, uma crescente procura pela história, cultura e tradições locais.

Esta relação permite, como abordado pelo National Trust for Historic Preservation U.S, entre outros fatores: (1) criação de empregos e empresas; (2) aumento das receitas fiscais; (3) diversificação da economia local; (4) desenvolvimento de oportunidades para parcerias; (5) atração de visitantes interessados na história e preservação; (6) aumento das receitas da atração histórica; (7) preservação das tradições e cultura locais; (8) criação de investimento local em recursos históricos; (9) construção de um sentimento de orgulho da comunidade pelo património e (10) aumento da consciência do significado do local ou da área (citado em OCDE, 2009, p. 22)

A OCDE (2009) acrescenta que, por um lado, a cultura de uma dada região permite desenvolver critérios de distinção entre os diversos locais e comunidade e, por outro, o turismo permite a valorização dos aspetos culturais, que, em consequência, podem gerar rendimentos que permitem apoiar e financiar a salvaguarda e gestão do património. Esta relação influencia a competitividade e atratividade dos destinos, quer para quem os visita, quem para quem neles reside.

Contudo, esta relação intrínseca entre o turismo, a cultura e o património, leva a que se registem diversos cenários e impactes, nos diversos sentidos. Neste sentido, Lickorish e Jenkins (1997) apresentam uma dualidade, em que, por um lado, o turismo pode provocar a perda da autenticidade de comportamentos sociais, típicos de uma dada comunidade, região ou país e, por outro, ser um setor capaz de preservar a cultura e os valores tradicionais, dado que estes são aspetos chave para atrair nichos de turistas com características mais voltadas para aspetos patrimoniais, quer no âmbito material como imaterial.

Newby (1994) reconhece que o turismo é um setor que impulsiona o desenvolvimento e que a sua envolvência com o património pode ser algo benéfico, mas também algo que pode ameaçar os principais recursos que sustentam esta relação. Segundo este autor, esta relação pode desenvolver-se em três sentidos: *coexistência*, *exploração* e *reconstrução imaginativa*. O processo de *coexistência* ocorre quando “o turismo não domina a economia local, mesmo quando o número de turistas é grande”⁷³ (p. 209). Neste sentido, o desenvolvimento de um lugar não é estipulado pelo turismo, mas sim pelos “seus próprios termos” (p. 210) e este apresenta-se como um espaço onde o turista pode experienciar uma cultura partilhada. Por vezes, nesta *coexistência*, pode registar-se um número mais reduzido de turistas que o esperado, seja pelo facto de o ambiente construído ser destinado a interesses mais específicos ou pelo facto de os potenciais turistas terem escolhido outro lugar que ocupa “uma posição mais alta na hierarquia turística”⁷⁴ (p. 210). Para além disso, este processo também ocorre quando existem poucos turistas apesar do elevado potencial do lugar, como se regista, em exemplo, locais mais remotos. A indústria do turismo oferece apenas determinadas atrações e não todo o património cultural disponível, sendo possível a coexistência de ambos.

A situação designada de *exploração* ocorre quando o setor que mais se destaca na economia local é o turismo e a relação passa de partilhar a cultura a um uso abusivo por parte do turismo e que resulta num desenvolvimento turístico baseado em finalidades económicas. Estes locais passam a ser um território cuja finalidade é satisfazer os desejos dos turistas. Em complemento ao não envolvimento da comunidade local, os impactos negativos são representativos, nomeadamente, a degradação dos recursos culturais e alteração física e

⁷³ Tradução do original: “(...) tourism does not dominate the local economy, even though the number of tourists may be large”.

⁷⁴ Tradução do original: “(...) higher position in the tourist hierarchy”.

ambiental do local. A *reconstrução imaginativa* pretende “tornar elementos concretos da cultura mais abstratos”, com a finalidade de mercantilizar um património tangível, mais atrativo. São assim apresentados como experiências turísticas encenações vendidas como autênticas, colocando em risco as ideologias sobre o património cultural, nomeadamente, o imaterial, sendo esta uma preocupação de vários críticos (Newby, 1994).

Neste sentido, segundo este autor, a relação entre turismo e cultura pode trazer problemas, por várias razões, como o facto de valorizar uma cultura em detrimento dessa cultura, de modo a servir finalidades definidas pelos responsáveis pelo desenvolvimento turístico, sendo uma seleção que segue critérios muitas vezes alheios ao seu valor patrimonial, mas por assumirem características e valores comercializáveis e que se acredita serem transformados em produtos capazes de gerar lucros. Em complemento, surge da postura crítica entre o valor que é dado a uma reprodução/ cópia, em detrimento de algo original, mais honesto e autêntico. Em consequência, geram-se conflitos entre os valores patrimoniais e valores turísticos (Newby, 1994).

Em conclusão, os vários aspetos mencionados permitem reforçar a necessidade de existir uma monitorização constante do património, da cultura e da sua relação com as várias partes interessadas no seu planeamento e gestão, onde se destacam a comunidade local e possíveis visitantes. Para tal, é necessária uma postura crítica e proativa, marcada por uma aprendizagem e melhoria contínua, para que o património material e imaterial possa ser respeitado e salvaguardado, juntamente com os seus valores e o seu papel como pilar de identidade que o mesmo assume para a comunidade local, trazendo a possibilidade de todos beneficiarmos dos recursos endógenos, de uma forma consciente e sustentável.

2.6 Conclusão

Em parte, resultado de novos estudos e de uma maior consciência sustentável, os princípios do desenvolvimento alternativo, nos tempos da atualidade, foram interpretados e concebidos como base para uma estratégia mais coerente a seguir, nomeadamente, por várias instituições governamentais e não governamentais, nos diversos âmbitos territoriais. Surge a necessidade de envolver a comunidade local, de criar uma equidade social, económica e política,

sustentada no desenvolvimento local e endógeno e nas capacidades que os mesmos têm para alavancar um novo desenvolvimento, como será desenvolvido num outro capítulo.

Desta forma, se forem adotadas linhas orientadoras baseadas no potencial endógeno, nas necessidades, nas capacidade locais e territoriais e no estímulo à prosperidade de sinergias, cooperações e redes entre os agentes locais e o lado institucional, o desenvolvimento e crescimento local, regional e nacional assumem metas mais próximas e que podem, em adição, ser complementadas pela aposta no desenvolvimento do turismo, baseado nos recursos locais, em turistas de interesses específicos e com uma postura sustentável, crítica e consciente.

3. TURISMO EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE

3.1 Introdução

Os Territórios de Baixa Densidade são compostos por um conjunto de especificidades que os tornam débeis e frágeis, mas, ao mesmo tempo, representam um espaço tradicional, vincado na geografia e história de vários países, refletido na cultura e património enraizado em cada comunidade e território, assumindo-se como espaços com potencial de investimento e dinamização, sendo o turismo um dos setores estratégicos adotados.

Neste sentido, a abordagem passará, numa primeira instância, pela apresentação dos principais conceitos e características dos Territórios de Baixa Densidade, com destaque para as suas debilidades e oportunidades. Numa segunda parte, será desenvolvida a relação e a importância dos recursos endógenos neste contexto territorial e como os mesmos impulsionam e dinamizam o desenvolvimento turístico. Em último, será realizada a caracterização dos Territórios de Baixa Densidade no contexto nacional e, posteriormente, a caracterização da região em estudo, sendo esta componente constituída por diversos elementos cujo objetivo final e comum consiste na caracterização do território do ponto de vista físico/geográfico, sociodemográfico e económico, em complemento com a caracterização do turismo da região, através da análise da oferta, da procura e da

identificação dos principais recursos da Região Demarcada do Douro através da elaboração de uma matriz.

3.2 Territórios de Baixa Densidade: Características e Conceitos

Iniciando uma análise teórica sobre os Territórios de Baixa Densidade, é fundamental, primeiramente, compreender o termo território, para que, posteriormente, se caracterize este conceito num contexto de baixa densidade.

O conceito de território compreende um conjunto extenso de definições, complementando-se entre variadas teorias, que abrangem inúmeras áreas de estudo. Cavaco (2013), baseando-se nos estudos sobre o território de DiMéo (1996, 1998), refere que este pode ser definido como uma “porção de espaço apropriada por um grupo social, segundo lógicas de poder político, administrativo e económico, e valores próprios de natureza cultural, afetiva, social, simbólica” (p. 53). Deste modo, o território é algo construído e em constante mutação através das ações humanas executadas por aqueles que o ocupam, sendo representante da sua história, cultura e singularidade, como abordam Landel e Senil (2009) e François et al., (2006). Estes autores complementam as suas teorias defendendo que são as histórias dos lugares, as suas heranças culturais e os recursos endógenos que neles existem que promovem o desenvolvimento sustentável e a construção de uma região.

Desta forma, vários estudos recaem sobre as principais características, fragilidades e potencialidades dos territórios, nomeadamente, territórios de baixa densidade, em harmonia ao crescente reconhecimento da necessidade de estimular um desenvolvimento coeso do território, como será abordado em seguida.

Contextualizando o tema em estudo, a expressão “territórios de baixa densidade” emancipou-se nas regiões do Sul de Europa (Covas, 2007, como citado em Vaz & Nofre, 2017), com o reconhecimento das especificidades e debilidades destas regiões, marcadas por um conjunto de fatores, que, no seu conjunto, impulsionam o desenrolar de um processo denominado de “causalidade circular negativa” (Augusto et al., 2010) ou “ciclo vicioso dos territórios de baixa densidade” (Ramos, 2014).

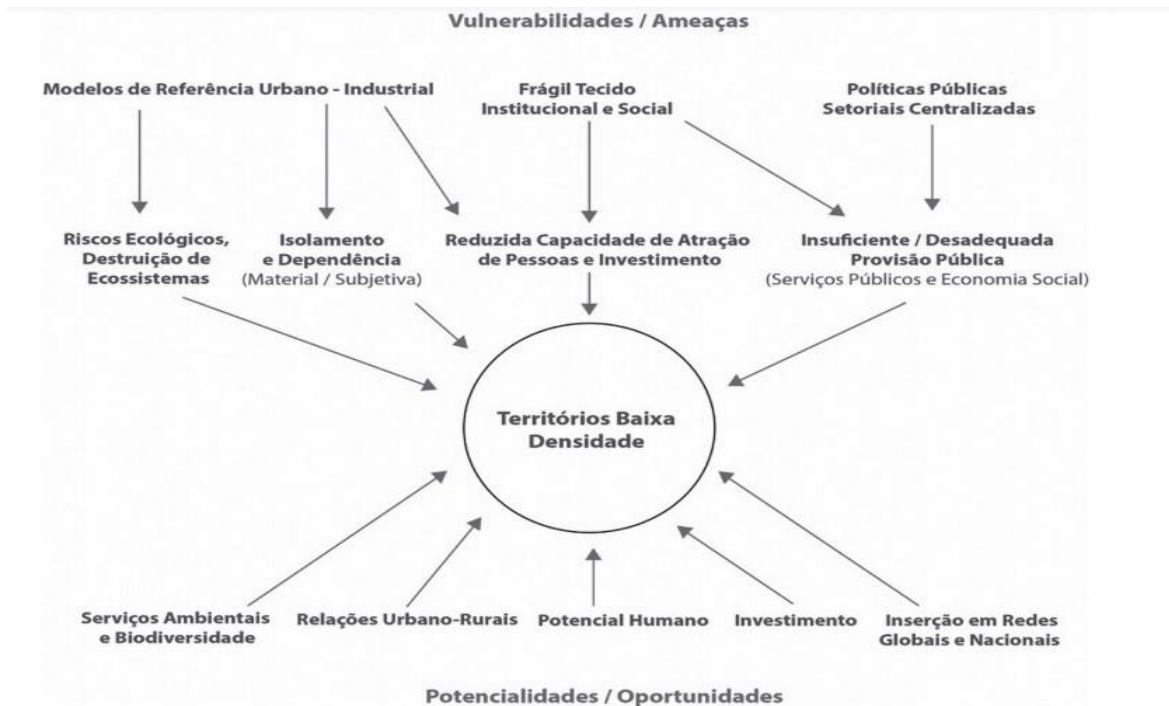
Os territórios de baixa densidade e os espaços rurais caracterizam-se por uma demografia heterogénea, cujos fatores impulsionadores podem ser distintos ao longo do tempo (Ferrão, 2018) mas, no seu conjunto, assumem um desenrolar cíclico de debilidades num processo de causa-efeito (Augusto et al., 2016) que, por norma, não se consegue quebrar de forma natural e autónoma (PROVERE, 2008).

Na abordagem desenvolvida pelo Departamento de Prospetiva e Planeamento e Relações Internacionais, no âmbito do PROVERE (2008), os territórios de baixa densidade “Tratam-se de territórios, cujas economias, tradicionalmente, assentavam na agricultura e, nalguns casos pontuais, na exploração de recursos minerais ou, mais recentemente, em pequenos enclaves industriais intensivos em mão-de-obra” (p.3). De igual modo, é mencionado “(...) que os territórios afectados pela baixa densidade são, em regra, negativamente afectados pelas dinâmicas espontâneas dos mercados, que tendem a direccionar pessoas e recursos para as zonas que beneficiam de economias de aglomeração” (p.3), nomeadamente, espaços com um maior capital humano, económico, empresarial e institucional, gerando mais atratividade e competitividade.

Em complemento, estes territórios registam um despovoamento significativo, marcado pelas fugas para os meios mais urbanos e desenvolvidos, pela necessidade de deslocação na procura de emprego e que, ao mesmo tempo, fez despertar a emigração (Pinilla et al., 2008). E, ao mesmo tempo, foi um movimento de desejar uma melhor qualidade de vida, dado que o rural proporciona situações de sobrevivência, onde prevalecia, em alguns casos, pobreza extrema e condições de vida desfavoráveis (Ferrão, 2018).

Segundo Ferrão (2015), no seu conjunto, os territórios de baixa densidade assumem uma dualidade entre vulnerabilidades e ameaças e, por outro, potencialidades e oportunidades, sendo o resultado das especificidades e das características destes territórios, como representado na Figura 9.

FIGURA 9. VULNERABILIDADES/ AMEAÇAS E POTENCIALIDADES/OPORTUNIDADES DOS TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE



Fonte: Ferrão (2015, p. 43)

O surgimento das vulnerabilidades e ameaças, segundo o autor, baseiam-se em três elementos principais, sendo estes: “societais (valores e visões associados à prevalência de um modelo de sociedade urbano-industrial), socioinstitucionais (capital social e institucional) e políticos (impacte de políticas desenhadas centralmente e de forma setorial)” (Ferrão, 2015, p. 43). O modelo “urbano-industrial” referido incentiva um conjunto de fenómenos, como o abandono do rural, a migração, a falta de emprego, rendimentos precários, alterações do espaço rural, e, posteriormente, resulta numa visão de um espaço rural negativa e estereotipada. Em consequência, geram-se riscos ecológicos, como a ameaça dos ecossistemas, os territórios tornam-se menos atrativos, tanto para novos investimentos como para conseguir captar mais indivíduos, geram-se distâncias e um maior isolamento dos centros urbanos e, como resultado das políticas centralizadas, estes territórios possuem significativas debilidades institucionais e económicas. Estes fatores permitem, assim, “situações de perda de saberes, culturas e identidade, despovoamento e progressivo envelhecimento, fraco poder de compra das populações e, também, défice de mobilidade” (Ferrão, 2015, p. 45).

Em respeito às potencialidades e oportunidades, o autor apresentou-as em cinco grupos, sendo estes compostos pela riqueza e atratividade do ambiente e biodiversidade, pelo contraste urbano-rural, pelas possibilidades de investimento, pelo capital humano e, por fim, pela pertença destes territórios em redes de cooperação e envolvimento global (Ferrão, 2015).

Como abordado por Pezzini (2001), os territórios de baixa densidade já assumiram momentos de desenvolvimento, principalmente a partir dos anos 80 e 90, quando o registro de alterações significativas no território europeu. Certas indústrias e serviços deslocaram-se para o meio rural ou suburbano, recebendo maiores vantagens de custos e usufruindo de uma menor sobrecarga do espaço disponível. Isto permitiu a geração de empregos, desenvolvimento económico e social, fixação e captação de fluxos migratórios para estas áreas rurais e o reconhecimento do potencial destas regiões, onde a qualidade de vida se associa ao sossego, à natureza e a melhores condições ambientais. Em consequência, são desenvolvidas infraestruturas e outros serviços que acabam por resultar devido ao aumento da circulação de pessoas nestas regiões e ao investimento que vai surgindo. Estes territórios têm assim vindo a despertar interesses em diversas áreas, e por variados motivos

De igual modo, são reforçados diversos aspetos que permitem e estimulam o desenvolvimento nos territórios de baixa densidade, como é abordado pelo PROVERE (2008). Regista-se uma crescente preocupação mundial pela sustentabilidade e pela aposta num desenvolvimento integrado e responsável, assim como o reconhecimento da importância do meio rural, em todas as suas valências, por parte da União Europeia. Em acréscimo, regista-se a reorganização e fortalecimento dos atores locais e regionais e da sua participação no desenvolvimento, o aumento da qualificação dos residentes das áreas rurais e de outros indivíduos que visitam. Por sua vez, surge um maior reconhecimento das potencialidades turísticas destes locais, em parte, devido às tendências de procura que se tem vindo a registar e à melhoria da oferta de infraestruturas e acessibilidades destas regiões. Em continuidade, essas regiões vão acompanhando algumas das tecnologias do mundo da globalização, os migrantes e emigrantes registam uma tendência para regressarem às origens, e, por vezes, investirem no território e para além disso, devido a estes se espalharem por diversas regiões, países e continentes, permite a divulgação destes territórios de baixa densidade (PROVERE, 2008).

Desta forma, torna-se imperativo o reconhecimento do potencial e das oportunidades subjacentes aos territórios de baixa densidade, a adoção de linhas estratégicas desenvolvidas e planeadas num âmbito endógeno e local, em cooperação com agentes de desenvolvimento a nível regional, nacional e global. A cooperação, o desenvolvimento de parcerias, redes e sinergias, aliadas aos recursos endógenos e ao *empowerment* da comunidade local serão, possivelmente, alguns dos fatores que poderão impulsionar territórios de baixa densidade mais coesos e sustentáveis.

3.4 Territórios de Baixa Densidade: o caso português

3.4.1 Caracterização geográfica/ física do território português

O território português, desde a sua história e formação, tem vindo a sofrer alterações contínuas, inclusive, no século XXI. Segundo Simões (2006), Portugal assume vários processos que dificultam a coesão territorial e o romper do ciclo vicioso, nomeadamente, o processo de litoralização, a urbanização, a metropolização e bipolarização do sistema urbano, as dependências territoriais, as desigualdades entre as várias regiões e a discriminação geográfica dos diferentes grupos etários.

Neste sentido, os estudos sobre a caracterização e ordenamento do território português foram se diversificando de forma a compreender as características físicas e geográficas do país. Um exemplo desses estudos foi o desenvolvido por Ferrão (2002). Segundo este autor, o território nacional deve ser analisado como a “combinação de três espacialidades macrorregionais: a *oposição Norte/Sul*, característica do Portugal tradicional; a *oposição litoral/interior*, característica do Portugal moderno; um “*território-arquipélago*” organizado em rede, característico do Portugal pós-moderno” (p. 151). Acrescenta ainda que “cada uma destas espacialidades macrorregionais associa-se de forma privilegiada a recortes geográficos do país e a identidades de base territorial relativamente específicos” (p. 151), para além de que o surgimento de um novo espaço macrorregional não dita o desaparecimento das anteriores, sendo o mais comum, desenvolverem-se “mecanismos de combinação” e não de substituição (p.151).

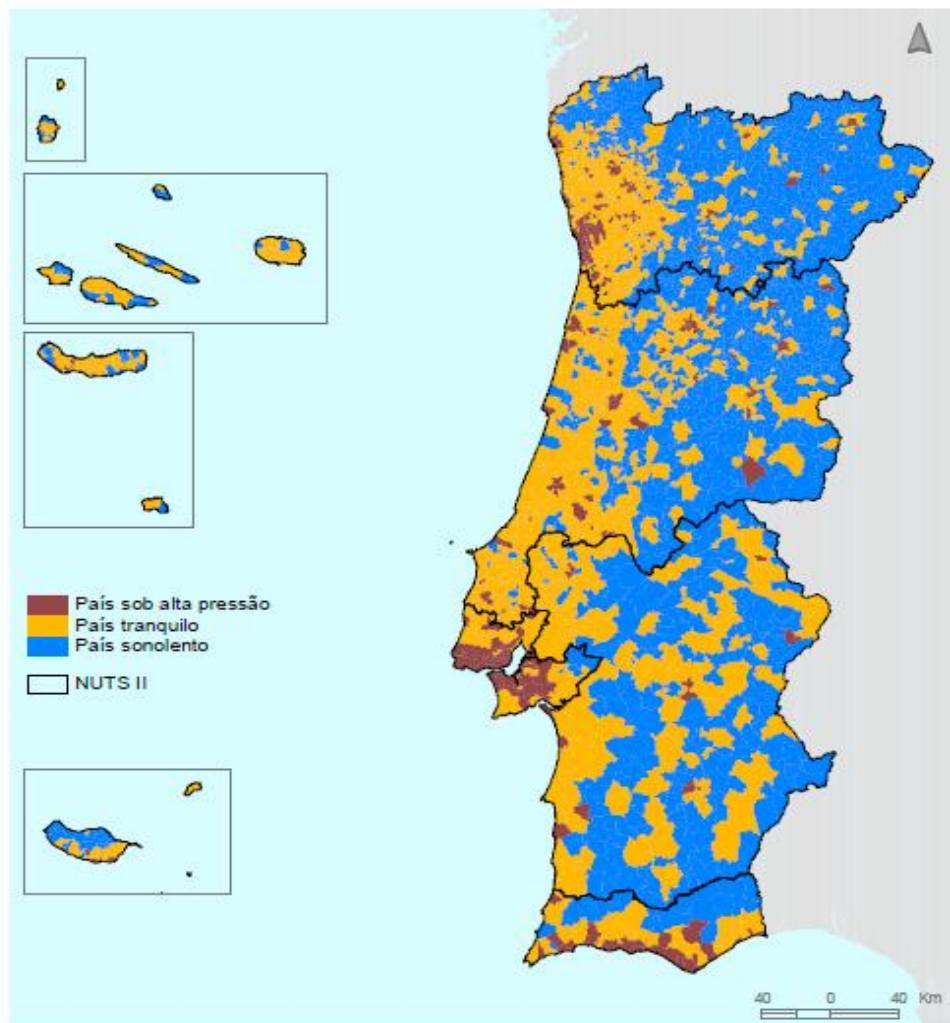
Perante um Portugal tradicional, marcado pelo contraste norte-sul, segundo Ribeiro (s.d.), citado em Ferrão (2002), assume-se como “o resultado de contrastes civilizacionais, e tem tradução direta na forma como os agrupamentos humanos ocupam, organizam e usam o território, isto é, na articulação que historicamente se vai estabelecendo entre meios físicos, modos de vida e paisagens” (p. 154).

Contudo, é igualmente referido, para além deste fator mais cultural e histórico, o aspeto da predominância do mundo rural e agrícola. No contexto do Portugal moderno, a oposição litoral/interior surge na década de 60, e assume-se como uma evidente disparidade na organização do território. No litoral, predominava um “Portugal urbanizado, industrializado, infraestruturado e demograficamente dinâmico”, em contraste com um interior “rural, agrícola, subdesenvolvido, demograficamente repulsivo” (p. 154). Por último, a espacialidade de um Portugal pós-moderno: “território-arquipélago”, deveu-se, essencialmente, ao desenvolvimento significativo do setor terciário na economia nacional, ao crescimento dos empregos concentrados nas cidades e à adesão de Portugal à Comunidade Europeia em 1986, que permitiu revolucionar os transportes, a rede viária, a indústria dos automóveis e a entrada das novas tecnologias de comunicação e informação.

Estas situações e fatores permitiram que o território se desenvolvesse como um arquipélago. As ilhas deste arquipélago concentram-se no litoral e representam assim “aglomerações urbanas e respetivas bacias de emprego imediatas (...) ligadas entre si por autoestradas, sistemas de transporte público interidades e redes de comunicação e cooperação institucional de base urbana que ignoram os espaços intersticiais que as separam” (p. 155).

Para além dessa divisão territorial, Ferrão (2003) refere que é possível encarar o território português dividido em tipologias de freguesias com três classes, sendo estas representadas pelas designações de “país sob alta pressão”, “país tranquilo” e “país sonolento”, segundo a evolução registada no século XX, como ilustradas na Figura 10.

FIGURA 10. TIPOLOGIA DE FREGUESIAS: AS TRÊS CLASSES



Fonte: Ferrão (2003, s.p.)

Na referência a um “país sob alta pressão”, o autor integra as principais áreas urbanas e metrópoles do país, onde se conjuga, em níveis elevados, um conjunto de ameaças e oportunidades. Assumem-se como espaços em mudança e que registam uma significativa atratividade e densidade, nomeadamente, para população estrangeira, em complemento com um elevado nível de qualificação dos recursos humanos. Em consequência, assume maior capacidade de desenvolvimento e transformação, em parte, devido aos indicadores de qualidade, dimensão e abertura Ferrão (2003).

Em oposição, apresenta-se o “país sonolento” que integra, por um lado uma característica de cariz mais negativo, associada a uma perda de forças e, por outro, uma associação a repouso

para, mais tarde, rejuvenescer. Esta referência diz respeito, na sua maioria, ao interior de Portugal, especialmente na região Norte e Centro. Destaca-se um ciclo vicioso marcado por debilidades demográficas, despovoamento, envelhecimento dos residentes, a sazonalidade e o desemprego crescente, entre outros aspetos que, no seu conjunto, geram instabilidade do território e dificultam o alavancar do seu desenvolvimento Ferrão (2003).

Num nível intermédio, encontra-se o “país tranquilo”, onde se apresenta um conjunto de freguesias localizadas, na sua maioria, na região litoral e algumas no interior. Assumem uma maior estabilidade e moderação nos níveis social, geográfico e económico. Marcam um conjunto territorial em mudança e que se aproxima, de um certo modo, de um “país sob alta pressão” Ferrão (2003).

Neste contexto, a CIC Portugal 2020, na sua deliberação nº55/2015, identificou 165 municípios de baixa densidade e 73 freguesias de baixa densidade, que pertencem a municípios que não pertencem a esta lista. Da totalidade de municípios de baixa densidade, é de referir que cerca de um terço (51 municípios) pertencem à região Norte, onde se integra o território demarcado em estudo. De destacar, igualmente, que toda a Região Demarcada do Douro é composta por municípios de baixa densidade. Esta caracterização territorial, fruto da evolução da história do país, foi moldando as características sociais, geográficas e económicas, em conjunto com as grandes transformações do mundo cada vez mais globalizado.

3.4.2. Principais debilidades dos Territórios de Baixa Densidade em Portugal

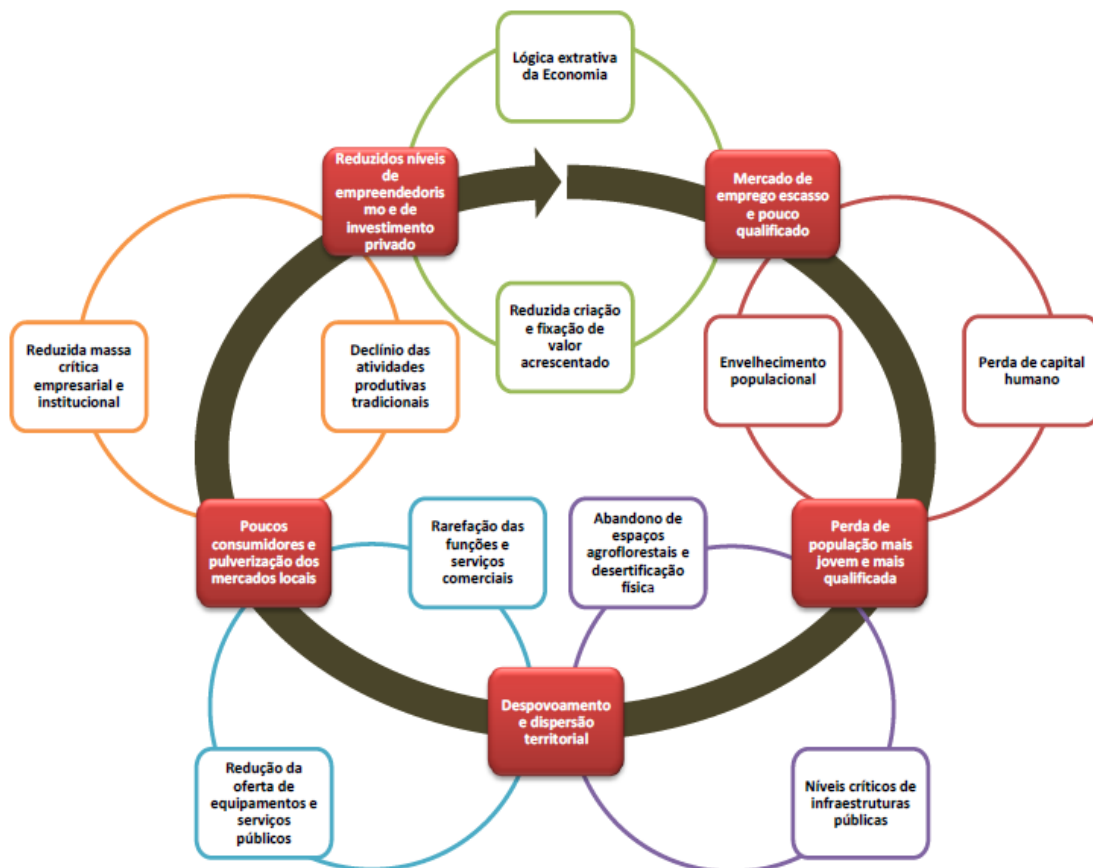
A regressão demográfica surge como uma das principais manifestações nos territórios de baixa densidade, com especial significância a partir de meados do séc. XX. Como apresentado pelos Censos de 2001 e 2011, e citado em Ramos (2014), no primeiro ano mencionado, 199 dos 308 municípios portugueses registaram uma perda significativa da sua população. Em complemento, se analisando a evolução demográfica de 1981 a 2011, o crescimento populacional foi reduzido e apenas se fez sentir em algumas capitais distrito e municípios do litoral. Segundo este autor, o referido cenário resulta da emigração incessante, das taxas de natalidade e fecundidade em queda e o aumento contínuo do envelhecimento

populacional, em complemento aos saldos naturais que têm sido cada vez mais reduzidos e a esperança média de vida cada vez mais alargada (Ramos, 2014).

Contudo, os territórios de baixa densidade não são apenas sinónimo de baixa densidade populacional, sendo algo mais complexo, como aborda Baptista (1999). Quando se estudam estes territórios, segundo o autor, é necessário compreender que estes correspondem, essencialmente, à "baixa densidade (...) de polarizações e de relações, quer dizer, à ultrapassagem dos limites mínimos de capacidade organizativa, de capitais, de saberes e de competências de agentes atuantes, de iniciativa institucional" (p.4). Em complemento, Ferrão (2000) refere, nomeadamente, a "perda de centralidade económica, social e simbólica", resultado da escassez da "espessura social, económica e institucional necessária para suportar estratégias endógenas de desenvolvimento sustentadas no tempo" (p.46).

De um modo geral, e segundo Ramos (2014), os vários fatores que caracterizam os territórios de baixa densidade dão origem a um "ciclo vicioso", como representado na Fig. 11, segundo o qual é possível agrupar três principais manifestações, que, na sua totalidade, levam a um desenvolvimento comprometido pela sua influência nas dinâmicas sociais, demográficas e económicas.

FIGURA II. O CICLO VICIOSO DOS TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE



Fonte: Ramos (2014)

Em primeiro lugar, é de referir a regressão demográfica, pois surge como uma das principais manifestações nos territórios de baixa densidade, com especial significância a partir de meados do séc. XX. Este cenário resulta da emigração incessante, das taxas de natalidade e fecundidade em queda e o aumento contínuo do envelhecimento populacional. Os saldos naturais tornam-se cada vez mais reduzidos e a esperança média de vida cada vez mais alargada.

Uma segunda manifestação com um peso significativo nos territórios de baixa densidade é o despovoamento de partes específicas do território, nomeadamente, no interior dos países (Ramos, 2014). Os campos agrícolas e florestais são, progressivamente, abandonados pela falta de mão de obra para os trabalhar e a paisagem natural e urbana é modificada. As pequenas explorações agrícolas vão desaparecendo, dando lugar a uma agricultura em crescente industrialização (Carvalho & Oliveira, 2017; Ferrão, 2000).

O êxodo rural tem permitido que a população se concentre em áreas urbanas, onde as oportunidades e acessibilidades são mais abundantes, o que conduz a uma coesão territorial enfraquecida e com a sua identidade em risco. Estes fenómenos, no seu conjunto, conduzem a um crescimento de regiões em que a vida rural e urbana se encontram entrelaçadas e, até, de certo modo, inseparáveis. Podemos designar estes processos como “rurbanização” e “periurbanização”, sendo estes estudados por diversos autores, nomeadamente, por Cavaco (1993), como citado em Figueiredo (2003) e Kayser (1990).

Segundo Kayser (1990), o “espaço periurbano” ou “rurbano” consiste num espaço onde grande parte do território agrícola é explorado, mas a sociedade já não é maioritariamente camponesa. Cavaco (1993) vai mais além na sua definição e menciona que estes espaços já constituem uma densidade populacional significativa e em crescimento tendencialmente contínuo. Os saldos naturais tendem a apresentar resultados positivos o que, por sua vez, incentivam a uma maior diversidade das atividades económicas, onde a agricultura continua a estar presente, sendo dominante na paisagem destes espaços. Devido à proximidade com os espaços urbanos, os padrões do quotidiano são marcadamente citadinos, substituindo os valores rurais característicos dos territórios de baixa densidade (como citado em Figueiredo, 2003).

A terceira e última manifestação que se destaca no ciclo vicioso é a incapacidade de criar e fixar valor acrescentado e de obter emprego qualificado. Isto justifica-se pela prevalência de uma economia ainda focada e dependente de setores tradicionais, da consequente falta de investimento privado, da baixa produtividade da mão-de-obra e da falta de especialização e qualificação dos colaboradores e gestores das empresas, o que dificulta o alcance de um conjunto empresarial coeso, competitivo e com uma menor dependência externa. Em efeito, o Produto Interno Bruto per capita e o Valor Acrescentado Bruto (VAB) são precários e abaixo da média nacional. No entanto, a melhoria da qualidade de vida e os níveis de bem-estar têm vindo, gradualmente, a melhorar, apesar de ainda ser algo bastante insatisfatório, se comparado com o restante território nacional (Ramos, 2014).

Em suma, estes territórios do interior e os territórios de baixa densidade existentes fora dele, assumem, segundo o PROVERE (2008), as seguintes características e especificidades: baixa densidade populacional; empreendedorismo precário, que leva ao fraco desenvolvimento endógeno e local, sem iniciativas inovadoras; escassez de ofertas de emprego; perda do

capital humano; emigração e envelhecimento contínuos e infraestruturas e serviços enfraquecidos (p. 5).

Torna-se assim, evidente, a necessidade de contrariar e quebrar este ciclo vicioso que assombra os territórios considerados de baixa densidade, devendo ser criados incentivos ao investimento, aposta na cooperação e trabalho em rede, estratégias inovadoras e políticas adequadas que permitam revitalizar a competitividade e atratividade destes territórios, quer para as comunidades ali inseridas, quer para visitantes. Desta forma, as disparidades territoriais que o território nacional assume devem ser encaradas como algo cultural, resultante da história, mas que podem ser reduzidas caso sejam desenvolvidas medidas num sentido mais integrado e coeso.

Nesse sentido, como cita (Ferrão, 2000), deve ser dada especial atenção sobre todas as iniciativas que “promovam o desenvolvimento de relações de proximidade assentes na articulação territorial (no sentido da coesão) e funcional (no sentido da integração) entre o urbano e o rural” (p. 50), acreditando que “só assim a inexistência de limiares mínimos de funcionamento por escassez de recursos e de procura poderá ser, senão superada, pelo menos minimizada” (p. 50). Desta forma, é salientada a necessidade de privilegiar projetos, ações e investimentos, quer de cariz público ou privado, de modo a que a massa crítica social se torne mais significativa e participativa, capaz de beneficiar das proximidades mais urbanas, trazendo iniciativas que desenvolvam os territórios mais fragilizados.

Em adição, é destacada a importância e necessidade de promover os recursos locais, pois estes apresentam-se como fatores importantes, não só a nível local, como nacional. A valorização económica destes recursos necessita de um desenvolvimento que se baseie numa “maior interação da economia com o território (...) através da densificação das redes de cooperação institucional, empresarial, social ou cultural e da qualificação dos dispositivos e do reforço da governança territorial” (Ramos, 2014, p. 19).

Desta forma, as empresas locais devem ser incentivadas a serem dinâmicas, de modo a valorizar os produtos e culturas regionais e torná-los relevantes para a economia local e nacional. Deste modo, os empreendedores devem desenvolver competências para “transformar recursos e oportunidades em negócios, valorizando os conhecimentos e os saber-fazer tradicionais (...) explorando as sinergias e complementaridades dos setores

tradicionais com outras atividades” (Ramos, 2014, p. 20), de modo a criar valor acrescentado e abranger novos mercados externos. Este ponto reflete a importância da cooperação e do trabalho em rede entre o setor empresarial, em torno de um objetivo coletivo: a valorização de um território fragmentado, mas com elevado potencial.

É neste sentido que a CCDR Alentejo (2011) afirma que “a valorização económica e social é indispensável ao revigoramento das zonas rurais, conjugando potencialidades locais com atividades tradicionais e soluções de modernidade, numa perspetiva de complementaridade entre territórios, favorável à diversificação, ao empreendedorismo e à sustentabilidade” (p. 41). Apesar desta indicação ter sido proferida para uma região de Portugal, torna-se algo aplicável aos diversos países com obstáculos à coesão social e territorial.

Em adição, o desenvolvimento nestes territórios em específico deve “promover a igualdade de oportunidades no acesso a bens, funções e serviços coletivos, assegurando a indispensável equidade social e territorial” (Ramos, 2014, p.21). Desta forma, segundo este autor, os territórios de baixa densidade devem ser capazes de providenciar os serviços básicos necessários, quer públicos, quer privados, para que a sua população consiga concretizar as suas necessidades do quotidiano, sem que tenham que se deslocar para os grandes aglomerados urbanos. Quando esta situação se realiza, para além de promover um maior dinamismo territorial, consegue gerar emprego e uma maior competitividade e equidade do território. Para além disso, a estratégia de melhoria destes territórios deve passar por ações que permitam “combater o minifúndio e a fragmentação institucional” (p.22), onde as redes de cooperação e a governança territorial se tornam decisivas (Ramos, 2014).

E, apesar das áreas rurais e dos territórios de baixa densidade enfrentarem os diversos obstáculos e constrangimentos, nomeadamente, os anteriormente mencionados, vários autores abordam as peculiaridades destes territórios e do seu capital social como um fator de distinção das restantes áreas territoriais, mais urbanas e com características citadinas, como é o exemplo de Pezzini (2001) e Ramos e Patrício (2014)

Neste sentido, as linhas estratégicas do planeamento e desenvolvimento devem definir-se segundo um território Interior de Portugal mais coeso, baseado numa maior igualdade e equidade territorial e social, que gere uma oferta institucional mais equilibrada e que impulse a melhoria da qualidade de vida; um território mais competitivo e atrativo,

através do desenvolvimento de oportunidades emergentes da valorização dos potenciais territoriais e da sua relação com os diferentes agentes locais; mais sustentável, através do aproveitamento e gestão integrada da diversidade dos recursos endógenos destes territórios; mais conectado, através do desenvolvimento de cooperações entre os diferentes espaços envolventes, nomeadamente, litoral-interior e com as fronteiras, de forma a gerar uma maior coesão e, por fim, um território interior mais colaborativo, baseado no *empowerment* dos atores locais e do meio institucional, no estímulo do diálogo e de uma postura inovadora refletida na governança adotada.

3.5 Territórios de Baixa Densidade: caracterização territorial da Região Demarcada do Douro

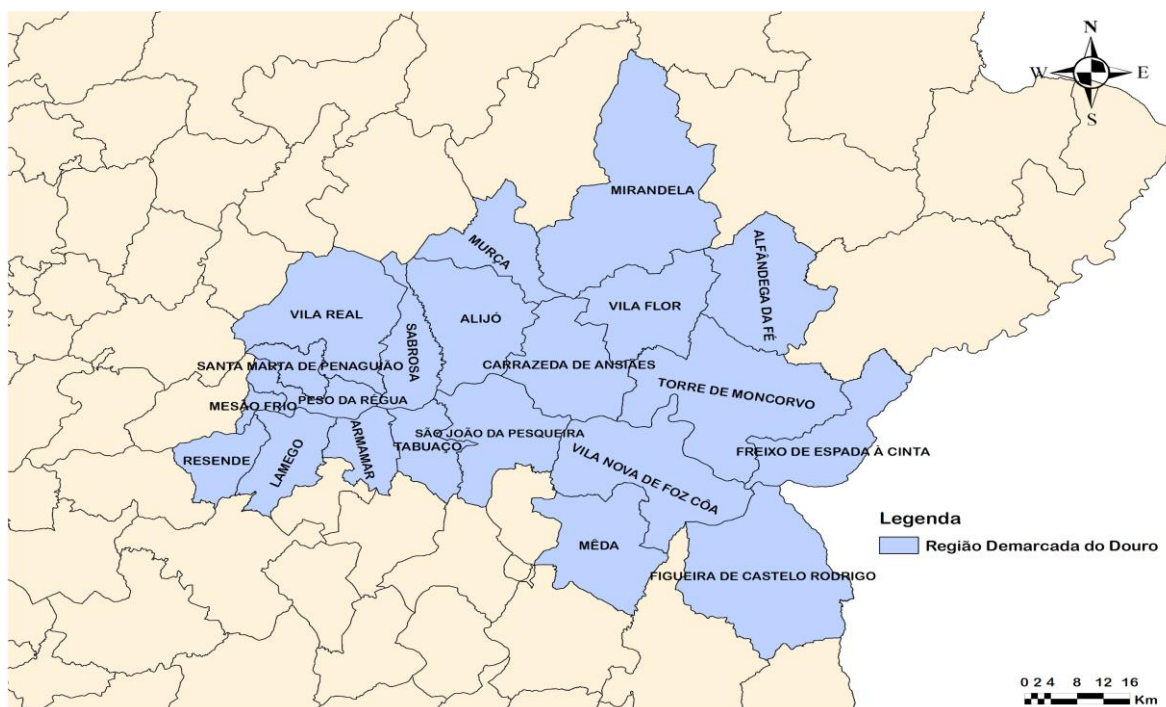
3.5.1- Caracterização do Território

A caracterização da Região Demarcada do Douro será apresentada segundo a sua caracterização física e geográfica, sociodemográfica, económica e, por fim, num contexto do turismo, a caracterização da oferta e da procura do território em estudo.

3.5.1.1 Caracterização Física e Geográfica

A Região Demarcada do Douro consiste na região demarcada mais antiga do Mundo e abarca um conjunto de 21 municípios que se estendem pelo vale do rio Douro, correspondendo a uma área total de aproximadamente 250.000 hectares, como ilustrado na Figura 12.

FIGURA 12. MAPA DA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO



Fonte: Elaboração Própria

O rio Douro é o principal recurso hidrográfico desta região, contudo, esta é, igualmente, caracterizada pela presença dos seus rios afluentes: rio Varosa, rio Corgo, rio Távora, rio Pinhão, rio Torto, rio Tua, rio Côa, Rio Sabor e a ribeira da Vilariça.

No seu conjunto, esta região abrange municípios de quatro NUTS III distintas e abarca as NUTS II Norte e Centro. Na Região Norte, faz parte a NUTS III Tâmega e Sousa (Resende), Douro (Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Tabuaço, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa e Vila Real) e Terras de Trás-os-Montes (Alfândega da Fé, Mirandela e Vila Flor). Na Região do Centro integra a NUTS III Beiras e Serra da Estrela (Figueira de Castelo Rodrigo e Mêda). Para além disso, a Região Demarcada do Douro encontra-se dividida em sub-regiões, sendo elas o Baixo Corgo, o Cima Corgo e o Douro Superior.

A Região Demarcada do Douro apresenta-se assim como um espaço diverso que se foi alterando geograficamente desde o ano da sua primeira demarcação, ocorrida em 1756.

Descrevendo a sua evolução, esta delimitação territorial pode ser analisada seguindo uma divisão histórica de três períodos temporais.

Entre 1756 a 1761 foi definida a primeira demarcação territorial, que ficou conhecida como “demarcação pombalina”. Foram implementados 335 marcos graníticos que delimitavam a região vinícola da Feitoria do Douro, onde era produzido um vinho com características consideradas de qualidade superior. O ano de 1756 ficou também conhecido pelo marco historicamente importante da criação da «Real Companhia Velha», formada pelos “principais lavradores do Douro e homens bons da Cidade do Porto” (Real Companhia Velha, 2011, s.p.). A partir deste dia, Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal, assumiu como principal objetivo “sustentar a cultura das vinhas, conservar a produção delas na sua pureza natural, em benefício da lavoura, do comércio e da saúde pública” (s.p.). Esta primeira demarcação não se estendia para além do Vale do Pinhão.

Nos anos de 1788 a 1793 decorrem as demarcações da rainha D. Maria I. Neste período foi alargada a área pertencente à Região Demarcada do Douro. No entanto, esta região ainda não ultrapassava o Vale de Ribalonga, perto do Cachão da Valeira. No fim deste período, após alguns trabalhos, o rio Douro ficou navegável até Espanha. A última demarcação ocorreu em 1907, ano em que a Região Demarcada do Douro assumiu a constituição territorial hoje conhecida, abrangendo o Douro Superior, encostando-se à fronteira com Espanha.

Após a apresentação da sua evolução territorial, revela-se pertinente abordar as principais acessibilidades do território em estudo, onde se destaca a Linha do Douro, um troço que atualmente tem uma extensão de 160 quilómetros e que liga o Porto ao Pocinho. Esta linha é composta por 23 túneis e 35 pontes (Rota do Douro, 2020). Para além disso, em grande parte dos municípios circulam, autocarros, quer os regionais quer os expressos, conectando os diferentes pontos desse território.

No que diz respeito ao clima, esta “é uma região quente e seca, rodeada por altas montanhas que a protegem dos ventos húmidos do sul, mareiros de oeste, frios do norte e secos de leste o vento são (...) é uma região afogada que o sol aquece fortemente e onde a luz penetra a jorros...” (Fonseca, 1949, como citado em Barbosa, 2006, p. 34).

No que diz respeito à pluviosidade, o Baixo Corgo assume níveis de precipitação mais elevados, em grande parte, devido à sua proximidade do Atlântico, o Cima Corgo já apresenta um maior equilíbrio, sendo um clima sub-húmido e, em oposto à primeira sub-região, no Douro Superior, a precipitação é particularmente escassa. Relativamente às temperaturas, é na Beira Douro que são atingidas temperaturas mínimas mais baixas e no Douro Superior é onde são atingidas as temperaturas mais elevadas.

As características geográficas, o clima e, acima de tudo, a cultura humana e social que aqui foi sendo desenvolvida permitiram a criação de uma paisagem distinta, onde predomina um território vitivinícola, em complemento, e apesar de em menor dimensão, de outras culturas mediterrâneas, nomeadamente, a do azeite, das amêndoas, das cerejas e outros frutos que preenchem os terrenos férteis que a região dispõe.

Em modo conclusivo, esta região é caracterizada por um forte cariz histórico, aliado a um território e uma paisagem que foi sendo recriada no seguimento das necessidades das suas gentes que ali habitavam. Os recursos naturais ali existentes aliados à mão humana permitiram que esta região demarcada surgisse, e de forma pioneira na História e se registasse, em 2001, como Património Mundial da Humanidade pela UNESCO.

3.5.1.2. Caracterização Sociodemográfica

A elaboração da caracterização sociodemográfica considera-se relevante para obter uma análise e compreensão mais sustentada sobre a evolução registada num dado período de tempo, num território definido que é a Região Demarcada do Douro. As fontes de dados utilizadas para a realização desta análise foram o Instituto Nacional de Estatística e o Instituto Dos Vinhos do Douro e do Porto. No que diz respeito ao período temporal analisado, em alguns casos, foram utilizados os Censos de 2001 e 2011, tendo sido descrita a evolução entre os dois anos mencionados e, noutras situações, foi procurada uma análise de aproximadamente uma década, com intervalo de 2 em 2 anos, quando não limitado pela falta de dados, sendo permanente a apresentação das estimativas dos anos mais recentes.

TABELA I. POPULAÇÃO RESIDENTE POR LOCAL DE RESIDÊNCIA E GRUPO ETÁRIO

Período de referência dos dados	Local de residência (NUTS - 2013)	População Residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013) e Grupo etário;						
		Total	0 - 14 anos	15 - 29 anos	30 - 44 anos	45 - 59 anos	60 - 74 anos	75 - 85+ anos
2019	Resende	10137	1165	1916	1720	2350	1683	1303
	Alijó	10625	1042	1510	1730	2241	2259	1843
	Armamar	5769	511	993	878	1407	1076	901
	Carrazeda de Ansiães	5666	564	745	871	1086	1232	1168
	Freixo de Espada à Cinta	3298	343	508	620	610	601	616
	Lamego	24895	2649	4178	4620	5845	4798	2805
	Mesão Frio	3964	390	695	728	925	781	445
	Peso da Régua	15773	1692	2702	2770	3681	3164	1764
	Sabrosa	5918	590	938	1083	1209	1142	956
	Santa Marta de Penaguião	6599	580	1010	1153	1494	1392	970
	São João da Pesqueira	7125	759	1277	1278	1608	1253	950

	Tabuaço	6033	479	1069	1187	1325	1111	862
	Torre de Moncorvo	7695	586	988	1323	1446	1594	1758
	Vila Nova de Foz Côa	6503	563	984	1091	1337	1311	1217
	Vila Real	49962	6055	8074	6010	11783	8946	5110
	Alfândega da Fé	4550	385	614	721	976	954	900
	Mirandela	21754	2321	3216	3673	4584	4731	3229
	Vila Flor	6044	549	879	972	1339	1258	1047
	Figueira de Castelo Rodrigo	5584	595	803	986	1083	1084	1033
	Mêda	4587	393	591	718	896	968	1021
2011	Resende	11280	1685	2065	2312	2198	1711	139
	Alijó	11840	1376	1764	1948	2607	2307	1838
	Armamar	6258	752	997	1156	1385	1090	878
	Carraceda de Ansiães	6297	665	847	1035	1253	1351	1146
	Freixo de Espada à Cinta	3736	428	583	665	639	752	669
	Lamego	26566	3637	4545	5514	6050	4175	2645

Mesão Frio	4386	619	779	872	970	698	448
Peso da Régua	17036	2294	3016	3459	3946	2715	1606
Sabrosa	6339	801	1011	1189	1349	1106	883
Santa Marta de Penaguião	7274	879	1082	1403	1645	1281	984
São João da Pesqueira	7799	1072	1407	1500	1658	1197	965
Tabuaço	6347	761	1164	1248	1335	989	850
Torre de Moncorvo	8497	756	1215	1369	1694	1754	1709
Vila Nova de Foz Côa	7218	786	1057	1251	1480	1406	1238
Vila Real	51782	7598	8815	12057	11204	7638	4470
Alfândega da Fé	5035	490	707	830	1099	1002	907
Mirandela	23669	2818	3686	4492	5229	4418	3026
Vila Flor	6636	721	932	1222	1434	1348	979
Figueira de Castelo Rodrigo	6224	696	958	1046	1190	1168	1166
Mêda	5118	524	676	799	1036	1031	1052

Fonte: INE (2020)

De 2011 para 2019, todos os municípios perderam população residente, sendo esta uma tendência clara na Região Demarcada do Douro. Em 2011, os municípios com maior número de população residente foram Mirandela (23 669 pessoas), Lamego (26 566) e Vila Real (51 782), tendo o mesmo se mantido em 2019 (Tabela 1).

Numa análise mais detalhada sobre a perda da População Residente, os municípios de Resende, Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mesão Frio, Vila Nova de Foz Côa, Alfândega da Fé, Figueira de Castelo Rodrigo e Mêda perderam cerca de 10% de 2011 para 2019. O município que registou uma maior perda neste período foi Freixo de Espada à Cinta (aproximadamente 12%). Os municípios que registaram maior estabilidade no presente índice foram Vila Real (4%), Tabuaço (5%) e Lamego (6%), respetivamente.

No que concerne à análise por grupo etário, em 2011, no caso de Resende e Vila Real, o grupo etário mais representativo foi entre os 30 e os 44 anos. Estes municípios foram os que registaram maior concentração de população no grupo etário com idades mais jovens, em comparação com os restantes. Em Alijó, Armamar, Lamego, Mesão Frio, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Tabuaço, Vila Nova de Foz Côa, Alfândega da Fé, Mirandela, Vila Flor e Figueira de Castelo Rodrigo o grupo etário que se destacou foi entre os 45 e 59 anos. No entanto, em Figueira de Castelo Rodrigo, a população também teve uma concentração similar em mais dois grupos etários- os que correspondem às idades entre os 60 e 74 anos e o grupo dos 75-85 anos. Alfândega da Fé também assumiu um peso relativamente próximo a outro grupo etário, que diz respeito ao que compreende idades entre os 60 e 74 anos. O grupo etário seguinte, que corresponde às idades entre os 60 e 70 anos, teve um maior peso em Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta e Torre de Moncorvo. Este último assume um peso semelhante no grupo etário dos 75-85+ anos. No município de Mêda, é o grupo etário entre os 75 aos 85 ou mais anos que assume um maior peso na população residente total. Para além disso, assumiu valores semelhantes nos grupos etários de 45 aos 59 anos e 60 aos 74 anos, comprovando ser um município envelhecido.

Em 2019, a situação manteve-se em mais de metade dos municípios. Os municípios que passaram a ter a sua população residente concentrada em grupos etários com idades superiores às registadas em 2011 foram Resende, Alijó, Torre de Moncorvo, Vila Real, Mirandela e Figueira de Castelo Rodrigo (este último município apenas registou uma diferença de uma pessoa, mas de modo a seguir uma análise precisa, foi associada a este

grupo de alterações). Esta tendência demonstra o envelhecimento contínuo dos municípios componentes da Região Demarcada do Douro. Contudo, em 2019, houve um município que recuou dois grupos etários, que foi Mêda, mas é de refletir que a alteração do número de pessoas nesse grupo não é muito díspar dos grupos com idades mais avançadas.

TABELA 2. ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO POR LOCAL DE RESIDÊNCIA

Local de residência (NUTS - 2013)	Índice de envelhecimento (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013);					
	2019	2018	2016	2014	2012	2011
Resende	202,2	195,3	183	162,9	148,4	145,3
Alijó	316,3	305,8	287,9	267,9	248,3	244,5
Armamar	306,5	287,6	267,3	234,5	211,6	212,4
Carrazeda de Ansiães	351,2	345,7	338,5	323,7	310,8	308,3
Freixo de Espada à Cinta	292,7	298,2	277,6	279,7	279,8	285
Lamego	216,2	208,4	185,9	166,6	152,8	145,9
Mesão Frio	234,6	222,9	187,2	160,3	145,6	142
Murça	315	293,6	257,3	233,8	219,9	211,5
Peso da Régua	217,7	207,3	187,6	164,7	149,9	142,7
Sabrosa	281,9	269,8	244,7	219,1	203,8	201,4
Santa Marta de Penaguião	314,8	297,2	259,8	233,2	206,6	203

São João da Pesqueira	223,6	211,3	198,2	181,3	165,8	160,9
Tabuaço	323,2	312,4	267,7	233	204,4	194,7
Torre de Moncorvo	476,5	466,1	451,9	417,9	384,8	384,8
Vila Nova de Foz Côa	363,1	358,6	342,1	322,3	299,3	283,3
Vila Real	175,6	165,9	150,8	137,3	124,6	120,4
Alfândega da Fé	390,1	394,5	378	340,2	327,8	328
Mirandela	266,4	264,3	248,4	231,6	215,5	207,8
Vila Flor	334,8	332,9	317,4	288	263,4	262,4
Figueira de Castelo Rodrigo	291,1	285,2	284,6	285,2	278,1	280,5
Mêda	424,9	419	391,9	377,8	343,3	335,9

Fonte: INE (2020)

Analisando o Índice de envelhecimento por Local de residência (Tabela 2), nomeadamente, para a evolução dos 21 municípios de 2011 até 2019, apenas os municípios de Armamar, Freixo de Espada à Cinta, Torre de Moncorvo, Alfândega da Fé e Figueira de Castelo Rodrigo registaram alguns valores que romperam o aumento contínuo do índice de envelhecimento, ao contrário dos restantes municípios, cujos valores registaram um aumento ininterrupto deste índice num período de 9 anos. No entanto, todos os municípios viram este índice aumentar. Os municípios que assinalaram uma evolução mais considerável do envelhecimento populacional, de 2011 para 2019 foram Santa Marta de Penaguião (30%), Mesão Frio e Tabuaço (ambos com um aumento de 40%). Os que por sua vez estiveram mais próximos dos valores assinalados em 2011 foram Freixo de Espada à Cinta (3%), Figueira de Castelo Rodrigo (4%). e Carrazeda de Ansiães (12%).

Em 2019, os municípios que registaram o Índice de Envelhecimento mais elevado foram Vila Nova de Foz Côa (363,1), Mêda (424,9) e Torre de Moncorvo (476,5). Os que registaram o índice mais reduzido, nesse mesmo ano, foram Vila Real (175,6), Resende (202,2) e Lamego (216,2).

TABELA 3. TAXA BRUTA DE NATALIDADE (‰) POR LOCAL DE RESIDÊNCIA

Local de residência (NUTS - 2013)	Taxa bruta de natalidade (‰) por Local de residência (NUTS - 2013);					
	2019	2018	2016	2014	2012	2011
Resende	5,1	5,7	7	5,1	5,7	8,1
Alijó	5,3	5,2	6,4	4	4,8	6
Armamar	4,5	5,5	5,4	5,5	5,3	4,9
Carrazeda de Ansiães	6	5,3	7,5	5,5	5,1	5,7
Freixo de Espada à Cinta	7	6,6	7,5	5	6,7	4,8
Lamego	6	5,7	6,3	6,6	6,4	7,2
Mesão Frio	4,3	6	3,7	5,5	5,3	7,9
Murça	3,5	4,9	4,5	5,7	6,3	8,2
Peso da Régua	6,9	6	5,6	6,2	5,5	7,8
Sabrosa	5,7	5,9	3,7	4,4	4,8	5,8
Santa Marta de Penaguião	3,6	3,7	5,7	3,6	5,3	7

São João da Pesqueira	5	6,1	5,9	5,7	4,7	7
Tabuaço	4,5	4,3	6,1	4,5	4,1	6
Torre de Moncorvo	5,6	4,4	3,8	5	4	5,1
Vila Nova de Foz Côa	5,7	5,5	5,6	4,9	5,4	6,3
Vila Real	6,4	6,8	7,7	6,4	7,6	8,7
Alfândega da Fé	5,9	7,4	4,9	5,8	5,8	5,1
Mirandela	6,9	5,7	6	7,2	6,4	7,1
Vila Flor	6,4	6,2	6	3,9	6,2	5,4
Figueira de Castelo Rodrigo	4,1	4,6	5,3	5,5	8,7	9,4
Mêda	4,8	4,5	5,9	3,9	3,7	5

Fonte: (INE, 2020)

Observando a evolução da Taxa bruta de natalidade (Tabela 3), de 2011 para 2019, apenas os municípios de Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Torre de Moncorvo, Alfândega da Fé e Vila Flor aumentaram ligeiramente a sua taxa de natalidade, tendo-se registado nos restantes municípios um decréscimo da mesma. O decréscimo foi mais significativo em Santa Marta de Penaguião (-3,4‰), Mesão Frio (-3,6‰), Murça (-4,7‰) e Figueira de Castelo Rodrigo (-5,3‰). Em 2019, os municípios que registaram a Taxa Bruta de Natalidade mais elevada foram Vila Flor (6,4‰), Mirandela (6,9‰), Peso da Régua (6,9‰) e Freixo de Espada à Cinta (7‰).

TABELA 4. TAXA BRUTA DE MORTALIDADE (%) POR LOCAL DE RESIDÊNCIA

Local de residência (NUTS - 2013) (1)	Taxa bruta de mortalidade (%) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual					
	2019	2018	2016	2014	2012	2011
Resende	13,7	15	10,4	13,9	13,8	11,6
Alijó	16,8	16,3	16,9	16,9	15,6	12,9
Armamar	13,8	16	13	13,1	19,3	14,5
Carrazeda de Ansiães	15,7	16,1	19,2	15,1	18,1	16,1
Freixo de Espada à Cinta	18,2	23,7	29,3	20,3	21,9	22,3
Lamego	11,3	11,7	12,6	11	10,1	10,1
Mesão Frio	15,8	13,7	11,3	15	13,6	14,7
Murça	12,8	13,6	14,5	12,4	16,8	12,9
Peso da Régua	11,1	11,6	12,4	12,1	12,4	9,9
Sabrosa	14	14,5	13,9	13,4	15,2	12,1
Santa Marta de Penaguião	15,9	13,8	14,8	12,9	15	15,4
São João da Pesqueira	12	13,4	14,3	11,5	14	15,4
Tabuaço	11,3	12,8	12,8	12,2	10,4	11

Torre de Moncorvo	17,1	19	16,3	16,2	14,2	17,2
Vila Nova de Foz Côa	21,3	18,9	20,9	11,7	14,8	16,8
Vila Real	8,9	10,4	10,3	9,3	9,2	8,9
Alfândega da Fé	17,3	14,9	14,6	17,9	23,5	16,6
Mirandela	13,9	14,4	14,4	12,2	12,4	11,1
Vila Flor	17,2	17,7	14,3	14,2	16,6	14,2
Mêda	17,4	18,3	17,8	15,3	16,4	18,4

Fonte: INE (2020)

No que diz respeito à Taxa bruta de mortalidade (Tabela 4), de 2011 para 2019, os municípios de Armamar, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Murça, São João da Pesqueira, Torre de Moncorvo e Mêda reduziram ligeiramente a sua taxa de mortalidade. Vila Real, apesar das oscilações e valores mais elevados registados entre 2012 e 2018, nos anos de 2011 e 2019 os valores foram iguais, ambos de 8,9‰. Os restantes municípios sofreram uma ligeira subida do valor registado em 2019, comparativamente ao de 2011.

De destacar que, em 2019, as taxas de mortalidade mais elevadas foram registadas em Alfândega da Fé (17,3‰), Mêda (17,4‰), Freixo de Espada à Cinta (18,2‰) e, com a maior taxa, Vila Nova de Foz Côa (21,3‰). Os municípios com a taxa mais reduzida, nesse mesmo ano, foram Vila Real (8,9‰), Peso da Régua (11,1‰), Lamego e Tabuaço (11,3‰).

TABELA 5. POPULAÇÃO EMPREGADA POR ATIVIDADE ECONÓMICA (%)

Localização geográfica	% de cada atividade económica na População Empregada;						
	2011- Atividade económica (CAE Rev.3)				2001- Atividade económica (CAE Rev.2.1)		
RDD	Agricultura, produção animal, caça e at. serv. relacionados	Indústrias Alimentares	Indústria das Bebidas	Alojamento, restauração e similares	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	Indústrias transformadoras	Alojamento, restauração e similares
	16,2%	1,2%	2,1%	6,1%	22,4%	7,2%	4,8%

Fonte: IVDP (2020)

Procedendo à análise sobre a percentagem de cada atividade económica na População Empregada (Tabela 5), é de referir que o peso da “Agricultura, produção animal, caça e silvicultura/ outras atividades e serviços relacionados” reduziu cerca de 6% de 2001 para 2011. Em 2001, 7,2% da População Empregada encontrava-se a trabalhar em “Indústrias Transformadoras”. Em 2011, dentro destas “Indústrias Transformadoras”, são referidas as “Indústrias Alimentares” e a “Indústria de Bebidas”, que, em conjunto, representam 3% da população empregada. No que diz respeito à atividade económica do “Alojamento, restauração e similares”, esta apenas aumentou 1% da população empregada, num período de 10 anos. A “Agricultura, produção animal, caça e silvicultura/ outras atividades e serviços relacionados”, apesar de ter sido uma atividade económica cuja percentagem no total da população empregada reduziu, esta ainda continua a ser a atividade económica predominante, de entre os setores referidos.

TABELA 6. CLASSIFICAÇÃO DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE NA POPULAÇÃO RESIDENTE (%)

Localização geográfica	% de cada nível de escolaridade na População Residente;							
	2011				2001			
Região Demarcada do Douro	Total	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Superior	Total	Ensino Básico	Ensino Secundário	Bacharelato + Licenciatura
	78%	56%	12%	10%	68%	55%	8%	5%

Fonte: IVDP (2020)

No que concerne à percentagem de cada nível de escolaridade na População Residente dos 21 municípios componentes da Região Demarcada do Douro (Tabela 6), segundo os censos, de 2001 para 2011, a percentagem de população residente com algum nível de escolaridade evoluiu de 68% para 78%. Para além desse aumento, o equivalente a Bacharelato + Licenciatura (designação considerada em 2001), comparativamente ao Ensino Superior (designação utilizada em 2011), também foi superior passado 10 anos, tendo a percentagem duplicado. A percentagem de População Residente com ensino secundário aumentou 4% neste período e o Ensino Básico cresceu 1%. Esta análise permite concluir que apesar da grande maioria da população apenas possuir o nível de Ensino Básico, os níveis de escolaridade superiores ao anteriormente mencionado tem vindo a aumentar, nomeadamente, as pessoas que prosseguem os seus estudos, inclusive, até ao ensino superior.

TABELA 7. POPULAÇÃO EMPREGADA (N.º) POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (À DATA DOS CENSOS 2011) E LOCAL DE TRABALHO

Período de referência dos dados	Local de residência (à data dos Censos 2011)	População empregada (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Local de trabalho;			
		Total	Total que reside e trabalha ou estuda no município de residência	Noutro município	No estrangeiro
2011	Resende	3396	2495	800	101
	Carrazeda de Ansiães	1884	1629	224	31
	Freixo de Espada à Cinta	1153	1043	90	20
	Torre de Moncorvo	2806	2418	305	83
	Vila Flor	2266	1873	369	24
	Vila Nova de Foz Côa	2440	2141	256	43
	Alijó	3955	3331	565	59
	Mesão Frio	1494	945	440	109
	Peso da Régua	6386	4736	1480	170
	Sabrosa	2132	1543	542	47
	Santa Marta de Penaguião	2538	1611	871	56
	Vila Real	21469	18026	3158	285

Armamar	2141	1681	341	119
Lamego	10151	7507	2318	326
São João da Pesqueira	2854	2469	293	92
Tabuaço	2028	1443	331	254
Alfândega da Fé	1669	1365	249	55
Mirandela	8535	7308	1055	172
Murça	1841	1475	322	44
Figueira de Castelo Rodrigo	2022	1753	238	31
Mêda	1666	1387	266	13

Fonte: Censos 2011- INE

Procedendo a uma análise sobre o índice relativo à População empregada por Local de trabalho (Tabela 7), e seguindo os dados recolhidos pelos Censos de 2011, em todos os municípios, grande parte da População Empregada reside e trabalha ou estuda no município de residência. Os municípios que registaram um maior número de População empregada a trabalhar noutro município foram Peso da Régua e Lamego (ambos com cerca de 23% da população empregada total), Resende (com aproximadamente 24%), Sabrosa (25%), Mesão Frio (29%) e Santa Marta de Penaguião (34%). Os que assumiram uma percentagem menor neste fator de análise foram, respetivamente, Freixo de Espada à Cinta (8%), Vila Nova de Foz Côa e São João da Pesqueira (10%), Torre de Moncorvo (11%), e por fim, com a mesma percentagem, Carrazeda de Ansiães, Mirandela e Figueira de Castelo Rodrigo (12%). Relativamente à População Empregada a exercer o seu trabalho no estrangeiro, destacam-se, com a maior percentagem, em relação à população total, os municípios de Armamar, com

cerca de 6%, Mesão Frio com 7% e Tabuaço com 13%. Os restantes municípios não excedem os 3% de População empregada a trabalhar no estrangeiro.

3.5.1.3. Caracterização Económica

A presente caracterização permite compreender a questão económica em estudo, com enfoque na evolução empresarial e dos seus respetivos colaboradores, no contexto do território em estudo.

TABELA 8. EMPRESAS (N.º) POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA (NUTS - 2013) E DIMENSÃO

Localização geográfica (NUTS - 2013)	Empresas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Dimensão;											
	2018			2016			2014			2012		
	TOTAL	PME	Grandes	TOTAL	PME	Grandes	TOTAL	PME	Grandes	TOTAL	PME	Grandes
Resende	1500	1500	0	1367	1367	0	1383	1383	0	1023	1023	0
Alijó	2429	2429	0	2382	2382	0	2336	2336	0	1102	1102	0
Armamar	1060	1060	0	1036	1036	0	1050	1049	1	609	608	1
Carrazeda de Ansiães	1112	1112	0	1043	1043	0	1091	1091	0	591	591	0
Freixo de Espada à Cinta	606	606	0	570	570	0	534	534	0	270	270	0
Lamego	3347	3347	0	3154	3154	0	3109	3109	0	2312	2311	1
Mesão Frio	653	653	0	664	664	0	634	634	0	313	313	0

Murça	1290	1290	0	1218	1218	0	1192	1192	0	503	503	0
Peso da Régua	2537	2537	0	2456	2456	0	2473	2473	0	1434	1434	0
Sabrosa	1009	1009	0	991	991	0	1002	1002	0	518	518	0
Santa Marta de Penaguião	1510	1510	0	1513	1513	0	1516	1516	0	625	625	0
São João da Pesqueira	1741	1741	0	1705	1705	0	1697	1697	0	805	805	0
Tabuaço	942	942	0	893	893	0	926	926	0	442	442	0
Torre de Moncorvo	1277	1277	0	1193	1193	0	1161	1160	1	739	738	1
Vila Nova de Foz Côa	1344	1344	0	1336	1336	0	1335	1335	0	690	690	0
Vila Real	6806	6804	2	6418	6416	2	6291	6290	1	5008	5008	0
Alfândega da Fé	1132	1132	0	1055	1055	0	1030	1030	0	417	417	0
Mirandela	3435	3435	0	3129	3129	0	3214	3214	0	2342	2342	0
Vila Flor	1112	1111	1	992	991	1	974	973	1	591	590	1
Figueira de Castelo Rodrigo	896	896	0	865	865	0	854	854	0	585	585	0
Mêda	835	835	0	786	786	0	761	761	0	502	502	0

Fonte: INE (2020)

Analisando a evolução do Número de Empresas por Localização geográfica e Dimensão (Tabela 8), de 2012 para 2018, é de ressaltar que Torre de Moncorvo e Armamar perderam uma Grande Empresa nesse período, enquanto que Vila Real ganhou mais uma Grande Empresa e Vila Flor manteve a sua única empresa dessa dimensão. Ainda nessa dimensão, em 2018, apenas Vila Flor e Vila Real possuíam Grandes Empresas, respetivamente, 1 e 2 empresas. Abordando agora a evolução das Pequenas e Médias Empresas, os seus valores aumentaram em todos os municípios, de 2012 para 2018. A evolução da totalidade de empresas teve uma maior incidência em Lamego, +1035, Mirandela, +1093, Peso da Régua, +1103, Alijó, +1327 e Vila Real a registar o maior crescimento com +1798. Em 2019 destacou-se, igualmente, Vila Real com um total de 6806 empresas.

TABELA 9. PESSOAL AO SERVIÇO (N.º) DAS EMPRESAS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA (NUTS - 2013)

Localização geográfica (NUTS - 2013)	Pessoal ao serviço (N.º) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013);			
	2018	2016	2014	2012
Resende	2314	2128	2262	1 921
Alijó	3721	3628	3585	2327
Armamar	1785	1853	2257	1661
Carraceda de Ansiães	1640	1489	1453	976
Freixo de Espada à Cinta	1026	956	854	594
Lamego	6354	5835	5675	5248
Mesão Frio	1233	956	1004	632

Murça	1661	1596	1532	848
Peso da Régua	4611	4489	4264	3298
Sabrosa	1835	1579	1575	1079
Santa Marta de Penaguião	2187	2174	2170	1236
São João da Pesqueira	2517	2426	2412	1522
Tabuaço	1328	1307	1305	855
Torre de Moncorvo	1865	1726	1995	1951
Vila Nova de Foz Côa	1908	1866	1846	1205
Vila Real	14067	13192	12044	11160
Alfândega da Fé	1402	1267	1297	701
Mirandela	6024	5614	5543	4666
Vila Flor	1865	1730	1696	1310
Figueira de Castelo Rodrigo	1288	1239	1231	1005
Mêda	1384	1283	1217	967

Fonte: INE (2020)

Analisando a evolução do Pessoal ao serviço das empresas (Tabela 9), e fazendo uma avaliação de 2012 para 2018, a evolução foi significativamente positiva para todos os municípios, à exceção de Torre de Moncorvo que registou um decréscimo no período indicado (-86). A evolução positiva mais significativa ocorreu em Lamego (+), Peso da

Régua (+1313), Mirandela (+1358), Alijó, (+1394) e Vila Real (+1394). Em 2018, foi este último município que alcançou o número mais elevado de pessoal ao serviço de empresas, com um total de 14067 pessoas.

TABELA 10. NASCIMENTOS (N.º) DE EMPRESAS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA (NUTS - 2013)

Localização geográfica (NUTS - 2013) (1)	Nascimentos (N.º) de Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013)			
	2018	2016	2014	2012
Resende	225	142	222	274
Alijó	255	222	287	154
Armamar	111	75	209	69
Carraceda de Ansiães	143	71	210	104
Freixo de Espada à Cinta	96	75	228	39
Lamego	448	348	615	259
Mesão Frio	58	62	83	56
Murça	160	93	325	56
Peso da Régua	280	250	357	162
Sabrosa	97	89	138	56
Santa Marta de Penaguião	151	132	127	103

São João da Pesqueira	204	158	211	88
Tabuaço	115	72	156	56
Torre de Moncorvo	197	149	412	84
Vila Nova de Foz Côa	161	108	378	78
Vila Real	1042	771	941	601
Alfândega da Fé	178	112	422	42
Mirandela	552	326	616	262
Vila Flor	190	113	263	62
Figueira de Castelo Rodrigo	121	86	221	75
Mêda	122	88	158	115

Fonte: INE (2020)

Em respeito ao número de nascimentos de empresas (Tabela 10), analisando a evolução de 2011 para 2018, é de destacar que apenas o município que Armamar apresentou um decréscimo em relação a 2011 (22%). Os municípios onde nasceram mais empresas, neste mesmo período de sete anos, foram Murça (65%), Vila Flor (67%) e Alfândega Da Fé (76%). Os municípios cujo crescimento foi menos exponencial, tendo mesmo quase estagnado, foram Mesão Frio e Mêda cujo setor empresarial apenas cresceu 3% e 6%, respetivamente. Em 2018, destaca-se Vila Real, que alcançou 1042 nascimentos de empresas.

TABELA II. MORTES (N.º) DE EMPRESAS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA (NUTS - 2013)

Localização geográfica (NUTS - 2013) (1)	Mortes (N.º) de empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013)					
	2018	2017	2016	2014	2012	2011
Resende	192	179	130	134	154	137
Alijó	253	201	187	195	180	162
Armamar	93	106	78	91	73	77
Carrazeda de Ansiães	103	125	70	100	99	94
Freixo de Espada à Cinta	63	67	51	51	44	53
Lamego	378	325	290	322	333	323
Mesão Frio	82	56	58	59	62	42
Murça	161	74	88	98	91	90
Peso da Régua	256	214	220	259	208	231
Sabrosa	120	104	71	95	76	93
Santa Marta de Penaguião	176	124	129	133	128	103
São João da Pesqueira	177	150	129	159	123	100
Tabuaço	110	81	72	91	83	70

Torre de Moncorvo	164	140	126	150	141	122
Vila Nova de Foz Côa	135	110	129	118	96	86
Vila Real	775	665	736	762	768	846
Alfândega da Fé	158	145	95	111	83	103
Mirandela	405	366	322	399	434	373
Vila Flor	145	123	85	89	114	106
Figueira de Castelo Rodrigo	96	110	89	80	99	75
Mêda	94	94	73	88	91	68

Fonte: INE (2020)

No que se refere ao número de mortes de empresas (Tabela 11), apenas o município de Vila Real perdeu menos empresas, se comparado a 2011, tendo os restantes sofrido um aumento da morte de empresas, mais ou menos significativo, de 2011 para 2018. Neste período, os municípios que registaram um maior crescimento de mortes de empresas foram São João da Pesqueira e Murça (ambos com um aumento de 44%) e Mesão Frio (49%).

3.5.1.4. Caracterização da Oferta

A caracterização da oferta visa apresentar dados que permitam caracterizar a capacidade e especificidade do alojamento presente nesta região.

TABELA 12. QUARTOS (N.º) EM ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO TURÍSTICO POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA (NUTS - 2013)

Localização geográfica (NUTS - 2013)	Quartos (N.º) em estabelecimentos de alojamento turístico por Localização geográfica (NUTS - 2013);		
	2019	2018	2017
Resende	126	126	118
Alijó	237	224	219
Armamar	106	93	65
Carraceda de Ansiães	43	41	34
Freixo de Espada à Cinta	54	58	52
Lamego	524	494	359
Mesão Frio	94	72	74
Murça	35	-	-
Peso da Régua	275	277	253
Sabrosa	128	112	98
Santa Marta de Penaguião	45	37	30
São João da Pesqueira	43	7	-
Tabuaço	155	138	148

Torre de Moncorvo	85	53	37
Vila Nova de Foz Côa	71	58	56
Vila Real	353	357	370
Alfândega da Fé	61	71	62
Mirandela	252	239	237
Vila Flor	93	97	90
Figueira de Castelo Rodrigo	130	102	106
Mêda	117	117	123

Fonte: INE (2020)

Analisando a evolução do número de quartos em estabelecimentos de alojamento turístico (Tabela 12), é de referir que, de 2017 para 2019, todos os municípios, à exceção de Vila Real, Alfândega da Fé e Mêda, registaram uma evolução positiva nos valores alcançados. Em 2019, a concentração do número de quartos registou-se, essencialmente, em Mirandela, com 252 quartos, Peso da Régua com 275 e Lamego com 524 quartos. Em oposição, destacam-se Murça, com apenas 35 quartos, São João da Pesqueira e Carraceda de Ansiães com 43 quartos.

TABELA 13. QUARTOS (N.º) NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA (NUTS - 2013)

Localização geográfica (NUTS - 2013)	Quartos (N.º) nos estabelecimentos hoteleiros por Localização geográfica (NUTS - 2013);			
	2017	2016	2015	2014

Resende	118	99	96	67
Alijó	219	209	203	168
Armamar	65	73	73	70
Carraceda de Ansiães	34	42	42	34
Freixo de Espada à Cinta	52	59	50	40
Lamego	359	463	429	398
Mesão Frio	74	78	-	22
Murça	-	-	-	-
Peso da Régua	253	237	231	215
Sabrosa	98	80	242	115
Santa Marta de Penaguião	30	30	30	30
São João da Pesqueira	-	-	-	-
Tabuaço	148	143	145	57
Torre de Moncorvo	37	48	48	51
Vila Nova de Foz Côa	56	56	67	79
Vila Real	370	349	337	343

Alfândega da Fé	62	62	69	62
Mirandela	237	221	219	201
Vila Flor	90	90	85	54
Figueira de Castelo Rodrigo	106	100	117	100
Mêda	123	120	74	72

Fonte: INE (2020)

Observando a evolução do número de quartos (Tabela 13), registou-se um progresso positivo, nos quatro anos consecutivos, em Resende, Alijó, Lamego, Peso da Régua, Mirandela e Mêda. Apesar das oscilações observáveis nos restantes municípios, estas foram pouco significativas, em exclusão de uma situação, a de Sabrosa, que de 2015 para 2016, passou a ter menos 162 quartos (aproximadamente 17%). O maior número de quartos, em 2017, verificou-se em Peso da Régua (253 quartos), Lamego (359 quartos) e Vila Real (370 quartos). Os municípios com menos quartos, no mesmo período, foram Santa Marta de Penaguião, com 30 quartos, Carrazeda de Ansiães com 34 quartos e Torre de Moncorvo com 37 quartos.

TABELA 14. ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS (N.º) POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA (NUTS - 2013)

Localização geográfica (NUTS - 2013)	Estabelecimentos hoteleiros (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013);			
	2017	2016	2015	2014
Resende	9	8	7	5
Alijó	15	13	14	10

Armamar	8	8	8	7
Carrazeda de Ansiães	3	4	4	3
Freixo de Espada à Cinta	6	7	6	4
Lamego	24	24	21	19
Mesão Frio	5	6	5	4
Murça	1	1	1	1
Peso da Régua	9	7	7	5
Sabrosa	11	9	11	8
Santa Marta de Penaguião	3	3	3	3
São João da Pesqueira	1	1	1	1
Tabuaço	8	7	8	6
Torre de Moncorvo	5	6	6	5
Vila Nova de Foz Côa	4	4	5	5
Vila Real	17	14	12	13
Alfândega da Fé	4	4	5	4
Mirandela	9	8	7	5

Vila Flor	8	8	8	5
Figueira de Castelo Rodrigo	11	10	11	9
Média	7	7	6	6

Fonte: INE (2020)

No que concerne ao número de estabelecimentos hoteleiros (Tabela 14), é possível concluir que de 2014 para 2017, na grande maioria dos municípios, os números de estabelecimentos aumentaram ou estabilizaram, à exceção de Vila Nova de Foz Côa que registou menos um estabelecimento hoteleiro em 2017. Nesse mesmo ano, os municípios que registaram uma presença mais significativa dos estabelecimentos em questão foram Alijó com 15, Vila Real com 17 e Lamego com 24 estabelecimentos hoteleiros. Em oposição, Murça e São João da Pesqueira possuíam apenas um estabelecimento hoteleiro.

TABELA 15. CAPACIDADE DE ALOJAMENTO (N.º) NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA (NUTS - 2013)

Localização geográfica (NUTS - 2013)	Capacidade de alojamento (N.º) nos estabelecimentos hoteleiros por Localização geográfica (NUTS - 2013);			
	2017	2016	2015	2014
Resende	259	220	211	151
Alijó	458	419	390	324
Armamar	147	170	184	152
Carraceda de Ansiães	72	95	103	87
Freixo de Espada à Cinta	108	174	130	82

Lamego	735	975	854	817
Mesão Frio	203	162		40
Murça	-	-	-	-
Peso da Régua	493	465	420	377
Sabrosa	212	160	520	232
Santa Marta de Penaguião	66	67	67	67
São João da Pesqueira	-	-	-	-
Tabuaço	332	331	329	145
Torre de Moncorvo	78	96	92	99
Vila Nova de Foz Côa	114	116	138	159
Vila Real	735	691	707	717
Alfândega da Fé	145	143	153	143
Mirandela	564	544	532	490
Vila Flor	202	253	174	109
Figueira de Castelo Rodrigo	219	203	246	204
Mêda	251	275	144	147

Fonte: INE (2020)

Relativamente à capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros (Tabela 15), os municípios de Resende, Alijó, Mesão Frio, Peso da Régua, Vila Real, Alfândega da Fé, Mirandela, Vila Flor, Figueira de Castelo Rodrigo, Mêda e Tabuaço, de 2014 a 2017, registaram um crescimento ininterrupto da sua capacidade. De frisar que Tabuaço foi o município que alcançou uma evolução mais significativa. De salientar, ainda, que uma parte representativa da capacidade de alojamento localiza-se em Mirandela (564), Lamego e Vila Real (ambos com 735), segundo os dados de 2017.

TABELA 16. CAPACIDADE DE ALOJAMENTO (N.º) NOS ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO TURÍSTICO POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA (NUTS - 2013)

Localização geográfica (NUTS - 2013)	Capacidade de alojamento (N.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico por Localização geográfica (NUTS - 2013);		
	2019	2018	2017
Resende	286	254	259
Alijó	499	445	458
Armamar	214	180	147
Carrazeda de Ansiães	98	103	72
Freixo de Espada à Cinta	123	139	108
Lamego	1067	1012	735
Mesão Frio	252	195	203
Murça	91	-	-
Peso da Régua	519	531	493

Sabrosa	280	244	212
Santa Marta de Penaguião	96	80	66
São João da Pesqueira	86	14	-
Tabuaço	314	282	332
Torre de Moncorvo	170	104	78
Vila Nova de Foz Côa	156	121	114
Vila Real	755	762	735
Alfândega da Fé	130	146	145
Mirandela	602	571	564
Vila Flor	196	197	202
Figueira de Castelo Rodrigo	271	212	219
Mêda	217	227	251

Fonte: INE (2020)

No que se refere à capacidade de alojamento nos estabelecimentos de alojamento turístico (Tabela 16), os municípios de Armamar, Lamego, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa, de 2017 a 2019, registaram um crescimento progressivo, em oposição à diminuição ininterrupta da capacidade de alojamento de Vila Flor e Mêda.

De ressaltar que a capacidade de alojamento turístico mais representativa concentra-se em Alijó (499), Peso da Régua (519), Mirandela (602), Vila Real (755) e Lamego (1067) e a

menor em São João da Pesqueira (86), Murça (91), Santa Marta de Penaguião (96) e Carrazeda de Ansiães (98).

3.5.1.5. Caracterização da Procura

A caracterização da procura visa apresentar os principais dados relativos a dormidas, hóspedes, estada média, taxa líquida de ocupação, os proveitos totais e os proveitos de aposento do território em estudo.

TABELA 17. ESTADA MÉDIA (N.º) NOS ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO TURÍSTICO POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA (NUTS - 2013)

Localização geográfica (NUTS - 2013)	Estada média (N.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico por Localização geográfica (NUTS - 2013);		
	2019	2018	2017
Resende	1,7	1,7	1,8
Alijó	1,4	1,4	1,5
Armamar	1,8	2	1,7
Carrazeda de Ansiães	1,5	1,3	2,2
Freixo de Espada à Cinta	1,2	1,1	1,3
Lamego	1,5	1,5	1,6
Mesão Frio	1,6	1,6	1,7
Murça	2	-	-

Peso da Régua	1,5	1,5	1,5
Sabrosa	1,7	1,7	1,8
Santa Marta de Penaguião	1,6	1,5	1,5
São João da Pesqueira	1,4	2,5	-
Tabuaço	1,5	1,4	1,6
Torre de Moncorvo	1,7	1,8	1,7
Vila Nova de Foz Côa	1,3	1,3	1,4
Vila Real	1,5	1,6	1,6
Alfândega da Fé	1,5	1,4	1,3
Mirandela	1,7	1,8	1,6
Vila Flor	1,5	1,8	1,8
Figueira de Castelo Rodrigo	1,5	1,5	1,4
Mêda	1,6	1,6	1,6

Fonte: INE (2020)

Segundo os dados mais recentes, representados na Tabela 17, em 2019, os municípios que apresentaram a estada média mais elevada foram Resende, Sabrosa, Torre de Moncorvo e Mirandela, ambos com 1,7 noite, seguindo-se Armamar com 1,8 noites e Murça com 2 noites. A estada média mais baixa registou-se em Freixo de Espada à Cinta, com 1,2 noites,

seguida de Vila Nova de Foz Côa, com 1,3 noites e, com uma estada média de 1,4 noites nos municípios de São João da Pesqueira e Alijó. No que diz respeito à evolução de 2017 para 2019, os valores foram oscilando na larga maioria dos municípios, contudo, foram alterações pouco significativas. Não existem todos os dados relativos a Murça e São João da Pesqueira, de modo que não foi possível analisar a sua evolução de forma precisa.

TABELA 18. DORMIDAS (N.º) NOS ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO TURÍSTICO POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E LOCAL DE RESIDÊNCIA (PAÍS - LISTA REDUZIDA)

Localização geográfica (NUTS - 2013)	Dormidas (N.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico por Localização geográfica e Local de residência (País - lista reduzida);							
	2019		2018		2016		2014	
	Portugal	Estrangeiro	Portugal	Estrangeiro	Portugal	Estrangeiro	Portugal	Estrangeiro
Resende	14692	3222	14402	2182	9773	1223	5623	871
Alijó	18600	30919	17462	28530	18887	22283	19800	16707
Armamar	7806	13761	5791	9851	6507	5158	5257	4313
Carrazeda de Ansiães	5375	1508	5374	936	5360	600	3731	605
Freixo de Espada à Cinta	4247	930	3804	737	4175	1248	2168	370
Lamego	58537	76638	53302	65735	46126	53562	40560	26019
Mesão Frio	18037	8575	16020	4911	22178	4729	814	2201
Murça	1440	-	-	-	-	-	-	-

Peso da Régua	44971	26196	43272	22723	35939	18710	33513	13727
Sabrosa	8990	26260	7260	23915	5764	15318	7301	9368
Santa Marta de Penaguião	1642	1540	879	643	712	509	672	589
São João da Pesqueira	3340	1111	64	817	-	-	-	-
Tabuaço	16510	9428	13751	9885	13752	9485	7321	7509
Torre de Moncorvo	10036	2272	6351	3223	5126	1028	3804	632
Vila Nova de Foz Côa	6016	1855	4312	1673	4152	1198	6588	860
Vila Real	56969	17043	60081	13633	52313	17182	52523	13243
Alfândega da Fé	14318	613	10132	749	11546	404	28747	4330
Mirandela	38272	4266	35740	4914	27563	2864	26971	1261
Vila Flor	5239	706	4837	712	8087	571	5089	350
Figueira de Castelo Rodrigo	11163	1768	9751	1565	7093	1421	7559	2200
Mêda	16724	3882	16037	4769	13113	2983	3510	1535

Fonte: INE (2020)

Procedendo à análise da Tabela 18, conclui-se que, quer no ano de 2014, quer no ano de 2019, os municípios de Resende, Carraceda de Ansiães, Freixo de Espada á Cinta, Peso da

Régua, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa, Vila Real, Alfândega da Fé, Mirandela, Vila Flor, Figueira de Castelo Rodrigo e Mêda registaram maior predominância dos visitantes portugueses. Em Tabuaço e Mesão Frio, em 2014, mais visitantes estrangeiros que nacionais, contudo, a situação inverteu-se em 2019. Em Sabrosa, tanto em 2014, como em 2019, o número de visitantes estrangeiros foi superior aos visitantes portugueses e registou um crescimento positivo significativo. Em 2014, Alijó, Armamar e Lamego registaram maior incidência sobre os visitantes nacionais, mas o mesmo não se registou em 2019, ano em que os visitantes estrangeiros aumentaram expressivamente. São João da Pesqueira e Murça apresentam dados incompletos, de modo a que não foi possível analisar a sua evolução.

TABELA 19. DORMIDAS (N.º) NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Localização geográfica (NUTS - 2013)	Dormidas (N.º) nos estabelecimentos hoteleiros por Localização geográfica (NUTS - 2013)			
	2019	2018	2016	2014
Resende	17914	16584	10996	6494
Alijó	49519	45992	41170	36507
Armamar	21567	15642	11665	9570
Carraceda de Ansiães	6883	6310	5960	4336
Freixo de Espada à Cinta	5177	4541	5423	2538
Lamego	135175	119037	99688	66579
Mesão Frio	26612	20931	26907	3015
Murça	1440	-	-	-

Peso da Régua	71167	65995	54649	47240
Sabrosa	35250	31175	21082	16669
Santa Marta de Penaguião	3182	1522	1221	1261
São João da Pesqueira	4451	881	-	-
Tabuaço	25938	23636	23237	14830
Torre de Moncorvo	12308	9574	6154	4436
Vila Nova de Foz Côa	7871	5985	5350	7448
Vila Real	74012	73714	69495	65766
Alfândega da Fé	14931	10881	11950	14438
Mirandela	42538	40654	30427	28232
Vila Flor	5945	5549	8658	5439
Figueira de Castelo Rodrigo	12931	11316	8514	9759
Mêda	20606	20806	16096	5045

Fonte: INE (2020)

No que diz respeito ao número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros, os municípios que registaram maior crescimento de 2014 para 2019 foram Resende e Torre de Moncorvo (ambos com uma evolução de 64%), Mêda (76%) e Mesão Frio (89%). Os municípios que, por sua vez, apresentaram resultados quase estagnantes foram Alfândega da Fé (3%), Vila Nova de Foz Côa (5%) e Vila Flor (9%).

De referir ainda que, em 2019, Lamego obteve o melhor desempenho entre os vários municípios da Região Demarcada do Douro, em contraste com Murça, que obteve um menor número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros. Devido à inexistência de dados relativos a Murça e São João da Pesqueira, não foi possível analisar a evolução dos mesmos neste indicador.

TABELA 20. PROPORÇÃO DE HÓSPEDES NÃO RESIDENTES (%) POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA (NUTS - 2013)

Localização geográfica (NUTS - 2013)	Proporção de hóspedes não residentes (%) por Localização Geográfica (NUTS - 2013);			
	2019	2018	2016	2014
Resende	14,8	12,1	13	13
Alijó	56,5	57	47,4	41
Armamar	59,4	58	40,8	40,7
Carraceda de Ansiães	20,5	18,9	12,9	13,2
Freixo de Espada à Cinta	21,9	17,2	19,9	13,7
Lamego	52,4	50,2	48,7	34,7
Mesão Frio	27,3	21,6	15,4	70,6
Murça	-	-	-	-
Peso da Régua	35,5	32,8	31,5	27,3
Sabrosa	72,4	75,8	68,9	57,2
Santa Marta de Penaguião	45,8	32,9	33,3	37,5

São João da Pesqueira	16	88,2	-	-
Tabuaço	30,8	34,7	35,3	45,3
Torre de Moncorvo	18,5	30,9	14,4	19,2
Vila Nova de Foz Côa	21,8	25,9	16,3	8,9
Vila Real	21,3	17,3	22,8	20,1
Alfândega da Fé	3,2	5,7	2,5	2,1
Mirandela	7,9	7	8	4,2
Vila Flor	9,7	10,1	8,5	5,5
Figueira de Castelo Rodrigo	12,5	11,4	12,9	20,7
Méda	18,1	22,3	17,9	25

Fonte: INE (2020)

Relativamente à proporção de hóspedes não residentes (Tabela 20), apenas os municípios de Resende, Alijó, Armamar, Lamego e Peso da Régua obtiveram um crescimento contínuo da proporção de hóspedes não residentes, enquanto que Tabuaço decresceu os quatro anos consecutivos e Mesão Frio decresceu de 70,6% em 2014 para 27,3% em 2019. A maior percentagem de hóspedes não residentes, em 2019, foi correspondente aos municípios de Lamego, Alijó, Armamar e Sabrosa, respetivamente, 52,4%, 56,5%, 59,4% e 72,4%. Os municípios com a percentagem mais inferior, em 2019, foram Alfândega da Fé (3,2%), Mirandela (7,9%) e Figueira de Castelo Rodrigo (12,5%).

TABELA 21. HÓSPEDES (N.º) NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA (NUTS - 2013)

Localização geográfica (NUTS - 2013)	Hóspedes (N.º) nos estabelecimentos hoteleiros por Localização Geográfica (NUTS - 2013);			
	2017	2016	2015	2014
Resende	8568	5500	4437	3443
Alijó	32098	27839	29033	25605
Armamar	5979	7511	6374	5795
Carrazeda de Ansiães	4473	3482	2621	2826
Freixo de Espada à Cinta	3784	4127	2796	1997
Lamego	48252	60786	47720	40126
Mesão Frio	14108	16617	-	1700
Murça	-	-	-	-
Peso da Régua	41506	37216	36965	31659
Sabrosa	14296	11817	8964	8024
Santa Marta de Penaguião	814	811	759	782
São João da Pesqueira	-	-	-	-
Tabuaço	17045	15676	12759	9302

Torre de Moncorvo	4503	3498	3168	3283
Vila Nova de Foz Côa	4204	3811	4075	5753
Vila Real	45040	40680	39635	37491
Alfândega da Fé	7178	9430	9241	8599
Mirandela	23906	21014	21802	19658
Vila Flor	2631	3009	2416	2065
Figueira de Castelo Rodrigo	6949	5778	7278	6070
Mêda	12683	9853	4700	3333

Fonte: INE (2020)

Procedendo à análise da evolução do número de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros (Tabela 21), no período de 2014 a 2017, os municípios de Resende, Sabrosa, Tabuaço, Vila Real e Mêda registaram um crescimento ininterrupto de hóspedes, tendo os restantes registado oscilações no seu crescimento. Comparativamente aos dados de 2014 para 2017, os municípios que registaram um maior crescimento foram Resende (60%), seguido de Mêda (74%) e Mesão Frio (88%). Alfândega da Fé e Vila Nova de Foz Côa obtiveram valores inferiores aos registados em 2014, com um decréscimo de 20% e 37%, respetivamente.

O maior número de hóspedes, em 2017, foi registado nos municípios de Alijó (32098), Vila Real (45040) e Lamego (48252) e o menor foi nos municípios de Santa Marta de Penaguião (814 hóspedes) e Vila Flor (2631 hóspedes). Devido à inexistência de dados relativos a Murça e São João da Pesqueira, não foi possível analisar a evolução dos mesmos neste indicador.

TABELA 22. HÓSPEDES (N.º) NOS ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO TURÍSTICO POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA (NUTS - 2013) E LOCAL DE RESIDÊNCIA (PAÍS – LISTA REDUZIDA)

Localização geográfica (NUTS - 2013)	Hóspedes (N.º) nos estabelecimentos de alojamento turístico por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Local de residência (País - lista reduzida);					
	2019			2018		
	Total	Portugal	Estrangeiro	Total	Portugal	Estrangeiro
Resende	10347	8818	1529	9773	8591	1182
Alijó	34431	14968	19463	32316	13904	18412
Armamar	12268	4982	7286	7789	3275	4514
Carrazeda de Ansiães	4717	3750	967	4753	3854	899
Freixo de Espada à Cinta	4165	3251	914	3977	3291	686
Lamego	91131	43362	47769	81557	40647	40910
Mesão Frio	16566	12036	4530	13469	10560	2909
Murça	716	716	-	-	-	-
Peso da Régua	47362	30530	16832	43782	29415	14367
Sabrosa	21051	5815	15236	18022	4360	13662
Santa Marta de Penaguião	1969	1067	902	1047	703	344

São João da Pesqueira	3170	2662	508	357	42	315
Tabuaço	17622	12202	5420	16352	10686	5666
Torre de Moncorvo	7279	5934	1345	5221	3607	1614
Vila Nova de Foz Côa	5953	4655	1298	4473	3316	1157
Vila Real	47959	37761	10198	46443	38399	8044
Alfândega da Fé	10031	9711	320	7822	7374	448
Mirandela	24719	22769	1950	22936	21324	1612
Vila Flor	3898	3521	377	3136	2818	318
Figueira de Castelo Rodrigo	8881	7768	1113	7663	6788	875
Mêda	12968	10617	2351	13002	10109	2893

Fonte: INE (2020)

No que diz respeito ao número de hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico (Tabela 22), em 2019, os municípios que assumiram um número mais representativo foram Alijó (34431 hóspedes), Peso da Régua (47362 hóspedes), Vila Real (47959 hóspedes) e Lamego (91131 hóspedes). Os que, por sua vez, apresentaram um número de hóspedes mais reduzido foram Murça (716), Santa Marta de Penaguião (1969), São João Da Pesqueira (3170) e Vila Flor (3898). Analisando a evolução de 2018 para 2019, apenas dois municípios registaram uma ligeira descida do número de hóspedes (inferior a 1%) que foi Carraceda de Ansiães e Mêda, com menos 36 e 34 hóspedes, respetivamente.

Relativamente à análise por país de residência, Resende, Alijó, Armamar, Mesão Frio, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Vila Nova de Foz

Côa, Mirandela, Vila Flor e Figueira de Castelo Rodrigo apresentaram um aumento do número de hóspedes, quer provenientes de Portugal, quer do Estrangeiro. Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta e Vila Real aumentaram o número de hóspedes estrangeiros e decresceram os hóspedes de Portugal. Nos municípios de Tabuaço, Torre de Moncorvo, Alfândega da Fé e Mêda registou-se o inverso. Devido à falta de dados relativos a Murça, não foi possível proceder à análise deste município com o devido rigor.

TABELA 23. TAXA LÍQUIDA DE OCUPAÇÃO CAMA (%) NOS ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO TURÍSTICO POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA (NUTS - 2013)

Localização geográfica (NUTS - 2013)	Taxa líquida de ocupação cama (%) nos estabelecimentos de alojamento turístico por Localização geográfica (NUTS - 2013);		
	2019	2018	2017
Resende	21,9	21,1	20,9
Alijó	31,3	30,7	30,2
Armamar	32,2	29,8	22
Carrazeda de Ansiães	22,4	19,7	33,8
Freixo de Espada à Cinta	11,9	10,7	13,6
Lamego	37,3	34	29
Mesão Frio	33	29,8	34,5
Murça	4,4	-	-
Peso da Régua	38,1	36,3	36,1

Sabrosa	40,3	39,4	35,1
Santa Marta de Penaguião	9,4	6,2	6
São João da Pesqueira	15,6	14,2	
Tabuaço	23,4	23,5	22,5
Torre de Moncorvo	23	26,4	24,8
Vila Nova de Foz Côa	15	15,1	14,2
Vila Real	27,4	28,6	27,5
Alfândega da Fé	28,5	21	18,3
Mirandela	20,8	20,4	19,7
Vila Flor	8,5	8,8	7
Figueira de Castelo Rodrigo	16,6	17,4	14,8
Mêda	26,1	24,6	24,2

Fonte: INE (2020)

Relativamente à taxa líquida de ocupação cama nos estabelecimentos de alojamento turístico (Tabela 23), os municípios que apresentaram uma taxa mais elevada foram, respetivamente, Alijó (31,3%), Armamar (32,2%), Lamego (37,3%), Peso da Régua (38,1%) e Sabrosa (40,3%). Os municípios que registaram a taxa mais baixa foram Murça (4,4 %), Vila Flor (8,5%) e Santa Marta de Penaguião (9,4%). Carrazeda de Ansiães, Mesão Frio e Freixo de Espada à Cinta viram a sua taxa de ocupação cama reduzir em 2018 relativamente ao ano

anterior, e apesar de terem recuperado ligeiramente em 2019, não conseguiram alcançar o valor obtido em 2017. Tabuaço, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa, Vila Real, Vila Flor e Figueira de Castelo Rodrigo registaram uma ligeira descida de 2018 para 2019. Os restantes municípios marcaram uma evolução contínua da sua taxa de ocupação cama.

TABELA 24. PROVEITOS TOTAIS (€) NOS ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO TURÍSTICO POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA (NUTS - 2013)

Localização geográfica (NUTS - 2013)	Proveitos totais (€) nos estabelecimentos de alojamento turístico por Localização geográfica (NUTS - 2013);		
	2019	2018	2017
Resende	706	629	509
Alijó	5859	5359	4788
Armamar	1025	499	360
Carrazeda de Ansiães	192	207	221
Freixo de Espada à Cinta	193	216	184
Lamego	20610	15954	12932
Mesão Frio	2221	1880	1519
Murça	380	-	-
Peso da Régua	4671	3762	3614
Sabrosa	3762	3467	2892

Santa Marta de Penaguião	194	107	86
São João da Pesqueira	212	61	-
Tabuaço	2845	2339	2394
Torre de Moncorvo	446	395	303
Vila Nova de Foz Côa	255	201	170
Vila Real	4270	4020	3820
Alfândega da Fé	687	713	692
Mirandela	1196	1008	983
Vila Flor	216	204	165
Figueira de Castelo Rodrigo	805	692	569
Média	2044	1850	1675

Fonte: INE (2020)

No que diz respeito aos proveitos totais nos estabelecimentos de alojamento turístico (Tabela 24), Carrazeda de Ansiães sofreu um decréscimo ininterrupto nos três anos apresentados. Freixo de Espada à Cinta e Alfândega da Fé exibiram um declínio em 2019, se comparando com o ano anterior. Tabuaço experienciou um declínio no ano de 2018, contudo, conseguiu recuperar significativamente no ano de 2019. Murça e São João da Pesqueira não apresentam os dados completos para uma análise pormenorizada. Os restantes municípios obtiveram um crescimento constante em 2017 a 2019. Abordando a evolução de 2017 para 2019, destacam-se, pelo seu crescimento mais significativo, os municípios de Santa Marta de Penaguião (56%) e Armamar (+65). No ano de 2019, os municípios que registaram valores mais

elevados foram Sabrosa (3752 milhares de euros), Vila Real (4270 milhares de euros), Alijó (5859 milhares de euros) e Lamego (20610 milhares de euros).

TABELA 25. PROVEITOS TOTAIS (€) DOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA (NUTS - 2013)

Localização geográfica (NUTS - 2013)	Proveitos totais (€) dos estabelecimentos hoteleiros por Localização geográfica (NUTS - 2013);			
	2017	2016	2015	2014
Resende	509	346	287	225
Alijó	4788	3663	2765	1987
Armamar	360	503	416	300
Carrazeda de Ansiães	221	191	140	138
Freixo de Espada à Cinta	184	192	179	98
Lamego	12932	12623	5806	4618
Mesão Frio	1519	677		7
Murça	-	-	-	-
Peso da Régua	3614	3115	2762	2148
Sabrosa	2892	2274	1911	1509
Santa Marta de Penaguião	86	162	90	69
São João da Pesqueira	-	-	-	-

Tabuaço	2394	2379	1650	1598
Torre de Moncorvo	303	275	230	157
Vila Nova de Foz Côa	170	165	180	246
Vila Real	3820	3493	3152	3005
Alfândega da Fé	692	539	760	652
Mirandela	983	831	798	661
Vila Flor	165	228	158	129
Figueira de Castelo Rodrigo	569	469	627	494
Mêda	1675	1582	681	476

Fonte: INE (2020)

No que se refere aos Proveitos Totais dos estabelecimentos hoteleiros (Tabela 25), e procedendo a uma análise mais minuciosa, Armamar sofreu um decréscimo bastante significativo de 2016 para 2017, o que veio a contrariar os resultados crescentes que tinha vindo a apresentar, à semelhança do que ocorreu em Freixo de Espada à Cinta, Santa Marta de Penaguião e Vila Flor, mas numa discrepância menor. Vila Nova de Foz Côa regressou os seus valores continuamente de 2014 até 2016, tendo registado uma ligeira recuperação em 2017. Alfândega da Fé registou, após dois anos de crescimento, um valor mais baixo em 2016, contudo, com uma ligeira recuperação em 2017. Figueira de Castelo Rodrigo foi o município que apresentou mais oscilações na evolução dos proveitos totais em questão, visto que aumentou de 2014 para 2015, decresceu em 2016 e voltou a subir em 2017, mas não alcançou o valor de 2015. Os restantes municípios registaram um crescimento contínuo nos quatro anos apresentados.

De referir que os municípios de Murça e São João da Pesqueira não disponibilizam dados relativos a este indicador e Peso da Régua não possui os valores relativos a 2015. Deste modo, não foi possível proceder à análise da evolução dos dois municípios referidos primeiramente e a observação e estudo dos dados alusivos do Peso da Régua são incompletos.

Os municípios que alcançaram uma evolução mais considerável de 2014 para 2017 foram Lamego (64%), Mêda (72%) e Mesão Frio (99%). No ano de 2017, os municípios que registaram os valores mais elevados foram Peso da Régua (3614 milhares de euros), Vila Real (3820 milhares de euros), Alijó (4788 milhares de euros) e Lamego (12932 milhares de euros).

TABELA 26. PROVEITOS DE APOSENTO (€) NOS ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO TURÍSTICO POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA (NUTS - 2013)

Localização geográfica (NUTS - 2013)	Proveitos de aposento (€ milhares) nos estabelecimentos de alojamento turístico por Localização geográfica (NUTS - 2013);		
	2019	2018	2017
Resende	624	542	442
Alijó	3505	3061	2949
Armamar	854	481	296
Carraceda de Ansiães	192	201	206
Freixo de Espada à Cinta	175	178	173
Lamego	13376	10436	8409
Mesão Frio	1558	1232	1057

Murça	53	-	-
Peso da Régua	3622	2820	2738
Sabrosa	2503	2233	1784
Santa Marta de Penaguião	178	75	76
São João da Pesqueira	201	50	-
Tabuaço	1225	990	1031
Torre de Moncorvo	436	389	303
Vila Nova de Foz Côa	255	201	170
Vila Real	2933	2687	2431
Alfândega da Fé	497	513	486
Mirandela	1079	856	863
Vila Flor	200	182	151
Figueira de Castelo Rodrigo	541	489	391
Mêda	1252	1185	1139

Fonte: INE (2020)

Relativamente aos Proveitos de Aposento nos estabelecimentos de alojamento turístico (Tabela 26), o município de Carrazeda de Ansiães tem vindo a assumir um decréscimo contínuo de 2017 a 2019. Freixo de Espada à Cinta, apesar de ter alcançado um resultado positivo de 2017 para 2019, este último valor não alcançou o valor apresentado em 2018, o mesmo aconteceu em Alfândega da Fé. Santa Marta de Penaguião e Mirandela que sofreram uma ténue descida de 2017 para 2018, mas recuperaram em 2019.

De um modo geral, os municípios que apresentaram um incremento mais significativo dos proveitos aposento nos estabelecimentos de alojamento turístico de 2017 para 2019 foram Santa Marta de Penaguião com uma um aumento de aproximadamente 57% e Armamar com uma evolução que rondou os 65%. Os que demonstram maior tendência de estagnação foram Freixo de Espada a Cinta (1%), Alfândega da Fé (2%) e Mêda (9%). Devido à falta de dados relativos a Murça e São João da Pesqueira, não é possível proceder a uma análise concreta sobre a sua evolução.

TABELA 27. PROVEITOS DE APOSENTO (€) DOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Localização geográfica (NUTS - 2013)	Proveitos de aposento (€ milhares) dos estabelecimentos hoteleiros por Localização geográfica (NUTS - 2013)			
	2017	2016	2015	2014
Resende	442	306	238	186
Alijó	2949	2405	2022	1400
Armamar	296	393	327	244
Carrazeda de Ansiães	206	172	120	123
Freixo de Espada à Cinta	173	165	160	98
Lamego	8409	7571	3839	2987

Mesão Frio	1057	499	-	7
Murça	-	-	-	-
Peso da Régua	2738	2382	2062	1567
Sabrosa	1784	1266	1085	918
Santa Marta de Penaguião	76	62	62	63
São João da Pesqueira	-	-	-	-
Tabuaço	1031	1234	752	576
Torre de Moncorvo	303	271	224	144
Vila Nova de Foz Côa	170	165	180	246
Vila Real	2431	2278	2051	1864
Alfândega da Fé	486	365	474	397
Mirandela	863	761	739	616
Vila Flor	151	205	155	126
Figueira de Castelo Rodrigo	391	316	436	329
Méda	1139	1013	451	393

Fonte: INE (2020)

No que diz respeito aos proveitos de aposento por municípios (Tabela 27), é de destacar que todos, à exceção de Vila Nova de Foz Côa, sofreram um aumento positivo dos proveitos de

aposento de 2014 para 2017. Contudo, esse período foi marcado por oscilações por parte de alguns municípios. Armamar teve uma perda de aproximadamente 100 milhares de euros de 2016 para 2017, Carrazeda de Ansiães teve uma oscilação de 2014 para 2015, contudo, de pouca significância, assim como Santa Marta de Penaguião. Vila Nova de Foz Côa apresentou uma redução dos proveitos de aposento em três anos consecutivos, de 2014 a 2016, contudo em 2017 já demonstrou um ligeiro aumento, no entanto ainda apresentou valores bastante longínquos dos obtidos em 2014 - menos 76 milhares de euros. Em Alfândega da Fé registou um acréscimo bastante significativo de 2014 para 2015, mas os valores sofreram um decréscimo de mais de 100 milhares de euros de 2015 para 2016, sendo o valor correspondente a 2017 semelhante ao conseguido em 2015. Vila Flor vinha a apresentar um crescimento contínuo entre 2014 a 2016, contudo, sofreu um decréscimo em 2017. Figueira de Castelo Rodrigo aumentou aproximadamente 100 milhares de euros de 2014 para 2015, mas perdeu-os no ano seguinte. Em 2017 voltou a aumentar, mas ainda num valor distinto do melhor valor alcançado neste período de 4 anos. Não existem dados relativos aos proveitos de aposento de São João da Pesqueira e os de Mesão Frio são incompletos.

É de ressaltar que o crescimento mais exponencial dos proveitos de aposentos de 2014 para 2017 ocorreu nos municípios de Lamego (65%), Mêda (66%) e Mesão Frio (99%) e o mais reduzido ocorreu nos municípios de Figueira de Castelo Rodrigo (16%), juntamente com Vila Flor e Santa Marta de Penaguião (ambos com uma evolução de aproximadamente 17%).

3.5.2. Matriz de Recursos

Neste subcapítulo será apresentada uma matriz de recursos, sobre a Região Demarcada do Douro, sendo esta dividida em dois grandes grupos: Recursos Primários e Recursos Secundários. De modo a classificar os recursos, foi utilizada uma escala baseada em cinco símbolos com a respetiva legenda: \ (Inexistente), \diamond (Escasso), \bullet (Moderado), ∇ (Abundante)

e ♦ (Muito Abundante), como ilustrado na Figura 13. A pontuação qualitativa atribuída é feita considerando o território como um todo, não individualmente para cada município⁷⁵.

FIGURA 13. LEGENDA DA MATRIZ DE RECURSOS DA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO



Fonte: Elaboração Própria

De modo a desenvolver e aprofundar cada parte da tabela, esta encontra-se dividida em seis partes, sendo intercalado pelo desenvolvimento e justificação da classificação atribuída em cada tabela. Nos Recursos Primários, a primeira tabela apresentada agrupa o Património Natural, Património Cultural e Atividades, a segunda tabela aborda os principais Equipamentos e a terceira, os eventos de maior relevância. As restantes três tabelas pertencem aos Recursos Secundários, sendo elas, a tabela das Atividades, a tabela dos Equipamentos do Turismo e, por último, a tabela dos Equipamentos gerais (Tabelas 28, 29, 30, 31, 32 e 33).

O principal objetivo da realização e análise desta matriz de recursos é compreender a dimensão dos recursos existentes no território em estudo, quais os que são mais abundantes e de maior significância, quais as oportunidades e quais os pontos a melhorar, devido à escassez da sua presença na Região Demarcada do Douro.

⁷⁵ A presente matriz baseia-se, essencialmente, na informação recolhida no Guia Turístico de Portugal (s.d.) e nos websites das Câmaras Municipais dos respetivos 21 Municípios da Região Demarcada do Douro.

TABELA 28. RECURSOS PRIMÁRIOS: PATRIMÓNIO NATURAL, CULTURAL E ATIVIDADES DA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO

RECURSOS PRIMÁRIOS		
PATRIMÓNIO NATURAL		
PATRIMÓNIO CULTURAL	MONUMENTAL	◆ M.AB.
	ARTÍSTICO	◆ M.AB.
	ETNOGRÁFICO	∇ AB.
	COMPLEMENTARES	◇ AB.
ATIVIDADES		◆ M.AB.

Fonte: Elaboração própria, baseado na matriz de Mill e Morrison

Iniciando a análise da matriz apresentada, dentro dos recursos primários encontra-se, nomeadamente, o Património Natural e o Património Cultural. A predominância do património, em todo o seu significado, é claramente notória na Região Demarcada do Douro.

No território em questão, podemos destacar como património natural o Alto Douro Vinhateiro, o Parque Natural do Alvão, o Parque Natural do Douro Internacional, o Parque Arqueológico do Vale do Côa e a Reserva da Faia Brava, entre outros. Para além disso, o conjunto territorial em si é de uma significativa presença da paisagem natural, sendo esta a imagem predominante da Região Demarcada do Douro, marcada pelo rio e os seus afluentes, cercados de vales, onde predominam as culturas mediterrâneas, em especial a vinha.

O Alto Douro Vinhateiro, considerado Património da Humanidade pela UNESCO, em 2001, corresponde a cerca de 10% da totalidade da Região Demarcada do Douro, com uma área de 24.600 hectares. É um território que percorre as encostas do rio Douro e dos seus afluentes

Corgo, Varosa, Távora, Torto e Pinhão. Como menciona a Unesco, “a paisagem cultural do Alto Douro combina a natureza monumental do vale do rio Douro, feito de encostas íngremes e solos pobres e acidentados, com a ação ancestral e contínua do Homem” e esta relação entre o Homem e a natureza admitiu que se criasse um “ecossistema de valor único, onde as características do terreno são aproveitadas de forma exemplar, com a modelação da paisagem em socalcos, preservando-a da erosão e permitindo o cultivo da vinha” (Comissão Nacional da Unesco, 2020).

O Parque Natural do Alvão surgiu em 1983 e abrange uma área com cerca de 7200 hectares, sendo esta composta por um conjunto montanhoso, marcada pelos rios e riachos que o percorrem e pelo seu interesse no que diz respeito à biodiversidade de fauna e flora ali existente.

O Parque Natural do Douro Internacional surgiu em 1998 e abarca os concelhos de Miranda do Douro, Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta e Figueira de Castelo Rodrigo, sendo estes últimos dois pertencentes à Região Demarcada do Douro. Na sua totalidade assume uma área de aproximadamente 85.150 hectares, com uma extensão de 122 quilómetros que delinea o Douro na região fronteiriça. Apresenta-se com uma área com uma extensa variedade de fauna e flora, atraindo várias práticas desportivas de elevado contacto com a natureza, como o *Birdwatching*.

O Parque Arqueológico do Vale do Côa encontra-se no município de Vila Nova de Foz Côa e assume particular relevância devido às gravuras rupestres que ali foram descobertas. Em 1997, este Parque foi classificado como Monumento Nacional e, no ano seguinte, foi classificado como Património da Humanidade pela Unesco. O Vale do Côa apresenta mais de mil rochas com pinturas e representações rupestres, estando presentes em mais de 80 sítios distintos, sendo predominantes as gravuras paleolíticas, executadas há cerca de 25.000 anos.

Por fim, a Reserva da Faia Brava localiza-se no Vale do Côa e incide sobre os municípios de Pinhel e Figueira de Castelo Rodrigo. Assume uma área de cerca de 800 hectares, onde se destacam as “ações que se têm centrado no restauro ecológico, através da valorização dos habitats, do aumento da disponibilidade alimentar das espécies mais ameaçadas e da gestão florestal”. A Faia Brava integra uma Zona de Intervenção Florestal (ZIF), a ZPE do Vale do

Côa (Rede Natura 2000) e IBA (*Birdlife International Important Bird Area*). Para além disso, em 2010 foi classificada como a primeira Área Protegida Privada do país e, atualmente, integra o projeto europeu *Rewilding*.

Devido à predominância do património natural e cultural, os miradouros com vistas panorâmicas encontram-se espalhados um pouco por todo o território da Região Demarcada do Douro. De seguida serão identificados alguns desses miradouros.

Em Alijó, nas proximidades do Pinhão, encontra-se o Miradouro de Casal de Loivos e o Miradouro de Nossa Senhora da Piedade, em Sanfins do Douro. Em Armamar, destaca-se o Miradouro de São Domingos. Em Carrazeda de Ansiães é de referir o Miradouro da Rota do Douro. Em Lamego, encontra-se o Miradouro da Boa Vista, na Serra das Meadas. Em Mesão Frio, situa-se o Miradouro de São Silvestre e no Peso da Régua, destaca-se o Miradouro de São Leonardo da Galafura e o Miradouro de Santo António.

Em São João da Pesqueira é fundamental abordar o Miradouro de São Salvador do Mundo e o Miradouro de Nossa Senhora das Neves. Em Santa Marta de Penaguião, evidencia-se o Miradouro de São Pedro e em Freixo de Espada à Cinta, o Miradouro do Penedo Durão. No município de Resende é possível mencionar o Miradouro de São Cristóvão e o Miradouro do Penedo de São João, com vista para os municípios vizinhos, separados pelo rio Douro.

Em Vila Real, o principal miradouro é o Miradouro da Vila Velha, na parte mais antiga da cidade, com vista para as escarpas do Corgo. No município do Tabuaço salienta-se o Miradouro da Fraga do Tostão ou de Nossa Senhora da Conceição e o Miradouro do Monte da Escrita. Em Sabrosa, o principal miradouro é o Miradouro de S. Domingos do Monte Coxo.

Em Murça, é de mencionar o Miradouro Fonte do Bairro das Árvores, Miradouro Curvas de Murça e o Miradouro de São Domingos. Em Torre de Moncorvo é possível referir um vasto leque de miradouros, sendo estas atrações paisagísticas um ex-libris do município. São exemplos, o Miradouro Barca Velha, o Miradouro da Fraga do Cão, o Miradouro da Fraga do Facho e o Miradouro da Póvoa. Em Vila Nova de Foz Côa, é possível mencionar sete miradouros principais, de referir, o Miradouro de N^a Senhora do Viso (Custóias), o Miradouro de Santa Bárbara (Mós), o Miradouro de S. Martinho (Seixas), o Miradouro de

Anjo S. Gabriel (Castelo Melhor), o Miradouro da Mata dos Carrascos (Santo Amaro), o Miradouro da Mata dos Carrascos (Santo Amaro) e o Miradouro do Arnozelo (Numão).

Em Mirandela destacam-se o Miradouro de Barcel, com vista para o Rio Tua e o Miradouro de Mirandela, que recai sobre a povoação deste município. Em Vila Flor, grande parte dos miradouros aqui existentes resultam da presença de santuários. De mencionar o Miradouro de N^a Sra. da Lapa, os Miradouros de N^a Sra. da Assunção (um em Vilas Boas e outro em Cadoso), o Miradouro do Santuário de N^a Sra. do Rosário, o Miradouro do Santuário de N^a Sra. do Castanheiro, o Miradouro do Santuário de N^a Sra. dos Remédios e, por fim, o Miradouro do Monte de Santa Cruz.

Os principais miradouros de Alfândega da Fé são o Miradouro do Castelo, o Miradouro de Nossa Senhora do Socorro e o Miradouro de Santo Antão da Barca. Em Mêda, os principais panoramas encontram-se nos miradouros de Santa Bárbara, de Paipenela, do Castelo de Marialva, da Barragem de Ranhados e da Torre do Relógio.

Em seguida, encontra-se uma nova componente da matriz apresentada, o património cultural. No que concerne ao património monumental, este é composto por Estações e Vestígios Arqueológicos, Igrejas, Capelas e Ermidas, Aldeias Típicas e Históricas, Palácios e Solares, Pelouros, Cruzeiros e Obeliscos, Torres, Monumentos, Fontes, Chafarizes e Aquedutos, Casas de Interesse e Aglomerados com Valor Arquitetónico, Alminhas, e, por fim, Conventos e Mosteiros. A presença de tal património edificado é extensa, de modo a que serão apenas referidas as principais referências.

Em relação ao património ferroviário, é possível referir diversas estações pertencentes à Linha do Douro, que para além da sua importância e contributo para as acessibilidades da região, são demonstrativas de pinturas seculares, representativas das culturas e tradições do Douro. De destacar a Estação do Pinhão e a Estação do Pocinho. A primeira salienta-se pelo seu conjunto de 24 painéis de azulejo com pinturas azuladas, alusivos às vindimas, marcados por tons azulados. A Estação do Pocinho, contrasta os seus tons amarelos com as ilustrações nos painéis de azulejos azuis onde são demonstradas situações rurais, acompanhado por um alpendre ornamentado por consolas em forma de margaridas. A linha ferroviária do Douro, para além de todas as suas estações, numa distância de cerca de 200km, possui, ainda, 26 túneis e 30 pontes (Macedo, 2019).

Os vestígios arqueológicos que assumem maior destaque são os que pertencem ao Parque Arqueológico do Vale do Côa. Aqui foram registados mais de 80 sítios com presença de arte rupestre, essencialmente oriunda do Paleolítico, e cerca de 1200 rochas gravadas. Devido às suas dimensões, importância histórica e estado de conservação, a UNESCO, no ano de 1998, reconheceu este espaço como Património Mundial, afirmando que “A arte rupestre do paleolítico superior do Vale do Côa é uma ilustração excepcional do desenvolvimento repentino do nosso génio criador durante a alvorada do desenvolvimento cultural humano (...) [e] demonstra, de forma excepcional, a vida social, económica e espiritual do primeiro antepassado da humanidade” (CoaParque, 2020).

Relativamente aos monumentos e construções associadas ao património religioso, é de destacar os principais santuários, nomeadamente, o Santuário de Nossa Senhora dos Remédios, localizado em Lamego. De origem barroca, este monumento, para além do reconhecimento da sua importância histórica, assume-se, igualmente, como um dos locais de peregrinação mais representativos do país. De mencionar, também, o Santuário de Nossa Senhora da Assunção, em Vilas Boas, no município de Vila Flor. Este é o santuário Mariano de maior dimensão de Trás-os-Montes, sendo um dos principais destinos das peregrinações religiosas desta região. Contudo, este território delimitado é composto por inúmeras outras capelas, igrejas, ermidas e santuários, sendo estes marcadamente presentes nos vinte e um municípios que compõem a RDD.

É nesta mesma região que se pode abordar as Aldeias Vinhateiras, que abrange parte do território e as Aldeias Históricas de Portugal, onde estão integrados os municípios de Mêda e Figueira de Castelo Rodrigo.

O projeto das Aldeias Vinhateiras surgiu em 2001, com o principal intuito de salvaguardar e requalificar as tradições vinícolas, gastronómicas, históricas, arquitetónicas e sociais da região do Douro, e, em especial, de seis aldeias específicas- Barcos, Favaio, Provesende, Trevões, Ucanha e Salzedas. Estas aldeias abarcam o município de Tabuaço, Alijó, Sabrosa, São João da Pesqueira e Tarouca (de mencionar que este último município ao qual pertencem Ucanha e Salzedas já não pertence à RDD).

O projeto Aldeias Históricas de Portugal surgiu em 2007 e tem como principal objetivo promover o desenvolvimento turístico, apostando num trabalho em rede, baseado na

inovação, parcerias, troca de conhecimentos e participação ativa de todos os *stakeholders*. É composto por duas aldeias, que são Almeida, Belmonte, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto, Piódão, Sortelha e Trancoso. Estas abrangem 10 municípios - Almeida, Arganil, Belmonte, Celorico da Beira, Fundão, Idanha-a-Nova, Sabugal, Trancoso, Mêda e Figueira de Castelo Rodrigo. Estes dois últimos municípios pertencem à RDD.

Os palácios, mosteiros, casas senhoriais, solares, castelos e pelourinhos distribuem-se um pouco por todo o território nacional, e a RDD não é exceção. Devido à pluralidade destes monumentos, apenas serão referidos os principais. No município de Vila Real encontra-se a Fundação da Casa Mateus, classificado como Monumento Nacional desde 1910. Arquetado por Nicolau Nasoni, é considerado um dos ex-libris da região e da arquitetura barroca em Portugal.

De mencionar, entre outros, o Mosteiro de Santa Maria de Cárquere em Resende, o Castelo de Freixo de Espada à Cinta, os chafarizes de Mesão Frio, o Castelo e a Cisterna de Lamego e todo conjunto de casas senhoriais, a Biblioteca Municipal do Peso da Régua/ Palacete dos Barretos, a Casa/ Quinta do Pinheiro em Santa Marta de Penaguião, o Castro do Goujim em Armamar, o Pelourinho de Arcos e o Pelourinho de Tabuaço, o conjunto de casas brasonadas de Sabrosa, o Solar dos Viscondes, o Solar dos Castros de Alijó, o Solar dos Mansilhas e a pousada Barão de Forrester, ambos em Alijó.

Em continuidade, a Residência Senhorial dos Lemos e Azevedos, o Palácio de Cidrô, o Paços do Concelho, a Casa do Cabo, a Casa do Adro, o Solar dos Caiados e o Solar dos Melos, todos estes correspondentes ao município de São João da Pesqueira, o Mosteiro das Freiras Beneditinas e diversas casas de interesse público, em Murça, a Casa Brasonada de Avantos e o Solar dos Araújo em Mirandela, o Castelo e o Pelourinho de Carrazeda de Ansiães, as casas senhoriais e os solares de Vila Flor, o Solar do Morgado de Vilarelhos em Alfândega da Fé, o Solar dos Tenreiros e outras casas brasonadas de Torre de Moncorvo, as casas e solares de Vila Nova de Foz Côa, a Câmara Municipal de Mêda, juntamente com o Solar das Casas Novas e o Solar dos Cancelos, e por fim, no município de Figueira de Castelo Rodrigo, os monumentos em Castelo Rodrigo.

Relativamente ao Património Artístico, é de destacar os museus presentes na Região Demarcada do Douro, incluindo as casas-museu e centros interpretativos. Neste contexto, é, igualmente, integrada a arte sacra presente nos diversos monumentos religiosos que preenchem este território. De destacar o Museu do Douro (Peso da Régua) e o Museu do Côa (Vila Nova de Foz Côa), onde são ilustradas as duas zonas classificadas pela UNESCO como Património da Humanidade.

De referir, ainda, O Museu do Imaginário Duriense (Tabuaço), o Museu de Lamego, o Museu da Seda e do Território (Freixo de Espada à Cinta), a Casa Natal do Poeta Guerra Junqueiro (Freixo de Espada à Cinta), o Museu Municipal de Resende, o Museu do Triciclo, Casa-Museu do escritor Domingos Monteiro, o Centro Interpretativo do Barco Rabelo e o Centro Interpretativo do Castro de Cidadelhe (ambos em Mesão Frio).

Em continuidade, o Museu Adega Das Giestas Negras (Peso da Régua), o Museu das Caves Santa Marta (Santa Marta de Penaguião), o Museu da Vila Velha (Vila Real), o Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real, Centro De Ciência De Vila Real, o Espaço de Miguel Torga e a Exposição Permanente Fernão De Magalhães (ambos em Sabrosa), o Núcleo Museológico Favaios, Pão e Vinho (Alijó), Centro Interpretativo do Vale do Tua (Alijó), o Museu do Vinho de S. João da Pesqueira, o Museu de Arte Sacra da Misericórdia de Mirandela, o Museu da Oliveira e do Azeite (Mirandela), o Núcleo Museológico da Telha e o Museu da Memória Rural (ambos em Carrazeda de Ansiães). Para finalizar, o Museu Municipal Dra. Berta Cabral e o Museu de Azeite de Vila Flor, Centro de Interpretação de Alfândega da Fé, Museu de Arte Sacra e o Museu do Ferro em Torre de Moncorvo e, por fim, o Museu Municipal de Mêda.

No que diz respeito ao Património Etnográfico, este compreende o artesanato, os ranchos folclóricos, os trajes regionais, o teatro popular, as festas cíclicas e os jogos populares.

Iniciando a caracterização do artesanato, devido à cultura da região, os artefactos associados à agricultura e às necessidades quotidianas preenchem a lista dos principais aspetos a referir. Contudo, devido à multiplicidade de produtos artesanais dos vinte e um municípios, apenas serão mencionados alguns exemplos.

É possível destacar os cestos de vime, os chapéus de palha, a arte da tecelagem da seda, da lã e do linho, a transformação em bordados e outros tecidos, a tamancaria, a tanoaria, a olaria, a latoaria, a folaria e o fabrico de diversos utensílios agrícolas que permitem trabalhar a terra. É de salientar o barro negro de Bisalhães, típico de Vila Real e classificado, em 2016, como património cultural imaterial da UNESCO, a Olaria Negra, bastante similar á anterior, mas proveniente de Resende, as máscaras trabalhadas em madeira, utilizadas no Carnaval de Lazarim e arte da cerâmica, com tons azulados, muito presentes em diversos edifícios históricos, representando várias tradições do Douro. Esta arte é visível, nomeadamente, em estações ferroviárias como a do Pinhão.

Em complemento, este território demarcado assume, na sua história, a presença evolutiva de trajes tradicionais, que variam consoante a posição social em questão. Contudo, grande parte eram associados à agricultura ou às artes anteriormente mencionadas, para além dos trajes mais festivos, nomeadamente, os dos ranchos folclóricos e dos carnavais.

Para concluir a análise do Património Cultural, serão mencionados os aspetos Complementares, onde se incluem Espaços Culturais e Recreativos, Ed. Interesse Relevante (Esc. Pr.), Coretos, Pontes e Outros não especificados. É de destacar as diversas pontes medievais e romanas presentes neste território, em especial a Ponte Velha de Mirandela, construída sobre o rio Tua e apresenta um ex-libris da região. Para além disso, mencionar as várias pontes que atravessam o rio Douro, quer as pedonais, quer as pertencentes à Linha do Douro.

De seguida, para terminar a primeira tabela da matriz apresentada, serão desenvolvidas as Atividades, com principal enfoque nas principais Rotas Turísticas da RDD.

Iniciando a abordagem pela Rota do Vinho do Porto, esta pode ser analisada pelas três sub-regiões da RDD e visa, como principal objetivo, a valorização vitivinícola da região, mas de braço dado a outras potencialidades turísticas que aqui coabitam e permitem a sustentabilidade desta Rota. Reúne, de momento, mais de setenta associados, entre alojamentos, transportes turísticos, com especial enfoque nos fluviais e ferroviários, restaurantes e agentes de animação turística, num trabalho de cooperação e participação ativa de todos os *stakeholders*. De ressaltar o contributo desta Rota do Vinho do Porto para a

demonstração de todo o processo que é a cultura do vinho, desde “a plantação à colheita das uvas, passando pela fermentação nas caves, até ao momento de degustação”.

Com igual destaque no património vitivinícola predominante nesta região, existe a Rota das Vinhas de Cister, onde é valorizada a natureza e a história da região vitivinícola de Távora-Varosa, onde se destaca a produção de espumantes. Esta rota abrange os três municípios da RDD, em conjunto com mais quatro municípios vizinhos. Os concelhos em questão são Lamego, Moimenta da Beira, Penedono, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tarouca e Tabuaço. Deste projeto destacam-se dois percursos: “O caminho dos Mosteiros” e “Entre vinhas e castanheiros”.

A Rota do Azeite é composta por quatro percursos temáticos, onde a olivicultura assume elevada relevância, cujos nomes são “Da capital do manuelino às gravuras do Vale do Côa”, “No centro de Trás-os-Montes”, “Em terra de vinhos de vinhos e de formidáveis azeites” e “Entre o rural e o urbano”. Ambos os itinerários visam promover a presença do azeite DOP e dos olivais, quer no sentido de paisagem, quer no processo da colheita, da produção de azeite, da visita aos lagares tradicionais até à degustação de azeites aliados à gastronomia local.

A Rota da Amendoeira, que abrange, em especial, os municípios de Vila Nova de Foz Côa, Freixo de Espada à Cinta, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Alfândega da Fé, Mogadouro, Vimioso e Miranda do Douro, onde a presença desta cultura é mais sentida. Esta rota tem principal destaque entre março, abril e maio, momento em que os amendoais estão floridos.

O Caminho de Santiago, devido à reativação que se encontra em percurso atualmente, com a coordenação da Fundação Jacobeu da Galiza, atravessa parte da RDD e de outros municípios vizinhos, de referir os concelhos de Viseu, Castro Daire, Lamego, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar e Chaves.

A Rota Paisagens e Religião privilegia os principais miradouros da região do Douro, aliados à demonstração do património natural e paisagístico, em conjunto com o património religioso. Visa notar e valorizar a paisagem ao longo das estações do ano, onde “no verão sobressai o roxo dos cachos de uvas, na primavera o verde das vinhas, no inverno o castanho

das cepas nuas e no outono um diversificado e magnífico painel de cores” (Guia Turístico do Douro, p. 44).

A Rota do Douro a Sete Chaves consiste num percurso caracterizado por um conjunto de sete monumentos que, por se encontrarem, na maioria das vezes, fechados à chave, impulsionam a que quem os quer visitar procure na população local o detentor da chave do monumento, incentivando o diálogo entre visitantes e residentes.

A Rota do Douro Maravilhoso dá a conhecer os principais edifícios classificados como Monumento Nacional ou Imóvel de Interesse Público, na área do Douro Superior e do Douro Sul.

O roteiro “O Douro nos Caminhos da Literatura” é promovido pela Direção Regional de Cultura do Norte e ambiciona a promoção das regiões que assumem um património literário, associadas a autores como Miguel Torga (Sabrosa), Domingos Monteiro (Mesão Frio), João de Araújo Correia (Peso da Régua), Pina de Morais (Lamego), Aquilino Ribeiro (Sernancelhe, Moimenta da Beira, Tabuaço), Trindade Coelho (Mogadouro) e Guerra Junqueiro (Freixo de Espada à Cinta).

É de mencionar que existem diversas outras rotas e percursos turísticos nesta região demarcada, sendo estes itinerários presentes em todos os municípios, quer por promoção das autarquias locais, quer por iniciativa privada, mas com intuito coletivo.

TABELA 29. RECURSOS PRIMÁRIOS: EQUIPAMENTOS DA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO

EQUIPAMENTOS	CULTURAIS	◆ M.AB.
	DESPORTIVOS	◇ ES
	RECREATIVOS	◇ ES
	LAZER	◇ ES

Fonte: Elaboração própria, baseado na matriz de Mill e Morrison

Na segunda tabela da matriz é referido os Equipamentos, que se dividem em Culturais, Desportivos, Recreativos e de Lazer.

No âmbito dos equipamentos culturais, recreativos e de lazer, estes estão presentes, na larga maioria dos municípios aqui abordados, sendo estes capazes de suportar eventos, exposições e outras demonstrações de arte e cultura. Salientam-se as bibliotecas municipais, em exemplo, a de Peso da Régua, os cineteatros e anfiteatros, como o de São João da Pesqueira, teatros como o de Vila Real e o de Lamego, centros culturais, como de Vila Nova de Foz Côa e auditórios municipais, como os existentes em Sabrosa ou Santa Marta de Penaguião. Estes são alguns dos variados exemplos de espaços de lazer e cultura desta região.

Nos equipamentos desportivos, de um modo abrangente a todo o território, é de referir os estádios municipais, piscinas, pavilhões/ complexos desportivos, campos de futebol, ginásios, circuitos de manutenção e campos de tiro ou locais de pesca ou caça desportiva. Contudo, existem alguns que se destacam em dados municípios nomeadamente, o Centro Nacional do Remo, em Vila Nova de Foz Côa, o Crossódromo Internacional de Carrazeda de Ansiães, o Parque Radical de Carrazeda de Ansiães, a Pista Multiusos de Freixo de Espada à Cinta, a Pista de Autocross de Murça, o Kartódromo de Vila Real e a Pista de Autocross de Vila Nova de Foz Côa.

TABELA 30. RECURSOS PRIMÁRIOS: EVENTOS DA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO

EVENTOS	CELEBRAÇÕES E FESTIVIDADES RELIGIOSAS	◆ M. AB.
	CULTURAIS E RECREATIVOS	∇ AB.
	ANIMAÇÃO	∇ AB.
	DESPORTIVOS	∇ AB.
	NEGÓCIOS	□ MOD.

Fonte: Elaboração própria, baseado na matriz de Mill e Morrison

A tabela anteriormente ilustrada é referente aos eventos, onde são incluídas as celebrações e festividades religiosas, os eventos culturais e recreativos, os eventos de animação, eventos desportivos e os eventos de negócios. Sejam festas de ordem religiosa ou associadas a estações do ano e a respetivas colheitas, estas são frequentes um pouco por toda a RDD.

De cariz religioso, as celebrações são predominantes em todos os municípios e freguesias respeitantes, quer aos santos padroeiros, quer nos santos populares, quer em honra a outras divindades aqui adoradas. Alguns exemplos são as festas em honra de Nossa Senhora da Assunção, Nossa Senhora dos Remédios, Nossa Senhora da Pena, Nossa Senhora do Socorro, entre outras.

Alusivos a épocas de colheita ou de certas estações do ano, ocorrem diversos eventos culturais, recreativos e de animação, em exemplos, a Festa das Vindimas, a Festa da Cerejeira em Flor, a Festa da Maçã e a Festa da Amendoeira.

Em Lamego, um dos grandes eventos anuais é o Carnaval de Lazarim, que se pronuncia com um dos carnavais mais tradicionais do país. Uma representação que alia o artesanato com a escultura de máscaras em madeira, com os trajes tradicionais e a música, com os grupos de bombos.

Outros exemplos são o Festival Internacional Douro Jazz, o Douro Film Harvest, a Bienal Internacional da Gravura do Douro e a Meia-Maratona do Douro Vinhateiro, sendo este último um dos grandes eventos desportivos da região. Relativamente às principais feiras da região, destaca-se as Feiras Medievais, Feiras de Artesanato, Feiras e Concursos de Vinhos, Feiras de Produtos Regionais e Festivais de Gastronomia.

Os eventos de negócios são, maioritariamente, congressos que envolvem inovação e estratégias de desenvolvimento e planeamento turístico da região. Em exemplo, o Congresso Douro & Porto 2020 – Memória com Futuro.

TABELA 31. RECURSOS SECUNDÁRIOS: ATIVIDADES DA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO

RECURSOS SECUNDÁRIOS		
ATIVIDADES	GASTRONOMIA E VINHOS	♦ M. AB.
	CIRCUITOS TURÍSTICOS	♦ M. AB.
	ARTIGOS TÍPICOS	♦ M. AB.

Fonte: Elaboração própria, baseado na matriz de Mill e Morrison

De seguida, será desenvolvida a segunda parte da matriz dos recursos, relativa aos recursos secundários, aplicada à RDD. No que diz respeito às atividades, estas dividem-se em três principais categorias: Gastronomia e Vinhos, Circuitos Turísticos e Artigos Típicos.

Começando pela Gastronomia e Vinhos, estes dois aspetos fazem parte da cultura do Douro, sendo, em grande parte, a sua imagem. Na gastronomia, os pratos acompanham as culturas mediterrânicas que aqui predominam e outros meios que, em tempos de outrora, eram fator de sobrevivência, como é o exemplo da caça e da pesca. De entre os salgados, é de destacar as carnes de caça, os enchidos, como os chouriços e as alheiras, o cabrito, o cordeiro, o borrego e os queijos, especialmente, os de vaca e ovelha. Dos doces, alguns exemplos são as cavacas, os bolos de azeite, os folares, a bola de presunto de Lamego, os rebuçados da Régua, o bolo-rei de Tabuaço, as Cristas de Galo e as Ganchas de Vila Real, a Amêndoa Coberta de Moncorvo, as filhós e o arroz-doce. A partir destes produtos típicos surgem inúmeras atividades enogastronómicas, um pouco por toda a RDD.

No que diz respeito ao Vinho, este é o ex-libris da região, como afirma António Barreto, in “Douro”: “O vinho é, no Douro, a memória de todos, o fio condutor de gerações. O vinho

está presente do modo mais indelével que seja: nas consciências e nos sentimentos” (Guia Turístico do Douro, s.d., p.3). Este produto fez moldar a paisagem e contribui para a demarcação deste território. De entre a pluralidade de vinhos produzidos desta região, destacam-se os vinhos DOC do Douro, o Vinho do Porto, o espumante de Távora-Varosa e o moscatel de Favaios.

Dentro dos circuitos turísticos, é de mencionar o Comboio Turístico do Douro e a Linha do Douro na sua totalidade, assim como os Cruzeiros no Douro. A Linha do Douro abrange uma distância de cerca de 200 quilómetros, e permite conhecer parte da paisagem desta região, devido aos vários municípios que abrange e à localização privilegiada que assume. Num período limitado, entre junho e outubro, aos sábados, circula o Comboio Histórico do Douro, composto por uma locomotiva a vapor e 5 locomotivas históricas. Este percorre o troço entre as estações da Régua e do Tua, e entre o circuito, existe a degustação de doces típicos da região, com um cálice de vinho do Porto, acompanhados por um grupo de cantares tradicionais.

Nos meses de fevereiro e março também se realiza outro circuito turístico de comboio, onde se promove a Rota das Amendoeiras, dividido em três circuitos diferentes. O percurso mais prolongado inicia-se no Porto e termina no Pocinho e visa mostrar a paisagem das amendoeiras em Flor.

Para finalizar, os passeios em barcos, rabelos, barcas e cruzeiros que se realizam na RDD. Existem diversas agências de animação turística que realizam estes passeios, quer em barcos de maior dimensão e dimensão, quer os passeios mais curtos. Os percursos são diversos, mas os três principais e mais comuns às companhias marítimas-fluviais são o Cruzeiro das Seis Pontes, Porto-Régua-Porto e Régua-Barca D’Alva. Os programas são igualmente vastos, sendo vários deles associados a marcos da cultura do Douro, nomeadamente, os passeios de barco realizados na altura das vindimas.

TABELA 32. RECURSOS SECUNDÁRIOS: EQUIPAMENTOS/ TURISMO DA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO

EQUIPAMENTOS	TURISMO	RESTAURAÇÃO	◆ M. AB.
		ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS	□ MOD.
		TURISMO EM ESPAÇO RURAL E HABITAÇÃO	◆ M. AB.
		ALOJAMENTO LOCAL	∇ AB.
		AGÊNCIAS DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA	∇ AB.
		AGÊNCIAS DE VIAGEM	∇ AB.
		RENT-A-CAR	◇ ESC

Fonte: Elaboração própria, baseado na matriz de Mill e Morrison

Relativamente aos Equipamentos na área do Turismo, e iniciando a abordagem da tabela, a Restauração da RDD apresenta uma variedade entre pratos tradicionais, com acompanhamentos típicos e sobremesas da região, a uma oferta mais gourmet e sofisticada, abrangendo diferentes públicos-alvo.

No Alojamento Turístico, é possível identificar, essencialmente, os Estabelecimentos Hoteleiros, onde se destacam os hotéis de 3, 4 e 5 estrelas, onde se incluem hotéis mais sofisticados e os hotéis mais rurais, o Turismo em Espaço Rural e de Habitação, onde se destacam as inúmeras Quintas do Douro, que para além de serem promotoras de provas enogastronómicas e produção de vinho, algumas já se dedicam, igualmente, ao alojamento e, por fim, o Alojamento Local, onde se destacam pequenas unidades de turismo rural, casas de campo, agroturismo, casas brasonadas e outras casas de interesse histórico e patrimonial.

Relativamente aos Agentes de Animação Turística, estes concentram-se nas atividades vitivinícolas e nos passeios marítimo-fluviais. Contudo, estes distribuem-se entre diversos eventos, serviços e atividades, sendo os principais responsáveis por diversas atrações referidas ao longo da matriz.

As Agências de Viagens concentram-se nas sedes de concelho, mas apresentam um número significativo para a dimensão da região demarcada, ao contrário das empresas de Rent-a-Car, que são escassas nesta região, focando-se nas grandes cidades, como o Porto.

TABELA 33. RECURSOS SECUNDÁRIOS: EQUIPAMENTOS DA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO

EQUIPAMENTOS	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	◇ ESC
	INFRAESTRUTURAS	□ MOD.
	SOCIAIS	□ MOD.

Fonte: Elaboração própria, baseado na matriz de Mill e Morrison

Para finalizar a matriz, é apresentada a última tabela, correspondente aos Equipamentos, nomeadamente, os relativos aos Transportes e Comunicações, Infraestruturas e Equipamentos Sociais. Devido à ruralidade e, de certo modo, isolamento de alguns dos municípios da RDD, a distribuição destes equipamentos não é unânime. Contudo, e abordando de um modo geral, na rede de transportes destacam-se o comboio, os transportes fluviais, os autocarros expressos, os autocarros locais e as empresas de transporte privadas de menor dimensão, como os táxis. Estes transportes são acompanhados, essencialmente, pelos cais, pelas estações ferroviárias e pelas estações rodoviárias. As telecomunicações assemelham-se aos outros territórios de baixa densidade ou menor dimensão do território português. Dos equipamentos sociais, estes distribuem-se um pouco por todo o território, e alguns exemplos destes equipamentos são os Bombeiros, Guarda Nacional Republicana, Farmácias, Hospitais e Centros de Saúde.

Em modo conclusivo, a apresentação da matriz de recursos permitiu analisar o território da RDD, numa componente turística, fornecendo dados importantes que permitem identificar

quais os pontos e recursos a trabalhar, revalorizar e requalificar, quais as oportunidades a aproveitar e quais as principais debilidades que o território apresenta e os principais aspetos a ser melhorados e colmatados. Contudo, é de destacar que são estas particularidades que permitem desenvolver uma região turística com características que pertencem apenas a este território.

3.6 Conclusão

Os Territórios de Baixa Densidade encaram uma abordagem multidimensional que se tem adaptado às alterações e necessidades nacionais e globais, em constante mudança num mundo marcado pela globalização. Quando se prima por uma visão sustentável, estes territórios permitem gerar inovação, atratividade e competitividade, aliado a estratégias endógenas, desenvolvidas pelos agentes locais e com os devidos apoios institucionais, podem enriquecer uma nação e, especialmente, melhorar a qualidade de vida dos seus residentes.

É assim, frisada a necessidade de repensar as estratégias de planeamento destas regiões, baseados num paradigma que aborde um desenvolvimento coeso e integrado nas peculiaridades destes territórios, nas oportunidades que estes podem permitir e no enfrentar dos desafios que os caracterizam, mas não, necessariamente, os enfraquecem. É reconhecida, igualmente, a necessidade de contornar e romper o ciclo vicioso característico dos territórios de baixa densidade, sendo esse um processo complexo, mas necessário. Esta mudança deve passar, nomeadamente, pela identificação das potencialidades locais, quer no que diz respeito aos recursos locais, ao know-how, à comunidade local e às suas competências, aliadas a características que definem cada território.

Desta forma, através da revalorização e revitalização destes territórios, torna-se possível alcançar países cada vez mais coesos, mais competitivos e capazes de atrair, entre outros setores, o turismo. Para tal, as estratégias devem basear-se na equidade social e territorial, de modo a que todos possam usufruir da melhor forma dos benefícios que estes territórios desenvolvem, quer a nível local e regional, quer a nível regional. E, com particular importância, o fator de a própria comunidade local compreender as potencialidades que os

territórios oferecem, que o motor de desenvolvimento seja baseado no capital social e no capital humano, e que este último se identifique e acredite que possuem as competências necessárias para integrar as estratégias de desenvolvimento, para que seja possível revitalizar quer os recursos, quer o território e a sua respetiva comunidade local.

4. METODOLOGIA

4.1. Introdução

Os capítulos anteriores recaíram sobre os principais conceitos e abordagens teóricas dos temas considerados relevantes para sustentar a segunda parte do projeto de investigação, que se irá debruçar por uma metodologia mista, numa visão mais prática, com recursos a entrevistas e questionários, com permanente sustento no conteúdo teórico já apresentado.

O presente capítulo, numa primeira parte, debruça-se sobre a Conceção do Modelo de Investigação, onde é reforçada, igualmente, a importância da Investigação, quer no contexto das Ciências Sociais, quer aplicado ao Turismo (seção 4.2). Numa segunda parte, são apresentados os principais objetivos, geral e específicos e a questão de investigação (4.3), seguido da Conceção do Modelo Teórico, onde é reforçada a importância da Revisão da Literatura (4.4). Numa terceira parte são apresentadas as duas vertentes da metodologia mista: as entrevistas e os questionários (4.5).

4.2 Conceção Do Modelo De Investigação

O presente capítulo pretende, numa primeira parte, compreender e apresentar o conceito de investigação, com posterior abordagem nas ciências sociais e no turismo e os principais paradigmas da investigação. Numa segunda parte, serão abordados modelos com as principais etapas que permitem delinear um modelo de investigação.

4.2.1 Investigação: A sua importância nas Ciências Sociais e no Turismo

Introduzindo o conceito de investigação, este consiste na “descoberta de conhecimento novo”⁷⁶(Jharotia, 2015, p. 44), passando pela “procura científica e sistemática de informação pertinente sobre um tema específico”⁷⁷ (p.44). Em complemento, Woody (1927) afirma que a investigação constitui um método para a “descoberta da verdade”⁷⁸, baseado na postura e reflexão crítica. Cita, assim, que este processo:

“Compreende a definição e redefinição de problemas; a formulação de hipóteses ou sugestões de soluções; a recolha, organização e avaliação de dados; a realização de deduções e a obtenção de conclusões; e, finalmente, o teste cuidadoso das conclusões para determinar se estas se enquadram nas hipóteses formuladas”⁷⁹ (Woody, 1927,p. 172).

Segundo Veal (2018), existem três tipologias de investigação, de referir, a *investigação descritiva*, a *investigação explicativa* e a *investigação avaliativa*. A investigação descritiva “procura descobrir, descrever ou mapear padrões de comportamento em áreas ou actividades que não tenham sido previamente estudadas”⁸⁰ (Veal, 2018, p.3). A *investigação explicativa* visa compreender e explicar dados comportamentos, padrões e/ou tendências com auxílio da teoria e da análise da causalidade, de modo a conseguir obter previsões sobre um dado fenómeno. Por último, a *investigação avaliativa* tem por finalidade a monitorização e análise de uma determinada decisão, política ou estratégia adotada, de modo a compreender o seu desempenho.

⁷⁶ Tradução do original: “(...)discovery of new knowledge”.

⁷⁷ Tradução do original: “(...)scientific and systematic search for pertinent information on a specific topic”.

⁷⁸ Tradução do original: “(...) search for truth”.

⁷⁹ Tradução do original: “It comprises defining and redefining problems; formulating hypotheses or suggested solutions; collecting, organizing, and evaluating data; making deductions and reaching conclusions; and, at last, carefully testing the conclusions to determine whether they fit the formulated hypotheses”.

⁸⁰ Tradução do original: “(...) discover, describe or map patterns of behaviour in areas or activities which have not previously been studied.”

Em complemento, Veal apresenta um conjunto de abordagens e dimensões da investigação, em menção ao turismo e lazer. Desta forma, foram identificadas as seguintes vertentes da investigação:

(1) *Teórica/ Aplicada*: A teórica encontra princípios/teorias/conclusões gerais que se aplicam num âmbito mais abrangente; A aplicada não é tão universal e procura responder a questões mais específicos;

(2) *Empírica/ Não empírica*: No âmbito de uma abordagem empírica está implícita a recolha e/ou análise de dados, podendo estes ser primários ou secundários, qualitativos ou quantitativos. Contudo, não é comum que uma investigação seja apenas empírica, sendo frequente essa vertente existir em conjunto com uma base teórica/conceitual.

(3) *Indutiva/Dedutiva*: Quando é adotado um processo indutivo, a metodologia tem a seguinte ordem- A- Observação/Descrição, B- Análise de Dados, C- Teoria/Explicação; Na vertente dedutiva, a metodologia encontra-se pela seguinte ordem- C- Teoria/Explicação/Hipóteses, A- Observação/Descrição, B- Análise de Dados.

(4) *Descritiva/ Explicativa*: A pesquisa descritiva procura descrever o mais próximo possível o que é, nomeadamente, padrões e acontecimentos, quer observados, quer relatados, abordando a casualidade; Em oposição, a explicativa visa compreender e explicar o porquê de dado fenómeno ou evento acontecer, em exemplo, os seus motivos.

(5) *Positivista/ Interpretativa*: a abordagem positivista assemelha-se ao tipo de pesquisa das ciências sociais, na qual um dado comportamento ou acontecimento deve ser explicado tendo por base observações e fatos obtidos pelo investigador, em complemento com teorias desenvolvidas por outros investigadores; Na vertente interpretativa, as razões e motivos para dado fenómeno são dadas através das pessoas em estudo, na qual o investigador procura compreender a mente dos sujeitos e a forma como estes interagem com a sociedade e o ambiente que os rodeia;

(6) *Experimental/ Não experimental*: Aquando um investigador adota um método experimental, este tenta controlar o ambiente do objeto/sujeito em estudo e através desse ambiente controlado, observa e analisa os efeitos consequentes, devendo os mesmos respeitar os princípios da casualidade;

(7) *Dados primários/ Dados secundários*: Os dados primários são recolhidos pelo próprio investigador; Os dados secundários são quando o investigador consulta e analisa dados de outros investigadores na sua própria investigação;

(8) *Autorrelato/ Observado*: Uma investigação quando questiona um certo sujeito em estudo ou grupo de estudo sobre, por exemplo, as suas motivações ou razões para dado comportamento, esta é uma abordagem de autorrelato, em que os são os indivíduos em estudo que nos dão a informação; A investigação por observação ocorre quando esse é o método adotado para recolha de dados;

(9) *Quantitativa/ Qualitativa*: A pesquisa quantitativa baseia as suas conclusões ou estas as hipóteses segundo dados numéricos/estatísticos; Na vertente qualitativa, o objetivo não são dados numéricos mas sim compreender de uma forma mais ampla um dado comportamento, fenómeno ou grupo social, por exemplo;

(10) *Validade/ Fiabilidade*: A validade consiste na “medida em que a informação recolhida pelo investigador reflecte verdadeiramente o fenómeno em estudo”⁸¹; a fiabilidade “é a medida em que os resultados da investigação seriam os mesmos se a investigação fosse repetida numa data posterior ou com uma amostra diferente de sujeitos.”⁸² (Veal, 2018, p. 41).

Em complemento, a investigação é composta por paradigmas, sendo este conceito definido como um “conjunto básico de crenças que orientam a ação”⁸³ (Guba, 1990, p. 17) e caracteriza-se “pela maneira como os seus proponentes respondem a três questões básicas, que podem ser caracterizadas como as questões ontológicas, as epistemológicas e as

⁸¹ Tradução do original: “(...)the extent to which the information collected by the researcher truly reflects the phenomenon being studied.”

⁸² Tradução do original: “(...) the extent to which research findings would be the same if the research were to be repeated at a later date or with a different sample of subjects.”

⁸³ Tradução do original: “(...) a basic set of beliefs that guides action”.

metodológicas”⁸⁴ (p.18). Em acréscimo, surgem as questões axiológicas (Heron & Reason, 1997 como citado em Jennings, 2010). Estas abordagens respondem às seguintes questões:

(1) *Ontológicas*: “Qual é a natureza do “knowable”? Ou qual é a natureza da “realidade?” (Guba, 1990, p. 18);

(2) *Epistemológicas*: “Qual é a natureza da relação entre o conhecedor (o inquiridor) e o conhecimento (ou *knowable*)?” (p.18);

(3) *Metodológicas*: “Como o inquiridor deve proceder para descobrir o conhecimento?” (p. 18);

(4) *Axiológicas*: “O que é intrinsecamente valioso?” (Heron & Reason, 1997 como citado em Jennings, 2010, p. 18).

Neste sentido, segundo Jennings (2010), os paradigmas podem ser *positivistas, pós-positivistas, das ciências sociais interpretativas, da teoria crítica, participativos, feministas, pós-modernismo e caos e teorias complexas*. Por sua vez, realizam-se interações contínuas com as questões anteriormente referidas. No entanto, os mesmos não serão aprofundados no presente projeto de investigação.

No contexto das Ciências Sociais, o principal objetivo da investigação é “fornecer uma explicação do comportamento social, confiando no pressuposto de que tem causas que são conhecidas e mensuráveis”⁸⁵ (Mor, 2019, p. 1). Como abordam Phillimore e Goodson (2004), a “a sociedade era vista como governada por regras, havendo uma realidade “verdadeira”, e a investigação baseava-se na ideia de haver um conhecimento universal que foi criado através da aplicação do pensamento objetivo e da investigação empírica.”⁸⁶ (p.6).

⁸⁴ Tradução do original: “(...) by the way their proponents respond to three basic questions, which can be characterized as the *ontological*, the *epistemological*, and the *methodological* questions.”

⁸⁵ Tradução do original: “(...) provide explanation of social behavior by relying on the assumption that it has causes that are known and measurable”.

⁸⁶ Tradução do original: “Society was seen as rule governed , with there being one “true” reality, and research was based upon the idea of there being one universal knowledge which was created through the application of objective thinking and empirical research”.

Desta forma, a investigação em ciências sociais assume características distintas, pelo facto de ser baseada no comportamento social e pelo seu principal objeto de estudo serem as pessoas, produzindo uma imprevisibilidade intrínseca, dado que não se tratam de sujeitos passivos e podem ter comportamentos distintos em diferentes períodos ou partes do mundo. Devido às constantes mudanças que alteram ou influenciam a sociedade, torna-se difícil conseguir repetir uma dada investigação a um grupo social resulte em conclusões semelhantes (Veal, 2018).

Se abordada a evolução da investigação nas ciências sociais, numa vertente qualitativa, esta divide-se em cinco grandes períodos: (1) *período tradicional*: caracterizado por uma abordagem positivista, o investigador era considerado um “expert” e o resultado eram validados segundo os seus julgamentos e as respetivas conclusões eram considerados factos; *período modernista*: marcado por uma abordagem qualitativa baseada no rigor positivista e surge uma maior atenção à forma como as pessoas encaram o mundo; *blurred genres*: momento temporal em que foram reconhecidas a multiplicidade de disciplinas e abordagens assim como a possibilidade de integrar e conciliar diferentes técnicas e métodos teóricos e de investigação; *crises na representação*: fase em que o rigor, a generalização e o conhecimento dos investigadores foi questionado e reconhecidas múltiplas interpretações e *o quinto momento*: quando as grandes narrativas são substituídas por pesquisas locais mais específicas, aplicadas não a um âmbito universal mas a um contexto espacial e temporal específico (Denzin e Lincoln (1998), como citado em Phillimore & Goodson, 2004).

Quando aplicada ao turismo, a investigação permite um conjunto de abordagens e um maior conhecimento sobre o setor, sendo de destacar os seguintes aspetos: (1) fornece um maior conhecimento sobre a gestão e planeamento do turismo nos diferentes níveis de atuação-local, regional, nacional e internacional; (2) aborda os principais impactos do turismo, nomeadamente, a nível social, económico e ambiental; (3) permite compreender quais as necessidades e motivações dos turistas, assim como os seus níveis de satisfação e se as suas expectativas têm sido atingidas; (4) possibilita que os prestadores de serviços e os operadores renovem ou modifiquem as suas práticas consoante as necessidades e exigências do setor; (5) incentiva a um balanço e análise sobre o passado, o presente e as previsões do futuro do

turismo; (6) fornece bases e conhecimento para o setor empresarial, em exemplo, para o ramo do marketing; (7) permite que se analise o setor e se desenvolvam políticas adaptadas a cada contexto; (8) possibilita que os diferentes agentes públicos e privados consigam analisar os resultados do turismo e (9) a investigação permite uma melhor compreensão dos diferentes componentes do sistema turístico (Jennings, 2010).

Numa visão complementar, Veal (2018) aborda a investigação em turismo como um processo fundamental para que se possam desenvolver políticas de planeamento e gestão. Desta forma, o autor destaca que a investigação possibilita uma visão mais ampla sobre os seguintes tópicos: (1) termos de referência que auxiliam na definição do propósito e do contexto de dada linha estratégica; (2) avaliação do ambiente, em exemplo, a componente interna e externa da organização; (3) definição da missão e objetivos; (4) envolvimento dos diferentes *stakeholders*; (5) identificação de opções e alternativas de políticas e linhas estratégicas de planeamento; (6) avaliação e gestão das opções e posterior decisão estratégica; (7) desenvolvimento e implementação da estratégia no âmbito da gestão; (8) avaliação e monitorização contínua da estratégia e política adotada e, em complemento (9) o feedback do planeamento e da gestão adotada.

Desta forma, a investigação em turismo torna-se imperativa para acompanhar um mercado e uma sociedade em constante mudança, sendo que esta assume duas componentes complementares: a investigação teórica que permite identificar as abordagens já existentes sobre um determinado tema e por sua vez, formular a questão/ problema do estudo e a investigação prática, que permite recolher e analisar dados para responder à questão colocada (OMT, 2001).

4.2.2 Definição Do Modelo De Investigação

A investigação e as várias etapas componentes assumem várias abordagens, similares ou distintas, mas a comunidade científica caracteriza-se por uma opinião convergente no que diz respeito que este processo é composto por um conjunto de etapas sequenciais ou complementares. Como cita Corbetta (2003), a investigação é “um processo criativo de

descoberta, que é desenvolvido de acordo com procedimentos pré-estabelecidos e de acordo com procedimentos pré-determinados, que se consolidaram no seio da comunidade científica”⁸⁷ (p.57).

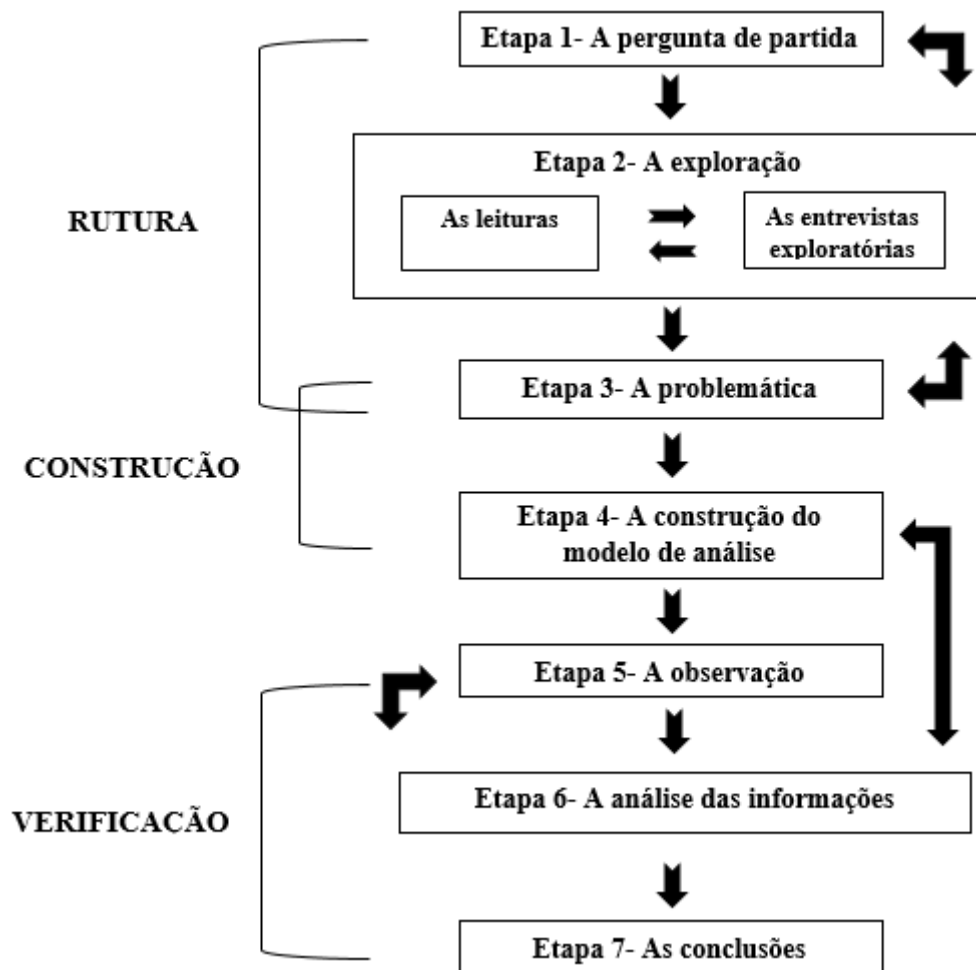
Segundo Quivy e Campenhoudt (1998)⁸⁸, um procedimento científico é composto por três atos, são estes a *ruptura*, a *construção* e a *verificação*. Cada um destes é composto por um conjunto de etapas relacionadas entre si. A ruptura, segundo o autor, consiste no processo de “romper com os preconceitos e as falsas evidências, que somente nos dão a ilusão de compreendermos as coisas” (p.26). Após o investigador acreditar ser capaz de explicar o desenvolvimento de um dado fenómeno, segue-se a fase de construção onde são estabelecidas as proposições que explicam o fenómeno em estudo, o plano e método de investigação é definido e as consequências esperadas. Esta é uma fase essencial para que se possa chegar à verificação, que consiste na experimentação dos factos anteriormente desenvolvidos.

Destes três atos, apresenta-se um conjunto de sete fases/operações para que se defina um modelo de investigação científica, de referir: Fase 1- *A pergunta de partida*; Fase 2- *A exploração*; Fase 3- *A problemática*; Fase 4- *A construção do modelo de análise*; Fase 5- *A observação*; Fase 6- *A análise das informações* e Fase 7- *As conclusões*, como ilustrado na Figura 14.

⁸⁷ Tradução do original: “(...) a creative process of discovery, which is developed according to a pre-established itinerary and according to predetermined procedures, that have become consolidated within the scientific community”.

⁸⁸ Nota: Obra literária traduzida por João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho (1995).

FIGURA 14. ETAPAS DO MODELO DE INVESTIGAÇÃO DE QUIVY E CAMPENHOUDT



Fonte: Quivy e Campenhoudt (1998), p.30

Neste sentido, estes abordam que “A melhor forma de começar um trabalho de investigação em ciências sociais consiste em esforçar-se por enunciar o projeto sob a forma de uma pergunta de partida” (p.44) e este processo deve respeitar três qualidades: *clareza*; *exequibilidade* e *pertinência*. Segundo os autores, e abordando a primeira característica

mencionada, “As qualidades de clareza dizem essencialmente respeito à precisão e à concisão do modo de formular a pergunta de partida” (p. 35). Relativamente às *qualidades de exequibilidade*, estas “estão essencialmente ligadas ao carácter realista ou irrealista do trabalho que a pergunta deixa entrever” (p.37). Por último, a *pertinência* passa pela procura da compreensão dos fenómenos em estudo, pela análise do conteúdo já existente e que a pergunta seja realmente uma questão fundamentada. Consiste, assim, no “registo (explicativo, normativo, preditivo), em que se enquadra a pergunta de partida” (p. 38).

A segunda etapa do método de investigação consiste na *Exploração* que “comporta as operações de leitura, as entrevistas exploratórias e alguns métodos de exploração complementares”, sendo que “As operações de leitura visam essencialmente assegurar a qualidade da problematização, ao passo que as entrevistas e os métodos complementares ajudam especialmente o investigador a ter um contacto com a realidade vivida pelos autores sociais” (p.49).

A terceira etapa é a *Problemática* e é definida como “a abordagem ou a perspectiva teórica que decidimos adotar para tratarmos o problema formulado pela pergunta de partida. É uma maneira de interrogar os fenómenos estudados” (p.89). Após a realização da leitura e desta ser complementada com outros métodos complementares como as entrevistas exploratórias, torna-se necessário fazer um balanço e uma análise “sistemática e aprofundada” dos aspetos recolhidos na fase anterior, nomeadamente através do “balanço das diferentes problemáticas possíveis, em elucidar os seus pressupostos, em compará-los e em refletir nas suas implicações metodológicas” (p.90).

A quarta etapa consiste na *Construção do Modelo de Análise* que “Constitui a charneira entre a problemática fixada pelo investigador, por um lado, e o seu trabalho de elucidação sobre um campo de análise forçosamente restrito e preciso, por outro” (p. 109), como será desenvolvido no presente capítulo da Metodologia.

A quinta etapa é a de *Observação*, cujo processo “engloba o conjunto das operações através das quais o modelo de análise (constituído por hipóteses e por conceitos) é submetido ao teste dos factos e confrontando com dados observáveis” (p.155). Neste sentido, é definido o

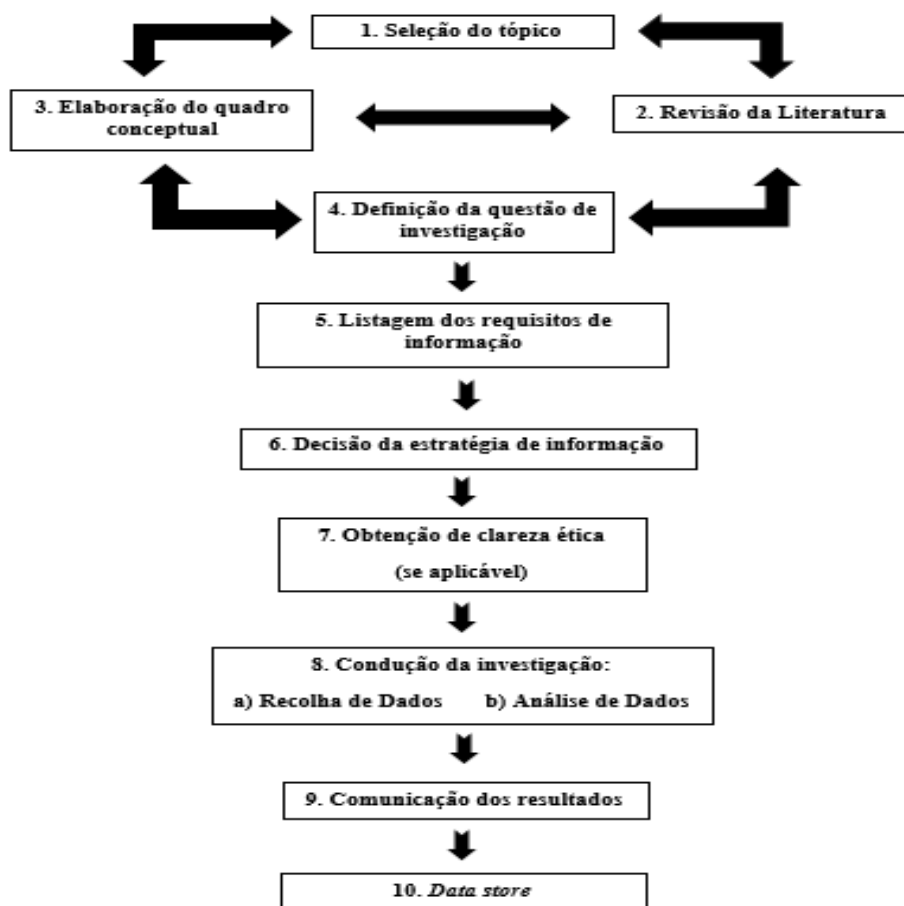
campo de análise, os instrumentos para proceder e registar a observação e os princípios base para a fiabilidade do processo.

A etapa seguinte, a *Análise das Informações*, caracteriza-se, por um lado, pela “verificação empírica” das hipóteses e conceitos adquiridos anteriormente e, por outro, analisar outros aspetos que possam ter surgido e que possam levar à necessidade de rever e alterar as hipóteses, de modo a permitir chegar à última fase com maior precisão.

Na última etapa, apresenta-se a elaboração das principais *conclusões*, sendo este um processo composto, normalmente, por três partes: “primeiro, uma retrospectiva das grandes linhas do procedimento que foi seguido; depois, uma apresentação pormenorizada dos contributos para o conhecimento originados pelo trabalho e finalmente, considerações de ordem prática” (p.243).

Para Veal (2018), um processo de investigação é composto por dez elementos, como demonstrado na Figura 15 (sendo que estes podem seguir ordens diferentes ou não serem integrados na totalidade numa investigação devido à dimensão de abordagens possíveis), no qual as quatro primeiras fases são interativas e necessitam de uma análise contínua.

FIGURA 15. ETAPAS DO MODELO DE INVESTIGAÇÃO DE VEAL



Fonte: Veal (2018, p.65)

A primeira fase do processo de investigação consiste na *seleção do tópico*, e que segundo o autor, pode surgir através de vários fatores, nomeadamente, de interesses pessoais, da revisão de literatura, de questão/problema de política ou de gestão, uma preocupação social, um assunto mediático, pelo sentido de oportunidade, pela investigação já publicada ou através do método de *brainstorming*.

A *revisão da literatura* é o segundo passo do processo e que assume como um processo contínuo no decorrer da investigação e permite obter e comparar diferentes abordagens sobre os tópicos em estudo, fornecendo conhecimento tanto teóricos como metodológicos e justifica e suporta, de certo modo, a investigação.

Em terceiro, procede-se à elaboração do quadro conceptual, considerada como a parte mais exigente e mais importante de qualquer projeto/ investigação, podendo assumir uma determinada flexibilidade e desenvolvimento ao longo do processo, sendo no início definido

uma ideia inicial, uma espécie de rascunho, que depois vai sendo aprimorado com o decorrer da recolha e análise de conteúdo/ dados.

Em seguida, é definida a *questão de investigação*, que pode igualmente surgir como um problema ou hipóteses. Estes, por sua vez, precisam de encontrar uma resposta, uma solução ou uma validação/refutação. Podem ser definidos rigorosamente no início do processo de investigação ou surgir de uma área de interesse e, posteriormente, com a análise de conteúdo e recolha de dados, tornar-se mais específica, focada no objetivo do investigador.

A quinta etapa consiste na listagem dos requisitos de informação, resultado da(s) questão(ões) e do modelo conceptual e que se prevê uma certa clareza e possíveis fontes de informação.

Numa próxima etapa, é decidida a *estratégia de informação*, momento em que se tomam várias decisões, nomeadamente, a calendarização do processo, o seu respetivo orçamento, a metodologia a adotar tanto na recolha como análise de dados e as várias etapas e elementos do projeto.

A sétima fase consiste na *obtenção de clareza ética* e refere-se, essencialmente, em princípios e valores de respeito pelos diferentes autores, pelos seus direitos e pelas suas diferentes abordagens, evitando questões de desonestidade e/ou plágio.

A oitava fase refere-se à *condução da investigação- recolha de dados e análise de dados*- e podem estar interligados, em especial, em métodos qualitativos e cuja recolha de dados deve ser cautelosa de modo a recolher as informações necessárias para posteriormente serem analisadas e permitirem responder à questão, problema ou hipóteses de investigação.

Em seguida, procede-se à comunicação dos resultados, sendo uma fase que se caracteriza pela apresentação dos relatórios escritos resultantes da investigação desenvolvida, nomeadamente, a sua estrutura e os principais temas, de acordo com os requisitos da investigação. A apresentação pode, igualmente, ser feita em outros meios, como uma apresentação oral.

A décima e última fase refere-se ao *armazenamento dos dados*, dos diferentes documentos e respetivos formatos, que devem ser guardados de forma segura durante e após um determinado período temporal após a conclusão da investigação.

Neste sentido, e interligando os modelos de Quivy e Campenhoudt (1998) e Veal (2018), pode-se concluir que ambos apresentam uma lógica similar e cujas fases são interativas e adaptadas ao longo do processo de investigação.

4.3 Definição do problema e objetivos da investigação

Para Kerlinger e Lee (2000), "uma declaração adequada do problema da investigação é uma das partes mais importantes da investigação"⁸⁹ e "a dificuldade de afirmar satisfatoriamente um problema de investigação num determinado momento não deve fazer perder de vista a conveniência e a necessidade última de o fazer"⁹⁰ (como citado em Ellis & Levy, 2008, p. 18).

Em semelhança, Leedy e Ormrod (2005) abordam o problema como “o coração do projeto de investigação”⁹¹ (como citado em Ellis e Levy, 2008, p. 19), sendo o primeiro passo da investigação, assim como defendem Veal (2018) e Quivy e Campenhoudt (1998). Apresenta-se assim uma certa convergência de opiniões que esta é a primeira etapa do processo de investigação.

Através do estudo empírico, procura-se responder à **questão de investigação** definida, a saber: **Em que medida os recursos endógenos são impulsionadores e dinamizadores para o desenvolvimento turístico destes territórios de baixa densidade?**

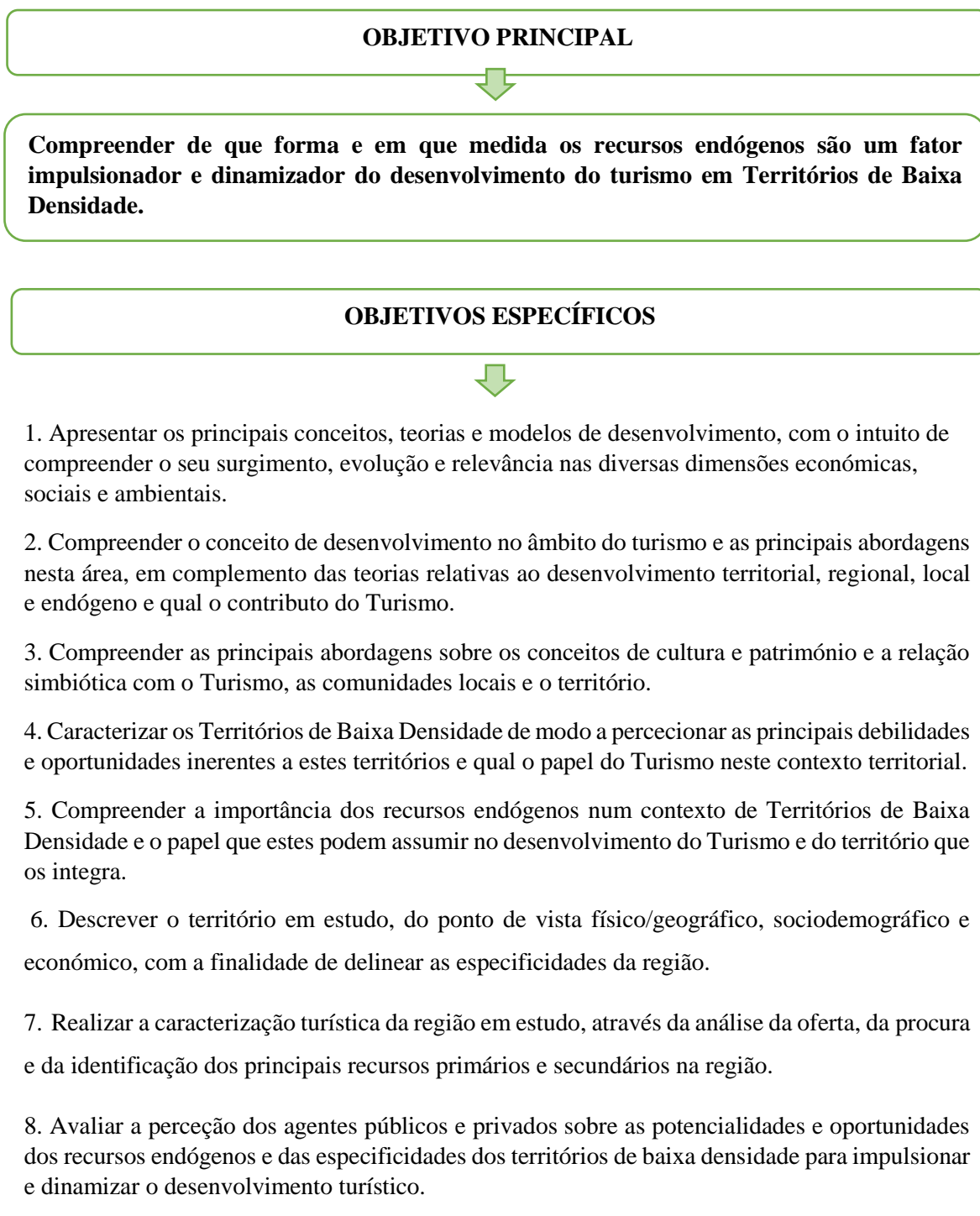
⁸⁹ Tradução do original: “(...) adequate statement of the research problem is one of the most important parts of research”.

⁹⁰ Tradução do original: “(...) the difficulty of stating a research problem satisfactorily at a given time should not cause one to lose sight of the ultimate desirability and necessity of doing so”.

⁹¹ Tradução do original: “(...) the heart of every research project”.

De modo a responder à questão, foram definidos o objetivo geral e um conjunto de objetivos específicos, como ilustrados na Figura 16.

FIGURA 16. OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROJETO DE INVESTIGAÇÃO



Fonte: Elaboração Própria

4.4 Conceção Do Modelo Teórico

Este subcapítulo é composto por dois principais temas, sendo eles a revisão da literatura e a definição do modelo teórico. No tópico da revisão de literatura serão abordados para além da sua importância numa investigação, qual a tipologia utilizada na investigação, os principais conceitos abordados e os respetivos autores. Relativamente à definição do modelo teórico, será apresentado o conceito e relevância deste processo e as várias etapas de desenvolvimento de um modelo conceptual.

4.4.1 Revisão Da Literatura

A revisão da literatura assume “um papel fundamental na formulação de projectos de investigação; indica o estado do conhecimento sobre um tema e é uma fonte de, ou estimulante de, ideias, tanto substantivas como metodológicas”⁹² (Veal, 2018, p.134).

A leitura representa um processo base para a revisão de literatura e permite, segundo Quivy e Campenhout (1998), “ultrapassar as interpretações estabelecidas, que contribuem para reproduzir a ordem das coisas a fim de fazer aparecer novos significados dos fenómenos estudados, mais esclarecedoras e mais perspicazes do que os precedentes” (p.50).

Segundo Veal (2018), é possível classificar a revisão de literatura segundo cinco tipologias, são elas: *bibliografia inclusiva*; *revisão sistemática/ meta-analysis*; *revisão exploratória*; *revisão instrumental* e *análise de conteúdo e hermenêutica*.

Na presente investigação seguiu-se um processo de leitura exploratório, tendo sido adotado um método de exploração e posterior associação de conceitos, que, por sua vez, levaram a outros conceitos considerados igualmente pertinentes para integrar e desenvolver no estudo em questão. Este processo é contínuo ao longo da investigação, sendo o resultado das

⁹² Tradução do original: “(...) a key role in the formulation of research projects; it indicates the state of knowledge on a topic and is a source of, or stimulant for, ideas, both substantive and methodological”.

leituras, mas também da análise das informações obtidas nas entrevistas exploratórias. De entre os diferentes conceitos abordados na revisão de literatura, é possível sumarizar em três grandes áreas- Desenvolvimento e Turismo, Territórios de Baixa Densidade e Recursos Endógenos- e que assumiram o seguinte conjunto de referências principais (Figura 17).

FIGURA 17. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS DO ENQUADRAMENTO TEÓRICO

DESENVOLVIMENTO E TURISMO

Mabogunje (1980), Todaro e Smith (2008;2015), Coffey e Polèse (1984), UNDP, 1990, Telfer (2002), Rostow (1990), Schumpeter (1978), Inskeep (1991), Mathieson e Wall (1990), Williams (1998), Mason (2010), (Gunn, 1988), (Fennell, 1999), Pearce (1979;1991), Leiper (1979), Gunn e Var (1994), Mill e Morrison (1992), Burton (1995), Miossec (1977), Levitt (1965), Plog (1974), Cohen (1972), Butler (1980;1999), UNWTO (2018), Ribeiro & Vareiro (2007), Miller & Twining-Ward (2005), WCED, (1987), Bramwell & Sharman (1999), High e Nemes (2007), Gambarota & Lorda (2017), Garafoli (1992), Polèse (1998), Revez (2014), Higgins e Savoie (1988), Smith (1995), Christaller (1963), Oppermann (1992), CEMAT (2011), Moulaert e Sekia (2003), Morgan (1997), Putnam (1993), Lundvall (2016), Belussi e Caldari (2008), Crevoisier (2001), Camagni (1991), Storper e Scott (1988), Porter (2000), Smith (2006), Meirinawati et al., (2018), Bandarin (2011), Ashworth e Larkham (1994), Urry (1990), Tylor (1871), Ritchie & Crouch (2003), Williams (1976), Richards (1996), UNESCO (1972; 1989; 2001; 2003) Timothy (2016), Carta de Cracóvia (2000), Graham (2002), Ashworth e Tunbridge (1999), Harrison (2015), Ashworth e Goodall (1991), Avrami et al., (2019), Pearce (2000), Torre (2013), Lowenthal (1989), (Ashworth, 1994), Hall e McArthur (1998), McKercher e du Cros (2002), Lickorish e Jenkins (2000), Newby (1994).

TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE

Cavaco (2013), Landel e Senil (2009), François et al., (2006), Baptista (1999), Ferrão (2000; 2002), Ramos (2014), Carvalho e Oliveira (2017), Kayser (1990), Camagni (2008), CCDR Alentejo (2011), Pezzini (2001), PROVERE (2008), Reis (2012), Balabanian (1999), Abella (2008), Simões (2006), CIC Portugal 2020, INE (2020), IVDP (2020), Guia Turístico do Douro (s.d.), Barbosa (2006), Augusto et al., (2010).

Fonte: Elaboração própria

4.4.2 Definição Do Modelo Teórico

A conceção de um modelo conceptual constitui a etapa “mais importante parte de qualquer projeto de investigação e também o mais difícil”⁹³ e “(...) envolve conceitos envolvidos em um estudo e as relações hipotéticas entre eles”⁹⁴ (Veal, 2018, p.75). Este processo é idealizado no início da investigação e desenvolvido e alterado durante o decorrer da mesma.

Miles et al., (2014) afirma que o modelo conceptual explica “as principais coisas a estudar - os fatores-chave, variáveis, ou construções - e as presumíveis inter-relações entre eles. As estruturas podem ser simples ou elaboradas, comensurais ou teóricas, descritivas ou causais”⁹⁵ (p.18).

Como aborda Veal (2018), esta etapa exige que o investigador seja seletivo - para decidir quais as variáveis mais importantes, quais as relações que poderão se mais importantes e, por sua vez, que informação deve ser recolhida e posteriormente analisada”, sendo que as variáveis podem ser complementadas posteriormente por outras.

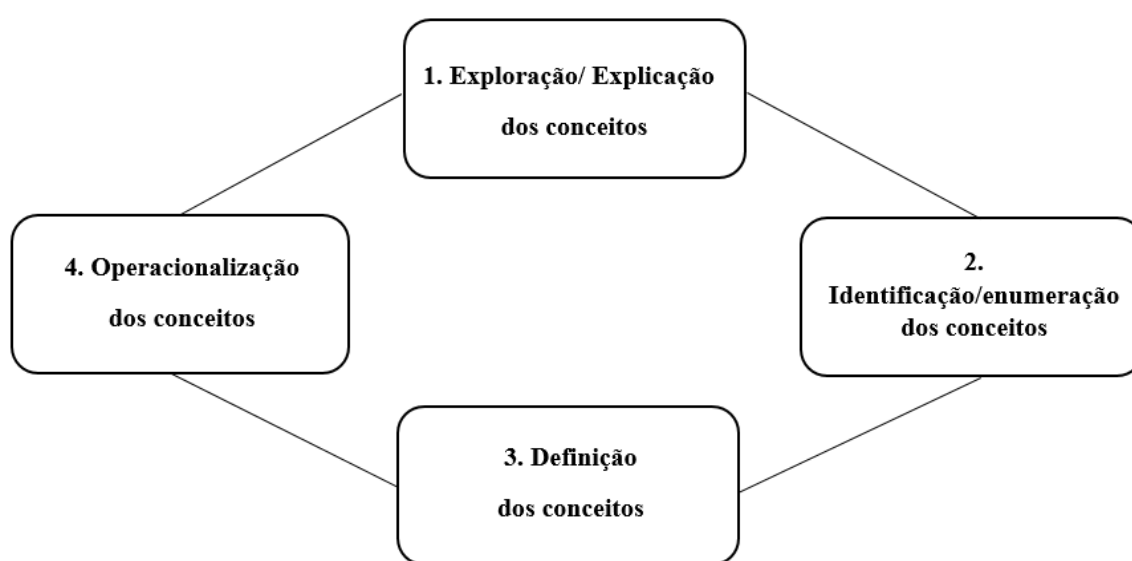
⁹³ Tradução do original: “(...) most important part of any research project and also the most difficult”.

⁹⁴ Tradução do original: “(...) involves concepts involved in a study and the hypothesised relationships between them”.

⁹⁵ Tradução do original: “(...) the main things to be studied - the key factors, variables, or constructs - and the presumed interrelationships among them. Frameworks can be simple or elaborate, commonsensical or theory-driven, descriptive or causal”.

Neste sentido, segundo o mesmo autor, o processo de definição do quadro conceptual é composto por um conjunto de quatro fases: Explorar/explicar *relações*; Identificar/enumerar *conceitos*; Definir *conceitos* e Operacionalizar *conceitos*, sendo este um processo *iterativo* e de análise contínua, até atingir o resultado pretendido (Figura 18).

FIGURA 18. FASES DO PROCESSO DE DEFINIÇÃO DO QUADRO CONCEPTUAL DE VEAL



Fonte: Veal (2018, p. 77)

Definindo cada uma destas fases, em primeiro, existe a *fase de exploração* das relações, podendo estas ser “relações de poder, fatores influenciadores, fluxos de dinheiro ou de informação ou simplesmente uma sequência de elementos num processo”⁹⁶ (Veal, 2018, p.55) e que permitem chegar à teoria que consiste na base do método conceptual. No que diz respeito à explicação do método, este é “processo longo e complexo”⁹⁷ (p.56) e pode ter

⁹⁶ Tradução do original: “(...) power relations, influencing factors, money or information flows, or simply a sequence of elements in a process”.

⁹⁷ Tradução do original: “(...) lengthy and complex process”.

como ferramentas auxiliares “a utilização do dispositivo de um mapa conceptual, por vezes referido como um mapa mental”⁹⁸ (p.56).

A *fase de identificação* e enumeração dos conceitos surge a partir da “discussão das relações e do processo de elaboração de conceitos”⁹⁹ (p.77), sendo nesta fase que os mesmos são identificados de forma rigorosa e enumerados. A *fase de definição de conceitos* surge através da investigação dos conceitos e as suas definições baseadas na literatura, por exemplo. A *operacionalização dos conceitos* passa por o investigador compreender se o conceito em estudo segue uma base qualitativa ou quantitativa. Se for qualitativa, o investigador necessita identificar como irá descrever e/ou analisar o conceito em questão; se for quantitativa, terá que decidir qual o método mais aplicado para a medição do conceito.

4.5 Metodologia: Análise Qualitativa E Quantitativa

Na presente investigação pretende-se seguir uma análise mista, combinando a investigação qualitativa e quantitativa, seguindo uma componente de “triangulação” de métodos utilizados para o mesmo estudo (Patton, 1999). Apesar das divergências, vários autores, em exemplo Denzin (2012) e Carmo e Ferreira (2008) defendem que a utilização de uma metodologia mista acrescenta rigor, profundidade e riqueza às investigações. Devido à flexibilidade e amplitude que a mesma permite, foi o método proposto para a presente investigação, como apresentado na Figura 19.

Segundo a abordagem de Patton (2002), é possível fazer a distinção de quatro categorias de triangulação, de referir: (1) *Triangulação dos métodos*, que permite uma verificação mais coesas dos resultados obtidos através dos métodos de recolha de dados, no seu conjunto; (2) *Triangulação de fontes*, que permite maior consistência devido à diversidade de fontes adotadas na metodologia; (3) *Triangulação de analistas*, que possibilita reunir diferentes visões dos diferentes analistas envolvidos e, por último (4) *Triangulação da teoria/*

⁹⁸ Tradução do original: “(...) use the device of a concept map, sometimes referred to as a mind map”.

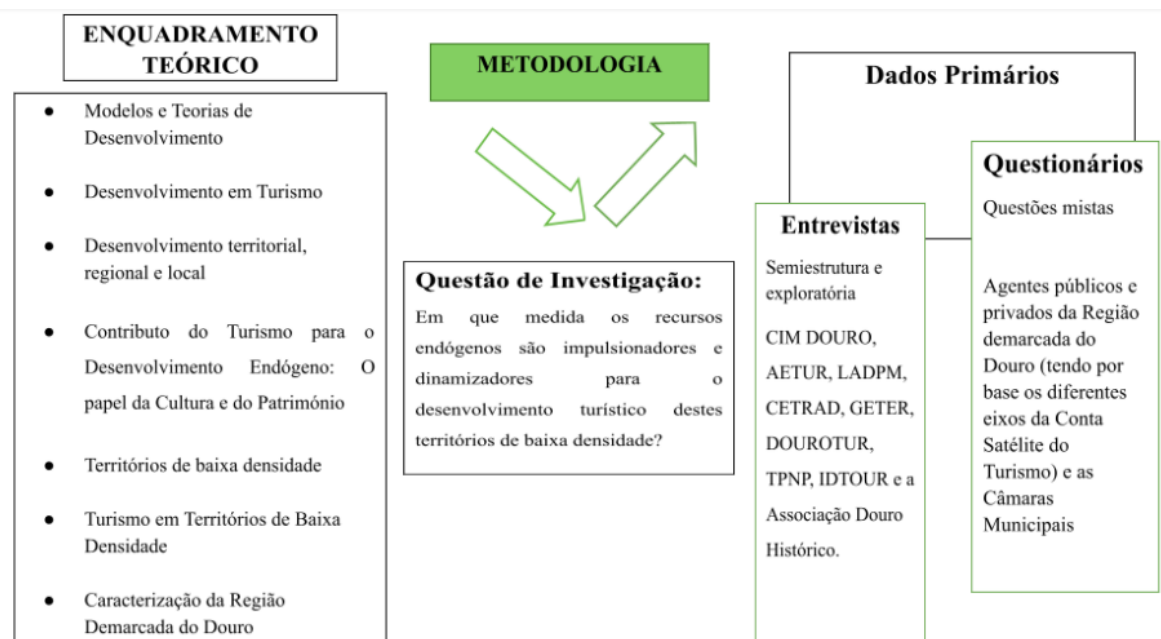
⁹⁹ Tradução do original: “(...) discussion of relationships and the concept-mapping process”.

perspetiva, possibilitando uma visão mais ampla e abrangente de diferentes *perspetivas*. Desta forma, através de diferentes fontes, métodos, analistas e diferentes teorias e *perspetivas* alcançam-se resultados mais coesos e consistentes.

Desta forma, o método de investigação misto apresenta vários benefícios, de referir: (1) comparação dos dados qualitativos e quantitativos e as possíveis contradições dos resultados obtidos nos diferentes métodos; (2) integra e analisa os diferentes pontos de vista dos participantes e das suas experiências; (3) incentiva a um envolvimento de investigação multidisciplinar e que alberga os métodos qualitativos e quantitativos, possibilitando uma investigação de maior amplitude; (4) permite maior adaptabilidade e flexibilidade metodológica, pelo facto de conciliar as duas abordagens e (5) por último, geram-se dados e conclusões mais complexas e ricas (AHRQ, 2013) .

Numa vertente qualitativa, esta passará pela realização de entrevistas a organizações, entidades e investigadores ligados ao turismo, aos territórios de baixa densidade e à Região Demarcada do Douro e a análise quantitativa será desenvolvida através da realização de questionários aos agentes públicos e privados da referida região (com base em alguns dos eixos da CST, do RNT e nas 21 Câmaras Municipais), como será desenvolvido em maior profundidade de seguida.

FIGURA 19. PROCESSO ADOTADO NA METODOLOGIA



Fonte: Elaboração própria

4.5.1 Entrevista

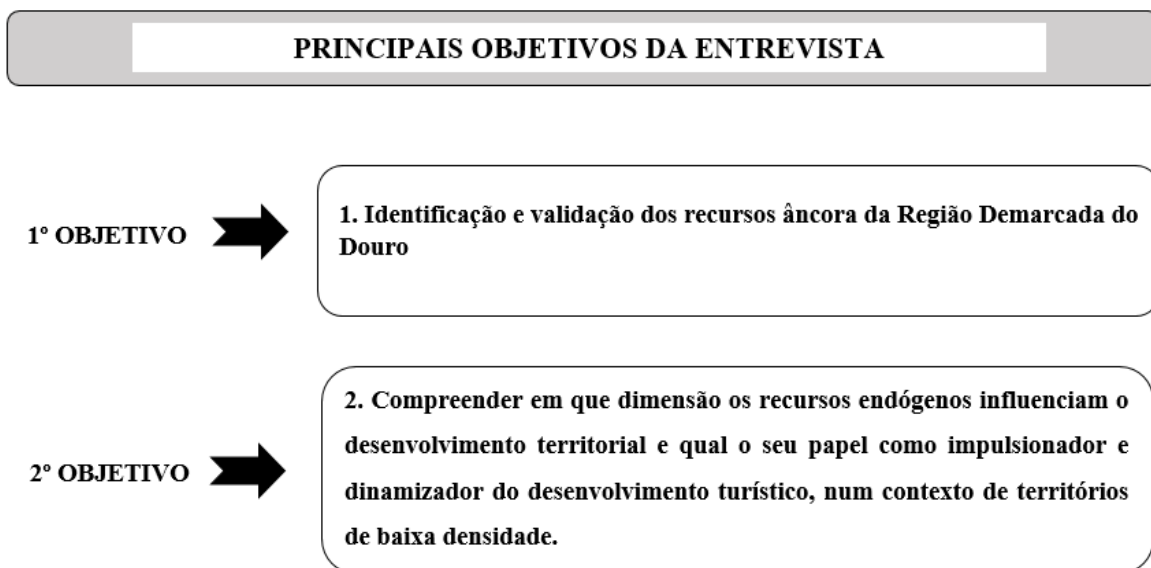
Como definido pela OMT (2001), a investigação qualitativa pode ser definida como uma “estratégia utilizada para responder a perguntas sobre grupos, comunidades e interações humanas e tem uma finalidade descritiva dos fenómenos de interesse ou de previsão dos fenómenos turísticos, ou do comportamento humano e da sua relação com o turismo”¹⁰⁰ (p. 12).

Na análise qualitativa foram realizadas entrevistas semiestruturadas baseadas num contexto exploratório, com um intuito de apresentar uma maior flexibilidade e abertura na realização das mesmas. Como citam Quivy, R. e Campenhoudt, L. (1998) “as entrevistas exploratórias não têm como função verificar hipóteses nem recolher ou analisar dados específicos, mas sim abrir pistas de reflexão, alargar e precisar os horizontes de leitura, tomar consciência das dimensões e dos aspetos de um dado problema, nos quais os investigadores não teriam decerto pensado espontaneamente” (p. 79).

¹⁰⁰ Tradução do original: “una estrategia usada para responder a preguntas sobre los grupos, comunidades e iteraciones humanas y tiene una finalidad descriptiva de los fenómenos de interés o predictiva de los fenómenos turísticos, o de los comportamientos humanos y su relación con el turismo”.

Neste sentido, a entrevista exploratória revela-se pertinente para o estudo, dado que permitirá desenvolver, aprofundar e destacar novos aspetos que assumirão um papel fundamental para alcançar os objetivos principais delineados para este instrumento metodológico, como representados na seguinte Figura 20.

FIGURA 20. IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS OBJETIVOS DA ENTREVISTA



Fonte: Elaboração própria

Assim, com o intuito de ir ao encontro dos dois objetivos definidos, foi delineado um conjunto de pressupostos de investigação, subdivididos por dimensão de análise da entrevista.

1ª Dimensão- Caracterização dos TBD- Fraquezas e Forças (Tabela 34 e 35)

TABELA 34. PRESSUPOSTO DE INVESTIGAÇÃO I- CARACTERIZAÇÃO DOS TBD * FRAQUEZAS

Objetivos	Pressupostos de Investigação
1- Compreender as principais fraquezas associadas aos Territórios de Baixa Densidade	P1- A evolução demográfica é uma debilidade dos TBD.
	P2- Os TBD carecem de atratividade e competitividade territorial.
	P3- Os TBD apresentam uma massa crítica empresarial, social e institucional débil e insuficiente.

	P4- Os TBD ainda possuem acessibilidades e infraestruturas precárias.
	P5- As oportunidades de emprego ainda são pouco significativas nos TBD.
	P6- Qualificação da mão-de-obra é uma fraqueza dos TBD.
	P7- Isolamento e dependência de centros urbanos enfraquece os TBD.
	P8- O investimento e empreendedorismo ainda são pouco significativos nos TBD.
	P9- Os TBD não beneficiam das políticas de gestão e planeamento territorial.
	P10- Os TBD ainda não conseguem fixar os jovens e a população em geral.
	P11- A desertificação do território é uma realidade dos TBD.

Fonte: Elaboração Própria

*TABELA 35. PRESSUPOSTO DE INVESTIGAÇÃO II- CARACTERIZAÇÃO DOS TBD * FORÇAS*

Objetivos	Pressupostos de Investigação
2- Compreender as principais forças/opportunidades associadas aos Territórios de Baixa Densidade	P12- Uma das forças dos TBD é a sua ligação ao setor agrícola.
	P13- As tradições do meio rural representam um potencial dos TBD.
	P14- O Património e a Cultura são fatores de oportunidade dos TBD.
	P15- A oposição ao meio urbano representa uma mais valia dos TBD.
	P16- O investimento e o empreendedorismo são uma força dos TBD.
	P17- O desenvolvimento do Turismo representa uma força e uma oportunidade para estes territórios.

	P18- A qualidade de vida é uma mais valia dos TBD.
	P19- O isolamento dos centros urbanos representa uma força dos TBD.
	P20- Os TBD beneficiam de potencialidades associadas à biodiversidade e ao ambiente.
	P21- Os recursos endógenos são um fator apelativo dos TBD.
	P22- O conhecimento e competências das comunidades locais são uma força dos TBD.

Fonte: Elaboração própria

2ª Dimensão- A Importância da gestão e planeamento em turismo em TBD (Tabela 36)

TABELA 36. . PRESSUPOSTOS DE INVESTIGAÇÃO III- GESTÃO E PLANEAMENTO EM TURISMO

Objetivos	Pressupostos de Investigação
3- Entender a importância da Gestão e do Planeamento em Turismo nos Territórios de Baixa Densidade.	P33- Envolvimento da comunidade local na discussão e definição das linhas estratégicas do turismo na região.
	P34- Desenvolvimento do turismo direcionado para turistas de interesse específico, em oposição ao turismo de massas.
	P35- Diversificação da oferta turística, baseada em pilares da sustentabilidade.
	P36- Respeito e proteção dos recursos endógenos.
	P37- Compreensão da fase de desenvolvimento que se encontra o município e a região.
	P38- Desenvolvimento de parcerias, redes e cooperações entre diferentes agentes locais.

	P39- Autenticidade da cultura e do património local e regional.
--	---

Fonte: Elaboração própria

3ª Dimensão- O Papel do Turismo em TBD (Figura 37)

TABELA 37. PRESSUPOSTOS DE INVESTIGAÇÃO IV- TURISMO EM TBD

Objetivos	Pressupostos de Investigação
3- Verificar o impacto do Turismo em Territórios de Baixa Densidade	P23- O Turismo em TBD acentua as debilidades dos territórios de baixa densidade.
	P24- O Turismo em TBD aproveita e valoriza as valências dos territórios de baixa densidade.
	P25- O Turismo em TBD permite a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.
	P26- O Turismo em TBD impulsiona a atratividade e competitividade do território.
	P27- O Turismo em TBD fomenta o desenvolvimento local e regional.
	P28- O Turismo em TBD é o resultado da disponibilidade e adaptação dos recursos endógenos.
	P29- O Turismo em TBD salvaguarda a cultura e o património local e regional.
	P30- O Turismo em TBD assume-se como uma estratégia de dinamização e mudança territorial.
	P31- O Turismo em TBD tem como um dos seus princípios de desenvolvimento a participação ativa das comunidades locais e dos diferentes agentes locais.
	P32- O Turismo em TBD estimula sentimentos de identidade, pertença e orgulho pelo seu território e respetivos recursos endógenos.

Fonte: Elaboração Própria

4ª Dimensão- O papel dos recursos endógenos nos TBD e no Turismo (Tabela 38)

TABELA 38. PRESSUPOSTOS DE INVESTIGAÇÃO V- OS RECURSOS ENDÓGENOS

Objetivos	Pressupostos de Investigação
4- Entender o papel dos recursos endógenos em Territórios de Baixa Densidade.	P40- Os recursos endógenos influenciam a atratividade e competitividade do território.
	P41- Os recursos endógenos representam um conjunto de oportunidades de investimento e empreendedorismo.
	P42- Os recursos endógenos estimulam e impulsionam o desenvolvimento do turismo.
	P43- O turismo salvaguarda e valoriza os recursos endógenos.
	P44- As valências dos recursos endógenos são impulsionadas aquando o reconhecimento do seu valor por parte das comunidades locais.
	P45- A ausência de laços de cooperação e intercâmbio entre os agentes locais enfraquecem as potencialidades dos recursos endógenos.
	P46- O turismo ameaça a sobrevivência e autenticidade dos recursos endógenos.

Fonte: Elaboração própria

5ª Dimensão- Balanço da RDD (Tabela 39)

TABELA 39. PRESSUPOSTOS DE INVESTIGAÇÃO VI- BALANÇO RDD

Objetivos	Hipóteses de Investigação
6- Entender o balanço do Turismo na RDD.	P47- Tem-se refletido no desenvolvimento da região.
	P48- Tem permitido preservar saberes, tradições e culturas da Região Demarcada do Douro.

	P49- Tem aproveitado as potencialidades locais.
	P50- Integra e beneficia as comunidades locais.
	P51- Reflete um planeamento e gestão coesos e sustentáveis.
	P52- Tem estimulado a inovação, competitividade e atratividade da região.
	P53- Tem permitido revitalizar e dinamizar a economia da região.
	P54- Ainda possui margem de crescimento e desenvolvimento.

Fonte: Elaboração Própria

O método de administração das entrevistas foi via online, mais precisamente, Zoom e/ou Skype, e foram realizadas a entidades e indivíduos que investigam e/ou gerem o turismo na Região Demarcada do Douro, abrangendo agentes que desempenham um papel relevante em territórios de baixa densidade e no turismo, sendo incluídos centros de investigação, entidades regionais e supramunicipais, quer de cariz público, quer de cariz privado e entidades coletivas. Os agentes selecionados foram as seguintes: CIM DOURO, TPNP, IDTOUR, CETRAD, LADPM, DOUROTUR, AETUR, GETER-UTAD e a Associação Douro Histórico.

A seleção das entidades anteriormente mencionadas passaram por um processo de investigação prévio sobre possíveis entidades a envolver no método de recolha de dados, onde se procurou saber quais as suas áreas e níveis de intervenção e a dimensão territorial que os mesmos abrangiam, de modo a obter um conjunto de entidades com diferentes conhecimentos, experiências e funções no turismo, e, em especial, um turismo resultante da gestão integrada e competitiva de recursos endógenos, em territórios de baixa densidade. Em seguida serão apresentadas as entidades selecionadas para a entrevista (Figura 21).

FIGURA 21. IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES/AGENTES SELECIONADOS PARA A ENTREVISTA



Fonte: Elaboração própria

Durante a recolha de dados foi, numa primeira instância, apresentado os principais objetivos e fundamentos do projeto de investigação e, à posteriori, solicitado permissão para gravar as entrevistas. Desta forma, foi possível proceder a uma transcrição mais fidedigna e próxima da realidade das respostas dadas por parte dos agentes entrevistados.

Após término da transcrição das entrevistas, procedeu-se à análise de conteúdo das mesmas, sendo este um processo que se define como um “conjunto de técnicas de análise de comunicações” (Bardin, 1977). Segundo o autor, estas técnicas devem seguir um conjunto de princípios para que a análise seja válida, das quais são salientadas as seguintes: (1) *homogeneidade* do processo; (2) *exaustividade* do processo de análise, de modo a “esgotar a totalidade de «texto»”; (3) *exclusividade*, no sentido que dado excerto de conteúdo “não pode ser classificado aleatoriamente em duas categorias diferentes”; (4) *objetividade*, no sentido que “codificadores diferentes, devem chegar a resultados iguais” e, por último, (5) adotar técnicas *adequadas/pertinentes*, de modo a se enquadrarem nos objetivos da análise.

Perante o processo de análise de conteúdo, Creswell (2014) aborda um conjunto de fases, que se interrelacionam entre si e cuja ordem pode ser variável, sendo estas as seguintes: (1) *preparação e organização dos dados* (em exemplo, transcrição das entrevistas e criação de

anotações importantes para a análise); (2) leitura de todos os dados de forma a ter conhecimento geral das principais ideias e informações presentes; (3) iniciar o processo de *codificação* dos dados obtidos, de forma a criar segmentos/categorias de análise (onde se adapta um processo descritivo e se decide a forma como a descrição será apresentada na análise qualitativa) e, numa última fase, após a comparação dos dados, procede-se à *interpretação* das principais conclusões obtidas.

Para realizar a análise de conteúdo selecionou-se o software Webqda devido a diversas potencialidades que o mesmo assume, de referir: (1) acesso online; (2) oferece a opção de partilhar o decorrer do trabalho com outros investigadores; (3) permite “editar, visualizar, interligar e organizar documentos” (p.20); (4) possui um conjunto de ferramentas como a codificação, o questionamento, entre outras funcionalidades; (5) acompanha as tendências metodológicas, teóricas e técnicas e (6) consiste num software adaptável às necessidades do investigador (Souza et al., 2011).

Na sua composição, o Software Webqda passa por três principais áreas, sendo estas as (1) Fontes, a (2) Codificação e o (3) Questionamento. As presentes áreas caracterizam-se pelas seguintes funcionalidades e especificidades (Souza et al., 2011):

(1) As Fontes consistem num conjunto de dados, sejam eles de vídeo, imagem, texto ou áudio, sobre os quais o investigador irá debruçar a sua investigação.

(2) A Codificação possibilita “criar as dimensões, os indicadores ou as categorias, sejam elas interpretativas ou descritivas” (p. 22).

(3) O Questionamento consiste numa ferramenta que possibilita responder a questões que o investigador procura responder, nomeadamente, através da pesquisa de texto, de códigos, de palavras mais frequentes e matrizes.

4.5.2 Questionário

Na vertente quantitativa, os questionários foram aplicados a agentes e entidades da Região Demarcada do Douro, sendo estas referentes às Entidades Públicas (21 Câmaras

Municipais), ao Alojamento, aos Serviços de Recreação e Lazer, aos Serviços Culturais, às Associações Desportivas, Recreativas e/ou Culturais, sendo essa a população em estudo.

O envolvimento de parte dos eixos da Conta Satélite do Turismo permite compreender e definir um conjunto de princípios e componentes relevantes, de referir: (1) Definições do conceito de visitante e do que se assume por ambiente habitual; (2) compreensão das dimensões da oferta e da procura turística; (3) abordagem sobre as principais *commodities* do turismo, os respetivos produtores e a complexidade da indústria turística e, por último (4) a análise dos *outputs* provenientes do turismo, qual o valor acrescentado, as necessidades emergentes e a relação dos *outputs* com a população (OCDE, 2000 como citado em Hara, 2008). Desta forma, o surgimento e a utilização da Conta Satélite do Turismo possibilita uma abordagem e um conhecimento da indústria turística de uma forma mais integrada e completa, dado que agrega as diferentes atividades económicas que assumem uma importância significativa e decisiva no setor (OMT et al., 2010).

O principal objetivo da realização de questionários consiste em **avaliar a perceção que os atores públicos e privados têm sobre as potencialidades e oportunidades que os recursos endógenos dos territórios de baixa densidade assumem, nomeadamente, para a dinamização do desenvolvimento turístico, em especial, na Região Demarcada do Douro.**

O questionário foi lançado a 18 de junho e foi enviado a uma população de 910 agentes locais através das ferramentas do *software Lime Survey*. Durante o período em que o questionário esteve ativo, foram enviados Lembretes duas vezes às entidades que ainda não tinham respondido e, em último recurso, procedeu-se ao contacto telefónico. O questionário foi encerrado a 01 de outubro com 126 respostas.

No que diz respeito às principais áreas/dimensões de análise do questionário, foram identificadas as seguintes:

1º dimensão de análise: **Caracterização geral das entidades**- é composta por um conjunto de **6 questões** e que visam fornecer dados característicos dos atores locais, de modo a compreender a sua relação com as restantes dimensões de análise, nomeadamente, as semelhanças e divergências com os restantes indicadores em estudo (Tabela 40).

TABELA 40. GRUPO I- CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES

Nº da Questão	Questão	Descrição da Questão	Classificação da Variável
1	Concelho correspondente à entidade que representa:	Lista de Seleção (Dropdown): 21 Municípios da RDD	Nominal
2	Cariz da entidade:	Lista (Botões de opção): Público, Privado ou Outro	Nominal
3	Nível de atuação:	Lista (Botões de opção): Local, Supramunicipal, Regional, Nacional ou Internacional	Nominal
4	Área de atuação:	Lista (Botões de opção): Alojamento Serviços Recreativos e de Lazer; Serviços Culturais; Entidades Públicas Associação Desportiva, Recreativa e/ou Cultural ou Outro	Nominal
5	Nº de colaboradores:	Lista (Botões de opção): (1-4); (5-9); (10-19); (20-49); (50-249) ou (+ 250)	Ordinal
6	Ano de surgimento da entidade:	Lista (Botões de opção): (Antes de 1980); (1980-2000); (2001-2005); (2006-2010); (2011-2015); (2016-2020) ou (depois de 2020)	Ordinal

Fonte: Elaboração Própria

2º dimensão de análise: Territórios De Baixa Densidade e o Desenvolvimento Do Território - é composta por 4 questões que, no seu conjunto, pretendem caracterizar as diferentes fraquezas e oportunidades destes territórios, segundo a visão dos diferentes atores locais, sendo, primeiramente, abordados os Territórios de Baixa Densidade num contexto geral e, a posterior, analisados os mesmos aspetos num contexto aplicado ao seu município (Tabela 41 e Tabela 42).

TABELA 41. GRUPO 2- TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE E O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO

Nº da Questão	Questão	Descrição da Questão	Classificação da Variável
1 e 2	<p>No que se refere às principais fraquezas dos Territórios de Baixa Densidade, classifique segunda uma escala de concordância de 1 a 5 os seguintes aspetos (1- Não Concordo; 5- Concordo Totalmente).</p>	<p>Matriz aplicada aos seguintes pontos:</p> <p>1- Evolução demográfica;</p> <p>2- Atratividade e competitividade territorial;</p> <p>3- Massa crítica empresarial, social e institucional;</p> <p>4- Acessibilidades e Infraestruturas;</p> <p>5- Oportunidades de emprego;</p> <p>6- Qualificação da mão-de-obra;</p> <p>7- Isolamento e dependência de centros urbanos;</p> <p>8- Investimento e Empreendedorismo;</p> <p>9- Políticas de gestão e planeamento territorial;</p> <p>10- Fixação dos jovens e da população em geral;</p> <p>11- Desertificação do território.</p>	Escala
	<p>Considerando as principais fraquezas do seu município, classifique segundo uma escala de concordância de 1 a 5 os seguintes aspetos (1- Não Concordo; 5- Concordo Totalmente).</p>		

Fonte: Elaboração Própria

TABELA 42. GRUPO 2- TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE E O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO II

Nº da Questão	Questão	Descrição da Questão	Classificação da Variável
3 e 4	<p>Relativamente às principais forças dos Territórios de Baixa Densidade, classifique segundo uma escala de concordância de 1 a 5 os seguintes aspetos (1- Não Concordo; 5- Concordo Totalmente).</p>	<p>Matriz aplicada aos seguintes pontos:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1- Predominância do setor agrícola; 2- Tradições do meio rural; 3- Património e Cultura; 4- Oposição ao meio urbano; 5- Investimento e Empreendedorismo; 6- Desenvolvimento do Turismo; 7- Qualidade de vida; 8- Isolamento dos centros urbanos; 9- Biodiversidade e Ambiente; 10- Recursos endógenos; 11- Conhecimento e competências das comunidades locais. 	Escala
	<p>Considerando as principais forças do seu município, classifique segundo uma escala de concordância de 1 a 5 os seguintes aspetos (1- Não Concordo; 5- Concordo Totalmente).</p>		

Fonte: Elaboração Própria

3º dimensão de análise: **O Turismo em Territórios de Baixa Densidade**- que comporta uma questão que agrega vários aspetos de análise de modo a compreender as diferentes abordagens dos agentes do território sobre o turismo neste contexto territorial e o seu respetivo impacto e papel (Tabela 43).

TABELA 43. GRUPO 3- O TURISMO EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE

Nº da Questão	Questão	Descrição da Questão	Classificação da Variável
1	Classifique segundo uma escala de concordância de 1 a 5 as seguintes afirmações (1- Não Concordo; 5- Concordo Totalmente). O Turismo (...)	<p>Matriz aplicada aos seguintes pontos:</p> <p>1- Acentua as debilidades dos territórios de baixa densidade.</p> <p>2- Aproveita e valoriza as valências dos territórios de baixa densidade.</p> <p>3- Permite a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.</p> <p>4- Impulsiona a atratividade e competitividade do território.</p> <p>5- Fomenta o desenvolvimento local e regional.</p> <p>6- É o resultado da disponibilidade e adaptação dos recursos endógenos.</p> <p>7- Salvaguarda a cultura e o património local e regional.</p> <p>8- Assume-se como uma estratégia de dinamização e mudança territorial.</p> <p>9- Tem como um dos seus princípios de desenvolvimento a participação ativa das comunidades locais e dos diferentes agentes locais.</p> <p>10- Estimula sentimentos de identidade, pertença e orgulho pelo seu território e respetivos recursos endógenos.</p>	Escala

Fonte: Elaboração Própria

4º Dimensão de Análise: **A Importância da Gestão e Planeamento em Turismo em Territórios de Baixa Densidade**- composta por uma questão que agrega diferentes pontos de análise, que, no seu conjunto, visam avaliar a importância e o papel da Gestão e do Planeamento no desenvolvimento do turismo competitivo e sustentável (Tabela 44).

TABELA 44. GRUPO 4- A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO E DO PLANEAMENTO EM TURISMO EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE

Nº da Questão	Questão	Descrição da Questão	Classificação da Variável
1	Avalie numa escala de 1 a 5 a importância dos seguintes aspetos para alcançar um desenvolvimento do turismo competitivo e sustentável (1- Nada Importante; 5- Muito Importante).	<p>Matriz aplicada aos seguintes pontos:</p> <p>1- Envolvimento da comunidade local na discussão e definição das linhas estratégicas do turismo na região.</p> <p>2- Desenvolvimento do turismo direcionado para turistas de interesse específico, em oposição ao turismo de massas.</p> <p>3- Diversificação da oferta turística.</p> <p>4- Respeito e proteção dos recursos endógenos.</p> <p>5- Compreensão da fase de desenvolvimento que se encontra o município e a região.</p> <p>6-Desenvolvimento de parcerias, redes e cooperações entre diferentes agentes locais.</p> <p>7- Aposta numa oferta turística baseada em pilares da sustentabilidade.</p> <p>8- Autenticidade da cultura e do património local e regional.</p>	Escala

Fonte: Elaboração Própria

5º Dimensão de Análise: **O Papel dos Recursos Endógenos no Desenvolvimento do Turismo em contexto de Territórios De Baixa Densidade**- apresenta uma questão que conjuga um conjunto de vários aspetos sobre a importância e o impacto dos Recursos Endógenos em diferentes contextos, nomeadamente, para a comunidade local, para o território e para o desenvolvimento do Turismo (Tabela 45).

TABELA 45. GRUPO 5- O PAPEL DOS RECURSOS ENDÓGENOS NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO CONTEXTO DE TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE

Nº da Questão	Questão	Descrição da Questão	Classificação da Variável
1	Classifique segundo uma escala de concordância de 1 a 5 as seguintes afirmações (1- Não Concordo; 5- Concordo Totalmente).	<p>Matriz aplicada aos seguintes pontos:</p> <p>1- Os recursos endógenos influenciam a atratividade e competitividade do território.</p> <p>2- Os recursos endógenos representam um conjunto de oportunidades de investimento e empreendedorismo.</p> <p>3- Os recursos endógenos estimulam e impulsionam o desenvolvimento do turismo.</p> <p>4. O turismo salvaguarda e valoriza os recursos endógenos.</p> <p>5. As valências dos recursos endógenos são impulsionadas aquando o reconhecimento do seu valor por parte das comunidades locais.</p> <p>6. A ausência de laços de cooperação e intercâmbio entre os agentes locais enfraquecem as potencialidades dos recursos endógenos.</p> <p>7. O turismo ameaça a sobrevivência e autenticidade dos recursos endógenos.</p>	Escala

Fonte: Elaboração Própria

6º Dimensão de Análise: **O Presente e o Futuro do Turismo na Região Demarcada Do Douro**- é o último grupo do questionário e que procura, essencialmente, através de várias perspectivas e abordagens dos agentes locais, compreender e identificar os diferentes pontos de vista da situação presente na Região Demarcada do Douro e quais as perspetivas futuras para este território, nomeadamente, a nível de desenvolvimento turístico (Tabela 46).

TABELA 46. GRUPO 6- O PRESENTE E O FUTURO DO TURISMO NA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO

Nº da Questão	Questão	Descrição da Questão	Classificação da Variável
1	<p>Numa escala de concordância, classifique de 1 a 5 as seguintes afirmações (1- Não Concordo; 5- Concordo Totalmente). O Turismo na Região Demarcada do Douro (...)</p>	<p>Matriz aplicada aos seguintes pontos:</p> <p>1- Tem-se refletido no desenvolvimento da região.</p> <p>2- Tem permitido preservar saberes, tradições e culturas da Região Demarcada do Douro.</p> <p>3- Tem aproveitado as potencialidades locais.</p> <p>4- Integra e beneficia as comunidades locais.</p> <p>5- Reflete um planeamento e gestão coesos e sustentáveis.</p> <p>6- Tem estimulado a inovação, competitividade e atratividade da região.</p> <p>7- Tem permitido revitalizar e dinamizar a economia da região.</p> <p>8- Ainda possui margem de crescimento e desenvolvimento.</p>	Escala

Fonte: Elaboração Própria

Em conjunto, de modo a conseguir responder aos principais objetivos definidos para o questionário, foi delineado um conjunto de pressupostos de investigação, subdivididos por dimensão de análise da entrevista.

1ª Dimensão- Caracterização dos TBD- Fraquezas e Forças (Tabela 47 e 48)

TABELA 47. HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO I- CARACTERIZAÇÃO DOS TBD * FRAQUEZAS

Objetivos	Pressupostos de Investigação
1- Compreender as principais fraquezas associadas aos Territórios de Baixa Densidade	H1- A evolução demográfica é uma debilidade dos TBD.
	H2- Os TBD carecem de atratividade e competitividade territorial.
	H3- Os TBD apresentam uma massa crítica empresarial, social e institucional débil e insuficiente.
	H4- Os TBD ainda possuem acessibilidades e infraestruturas precárias.
	H5- As oportunidades de emprego ainda são pouco significativas nos TBD.
	H6- Qualificação da mão-de-obra é uma fraqueza dos TBD.
	H7- Isolamento e dependência de centros urbanos enfraquece os TBD.
	H8- O investimento e empreendedorismo ainda são pouco significativos nos TBD.
	H9- Os TBD não beneficiam das políticas de gestão e planeamento territorial.
	H10- Os TBD ainda não conseguem fixar os jovens e a população em geral.
	H11- A desertificação do território é uma realidade dos TBD.

Fonte: Elaboração Própria

TABELA 48. HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO II- CARACTERIZAÇÃO DOS TBD * FORÇAS

Objetivos	Pressupostos de Investigação
2- Compreender as principais forças/opportunidades associadas aos Territórios de Baixa Densidade	H12- Uma das forças dos TBD é a sua ligação ao setor agrícola.
	H13- As tradições do meio rural representam um potencial dos TBD.
	H14- O Património e a Cultura são fatores de oportunidade dos TBD.
	H15- A oposição ao meio urbano representa uma mais valia dos TBD.
	H16- O investimento e o empreendedorismo são uma força dos TBD.
	H17- O desenvolvimento do Turismo representa uma força e uma oportunidade para estes territórios.
	H18- A qualidade de vida é uma mais valia dos TBD.
	H19- O isolamento dos centros urbanos representa uma força dos TBD.
	H20- Os TBD beneficiam de potencialidades associadas à biodiversidade e ao ambiente.
	H21- Os recursos endógenos são um fator apelativo dos TBD.
H22- O conhecimento e competências das comunidades locais são uma força dos TBD.	

Fonte: Elaboração própria

2ª Dimensão- A Importância da gestão e planeamento em turismo em TBD (Tabela 49)

TABELA 49. HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO III- GESTÃO E PLANEAMENTO EM TURISMO

Objetivos	Pressupostos de Investigação
3- Entender a importância da Gestão e do Planeamento em Turismo nos Territórios de Baixa Densidade.	H33- Envolvimento da comunidade local na discussão e definição das linhas estratégicas do turismo na região.
	H34- Desenvolvimento do turismo direcionado para turistas de interesse específico, em oposição ao turismo de massas.
	H35- Diversificação da oferta turística, baseada em pilares da sustentabilidade.
	H36- Respeito e proteção dos recursos endógenos.
	H37- Compreensão da fase de desenvolvimento que se encontra o município e a região.
	H38- Desenvolvimento de parcerias, redes e cooperações entre diferentes agentes locais.
	H39- Autenticidade da cultura e do património local e regional.

Fonte: Elaboração própria

3ª Dimensão- O Papel do Turismo em TBD (Figura 50)

TABELA 50. HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO IV- TURISMO EM TBD

Objetivos	Pressupostos de Investigação
	H23- O Turismo em TBD acentua as debilidades dos territórios de baixa densidade.
	H24- O Turismo em TBD aproveita e valoriza as valências dos territórios de baixa densidade.
	H25- O Turismo em TBD permite a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.

3- Verificar o impacto do Turismo em Territórios de Baixa Densidade	H26- O Turismo em TBD impulsiona a atratividade e competitividade do território.
	H27- O Turismo em TBD fomenta o desenvolvimento local e regional.
	H28- O Turismo em TBD é o resultado da disponibilidade e adaptação dos recursos endógenos.
	H29- O Turismo em TBD salvaguarda a cultura e o património local e regional.
	H30- O Turismo em TBD assume-se como uma estratégia de dinamização e mudança territorial.
	H31- O Turismo em TBD tem como um dos seus princípios de desenvolvimento a participação ativa das comunidades locais e dos diferentes agentes locais.
	H32- O Turismo em TBD estimula sentimentos de identidade, pertença e orgulho pelo seu território e respetivos recursos endógenos.

Fonte: Elaboração Própria

4ª Dimensão- O papel dos recursos endógenos nos TBD e no Turismo (Tabela 51)

TABELA 51. HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO V- OS RECURSOS ENDÓGENOS

Objetivos	Pressupostos de Investigação
4- Entender o papel dos recursos endógenos em Territórios de Baixa Densidade.	H40- Os recursos endógenos influenciam a atratividade e competitividade do território.
	H41- Os recursos endógenos representam um conjunto de oportunidades de investimento e empreendedorismo.
	H42- Os recursos endógenos estimulam e impulsionam o desenvolvimento do turismo.
	H43- O turismo salvaguarda e valoriza os recursos endógenos.

	H44- As valências dos recursos endógenos são impulsionadas aquando o reconhecimento do seu valor por parte das comunidades locais.
	H45- A ausência de laços de cooperação e intercâmbio entre os agentes locais enfraquecem as potencialidades dos recursos endógenos.
	H46- O turismo ameaça a sobrevivência e autenticidade dos recursos endógenos.

Fonte: Elaboração própria

5ª Dimensão- Balanço da RDD (Tabela 52)

TABELA 52. HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO VI- BALANÇO RDD

Objetivos	Hipóteses de Investigação
6- Entender o balanço do Turismo na RDD.	H47- Tem-se refletido no desenvolvimento da região.
	H48- Tem permitido preservar saberes, tradições e culturas da Região Demarcada do Douro.
	H49- Tem aproveitado as potencialidades locais.
	H50- Integra e beneficia as comunidades locais.
	H51- Reflete um planeamento e gestão coesos e sustentáveis.
	H52- Tem estimulado a inovação, competitividade e atratividade da região.
	H53- Tem permitido revitalizar e dinamizar a economia da região.
	H54- Ainda possui margem de crescimento e desenvolvimento.

Fonte: Elaboração Própria

O levantamento e desenvolvimento da base de dados dos agentes, entidades e organizações locais realizou-se através do Registo Nacional de Turismo, em complemento com a informação disponível nos websites das Câmaras Municipais, tendo resultado numa base de dados de 909 entidades convidadas a participarem no projeto de investigação.

Para a elaboração e aplicação do questionário foi selecionado o software Lime Survey (FormsUA), através do qual se procedeu ao envio do questionário para os respetivos e-mails das entidades identificadas. Este método (questionário via e-mail) assume vantagens e desvantagens. De destacar os custos reduzidos que os mesmos assumem, a capacidade de alcançar diversas áreas geográficas de uma forma rápida e o facto de dar tempo aos questionados para refletirem sobre o tema e as posteriores respostas (Jennings, 2010). Através da análise e discussão das respostas obtidas, é possível obter conclusões, que quando a amostra é representativa, podem ser generalizadas à população (OMT, 2001).

4.6 Conclusão

Neste capítulo pretendeu-se analisar e selecionar os instrumentos de recolha de dados mais apropriados para a vertente de investigação pretendida, tendo sido adotada uma abordagem mista, conjugada entre um conjunto de entrevistas e de questionários com o intuito final de conseguir responder aos objetivos propostos.

Assim, e tendo por acompanhamento, fundamentos teóricos que caracterizam uma metodologia mista, no contexto das entrevistas e dos questionários foram apresentados os seus objetivos, as suas dimensões de análise e como a recolha e análise de dados foi processada, de modo a introduzir o capítulo seguinte.

5. ANÁLISE DE RESULTADOS

5.1 Introdução

O presente capítulo visa apresentar os principais resultados inerentes ao conteúdo obtido através das nove entrevistas realizadas a entidades públicas, entidades privadas, entidades regionais e centros/ projetos de investigação e, igualmente, apresentar e relacionar os dados recolhidos através do questionário e do auxílio do software SPSS.

Assim, este capítulo inicia-se pela análise qualitativa das entrevistas e a verificação dos respetivos pressupostos e, numa segunda parte, encontra-se a análise quantitativa dos questionários e a validação das hipóteses de investigação. No seu conjunto, procura-se interligar os dados recolhidos da metodologia mista com os objetivos de investigação e a parte teórica desenvolvida ao longo do estudo das diferentes áreas de análise.

5.2 Análise Qualitativa das Entrevistas

Neste sentido, serão apresentados, em seguida, as principais conclusões retiradas da análise das entrevistas e que permitirão compreender as diferentes abordagens dos agentes locais perante as dimensões de análise aplicadas no método qualitativo adotado.

5.2.1 Códigos em Árvore e Classificação das Fontes

Na presente investigação, procedeu-se à Codificação da informação recolhida em Códigos Árvore, nos quais foram contempladas as principais dimensões das entrevistas, tendo resultado num conjunto de 6 ramificações, como ilustrado na Figura 22.

FIGURA 22. CÓDIGOS EM ÁRVORE

Códigos Árvore

Nome	Fontes	Refs
Caraterização dos Territórios de Baixa Densidade	0	0
Forças dos Territórios de Baixa Densidade	7	9
Fraquezas dos Territórios de Baixa Densidade	9	17
Balanço dos Territórios de Baixa Densidade	4	8
Territórios de Baixa Densidade e o Desenvolvimento do Território	0	0
Linhas estratégicas para o desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade	8	22
Importância do Turismo em Territórios de Baixa Densidade	0	0
Impacto na Competitividade e Atratividade	5	7
Impacto no Desenvolvimento Local e Regional	5	10
O papel do Turismo nos Territórios de Baixa Densidade	9	16
Papel dos Recursos Endógenos em Territórios de Baixa Densidade	0	0
Recursos Endógenos e o Território	4	8
Recursos Endógenos e o Turismo	7	10
Desenvolvimento Endógeno e a Sustentabilidade Territorial	6	18
Análise do presente e do futuro do turismo na Região Demarcada Do Douro:	0	0
Balanço do desenvolvimento da Região	9	27
Perspetivas sobre o futuro da Região	6	7
Importância do Planeamento em Turismo	0	0
Planeamento em Turismo	7	10
Papel da Comunidade Local	8	18

Fonte: Webqda

A classificação das nove fontes registadas foi baseada em dois pontos de análise: o cariz da entidade e o nível de atuação da entidade, sendo o resumo desta classificação apresentado na seguinte Figura 23.

FIGURA 23. CLASSIFICAÇÃO DAS FONTES

Classificação

Nome	Refs
Entrevista	9
Cariz da Entidade	9
Entidade Privada	3
Entidade Regional	1
Centro/Projeto de Investigação	4
Entidade Pública	1
Nível de Atuação	9
Nacional	3
Local	0
Internacional	1
Supramunicipal	0
Regional	5

Fonte: Webqda

De modo a respeitar o anonimato e manter a confidencialidade dos agentes locais entrevistados, na apresentação dos resultados estes terão a seguinte designação:

- **Entidade Regional:** ER1
- **Centros/ Projetos de Investigação:** CI1, CI2, CI3 e CI4
- **Entidade Pública:** EPu1
- **Entidade Privada:** EPr1, EPr2 e EPr3

5.2.2 Interpretação dos Resultados

5.2.2.1 Caracterização dos Territórios de Baixa Densidade

A presente dimensão visa caracterizar os Territórios de Baixa Densidade numa balança de Forças e Fraquezas, de modo a compreender o seu balanço e as principais abordagens que os entrevistados têm sobre os mesmos, como ilustrado nas Figuras 24 e 25 e que procura responder aos respetivos pressupostos de investigação (Tabelas 47e 48).

- ***Forças/ Oportunidades dos Territórios de Baixa Densidade***

FIGURA 24. FORÇAS/ OPORTUNIDADES DOS TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE

FORÇAS/OPORTUNIDADES DOS TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE

- “qualidade de vida” (EPr1; CI2);
- “qualidade ambiental” (CI2);
- “contribuem para o bem-estar e a prosperidade nacional e europeia” (CI3);
- “fundamentais nos processos de transição energética e climática” (CI3);
- “identidade cultural” (CI2)
- “distantes daquilo que é a pressão ou características dos territórios urbanos e de maior densidade populacional.” (CI2)
- “isolamento” (ER1)
- “características físicas do território” (CI1).

Fonte: Elaboração Própria

Iniciando a caracterização dos Territórios de Baixa Densidade do ponto de vista das Forças e Oportunidades, estes são “*territórios de imensas oportunidades!*” (EPr2). Contudo, “*nós quando pensamos em territórios devemos sobre o ponto de vista social e económico, normalmente, achamos também que eles dificilmente poderão evoluir*” (CI1), mas, “*se encararmos algumas dessas debilidades como potencialidades, e volto a repetir, isto é um paradoxo (...) surgem às vezes novas janelas de oportunidade*” (CI1).

Desta forma, pode-se afirmar que “*são parte dessas debilidades que nos dão esse grande potencial*” (EPu1). O próprio “isolamento” característico destes territórios em questão, nos diferentes sentidos, tem permitido “*a preservação de inúmeros recursos naturais*”, assim como, a “*manutenção de tradições, práticas ancestrais e costumes que dificilmente resistiriam à voragem do progresso e ao ritmo das sociedades modernas*” (ER1), possibilitando uma forte presença e riqueza proveniente do enraizamento da “*identidade cultural*” (CI2).

Em complemento, os Territórios de Baixa Densidade beneficiam da “*qualidade ambiental*” (CI2) impulsionada pela sua capacidade de contribuírem “*para o bem-estar e a prosperidade*

nacional e europeia, produzindo alimentos e matérias primas, amenidades e serviços ambientais, que são fundamentais nos processos de transição energética e climática” (CI3), demonstrando o seu papel no equilíbrio dos ecossistemas e na sustentabilidade.

De igual modo, estes territórios apresentam outras forças como a “qualidade de vida” EPr1; CI2), em parte, impulsionada pelas questões anteriormente referidas, mas também pela distância “*daquilo que é a pressão ou características dos territórios urbanos e de maior densidade populacional*”.

No que diz respeito à área geográfica em estudo, “*são precisamente as características físicas do território que o tornam tão interessante sobre o ponto de vista paisagístico... e, ainda, relativamente bem salvaguardado ambientalmente*” (CI1), reforçando o paradoxo entre as debilidades que podem ser, igualmente, janelas de oportunidades, isto é, “*aquilo que poderá ser uma limitação, também funciona, ao mesmo tempo, como uma virtualidade para o desenvolvimento da região*” (CI1).

Numa visão futura, prevê-se que determinados “*ativos territoriais (ou recursos endógenos) (...) ganhem maior relevância num contexto pós-pandemia e de transições (Verde e Digital)*” (CI3), em parte, devido às tendências da sociedade em geral e da mesma no contexto do Turismo.

- Fraquezas dos Territórios de Baixa Densidade

FIGURA 25. FRAQUEZAS DOS TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE

FRAQUEZAS DOS TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE

- “territórios de «baixa densidade», «em perda», «remotos» ou em «encolhimento» (*shrinking*)” (CI3);
- “problemática de (sub)desenvolvimento” (CI3);
- “níveis da qualificação da população” (CI1)
- “condições naturais adversas” (CI3)
- “êxodo demográfico, o envelhecimento das populações” (ER1)
- “um povoamento escasso e disperso” (CI3)
- “a população vai cada vez mais para o litoral” (EPu1)
- “localização periférica” (CI3)
- “fraca acessibilidade funcional” (CI3)
- “uma economia marginal e dependente”, “declínio socioeconómico” (CI3), “Problemas sociais” (CI1);
- “baixa densidade- de população- de atores- de centros urbanos- de relações” (CI3);
- “pouca densidade institucional” (EPu1);
- “As vias de comunicação (rodoviárias, ferroviárias, aéreas) tornaram-nos periféricas” (ER1);
- “a ausência de investimento público e privado” e “continuo desinvestimento no interior” (ER1);
- “o desemprego” (ER1).

Fonte: Elaboração Própria

Os Territórios de Baixa Densidade acarretam um conjunto de fraquezas e debilidades que os leva a serem associados a territórios “«em perda», «remotos» ou em «encolhimento» (*shrinking*)” (CI3).

Neste sentido, durante o decorrer das entrevistas foram identificados um conjunto de fatores associados a estes territórios e que serão descritos em seguida de modo a completar a caracterização dos mesmos.

Iniciando a abordagem pela questão demográfica, esse foi um aspeto referido por todas as entidades, tendo sido mencionado que estes territórios se caracterizam por uma “população

envelhecida e em declínio” (CI3), por “*um povoamento escasso e disperso*” (CI3) e pela realidade da fuga, em que a “*população vai cada vez mais para o litoral*” (EPu1), resultando no “*fenómeno da alteração demográfica, do envelhecimento ou do êxodo, nomeadamente dos jovens*” (EPr3).

E, de certo modo, um dos fatores impulsionadores desta “*repulsa demográfica*” ou “*regressão demográfica*” é a “*localização periférica*” (CI3), ou seja, a “*distância entre grandes centros e estes territórios*” (CI4), o que leva a que os residentes tenham que se deslocar para outros centros, quer pela falta de “*postos de trabalho e emprego*” sendo “*handicap muito grave para quem quer avançar*” (EPr1), quer pela “*pouca densidade institucional*”. É assim relatado uma situação em que a “*oferta de serviços públicos tendem, enfim, a desaparecer ou a ser cada vez mais mitigados e a dinâmica empresarial ou a base económica, é também ela enfim, limitada*” (C+I2).

No mesmo sentido, estes territórios depararam-se com uma “*problemática de (sub)desenvolvimento*”, em complemento com um “*declínio socioeconómico*” e uma “*fraca acessibilidade funcional*” impulsionada por “*uma economia marginal e dependente de atividades de baixo valor acrescentado e/ou das prestações sociais públicas*” (CI3) e com diversos “*problemas sociais*”, em parte, conduzidos pela “*falta de acesso aos equipamentos e serviços básicos*” (CI1).

Desta forma, estas “*condições naturais adversas*” (CI3) não corrompem a “*depreciação demográfica que é repetidamente sentida*”, gerando, aliás, o inverso, nomeadamente, o impulso das debilidades como o “*contínuo desinvestimento no interior em praticamente todas as áreas económicas e sociais*” e “*a ausência de investimento público e privado que deixaram entregues à sua sorte muitas regiões, particularmente a partir da década de 60 do século XX, com a imigração em massa, num ciclo hermenêutico difícil de reverter*”.

Em complemento, “*as vias de comunicação (rodoviárias, ferroviárias, aéreas) tornaram-se periféricas, uma vez que os traçados ao longo dos tempos foram sendo implementados para servirem o maior número de pessoas, beneficiando, principalmente, o litoral e os grandes centros urbanos*” (ER1).

Estas “*fragilidades do tecido socioeconómico*” dificultam que os mesmos “*atingam determinada massa crítica, por forma a eles próprios terem pessoas que sejam capazes de intervir de forma mais ativa na sua governação*”. Isto é, como a “*densidade populacional se reduziu abaixo de índices e de valores que são considerados aceitáveis*”, essa realidade impossibilita que estes territórios possuam “*os próprios recursos humanos que garantam a gestão dos mesmos*”, não existindo a “*regeneração sequencial*” (EPr2) nem incentivos ao aumento dos “*níveis da qualificação da população*” (CI1)

Em conclusão, os fatores anteriormente referidos resumem-se numa “*baixa densidade- de população- de atores- de centros urbanos- de relações*” que resultam num “*círculo vicioso que compromete o seu desenvolvimento*”, marcado por uma relação de “*causa e consequência*” (CI3). E, apesar de terem sido implementados “*investimentos estruturais*” nestes territórios, nomeadamente “*com os recursos financeiros dos fundos comunitários a partir dos anos 90*”, a “*desertificação de décadas deixou uma pesada rutura nesses territórios*” difícil de reverter (ER1).

- ***Balanço entre as debilidades e as potencialidades dos Territórios de Baixa Densidade***

Apresentadas as principais oportunidades e fraquezas identificadas durante a recolha de dados, torna-se importante apresentar um balanço entre as diferentes características destes territórios, tendo sido apresentadas posturas que reconhecem ambos os lados, como apresentado em seguida.

Iniciando o desenvolver da questão pela abordagem do CI3, este afirma que “*a tónica é colocada mais nos problemas do que nos potenciais, mas o fosso é de tal maneira grande que justifica em grande parte essa postura*”. Segundo o CI3, os “*impactos dos programas e medidas que tentaram promover o desenvolvimento regional, foram positivos, gerando ou induzindo transformações nas condições e na qualidade de vida das populações ou nas estruturas e dinâmicas produtivas das regiões, mas falharam na concretização da sua principal ambição- estancar a hemorragia demográfica, o despovoamento das áreas rurais, a dinamização económica e a redução das assimetrias regionais*”. No entanto, é, de igual

modo, mencionado que estes territórios são de facto territórios de *“oportunidades de desenvolvimento”*, mas o fosso criado ao longo dos tempos é tão significativo que se alcançou *“um nível de debilidade estrutural dos territórios que não permite que estes, por si só, se possam desenvolver sem uma discriminação positiva das políticas públicas”* (CI3).

Para a ER1, o *“equilíbrio entre as debilidades e as oportunidades é ainda uma quimera”*, dado que *“o deficit provocado pela ausência de investimento e as consequências na baixa demografia dos territórios de baixa densidade não os tornaram ainda lugares atrativos para fixar pessoas em número suficiente para reverter as estatísticas”*. Neste sentido, é reforçada a necessidade de *“rumar em contraciclo, de empreender com tenacidade e muitíssima resiliência face às contrariedades óbvias”*.

Na visão da EPr3, é claramente identificado um conjunto de oportunidades nestes territórios, mas o *“timing para essas oportunidades não está alinhado com o fenómeno da baixa densidade e das alterações demográficas”* gerando uma certa postura pessimista. Em complemento, a EPr3 acrescenta que as medidas e políticas que estão a ser aplicadas efetivamente poderão ter resultados atrativos e competitivos, mas *“essas oportunidades demorarão algum tempo a dar resultados, se é que darão”*. É assim frisado pelo entrevistado a urgência que *“as coisas comecem a acontecer para que as pessoas possam acreditar que voltar é importante, e para aqueles que lá estão e querem ter filhos sintam-se seguros de poder fazer crescer uma família num local desses porque tem futuro”*. Neste sentido, é reforçada a necessidade de adotar as políticas adaptadas às necessidades destes territórios no presente para que, a longo prazo, consigam apresentar melhores condições para os residentes e para os que já lá viveram, mas tiveram necessidade de se deslocar para outras regiões, para que se possa impulsionar a atratividade e competitividade territorial.

Para finalizar este tópico, segue-se o balanço destes territórios pela visão da EPr2, que salienta, especialmente, as debilidades das políticas territoriais desenvolvidas, que têm impossibilitado o romper do ciclo vicioso. Afirma, assim, que *“os modelos de desenvolvimento que se foram implementando não tiveram em consideração esse formato, esse perfil de potencialidades que os territórios de baixa densidade possuem”*, tendo sido, essencialmente, apresentados *“modelos centrados noutra paradigma, noutra forma de desenvolver, gerir, estrutura e solidificar um modelo social que não tem em atenção os*

espaços rurais e os territórios de baixa densidade”, tendo sido uma realidade das últimas décadas até hoje.

TABELA 53. PRESSUPOSTO DE INVESTIGAÇÃO I- CARACTERIZAÇÃO DOS TBD * FRAQUEZAS

Objetivos	Pressupostos de Investigação	Validação
1- Compreender as principais fraquezas associadas aos Territórios de Baixa Densidade	P1- A evolução demográfica é uma debilidade dos TBD.	Verifica-se
	P2- Os TBD carecem de atratividade e competitividade territorial.	Verifica-se
	P3- Os TBD apresentam uma massa crítica empresarial, social e institucional débil e insuficiente.	Verifica-se
	P4- Os TBD ainda possuem acessibilidades e infraestruturas precárias.	Verifica-se
	P5- As oportunidades de emprego ainda são pouco significativas nos TBD.	Verifica-se
	P6- Qualificação da mão-de-obra é uma fraqueza dos TBD.	Verifica-se
	P7- Isolamento e dependência de centros urbanos enfraquece os TBD.	Verifica-se
	P8- O investimento e empreendedorismo ainda são pouco significativos nos TBD.	Verifica-se
	P9- Os TBD não beneficiam das políticas de gestão e planeamento territorial.	Verifica-se
	P10- Os TBD ainda não conseguem fixar os jovens e a população em geral.	Verifica-se
	P11- A desertificação do território é uma realidade dos TBD.	Verifica-se

Fonte: Elaboração Própria

TABELA 54. PRESSUPOSTO DE INVESTIGAÇÃO II- CARACTERIZAÇÃO DOS TBD * FORÇAS

Objetivos	Pressupostos de Investigação	Validação
-----------	------------------------------	-----------

2- Compreender as principais forças/oportunidades associadas aos Territórios de Baixa Densidade	P12- Uma das forças dos TBD é a sua ligação ao setor agrícola.	Inconclusiva
	P13- As tradições do meio rural representam um potencial dos TBD.	Verifica-se
	P14- O Património e a Cultura são fatores de oportunidade dos TBD.	Verifica-se
	P15- A oposição ao meio urbano representa uma mais valia dos TBD.	Verifica-se
	P16- O investimento e o empreendedorismo são uma força dos TBD.	Verifica-se
	P17- O desenvolvimento do Turismo representa uma força e uma oportunidade para estes territórios.	Verifica-se
	P18- A qualidade de vida é uma mais valia dos TBD.	Verifica-se
	P19- O isolamento dos centros urbanos representa uma força dos TBD.	Verifica-se
	P20- Os TBD beneficiam de potencialidades associadas à biodiversidade e ao ambiente.	Verifica-se
	P21- Os recursos endógenos são um fator apelativo dos TBD.	Verifica-se
P22- O conhecimento e competências das comunidades locais são uma força dos TBD.	Verifica-se	

Assim, em referência aos pressupostos de investigação e segundo as diversas abordagens dos entrevistados, é possível concluir que todos os pressupostos se verificam à exceção do P12- Uma das forças dos TBD é a sua ligação ao setor agrícola que se considerou inconclusiva por falta de informação sobre o tópico.

5.2.2.2 Territórios de Baixa Densidade e o Desenvolvimento do Território

- *Linhas estratégicas para o Desenvolvimento dos TBD*

As linhas estratégicas apresentam-se como o fio condutor para os diferentes níveis de gestão e planeamento, quer em turismo, quer noutras áreas, tendo sido considerado um ponto importante para ser incluído nas entrevistas realizadas e cuja análise se irá refletir na verificação dos pressupostos da Tabela 39.

Como abordado pelo CI3, torna-se urgente “*contrariar as Teses enunciadas para explicitar as causas da pouca eficácia e do relativo fracasso das políticas de coesão territorial no combate à regressão demográfica e ao despovoamento dos territórios de baixa densidade*”.

Foram identificadas três principais teses a contrariar:

(1) a tese do “abandono político” a que estes territórios têm sido sujeitos “durante décadas” e que “*invoca a insuficiência dos meios mobilizados pelo Estado para resolver os problemas infraestruturais históricos com que estes se debatem, nomeadamente o encravamento e o isolamento geográfico ou a falta de infraestruturas e equipamentos públicos*”.

(2) a tese da “lógica extrativa” que “*prevalece nas principais atividades produtivas é muitas vezes utilizada como justificação para os problemas destes territórios e o insucesso das intervenções, remetendo para a natureza das atividades económicas predominantes que exploram recursos ou amenidades naturais (água, energia, minerais, paisagem, agricultura, floresta, e também turismo, entre outros) e geram o grosso das mais valias fora destes territórios, subtraindo a riqueza e o emprego qualificado indispensável ao seu desenvolvimento*”. Este fator resulta da “*incapacidade dos diferentes espaços territoriais e dos seus agentes económicos em reter uma parte significativa do valor acrescentado potencial dos seus recursos e produções*”.

(3) a tese da insuficiente “massa crítica” “*(demográfica, empresarial, urbana, etc.) que remete não só para a diminuta capacidade de iniciativa e de empreendimento privados, mas também para a segmentação e atomização institucional e a reduzida capacidade de articulação dos múltiplos interesses territoriais*”. Esta trata-se de uma característica que “*alimenta o «centralismo endémico» que marca a ação do Estado e da administração pública, e remete para o carácter paternalista, setorial e descendente (ou seja, top-down) das*

políticas públicas e para as abordagens tecnocráticas e normativas que prevalecem na implementação dos programas de desenvolvimento territorial”.

Em complemento, são referidas as debilidades da “*eficiência coletiva*” e da “*competitividade territorial*”, em parte, consequência das “*estruturas empresariais e institucionais (...) dispersas e incipientes*”. Apesar da consciência que as “*principais atividades produtivas mobilizam abundantemente os recursos territoriais*”, estas “*mantêm com o território «relações de compromisso» frágeis e assimétricas e criam e fixam localmente pouco valor e emprego*” o que compromete os níveis de desenvolvimento.

Neste sentido, o CI3 defende a necessidade do desenvolvimento de “*um novo paradigma de coesão territorial focado no bem-estar das populações e não na igualdade das populações*”, envolvendo as dimensões “*social, económica e ambiental*”. Este paradigma deve assumir como principal objetivo a redução das “*assimetrias territoriais, mas evitando alimentar o mito de uma impraticável igualdade territorial, o que pressupõe o reforço da cooperação e da solidariedade territorial*”. Neste sentido, apresentam-se como pontos de elevada relevância da coesão territorial a “*solidariedade entre os territórios mais ricos e dinâmicos e os territórios mais frágeis e periféricos*”.

Em complemento, devem ser adotadas “*medidas objetivas de financiamento*” de modo a estimular a “*fixação de pessoas e de empresas nos territórios de baixa densidade*” e a criar “*condições para que as pessoas e as empresas se possam instalar nestes espaços*” (CI2).

Para a CETRAD, as estratégias de planeamento e desenvolvimento devem ser baseadas em três princípios, sendo estes as características específicas, a sua especificidade e a sua identidade. Neste sentido, devem ser tidos em conta “*os aspetos sociais, económicos e ambientais*”, sendo que estes devem ser trabalhados como um sistema e respeitando os princípios da “*sustentabilidade*”. Outro aspeto referido como fundamental é a necessidade de as regiões estarem articuladas entre si através de eixos de relação como “*parcerias*” e “*germinações*”, como, por exemplo, com territórios vizinhos.

É ressalvada, assim, a necessidade as linhas estratégicas serem pensadas segundo as potencialidades e os recursos das regiões de baixa densidade (EPr2) e serem projetadas numa

vertente de privilégio e “*discriminação positiva*” (CI4) de forma a criar valor sobre as potencialidades que os territórios possibilitam.

No âmbito da própria “*identidade*” referida, a ER1 apresenta como consensual que “*o triângulo Cultura, Património e Turismo, assume uma importância crucial no desenvolvimento dos territórios de baixa densidade*”, onde estão intrinsecamente ligados “*os produtos endógenos*”. No seu conjunto, os presentes fatores funcionam como “*impulsionadores de dinâmicas e sinergias em prol do desenvolvimento económico, social, político, ambiental e tecnológico desses territórios*” sendo que estas relações devem assentar “*numa lógica de rede entre stakeholders; na valorização do território enquanto destino sustentável; na aposta em infraestruturas que privilegiem o bem estar e a qualidade de vida das populações; em políticas transversais que assegurem acessibilidades, formação/educação, emprego, conectividade, segurança, saúde, conforto, entre outros valores essenciais que, por sua vez, façam despoletar o interesse do investimento privado, captem “cérebros”, fixem jovens e permitam regressar os naturais ou a sua segunda geração*”.

Para tal, é necessário “*existir uma boa conexão com o território e encurtar as distâncias entre os governos nacionais com os governos locais e dentro da própria região*” (CI4), nomeadamente, através de um “*planeamento de base regional e de base intermunicipal*” com especial incentivo à intervenção privada “*para que seja através da iniciativa privada que se crie riqueza e, por sua vez, gere dinheiro necessário para convencer as pessoas a voltarem para o Interior*” (EPr3).

Neste sentido, deve ser desenvolvido um “*modelo virtuoso em que se crie condições para a iniciativa privada de uma forma clara e, ao mesmo tempo, ajudados por políticas públicas que tem que ter uma dimensão, essencialmente, supramunicipal*” (EPr3).

Em complemento são identificados outros aspetos considerados relevantes aquando do desenvolvimento de linhas estratégicas que é a necessidade de diversificar a economia, de modo a gerar postos de trabalho e a impulsionar a atratividade e competitividade destes territórios (EPr1). Desta forma, torna-se fundamental que “*as populações, os empresários, os jovens e demais tecidos sociais dos territórios de baixa densidade tenham qualidade de vida, isto é, condições estruturais com acesso pleno à saúde, à educação, à segurança, bem*

como boas acessibilidades, meios de deslocação, entre outras valências importantes, designadamente culturais” (ER1).

Os aspetos referidos anteriormente são a base para que se possa “*garantir condições de vida para a comunidade e para todos os que querem fixar-se nos territórios de baixa densidade*” como é o caso de “*uma população recém reformada e de uma segunda geração, que não pretende um regresso, mas uma viagem definitiva para as suas origens*”, mas que para que tal seja possível, é preciso conseguir dar resposta às “*necessidades dos locais*” (ER1). Como resultado, “*se o território provir as necessidades dos locais, promoverá as potencialidades da sua oferta turística e terá igualmente condições para satisfazer a procura dos seus turistas em toda a plenitude*”.

Em suma, assume-se como fundamental “*planear, estruturar e implementar estratégias aglutinadoras e coesas de branding no sentido de captar turistas através de uma comunicação eficaz que coloque a tónica na excecionalidade dos recursos endógenos e do saber-fazer local*”. Para tal, é necessário (ER1):

(1) Fixar os jovens, de modo a incentivar “*novos e atuais empresários a (re) descobrirem os produtos tradicionais como instrumento de desenvolvimento territorial capaz de gerar riqueza tendo presente que a nova ruralidade possui características de agroecologia, biodiversidade e multifuncionalidade*”;

(2) Manter e reforçar a aposta “*na «digitalização» enquanto ferramenta fundamental para operacionalizar e divulgar projetos locais e regionais que estimulem o turismo e a consequente procura de produtos tradicionais locais de qualidade*”;

(3) “*Apostar cada vez mais na investigação reforçando a transferência de conhecimento universidade/empresa*”;

(4) E “*conjugar investimento físico com investimento imaterial, reforçando gradualmente a sustentabilidade e irreversibilidade das iniciativas nomeadamente do património natural, cultural, suportes do turismo de excelência*”.

Em suma, as linhas estratégicas devem “*assegurar uma maior colaboração entre agentes públicos e privados na criação/dinamização de produtos turísticos alinhados com as novas*

tendências dos mercados, combatendo a sazonalidade, fixando a população e aumentando exponencialmente a sua qualidade de vida e, concomitantemente, o aumento da permanência dos fluxos turísticos no território” (ER1).

5.2.2.3 A importância do Planeamento em Turismo

Em junção à secção 5.1.2.4, estes pontos visam compreender a importância da gestão e do planeamento em Turismo, sendo abordados várias linhas estratégicas que os entrevistados consideram pontos de referência aquando o desenvolvimento do Turismo e do Território. No seu conjunto, procura-se responder aos pressupostos de investigação presentes na Tabela 39.

- O Planeamento em Turismo

Os territórios de baixa densidade através da *“ação dos seus atores locais e a partir dos produtos e serviços locais têm a capacidade de proporcionar experiências espontâneas, únicas, memoráveis e culturalmente enriquecedoras”*, e, como tal, é fundamental planear o turismo de modo a promover a singularidade cultural própria de cada região (ER1).

O turismo apresenta-se, assim, como um *“elemento predador da sociedade contemporânea”* e que se move por *“um fator diferenciador”*, permitindo *“um conjunto de experiências que não se têm ou obtêm de outra forma”* e, como tal, *“vai atrás dessa possibilidade porque essa é a sua potência natural”* (EPr2).

Nesse sentido, de modo a desenvolver as potencialidades máximas do turismo, é necessário existir um conjunto de regras e linhas condutoras que passam por vários aspetos. A EPr1 refere a importância de saber adaptar as regras nacionais e regionais às necessidades de cada território e de existir sinergias entre *“todas essas entidades e agentes económicos que gravitam dentro do setor, sejam eles de forma direta ou indiretamente”* para que se alcance *“sucesso para eles próprios e sucesso para o território”*. A EPr3 acrescenta a necessidade de *“saber lidar muito bem com a relação entre quem chega e quem pertence”* de modo a impulsionar os benefícios do turismo e a reduzir possíveis impactos, especialmente, relativos ao bem-estar da sociedade.

O CI4 salienta um outro aspeto que considera revelador para o sucesso do planeamento que é o envolvimento dos atores locais e regionais na definição das políticas estratégicas pois são os mesmos que conhecem as necessidades e potencialidades da região, e que, ao mesmo tempo, evitam que se apropriem e extraiam a riqueza para fora da região, sem que estes sejam beneficiados e usufruam dos benefícios da atividade turística.

É assim claro que as políticas de planeamento turístico necessitam de ter como base as “*potencialidades locais*” e as “*características dos territórios*”. Contudo, a presente entidade demonstra alguma preocupação se efetivamente o planeamento é baseado nas “*necessidades dos territórios*” (CI3). Por vezes, “*as lógicas de desenvolvimento do turismo são demasiado extractivistas, descurando o desenvolvimento local e a satisfação das suas necessidades*”, sendo necessário “*mais territorialização do turismo e menos turistificação dos territórios*” (CI3).

De entre os diferentes objetivos estratégicos de sustentabilidade económica, social e ambiental referidos na Estratégia Turismo 2027, a ER1 destaca os seguintes pilares: (1) “*assegurar que a atividade turística gera um impacto positivo nas populações residentes*; (2) *incrementar os níveis de eficiência energética nas empresas do turismo e* (3) *impulsionar uma gestão racional do recurso água no turismo e promover uma gestão eficiente dos resíduos na atividade turística nacional*”.

Em complemento, “*«(...) de acordo com Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal (PAEC), é desejável que sejam desenvolvidos por todos os setores, em particular por aqueles considerados chave para a aceleração da economia circular – como é o caso do setor do turismo - agendas setoriais que concorram para a promoção de um modelo económico focado em sistemas de produção e consumo em circuito fechado. Pretende-se que o conceito de “fim-de-vida” da economia linear seja substituído por novos fluxos circulares de reutilização, restauração e renovação»*” (como referido pela ER1).

Neste sentido, é importante sempre pensar a longo prazo e adotar “*sinergias que se enquadrem na atividade desenvolvida*” e no “*planeamento estratégico que foi pensado a nível nacional*” dado que, a nível nacional “*estão a ser privilegiadas dadas áreas do turismo, e se for possível encaixar dentro desse plano, mais facilmente se sobrevive a longo prazo*”.

(...) e mais facilmente se consegue financiamento, porque se está a apresentar uma proposta inteligente e que acompanha as tendências” (CI4).

Desta forma, o planeamento a longo prazo é importante pois permite apresentar propostas e desenvolver projetos que garantem que *“a proposta de valor que é feita ao turista que visita, é uma proposta coerente e integrada”* e que, por sua vez, todos os restantes setores envolvidos seguem uma política clara (EPr3).

- ***O Papel da Comunidade Local***

O *“planeamento”* e a *“governança”* apresentam-se como *“facetas diferentes de um processo de desenvolvimento”*, e, como tal, é fundamental a envolvência de *“um elemento preponderante que é a questão da comunidade”*. Neste sentido, é de elevada relevância que a comunidade se reveja *“nos diferentes projetos ou modelos de desenvolvimento, porque se uma comunidade não se revê num plano ou modelo de desenvolvimento, esse modelo de desenvolvimento também terá dificuldades em ter impactos regionais”* (EPr2).

Desta forma, a comunidade local deve assumir um papel participativo *“em termos do plano, da elaboração do plano, como das questões em matéria de tomada de decisões numa fase mais avançada, mesmo em questões que tenham a ver com a governança, a participação democrática junto das instituições, aos diversos níveis”*. Essa envolvência e incentivos à participação faz com que se recupere *“uma comunidade (...) funcional e estável, nomeadamente, quando está com um défice relacionado com as questões de baixa densidade”* (EPr2).

Apresenta-se, assim, como consensual, que, qualquer modelo de desenvolvimento, nomeadamente, turístico *“só tem a ganhar a envolver a comunidade local”*, sendo ela mesma um *“referencial de estabilidade do perfil de um determinado projeto”*. Como tal, a comunidade local *“funciona como um garante, ou pode funcionar como um barómetro do modo como nós exercemos a pressão sobre os recursos naturais de uma região quando desenvolvemos um projeto ou modelo turístico”* (EPr2). São os locais que conhecem as

potencialidades locais e regionais, e que, nomeadamente, definem “*os próprios recursos endógenos*” (CI1), que sentem as principais “*necessidades*” e que vivem e trabalham sobre o território e, como tal, devem “*ter uma palavra a dizer sobre a forma como é gerido o território*” (EPr1).

Neste sentido, quando há referência à comunidade local, há referência às “*peças que fazem os territórios (...)* e se o turismo é indutor do desenvolvimento e de valorizar aquilo que são os territórios, valorizar as pessoas e a cultura, a forma como essas pessoas se comportam e convivem, o conceito é completamente diferente!” Este diferencial justifica-se pelo impacto da comunidade local na experiência turística oferecida, no sentido em que “*assistimos cada vez mais a uma transformação da sociedade, que possui uma nova visão mais ecológica do mundo*” (ER1).

Perante esta sociedade em mudança, “*o que o turista procura, o turista mais informado, com mais habilitações literárias, mais conhecedor, mais viajado, é um turista que tende a valorizar aquilo que é mais autêntico. E, portanto, a relação com a comunidade local não só é desejável, como é um elemento decisivo para haver aqui um desenvolvimento sustentável, sem dúvida nenhuma!*” (CI2).

Esse aspeto referido anteriormente vem reforçar que a “*a comunidade local pode ser envolvida de muitas formas porque têm experiências, têm tradições, têm saberes, têm práticas que, simultaneamente, são aquelas que o turismo cada vez procura mais*”. E, por isso, cada vez mais é reforçado do seu papel preponderante dada a emergência do chamado “*turismo de interesse especial que em cada território procura esta especificidade que, digamos, os territórios têm*”, sendo que essas especificidades proveem “*deste arquivo da memória, que são as pessoas que constituem a comunidade e que ainda perpetuam*” que o preservam no tempo (EPr2).

Em complemento, como citado por Saramago (2002) e referido pela ER1, “*«o envolvimento dos residentes locais é fundamental por exemplo, para a revitalização da produção tradicional artesanal que passa a ser dirigida ao turista»*”. Por sua vez, “*«os residentes(...) ao acolherem visitantes, sentem que a sua identidade cultural é valorizada e que o artesanato e a sua gastronomia são apreciados»*”. De igual modo, os locais reconhecem que “*«o turismo gera riqueza e sentem-se motivados a serem embaixadores no próprio*

destino, visto que é devido às atividades turísticas que as suas infraestruturas se desenvolvem, os seus recursos turísticos são preservados ou revitalizados, o emprego é fomentado e, conseqüentemente, a sua qualidade de vida é melhorada»” Deste modo, a participação ativa das comunidades locais permite impulsionar uma *“cultura de autoestima regional e de orgulho”* (EPr3)

Neste seguimento, e como abordado pelo CI3, não há ninguém *“melhor do que os que nascem e vivem “no interior de” para o promover, gerir, comercializar, etc”* (CI3), e, como tal, estes devem ser expostos *“aquilo que é a vantagem económica do turismo”* (EPr3), e de outras atividades económicas capazes de dinamizar a região.

Em modo conclusivo, quando a comunidade reconhece que pode contribuir positivamente para o sucesso da sua localidade e da região, geram-se condições propícias para que estes queiram viver lá e, ao mesmo tempo, promovam de forma espontânea o seu território. Contudo, é de ressaltar que, apesar da importância da visão de *bottom up* em vez de *top bottom* isto *“não quer isto dizer que não possa haver investimento exterior nos territórios que explorem esses recursos turisticamente”*, mas o desejável é que *“seja feito «com os locais» e menos «para os locais»”* (CI3).

TABELA 55. PRESSUPOSTOS DE INVESTIGAÇÃO III- GESTÃO E PLANEAMENTO EM TURISMO

Objetivos	Pressupostos de Investigação	Validação
3- Entender a importância da Gestão e do Planeamento em Turismo nos	P33- Envolvimento da comunidade local na discussão e definição das linhas estratégicas do turismo na região.	Verifica-se
	P34- Desenvolvimento do turismo direcionado para turistas de interesse específico, em oposição ao turismo de massas.	Verifica-se
	P35- Diversificação da oferta turística, baseada em pilares da sustentabilidade.	Verifica-se
	P36- Respeito e proteção dos recursos endógenos.	Verifica-se

Territórios de Baixa Densidade.	P37- Compreensão da fase de desenvolvimento que se encontra o município e a região.	Inconclusivo
	P38- Desenvolvimento de parcerias, redes e cooperações entre diferentes agentes locais.	Verifica-se
	P39- Autenticidade da cultura e do património local e regional.	Verifica-se

Fonte: Elaboração própria

Em conclusão, como ilustrado na Tabela 49, confirmam-se verificam-se todos os pressupostos à exceção do P37- Compreensão da fase de desenvolvimento que se encontra o município e a região que se apresenta como inconclusivo pois esta não foi uma questão presente nas entrevistas.

5.2.2.4 O papel do Turismo em Territórios de Baixa Densidade

Esta secção procura compreender o papel do Turismo em Territórios de Baixa Densidade, nomeadamente, qual o seu impacto na competitividade e atratividade territorial, assim como no desenvolvimento local e regional, com a finalidade de responder aos pressupostos de investigação representados na Tabela 50.

- *O Turismo em Territórios de Baixa Densidade*

A presente dimensão de análise referente ao turismo em Territórios de Baixa Densidade veio reforçar o seu papel importante, nomeadamente, na “*revitalização dos territórios*”, dado que se assume como “*uma forma de regenerar territórios, regenerar alguma juventude, fixar quadros e gerar novas propostas*” (Epr2). Contudo, este setor exige diversas precauções, como foram referidas ao longo das entrevistas pelas diferentes entidades.

Um dos pontos referidos por vários entrevistados consistiu no reconhecimento unânime da importância do turismo, mas de forma equilibrada, no sentido em que o setor do Turismo deve ser um complemento a outras atividades económicas (EPr1), isto é, “*mais uma atividade e não «a atividade»*” (CI3). O turismo surge, assim, como “*mais uma atividade*

económica que poderá gerar e reter valor económico nos territórios, desde de que associada e complementar às restantes atividades baseadas nos recursos de base territorial” (CI3).

É assim determinante evitar uma visão do Turismo como a “*«panaceia dos territórios de baixa densidade»*”, que acaba por “*estar a condenar*” estes territórios, principalmente por duas razões: (1) “*a resiliência dos territórios (a choques financeiros, económicos, climáticos, sanitários, etc.) só se conseguem com uma diversidade das atividades económicas e dos mercados exportadores*” e quando estes são dependentes do Turismo, aquando destes choques, a recuperação é mais lenta e difícil e (2) “*o foco excessivo no turismo poderá nos levar a descurar outros ativos e perspetivas de desenvolvimento*” que poderão limitar a atratividade e competitividade territorial (CI3).

Assim, o Turismo assume-se como uma clara opção de desenvolvimento, mas que tem que ser encarada como “*mais uma oportunidade de desenvolvimento (...) mais uma, não única*” (CII). Esta entidade refere, assim, uma certa oposição aos “*programas europeus que assentam muito na questão da dinamização turística dos territórios e que parece que encaram o turismo e a vinda do turista como a panaceia ou a única, quase única possibilidade em termos de dinamização económica desses espaços*”, sendo defendido pelo CII que isso não deve ocorrer em momento algum, muito devido aos fatores anteriormente referidos pelo CI3.

Neste sentido, a aposta deve passar por gerar “*Territórios «com Turismo» e não «de Turismo», onde a atividade turística coexista sinergicamente com as restantes atividades de base local e que consiga gerar e distribuir pela comunidade local benefícios superiores aos custos que gera*” (CI3).

Contudo, é frisado, especialmente, pelo CI3 e pela EPr3, a necessidade de por detrás do turismo e da imagem que se apresenta aos visitantes, existir uma economia equilibrada e um território preservado, dado que o que “*o turista tende, cada vez mais, a procurar territórios de baixa densidade, mas querem vivenciá-los na forma como eles são*”. Assim, “*se os espaços rurais, enfim, mais diversificados, não tiverem vida própria, ou seja, se não tiverem os campos cultivados, se não tiverem ali um conjunto de serviços mínimos...por muito boa vontade que exista, o turismo também sai penalizado disso*” (CI2).

E, numa visão deste tema no contexto da Região Demarcada do Douro, a EPr3 salienta que *“não é possível ter turismo de qualidade se temos uma economia decadente por trás! Ou seja, se nós não tivermos, por exemplo, uma economia na Região Demarcada do Douro, em que as vinhas sejam bem cuidadas, em que as pessoas possam viver bem ou razoavelmente bem, que tenham o esmero cuidado em manter a paisagem, em manter as suas casas, nós não temos uma proposta de valor para apresentar aos nossos turistas!”*. Este fator vem lembrar que o Turismo por si só não consegue estimular uma economia e uma região coesa e equilibrada, pois é necessário existir toda uma articulação e dinamização das diferentes atividades económicas presentes no território.

Em conclusão, a aposta para revitalização e dinamização dos territórios passa muito pelo Turismo, pois permite valorizar os recursos, criar novas empresas e fixar e atrair populações (EPu1), mas é necessário saber o que vale um investimento privado e se dados territórios *“possuem recursos com potencial de atratividade turística que justifiquem os riscos”* (ER1). Em complemento, é de elevada relevância compreender que existem vários tipos de Turismo, distintos mercados e uma Sociedade em constante mudança e, como tal é necessário *“diversificar a oferta turística”* e saber direcioná-la e posicioná-la segundo as tendências do setor e as potencialidades/necessidades do território (CI4).

- *Impacto na Competitividade e Atratividade*

Iniciando a abordagem pelo conceito de competitividade, este *“«mede-se pela capacidade de produzir bens e serviços que satisfazem as necessidades dos mercados, enquanto que, ao mesmo tempo, mantém níveis elevados e sustentáveis de rendimento para as comunidades locais» ou, dito de outro modo é «a capacidade que as regiões têm de gerar, quando expostas à concorrência, níveis de rendimento e de emprego relativamente elevados»”* (CI3).

Para que o turismo gere competitividade como gera atratividade, torna-se fundamental que se apresente como um setor capaz de gerar *“emprego”* e de impulsionar *“os níveis de rendimento das comunidades locais”*. Caso contrário, o turismo apenas impulsiona a atratividade, mas peca na competitividade territorial (CI3).

O turismo é assim “*um elemento que pode (...) conferir aos territórios atributos novos*” e, dependendo do seu “*papel mais ou menos ativo, os territórios terão mais ou menos visibilidade, mais ou menos notoriedade e digamos, no seu contexto interno, terão elementos geradores de competitividade, de desenvolvimento*”. Deste modo, o turismo é “*uma forma atrativa e inovadora de desenvolvimento, sendo certo (...) que acontece não só pela mais valia dos territórios*”, mas também pela necessidade do setor em estar em constante processo de “*inovação*” (EPr2).

Como tal, quando o turismo se desenvolve como um “*fenómeno sistémico*” e “*articulador*”, este claramente tem a capacidade de influenciar as dimensões da atratividade e competitividade (CI1), em parte, devido à exigência do setor e do mercado que exige constantes adaptações e melhorias contínuas, nomeadamente, no que diz respeito à dinamização e diversificação da oferta, consoante as tendências da procura turística (EPu1).

Para além disso, “*os territórios de baixa densidade possuem hoje muito daquilo que o turista atual valoriza e que é cada vez mais difícil de encontrar*” e “*havendo oferta genuína e diferenciadora*”, é estimulada “*a capacidade em competir com outros destinos*” (ER1), tendo sido, no geral, reconhecido pelos entrevistados, a influência do setor nos parâmetros abordados.

- *Impacto no Desenvolvimento Local e Regional*

No que diz respeito ao papel do Turismo no Desenvolvimento Local e Regional, este apresenta-se como um “*elemento importante de revitalização dos territórios de baixa densidade*” e se considerarmos “*que os territórios abandonaram aquilo que eram os seus modelos de afirmação económica tradicional, o turismo, naturalmente, aparece como (...) um elemento de propulsão do desenvolvimento e da economia de cada território*” (EPr2).

Neste sentido, pelo facto de o turismo ser sinónimo de mobilidade de pessoas para outro território, esta realidade “*tem impacto no rendimento, tem impacto no emprego disponível e tem impacto naquilo que são as relações que a melhoria da base económica pode favorecer*” (CI2).

Desta forma, o turismo tem “*a capacidade de trazer riqueza para a própria região*” (CI4), de influenciar significativamente o PIB (EPr3) e de ter um “*poder virtuoso (...) para a*

economia regional”, de modo que as abordagens das entidades entrevistadas reforçaram que, efetivamente, o “*desenvolvimento turístico é um instrumento para potencializar o desenvolvimento regional*” (CI2) e o “*desenvolvimento territorial*” (EPr2).

Contudo, para que tal aconteça, é necessário existir a capacidade de “*articular a realidade local e ser dinâmico para a realidade local*”, para que o desenvolvimento se estenda em dimensões regionais mais amplas e, como tal, sempre que se adotem e apliquem políticas locais, essas devem “*ter em conta também aquilo que existe, ou poderá existir, num âmbito mais vasto*”, para expandir as dimensões de desenvolvimento no território (CI1).

TABELA 56. PRESSUPOSTOS DE INVESTIGAÇÃO IV- TURISMO EM TBD

Objetivos	Pressupostos de Investigação	Validação
3- Verificar o impacto do Turismo em Territórios de Baixa Densidade	P23- O Turismo em TBD acentua as debilidades dos territórios de baixa densidade.	Inconclusivo
	P24- O Turismo em TBD aproveita e valoriza as valências dos territórios de baixa densidade.	Inconclusivo
	P25- O Turismo em TBD permite a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.	Inconclusivo
	P26- O Turismo em TBD impulsiona a atratividade e competitividade do território.	Verifica-se
	P27- O Turismo em TBD fomenta o desenvolvimento local e regional.	Verifica-se
	P28- O Turismo em TBD é o resultado da disponibilidade e adaptação dos recursos endógenos.	Inconclusivo
	P29- O Turismo em TBD salvaguarda a cultura e o património local e regional.	Inconclusivo
	P30- O Turismo em TBD assume-se como uma estratégia de dinamização e mudança territorial.	Verifica-se

	P31- O Turismo em TBD tem como um dos seus princípios de desenvolvimento a participação ativa das comunidades locais e dos diferentes agentes locais.	Inconclusivo
	P32- O Turismo em TBD estimula sentimentos de identidade, pertença e orgulho pelo seu território e respetivos recursos endógenos.	Inconclusivo

Fonte: Elaboração Própria

Em suma, verifica-se a veracidade dos P26, P27 e P30, assim como a inconclusividade dos restantes pressupostos pois não se reuniram informações suficientes nas entrevistas para concluir se as entidades concordam ou discordam que o Turismo acentua as debilidades dos Territórios de Baixa Densidade.

5.2.2.5 Papel dos Recursos Endógenos em Territórios de Baixa Densidade

A presente secção visa analisar o papel dos recursos endógenos em Territórios de Baixa Densidade, de modo a verificar se os pressupostos representados na Tabela 51 são válidos, inconclusivos ou se não se verificam.

- *Recursos Endógenos e o Território*

Os recursos endógenos são “*aquilo que um território tem*” (EPr3) e a partir dos quais “*se pode pensar em qualquer modelo de desenvolvimento*” (EPr2) e em “*gerar oportunidades*” (CI2), de modo a evitar um desenvolvimento construído de forma “*um pouco virtual, um pouco desconectada e um pouco descontextualizada da realidade*” (EPr2).

Os produtos tradicionais são, assim, pela “*sua qualidade diferenciada e origem geográfica específica, instrumentos importantes para a valorização dos territórios de origem*” (ER1), devendo ser “*colocados ao serviço da criação de valor*” (EPr3).

Neste sentido, tornam-se componentes de elevado “*impacto socioeconómico e cultural*” e que:

- (1) contribuem “*para diminuir o despovoamento nos territórios de baixa densidade*”;
- (2) fortalecem “*o tecido económico*”;
- (3) criam “*postos de trabalho qualificados*”;
- (4) dinamizam “*os pontos de atracção turística*” e
- (5) contribuem “*para a coesão territorial e cultural*” (ER1).

- ***Recursos Endógenos e o Turismo***

Perante o setor do Turismo, os “*recursos e fatores endógenos distintivos de determinado território condicionam quer a oferta quer a procura turística*” (CI3) sendo “*uma parte muito relevante do desenvolvimento turístico*” (CI2).

Desta forma, é a partir dos recursos endógenos “*que tudo começa*”, dado que “*um produto turístico é criado à volta de um recurso que se vai transformar*”. Então, “*se não há recursos base num dado território, isso é um grande problema, mas quando há, pode-se avançar*”, mas para que se consiga criar valor sobre os mesmos “*é muito importante que as pessoas tenham noção que tem recursos básicos que valem a pena*”. É assim importante “*reforçar que se não se reconhecer a sua importância, nunca se irá gerar uma ideia à volta disso*” (CI4).

De igual modo, é “*consensual entre a comunidade científica que a atratividade de um território assenta em 3 eixos essenciais: a valorização dos recursos endógenos; a paisagem, a cultura e o património e o desenvolvimento turístico*” (ER1) e quanto mais distintos são os recursos endógenos, maior o potencial de “*aproveitamento turístico*” (EPr2).

Em complemento, a EPr3 acrescenta que num “*mundo de fake, digital e desligamento da realidade (...) aquilo que for único, que for autêntico, que for real, que tiver uma história para contar, vai ter um papel cada vez mais importante e cada vez mais interessante e apetecível*”.

Em conclusão, e como referido pela EPr2, o “*desenvolvimento turístico para se desenvolver de forma a incluir a comunidade e conciliar um modelo de desenvolvimento regional, tem que contar com os recursos endógenos*”, pois é sobre os “*recursos primários do território*” que o turismo se elenca.

- ***Desenvolvimento endógeno sustentável e o Turismo (linhas estratégicas)***

Dada a dualidade que o turismo assume entre o potencial de salvaguardar e a capacidade de ameaçar os recursos endógenos, é necessário existir um conjunto de linhas estratégicas que permitam estimular um desenvolvimento endógeno sustentável, baseado no “*equilíbrio*” e em “*novas oportunidades*” (CI4).

Assim, elementos como a “*governança*”, a “*gestão territorial*” e o “*envolvimento da comunidade local*” são fundamentais para enquadrar “*o desenvolvimento do turismo dentro de patamares que, sobre o ponto de vista da sustentabilidade, sejam aceitáveis e que não ponham em risco as regiões*”. Portanto, durante a definição das políticas de desenvolvimento, é crucial ter em atenção “*estas balizas que, de certa forma, delimitam e criam uma fronteira no modelo de desenvolvimento, que é entre o que é potencial e o que é legítimo, isto é, até onde podemos ir na exploração dos recursos naturais e na sustentabilidade do território*” (EPr2).

O desenvolvimento turístico nos territórios de baixa densidade deve, assim, centrar-se na “*identidade dos territórios*” (CI3) e sempre com a preocupação de preservar os recursos para as gerações futuras (CI1). Como tal, é fundamental “*explorar esses recursos de modo sustentável e integrado, sempre com o foco último no desenvolvimento local e não no desenvolvimento turístico per si*” (CI3).

Em complemento, como referido pelo CI3, “*só com políticas e estratégias voltadas para o desenvolvimento de produtos baseados no seu potencial endógeno em territórios de baixa densidade é possível desenvolver «um território competitivo e atrativo baseado na exploração e estruturação inteligente, sustentável e inclusiva do seu capital e produção endógena» (Cerejeira e Carballo-Cruz)*”.

Desta forma, torna-se fundamental introduzir o conceito de “desenvolvimento endógeno” definido como a *“forma específica de desenvolvimento económico liderado pela comunidade local, que depende principalmente da mobilização dos recursos internos de cada território (naturais, competências, conhecimento e produções locais específicas bem como fatores de atração intrínsecos como as condições climatéricas, o património natural e cultural, a paisagem atrativa e outras amenidades)”* (CI3).

E, no mesmo sentido, surge a pertinência de introduzir, num igual ponto de relevância, o conceito de sustentabilidade, nomeadamente, aplicada ao desenvolvimento do turismo. Segundo a OMT (2005) e referido pela ER1, o Turismo Sustentável *“«(...) é um objetivo e um caminho que deve ter em conta as necessidades dos visitantes, do setor e das comunidades e os seus impactos ambientais, económicos e sociais no presente e no futuro»* e, para tal, é necessária *“«a participação informada de todos os stakeholders relevantes, a monitorização constante dos impactos e (...) manter um elevado nível de satisfação dos turistas»*.

O desafio do desenvolvimento endógeno é, assim, conseguir identificar os principais recursos endógenos de um dado território e interpretar as suas características de exclusividade, autenticidade e possível potencial turístico, tendo em conta as necessidades e oportunidades que podem emergir da comunidade local e do território, sempre tendo em conta o conceito de *“capacidade de carga”*, devendo este, ser *“o primeiro conceito que nós devemos adotar para o desenvolvimento dos territórios de baixa densidade”* (CI2).

Desta forma, o desenvolvimento e planeamento do turismo deve primar pelo *“uso adequado dos recursos ambientais, respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades e assegurar que as atividades económicas sejam viáveis no longo prazo”* (ER1) e por *«(...) práticas ambientais que minimizem a emergência das alterações climáticas e promovam uma crescente consciencialização de todos sobre a necessidade de alterar comportamentos, nomeadamente na eficiência ambiental e na redução da pegada carbónica»* (OMT, 2005, citado pela ER1).

Como tal, toda a envolvência do Turismo precisa de ser planeada e gerida tendo em conta princípios de responsabilidade social, ambiental e económica, de modo a que seja possível acrescentar valor ao território, aos residentes e aos visitantes, de forma atrativa, competitiva e

sustentável. Neste sentido, são necessários vários pontos a incluir ou evitar nas políticas de desenvolvimento, de referir:

(1) apostar num modelo de desenvolvimento projetado numa visão de “*resort*”, sem perspectiva e ligação ao território, aos seus recursos e à comunidade local (CI2);

(2) planear um desenvolvimento turístico ligado “*umbilicalmente com aquilo que são os recursos endógenos*” (CI2);

(3) interpretar e respeitar a “*elasticidade do destino*” (CI2);

(4) compreender que cada território tem um conjunto de características distintas, tendo as mesmas maiores apetências para um dado mercado e tipo de oferta turística (CI2);

(5) desenvolver o turismo num sentido virtuoso e de acordo com a identidade e cultura do território e da sua comunidade (CI2);

(6) apostar na “*diferenciação ao nível do perfil do turista*”, numa vertente de captar nichos de mercado mais conciliadores e que respeitem os “*princípios de sustentabilidade*” e evitando o turismo de massas (CI1);

(7) e compreender quais os recursos com potencial e ter a capacidade de lhes acrescentar valor, quer através da sua produção, da sua distribuição, da sua comercialização e/ou da sua transformação (CI2).

Em conclusão, é de reforçar a importância da aposta no desenvolvimento endógeno, com a ligação ao território, à comunidade local e seguindo princípios de sustentabilidade, sendo que a principal linha estratégica deve passar pela definição de “*limiares de capacidade que evitem a sobre-exploração dos recursos e a deterioração dos locais, e ao mesmo tempo que o turismo se desenvolva com um forte sentido ético e de responsabilidade, promovendo efetivamente o desenvolvimento local, propiciando melhorias nas condições de vida nos territórios e redistribuindo benefícios económicos pela comunidade local*” (CI3).

TABELA 57. PRESSUPOSTOS DE INVESTIGAÇÃO V- OS RECURSOS ENDÓGENOS

Objetivos	Pressupostos de Investigação	Validação
4- Entender o papel dos recursos endógenos em Territórios de Baixa Densidade.	P40- Os recursos endógenos influenciam a atratividade e competitividade do território.	Verifica-se
	P41- Os recursos endógenos representam um conjunto de oportunidades de investimento e empreendedorismo.	Verifica-se
	P42- Os recursos endógenos estimulam e impulsionam o desenvolvimento do turismo.	Verifica-se
	P43- O turismo salvaguarda e valoriza os recursos endógenos.	Verifica-se
	P44- As valências dos recursos endógenos são impulsionadas aquando o reconhecimento do seu valor por parte das comunidades locais.	Verifica-se
	P45- A ausência de laços de cooperação e intercâmbio entre os agentes locais enfraquecem as potencialidades dos recursos endógenos.	Verifica-se
	P46- O turismo ameaça a sobrevivência e autenticidade dos recursos endógenos.	Verifica-se

Fonte: Elaboração própria

Em conclusão, as diferentes abordagens dos entrevistados permitem confirmar que se verificam todos os pressupostos de investigação delineados para compreender o papel dos recursos endógenos em Territórios de Baixa Densidade.

5.2.2.6 Análise do presente e do futuro do turismo na Região Demarcada do Douro

O presente tópico visa fazer um balanço relativo ao aproveitamento das potencialidades turísticas da Região Demarcada do Douro e compreender o seu impacto no desenvolvimento da região, tendo sido apresentadas diferentes visões como serão abordados em seguida. No final, estas permitirão validar ou refutar os pressupostos de investigação presentes na Tabela 37.

- *Balanço do desenvolvimento da Região Demarcada do Douro*

Durante décadas tem-se abordado o potencial do Douro e é unânime que este tem vindo a ser aproveitado e que isso se tem refletido na “*notoriedade*” e “*visibilidade*” do território. E, por sua vez, a dinamização do setor do Turismo tem permitido a fixação de produtores, a criação de mais rendimentos e o investimento em novas empresas. Desta forma, o envolvimento do Turismo tem gerado uma visão positiva dita “*capaz de quebrar o ciclo vicioso de baixa densidade e capaz de o transformar num ciclo virtuoso*” (EPu1).

Como tal, a região tem sido um palco de “*novas ofertas e atividades turísticas*” (CI3), em parte, devido a várias conquistas ao longo dos séculos, tendo sido referido pelos agentes locais diversos pontos positivos, de notar:

(1) Melhoria do nível das acessibilidades (CI3);

(2) A abertura da Via Navegável do Douro entre a foz no Porto até a Barca D’ Alva, possibilitou “*o efeito catalisador do tráfego fluvial no turismo da região com impacto na procura desta por fluxos nacionais e estrangeiros*” (ER1);

(3) A dinamização da procura impulsionou a diversificação da oferta turística, com especial foco para os “*proprietários das quintas que abraçaram projetos turísticos deixando de se dedicar exclusivamente à produção de Vinho do Porto*” (ER1);

(4) A criação da Rota do Vinho do Porto, a “*primeira rota de vinhos do país, nascida de uma parceria pioneira entre entidades e instituições públicas e iniciativa privada*”, permitiu “*alargar horizontes e diversificar a produção de vinhos de mesa, espumantes e vinho*

moscatel” e, em consequente, dinamizar as experiências de enoturismo oferecidas pelas diferentes quintas e adegas da Região (ER1);

(5) A “aprovação de vários planos e projetos estruturantes no âmbito dos novos quadros comunitários de apoio da UE, possibilitou várias reformas no setor vitivinícola e no tecido económico da região”, como foram exemplo “a modernização de adegas, construção de infraestruturas náuticas como cais e eclusas, planos de ordenamento do território; a construção da Escola de Hotelaria e Turismo do Douro, o incremento de vias de comunicação terrestres, entre outros progressos, designadamente imateriais, como eventos e animação turística” (ER1);

(6) A elevada concentração e estima pela “história” e “monumentalidade da região”, como o património edificado (“igrejas, conventos, capelas, pontes medievais, santuários marianos, museus”) e o “legado cultural” (assente “em festas e romarias singulares, em tradições e costumes ancestrais, em produções artesanais peculiares e numa gastronomia fundeada no legado ancestral dos seus antepassados”) tem permitido valorizar “os produtos endógenos do território” e atrair cada vez mais visitantes (ER1);

(7) A conjugação dos diferentes recursos e potencialidades locais possibilitaram o “aparecimento de múltiplos operadores de cruzeiros turísticos e de empresas de animação turística”, o “desenvolvimento e promoção de programas turísticos nos circuitos internacionais de grandes operadores e agências de viagem internacionais” e, como resultado, registou-se um aumento da produção de vinhos, assim como um maior investimento sobre os mesmos, apostando na sua qualidade, no marketing e na inovação (ER1);

(8) E aposta “no turismo em espaço rural, na hotelaria de qualidade e no turismo de natureza e turismo ativo”, aliado à “intensificação dos fluxos turísticos” impulsionados pela “chegada das companhias low cost ao mercado da aviação”, pela “revolução digital operada na indústria do turismo” e pelo “regresso às origens «de filhos da terra» ou novos empreendedores em busca de qualidade de vida no meio rural” permitiram uma maior dinamização do território e o quebrar de diversas fraquezas inerentes a estes territórios de baixa densidade (ER1).

Os diferentes aspetos referidos anteriormente, juntamente com outros inerentes ao território e à Região, têm possibilitado várias conquistas e momentos de reconhecimento do valor da Região, tendo sido alcançada a classificação de Património Mundial da Humanidade pela UNESCO em 2001, um dos principais marcos da história da Região Demarcada do Douro.

No entanto, é, igualmente, reforçada a importância e necessidade de melhoria contínua da oferta turística e das diferentes envolventes do setor, de modo a responder a uma procura cada vez mais exigente e a acompanhar as novas dinâmicas do mercado. Como tal, durante as entrevistas foram identificados alguns pontos para refletir e melhorar. De referir:

(1) Apesar da notoriedade e visibilidade da vertente navegável do rio Douro e das oportunidades possíveis, os *“modelos que têm sido apresentados e os modelos que se têm desenvolvido”* não tem refletido de forma significativa as potencialidades do rio (EPr2);

(2) O Turismo na região do Douro *“não se traduziu no aumento do PIB regional, não se traduziu na fixação de muito emprego, algum sim, mas não tanto quanto seria desejável”*, nem na *“fixação dos jovens e das pessoas e de uma interligação útil também com as comunidades locais”* (EPr2);

(3) O alojamento existente na região ainda não consegue dar resposta em épocas de maior procura e/ou concentração, como em eventos e conferências, dado se tratarem de alojamentos de pequena dimensão (EPr1);

(4) Apesar da crescente dinamização e inovação da oferta turística do Douro, a região ainda regista uma Estada Média abaixo da pretendida e isso influencia no impacto do desenvolvimento local e regional (EPr1);

(5) Têm-se registado algumas debilidades a nível dos apoios ao investimento e/ou à participação em projetos, não se referindo necessariamente aos apoios económico-financeiros, mas, especialmente, ao nível do aconselhamento e monitorização das políticas e regulamentos planeados e definidos para o território (EPr1);

(7) A dimensão e complexidade da Região Demarcada do Douro tem levado a diferentes interpretações que, por sua vez, dificultam a coesão de ideias a aplicar ao território (CI4);

(8) E apesar de existirem “*vários organismos que tem um pouquinho de responsabilidade política e organizacional do Douro*”, é identificada uma clara debilidade nesse prisma de identificação do que cada entidade abrange e qual o seu papel perante o território (CI4);

Neste sentido, apesar da elevada presença do turismo na Região, é referido que “*muitos dos benefícios ficam fora da Região Demarcada*”, em parte, devido ao facto de ser “*um território periférico e a tal questão da baixa densidade (...) a todos os níveis, mas, principalmente, e a mais importante, a baixa densidade demográfica*” (CI1).

Neste sentido, torna-se importante compreender se o Turismo na Região Demarcada do Douro, perante a visão das entidades entrevistadas se tem refletido na região e é nesse âmbito que é reforçado a necessidade de continuar a melhorar, a aprender com erros passados e dar resposta às necessidades futuras.

O CI2 refere, assim, que o desenvolvimento se tem refletido no território mas que ainda existe uma grande margem de crescimento que pode passar, em exemplo, pela criação de “*novas dinâmicas com empresas de animação turística*” e diversificar e inovar as “*ofertas de restauração e atividades de recreação e lazer*”, de modo a ser possível oferecer um serviço de mais qualidade, capaz de “*«entreter» o turista, e, com isso, fazê-lo gastar mais dinheiro no território*” e, conseqüentemente, impulsionar a competitividade e atratividade da base económica.

Como tal, apesar do claro “*cenário positivo no estrito prisma do turismo*”, ainda não se tem “*percecionado um significativo contributo do turismo para o desenvolvimento das comunidades locais e da melhoria das condições de vida, capaz de suster ou amenizar a sangria demográfica*”, em parte, devido à “*lógica extrativa secular do Douro - e na verdade muitos dos territórios de baixa densidade – que tende a perdurar nos próximos anos*” (CI3).

Contudo, e apesar de existirem fragilidades, as potencialidades associadas a setores como “*a agricultura, a pecuária e suas raças autóctones, a biodiversidade da fauna e da flora, as paisagens, os miradouros, o património classificado pelo UNESCO (Vale do Côa; Douro Internacional) e todo um saber fazer de séculos*” impulsionaram “*a atratividade do destino em termos económicos, culturais e recreativos, impulsionando os eventos, a animação turística, entre outras iniciativas manifestamente sustentáveis construindo uma região*

voltada para o turismo responsável, muito valorizado atualmente pelos opinionmakers, influencers e conseqüentemente por turistas de todas as latitudes” (ER1).

Não obstante aos desequilíbrios identificados no território em estudo, sobretudo “*entre as localidades ribeirinhas mais acessíveis por terra e rio e as aldeias e vilas localizadas a maior altitude, e desde logo, mais periféricas em relação, sobretudo ao eixo de cidades Lamego-Régua-Vila Real*”, no seu contexto geral, a “*região e os seus habitantes souberam moldar-se aos novos tempos, ultrapassando a desertificação causada pelo êxodo migratório, ao atrair pouco a pouco uma nova geração mais qualificada de empreendedores, a influenciar os destinos do território e a tirar o maior benefício disso*” (ER1).

E nessa caminhada de valorização e salvaguarda desta região, o “*turismo foi uma das atividades decisivas, sobretudo pela sua transversalidade e interatividade com outros setores da região, ao atrair investimento e turistas para a Região Demarcada regulamentada de vinhos mais antiga do mundo*” (ER1), sendo reforçada a importância de continuar a preservar e a aproveitar as vastas potencialidades do território de modo a assegurar a atratividade e competitividade local (CI1).

- *Perspetivas sobre o futuro da Região Demarcada do Douro*

Se encararmos o Turismo no seu contexto geral, é possível concluir que este setor e o seu futuro estão “*marcados e dependentes do desenvolvimento económico, social, político, ambiental e tecnológico atuais, novos e emergentes*” e que, por sua vez, “*criam novos, e muitas vezes sem precedentes, riscos, oportunidades e desafios*” (ER1).

Se perspetivarmos o futuro do Turismo segundo as tendências emergentes deste setor, regista-se uma crescente procura por um “*Destino sustentável*”, pelo “*turismo de experiências, turismo inteligente ou ecoturismo*”, em parte, devido “*às alterações climáticas, à pegada ecológica e ao debate sobre a “capacidade de carga” das cidades com maior procura*”, e, “*a pandemia veio evidenciar que não há, de facto, outro caminho*” (ER1).

Na abordagem do fórum *European Capital of Innovation e o European Capital of Smart Tourism* (Comissão Europeia) existem “*quatro grandes tendências que podem definir ou influenciar as políticas e moldar a evolução do turismo para um Horizonte 2030-2040: as alterações nos destinos do turismo (herança cultural e criatividade); o crescimento sustentável do turismo; as tecnologias estruturantes (digitalização) e a mobilidade dos viajantes (acessibilidades)*”, como referido pela ER1.

No que diz respeito às perspetivas futuras do Turismo na Região Demarcada do Douro, a tendência é que se continue a registar uma procura e oferta crescente de alojamento TER, em conjunto com a aposta na “*melhoria das acessibilidades em paralelo com o reforço dos cruzeiros e das rotas turísticas do aeroporto do Porto*”, mas, mesmo assim, com pouca influência no número de Dormidas e na Estada Média, dada a elevada afluência de excursionistas na Região (CI3).

Nesse mesmo sentido, tem emergido “*uma nova geração de produtores de vinho que percebe as mais-valias do enoturismo*”, o que vai de encontro ao aumento do alojamento TER, especialmente, no contexto “*dos casarios tradicionais das aldeias vinhateiras*” e das Quintas que têm vindo a ser renovadas, privilegiando a sua localização “*no meio das vinhas, «longe de todos», defronte à paisagem para a tal «contemplanção do quadro vinhateiro» e que tem potenciado a “redistribuição dos benefícios”, o “desenvolvimento local” e a “retenção das populações*” (CI3).

Assim, numa abordagem unânime, a Região Demarcada do Douro ainda poderá ir mais longe, dado que se trata de um território que abrange “*um conjunto de oportunidades, de potencialidades, algumas delas de reconhecimento internacional, como é desde logo a Classificação da UNESCO como Património Imaterial da Humanidade, que é um selo de garantia para qualquer operador turístico, A marca do Vinho do Porto é outro selo de garantia...*” (CI2).

Neste sentido, será expectável que o turismo nesta Região continue a crescer, registando-se um potencial evolutivo e uma certa capacidade de carga ainda a ser sustentada pelo território, mas sempre com a atenção de manter a “*questão da identidade e da singularidade*” (CI1) e uma oferta reservada a nichos de mercado, nomeadamente, a um mercado de “*turismo de*

interesse especial” (EPr2), nunca para o turismo de massas (CI4), de modo a preservar as características e valores mais rurais e autênticos.

E, é neste âmbito de novos nichos de mercado de interesse específico, aliado a um conjunto de oportunidades ainda com elevado potencial de exploração e aproveitamento, que se perspetivam novos projetos e produtos, nomeadamente: investimento em experiências de “Astroturismo”; aposta na diferenciação das “*experiências de enoturismo*”; uma maior aposta e promoção da “*Nacional 2*” - “*um projeto que cruza o vale do Douro e também é um projeto muito importante para alavancar a paisagem, os recursos, a revitalização, ou eventual revitalização ferroviária até Barca de Alva e até Espanha*”; um maior investimento no “*desenvolvimento em rede dos museus da bacia do Douro*” e contínuo aproveitamento da oferta enogastronómica aliada ao território e aos seus produtos endógenos. Só assim se perspetiva conseguir impulsionar e dinamizar a economia nacional e regional e, por sua vez, o desenvolvimento local e regional (EPr2).

TABELA 58. PRESSUPOSTOS DE INVESTIGAÇÃO VI- BALANÇO RDD

Objetivos	Hipóteses de Investigação	Validação
6- Entender o balanço do Turismo na RDD.	P47- Tem-se refletido no desenvolvimento da região.	Verifica-se
	P48- Tem permitido preservar saberes, tradições e culturas da Região Demarcada do Douro.	Verifica-se
	P49- Tem aproveitado as potencialidades locais.	Verifica-se
	P50- Integra e beneficia as comunidades locais.	Verifica-se
	P51- Reflete um planeamento e gestão coesos e sustentáveis.	Verifica-se
	P52- Tem estimulado a inovação, competitividade e atratividade da região.	Verifica-se
	P53- Tem permitido revitalizar e dinamizar a economia da região.	Verifica-se
	P54- Ainda possui margem de crescimento e desenvolvimento.	Verifica-se

Fonte: Elaboração Própria

Em conclusão, como ilustrado na Tabela 52, verificam-se todos os pressupostos de investigação desta dimensão de análise, sendo estes pontos confirmados pelos entrevistados, apesar de ambos reforçarem que é possível ainda melhorar e continuar a impulsionar o impacto positivo do Turismo.

5.3 Análise Quantitativa dos Questionários

No presente tópico introduz-se a análise descritiva dos questionários, a análise exploratória e, por fim, as principais conclusões da análise, refletidas na verificação das hipóteses de investigação.

5.3.1 Análise Descritiva dos Resultados

A análise descritiva assume-se como um processo que permite “resumir os dados para facilitar a assimilação da informação” (Hesse & Oforu, 2017, p. 24). De entre as várias análises possíveis, ambas ambicionam, no seu conjunto, uma melhor compreensão da relação entre diferentes variáveis.

5.3.1.1 Caracterização dos Inquiridos (Entidades Locais)

A presente abordagem debruça-se sobre um conjunto de 126 respostas válidas e visa, como objetivo principal, a caracterização das entidades inquiridas através da análise segundo o Concelho, Cariz da Entidade, Nível de Atuação, Área de Atuação, Nº de Colaboradores e Ano de Surgimento da Entidade.

TABELA 59. CONCELHO DOS INQUIRIDOS

Concelho	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Alfândega da Fé	4	3,2%
Alijó	9	7,1%
Armamar	1	0,8%
Carrazeda de Ansiães	7	5,6%
Figueira de Castelo Rodrigo	6	4,8%
Freixo de Espada à Cinta	1	0,8%
Lamego	17	13,5%
Mêda	2	1,6%
Mesão Frio	5	4,0%
Mirandela	5	4,0%
Murça	2	1,6%
Peso da Régua	12	9,5%
Resende	10	7,9%
Sabrosa	5	4,0%
Santa Marta de Penaguião	6	4,8%
São João da Pesqueira	5	4,0%
Tabuaço	2	1,6%
Torre de Moncorvo	8	6,3%
Vila Flor	2	1,6%
Vila Nova de Foz Côa	6	4,8%
Vila Real	11	8,7%
Total	126	100%

Fonte: Elaboração Própria

A presente análise dos Concelhos da Região Demarcada do Douro apresenta na Tabela 53 será realizada tendo como ponto agregador as NUTS II e III. De referir que 90,5% dos municípios pertencem à Região Norte e os restantes 9,5% à Região Centro.

A Região Norte foi responsável por 93,6% das respostas, onde se enquadram as NUTS III: NUTS III Tâmega e Sousa (7,9%); NUTS III Terras de Trás-os-Montes (8,8%) e NUTS III Douro (76,9%). Na Região Centro, a NUTS III Beiras e Serra da Estrela asseguraram 6,4% das respostas.

TABELA 60. CARIZ DA ENTIDADE

Cariz	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Público	33	26,2%
Privado	92	73,0%
Outro	1	0,8%
Total	126	100%

Fonte: Elaboração Própria

A Tabela 54 referente ao Cariz da Entidade permite verificar que no total de 126 entidades inquiridas, a grande maioria são de cariz **Privado (73,0%)**, sendo as restantes de cariz Público (26,2%) e Outro (0,8%).

TABELA 61. NÍVEL DE ATUAÇÃO

Nível de Atuação	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Local	58	46,0%
Supramunicipal	1	0,8%
Regional	10	7,9%
Nacional	13	10,3%
Internacional	44	34,9%
Total	126	100%

Fonte: Elaboração Própria

No que diz respeito ao Nível de Atuação, a Tabela 55 demonstra que uma parte significativa dos inquiridos são de nível Local (46,0%) e Internacional (34,9%). As restantes entidades repartem-se entre o nível Nacional (10,3%), Regional (7,9%) e, com uma menor presença, o nível Supramunicipal (0,8%).

TABELA 62. ÁREA DE ATUAÇÃO

Área de Atuação	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Alojamento	84	66,7%
Serviços Recreativos e de Lazer (Ex: Empresas de Animação Turística e Operadores Turísticos)	7	9,5%
Serviços Culturais	17	13,5%
Entidades Públicas	13	10,3%
Associação Desportiva, Recreativa e/ou Cultural	0	0,0%
Outra	0	0,0%
Total	126	100%

Fonte: Elaboração Própria

Em análise à Área de Atuação das entidades locais inquiridas (Tabela 56), a que assumiu maior destaque com a maioria das respostas foi o **Alojamento (66,7%)**, seguido de Serviços Culturais (13,5%), Entidades Públicas (10,3%) e Serviços Recreativos e de Lazer (9,5%). Nenhum dos inquiridos integra a dimensão de Associação Desportiva, Recreativa e/ou Cultural e Outra.

TABELA 63. Nº DE COLABORADORES

Nº Colaboradores	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
(1-4)	97	77%
(5-9)	7	5,6%

(10-19)	0	0%
(20-49)	4	3,2%
(50-249)	13	10,3%
(+250)	5	4,0%
Total	126	100%

Fonte: Elaboração Própria

Relativamente à dimensão da entidade que o inquirido integra (Tabela 58), as respostas concentraram-se de forma significativa em entidades que possuem **1 a 4 colaboradores (77%)**, sendo esta uma clara característica da região em estudo. Em complemento, verifica-se que 94% dos inquiridos pertencem a uma entidade com menos de 250 colaboradores.

TABELA 64. ANO DE SURGIMENTO

Ano de Surgimento	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Antes de 1980	16	12,7%
1980-2000	9	7,1%
2001-2005	6	4,8%
2006-2010	7	5,6%
2011-2015	19	15,1%
2016-2020	66	52,4%
Depois de 2020	3	2,4%
Total	126	100%

Fonte: Elaboração Própria

Para finalizar a caracterização das entidades, é apresentada a Tabela 51 que agrega intervalos temporais e cuja maior significância recai, com mais de metade das respostas, para empresas surgidas entre **2016 e 2020 (52,4%)**, demonstrando um claro crescimento empresarial/organizacional nesse período após um período entre 1980 e 2010 que registou pouco destaque. De referir, igualmente, que 12,7% das entidades envolvidas no estudo surgiram antes de 1980, que, apesar de não ser um valor muito expressivo, este demonstra uma certa prevalência na história e uma dada característica da Região e da sua antiguidade.

5.3.1.2 Territórios de Baixa Densidade e o Desenvolvimento do Território

· *Vulnerabilidades e Ameaças dos Territórios de Baixa Densidade*

A Tabela 59 apresenta um conjunto de fraquezas associadas aos Territórios de Baixa Densidade e cuja principal conclusão é que **todos os pontos referidos agregaram uma percentagem de concordância superior a 70%**.

TABELA 65. FRAQUEZAS DOS TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE

Fraquezas dos Territórios de Baixa Densidade	N	Moda	Frequência Relativa				
			1- Não Concordo	2- Concordo Pouco	3- Concordo	4- Concordo Bastante	5- Concordo Totalmente
Evolução demográfica;	126	5	7,1	11,9	23,8	16,7	40,5
Atratividade e competitividade territorial;	126	4	9,5	13,5	27,8	30,2	19,0
Massa crítica empresarial, social e institucional;	126	4	7,1	14,3	22,2	34,1	22,2
Acessibilidades e Infraestruturas;	126	3	8,7	17,5	31,0	21,4	21,4
Oportunidades de emprego;	126	5	7,9	15,9	18,3	23,8	34,1
Qualificação da mão-de-obra;	126	4	6,3	16,7	27,8	29,4	19,8

Isolamento e dependência de centros urbanos;	126	5	7,9	12,7	27,0	24,6	27,8
Investimento e Empreendedorismo;	126	4	2,4	16,7	27,0	30,2	23,8
Políticas de gestão e planeamento territorial;	126	5	7,1	17,5	18,3	23,0	34,1
Fixação dos jovens e da população em geral;	126	5	10,3	18,3	7,9	16,7	46,8
Desertificação do território.	126	5	7,1	5,6	10,3	22,2	54,8

Fonte: Elaboração Própria

Analisando mais detalhadamente cada fraqueza, as que registaram a maior incidência sobre o nível máximo de concordância foram a “Desertificação do território” (54,8%), a “Fixação dos jovens e da população em geral” (46,8%), a “Evolução demográfica” (40,5%), as “Políticas de gestão e planeamento territorial” (34,1%), as “Oportunidades de emprego” (34,1%) e o “Isolamento e dependência de centros urbanos” (27,8%).

Outros aspetos que receberam bastante concordância, apesar de não tão significativa como os pontos acima referidos, foram a “Massa crítica empresarial, social e institucional” (34,1%), a “Atratividade e competitividade territorial” (30,2%), “Investimento e Empreendedorismo” (30,2%) e a “Qualificação da mão-de-obra” (29,4%).

A fraqueza que assumiu uma distribuição mais equilibrada entre os diferentes níveis de concordância/discordância foi “Acessibilidades e Infraestruturas” (31,0%). De frisar que nenhuma debilidade se destacou por pouca ou nenhuma concordância.

Os aspetos que registaram pouca ou nenhuma concordância, de forma mais marcante, apesar de sempre pouco significativa, foram a “Fixação dos jovens e da população em geral” (28,6%), “Acessibilidades e Infraestruturas” (26,2%) e as “Políticas de gestão e planeamento territorial” (24,6%).

· *Vulnerabilidades e Ameaças do Município que integra*

A Tabela 60 apresenta, à semelhança da anterior, o mesmo conjunto de fraquezas associadas aos Territórios de Baixa Densidade, sendo, nesta questão, aplicado ao contexto do município que cada entidade inquirida integra.

Todas as fraquezas, no total das 125 respostas obtidas, registaram uma **concordância superior a 70%**, à exceção das “Acessibilidades e Infraestruturas”, mas com um valor próximo (68,8%). Desta forma, é possível verificar que **as características que os inquiridos associam aos Territórios de Baixa Densidade, associam, igualmente, aos municípios que integram.**

TABELA 66. FRAQUEZAS DO MUNICÍPIO DE BAIXA DENSIDADE QUE INTEGRA

Fraquezas do Município de Baixa Densidade que integra	N	Moda	Frequência Relativa				
			1- Não Concordo	2- Concordo Pouco	3- Concordo	4- Concordo Bastante	5- Concordo Totalmente
Evolução demográfica;	125	5	8,8	12,8	23,2	18,4	36,8
Atratividade e competitividade territorial;	125	3	11,2	16,8	25,6	25,6	20,8
Massa crítica empresarial, social e institucional;	125	4	7,2	15,2	24,0	30,4	23,2
Acessibilidades e Infraestruturas;	125	3	11,2	20,0	31,2	17,6	20,0
Oportunidades de emprego;	125	5	9,6	12,8	24,8	25,6	27,2
Qualificação da mão-de-obra;	125	3	8,0	16,0	28,8	27,2	20,0
Isolamento e dependência de centros urbanos;	125	4	8,0	17,6	23,2	29,6	21,6

Investimento e Empreendedorismo;	125	4	4,0	15,2	25,6	29,6	25,6
Políticas de gestão e planeamento territorial;	125	5	8,0	16,8	21,6	21,6	32,0
Fixação dos jovens e da população em geral;	125	5	9,6	16,8	12,0	20,8	40,8
Desertificação do território.	125	5	6,4	13,6	13,6	22,4	44,0

Fonte: Elaboração Própria

Numa análise mais precisa sobre os diferentes níveis de concordância, é possível verificar um conjunto de fraquezas que se registaram uma maior concentração de respostas no nível máximo de concordância, de referir, a “Desertificação do território” (44,0%), a “Fixação dos jovens e da população em geral” (40,8%), a “Evolução demográfica” (36,8%), as “Políticas de gestão e planeamento territorial” (32,0%) e as “Oportunidades de emprego” (27,2%). À semelhança da tabela anterior, á exceção de uma fraqueza, as restantes mantiveram a mesma força de concordância, quer no contexto dos Territórios de Baixa Densidade em geral, quer no contexto de cada município pertencente à Região Demarcada do Douro.

Num patamar de bastante concordância, é de mencionar a “Massa crítica empresarial, social e institucional” (30,4%), o “Isolamento e dependência de centros urbanos” (29,6%) e o “Investimento e Empreendedorismo” (29,6%).

As fraquezas cuja distribuição de concordância foi mais distribuída foram as “Acessibilidades e Infraestruturas” (31,2%), a “Qualificação da mão-de-obra” (28,8%) e a “Atratividade e competitividade territorial” (25,6%). As que, por sua vez, registaram algum destaque, apesar de pouco considerável, no nível de pouca ou nenhuma concordância, foram as “Acessibilidades e Infraestruturas” (31,2%), a “Atratividade e competitividade territorial” (28,0%) e a “Fixação dos jovens e da população em geral” (26,4%).

· *Potencialidades e Oportunidades dos Territórios de Baixa Densidade*

Numa abordagem às potencialidades e oportunidades associadas aos Territórios de Baixa Densidade, debruçada num total de 125 repostas válidas, e como demonstrado na Tabela 61, é possível concluir que **todas receberam uma percentagem de concordância superior a 85%**. É, assim, possível, concluir que as fraquezas são efetivamente reconhecidas pelos inquiridos, mas as potencialidades e oportunidades destes territórios geram um nível de concordância mais significativo.

TABELA 67. FORÇAS DOS TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE

Forças dos Territórios de Baixa Densidade	N	Moda	Frequência Relativa				
			1- Não Concordo	2- Concordo Pouco	3- Concordo	4- Concordo Bastante	5- Concordo Totalmente
Predominância do setor agrícola;	125	5	2,4	4,0	18,4	36,0	39,2
Tradições do meio rural;	125	4	2,4	3,2	19,2	43,2	32,0
Património e Cultura;	125	4	2,4	2,4	12,0	48,0	35,2
Oposição ao meio urbano;	125	4	5,6	7,2	28,0	38,4	20,8
Investimento e Empreendedorismo;	125	3	8,0	17,6	38,4	24,0	12,0
Desenvolvimento do Turismo;	125	4	0,0	8,8	24,0	40,8	26,4
Qualidade de vida;	125	5	2,4	4,0	13,6	26,4	53,6
Isolamento dos centros urbanos;	125	3	7,2	7,2	34,4	34,4	16,8
Biodiversidade e Ambiente;	125	5	0,8	4,8	16,8	29,6	48,0
Recursos endógenos;	125	5	1,6	4,8	20,8	30,4	42,4
Conhecimento e competências das comunidades locais.	125	3	2,4	8,8	34,4	31,2	23,2

Fonte: Elaboração Própria

Iniciando a análise pelas potencialidades que geraram maior destaque pelo elevado nível de concordância, estas foram a “Qualidade de vida” (53,6%), a “Biodiversidade e Ambiente” (48,0%), os “Recursos endógenos” (42,4%) e a “Predominância do setor agrícola” (39,2%). Numa perspetiva de bastante concordância, surgem, igualmente, vários aspetos, de referir, o “Património e a Cultura” (48,0%), “Tradições do meio rural” (43,2%), o “Desenvolvimento do Turismo” (40,8%) e a “Oposição ao meio urbano” (38,4%).

No nível “Concordo”, destacaram-se o “Investimento e Empreendedorismo” (38,4%), o “Isolamento dos centros urbanos” (34,4%) e o “Conhecimento e competências das comunidades locais” (34,4%). Entre o grau de pouca ou nenhuma concordância, a potencialidade que ganhou alguma expressividade foi o “Investimento e Empreendedorismo” (25,6%), tendo as restantes registado um peso inferior a 15% das respostas.

· *Potencialidades e Oportunidades do Município que integra*

A presente Tabela 62 apresenta o mesmo conjunto de forças da tabela anterior, mas esta dirigiu-se a uma análise centrada no contexto dos Municípios pertencentes à Região Demarcada do Douro e integrados pelos inquiridos.

Numa visão mais global, é possível afirmar que **todas as Potencialidades e Oportunidades registaram uma escala de concordância superior a 77%**, verificando-se, de forma significativa, o reconhecimento das capacidades destes territórios.

TABELA 68. FORÇAS DO MUNICÍPIO DE BAIXA DENSIDADE QUE INTEGRA

Forças do Município de Baixa Densidade que integra	N	Moda	Frequência Relativa				
			1- Não Concordo	2- Concordo Pouco	3- Concordo	4- Concordo Bastante	5- Concordo Totalmente
Predominância do setor agrícola;	125	4	2,4	3,2	16,0	40,0	38,4
Tradições do meio rural;	125	4	0,0	7,2	20,0	40,0	32,8
Património e Cultura;	125	4	0,8	4,0	17,6	42,4	35,2

Oposição ao meio urbano;	125	3	4,0	8,0	35,2	32,8	20,0
Investimento e Empreendedorismo;	125	3	7,2	15,2	40,8	26,4	10,4
Desenvolvimento do Turismo;	125	4	3,2	9,6	21,6	42,4	23,2
Qualidade de vida;	125	5	2,4	4,8	19,2	28,8	44,8
Isolamento dos centros urbanos;	125	3	5,6	9,6	36,0	32,8	16,0
Biodiversidade e Ambiente;	125	5	1,6	4,0	21,6	32,0	40,8
Recursos endógenos;	125	5	0,0	5,6	20,8	34,4	39,2
Conhecimento e competências das comunidades locais.	125	4	5,6	5,6	32,8	38,4	17,6

Fonte: Elaboração Própria

As Potencialidades/Potencialidades que registaram maior ênfase na concordância total foram a “Qualidade de vida” (44,8%), a “Biodiversidade e Ambiente” (40,8%) e os “Recursos endógenos” (39,2%). Numa perspectiva de bastante concordância, é de mencionar o “Patrimônio e a Cultura” (42,4%), o “Desenvolvimento do Turismo” (42,4%), as “Tradições do meio rural” (40,0%), a “Predominância do setor agrícola” (40,0%) e o “Conhecimento e competências das comunidades locais” (38,4%).

As Oportunidades/Potencialidade que verificam uma distribuição mais equilibrada foram o “Investimento e Empreendedorismo” (40,8%), o “Isolamento dos centros urbanos” (36,0%) e a “Oposição ao meio urbano” (35,2%). Numa visão de pouco ou nenhuma perspectiva, a percentagem de repostas foi pouco significativa, tendo apenas o fator do “Investimento e Empreendedorismo” gerado alguma divisão mais relevante (22,4%).

5.3.1.3 O Turismo em Territórios de Baixa Densidade

Em análise ao Turismo neste contexto territorial, é de referir uma **expressiva incidência sobre a concordância total, sendo esta superior a 90% em todos os fatores** referidos na

Tabela 63, à exceção de um ponto que marca uma oposição significativa. É, assim, de salientar que 40,2% discordam totalmente que o Turismo “Acentua as debilidades dos territórios de baixa densidade” e 18,8% concordam pouco, dando uma totalidade de 59% dos inquiridos que recaíram sobre os respetivos dois níveis da escala apresentados.

TABELA 69. O TURISMO EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE

O Turismo em Territórios de Baixa Densidade	N	Moda	Frequência Relativa				
			1- Não Concordo	2- Concordo Pouco	3- Concordo	4- Concordo Bastante	5- Concordo Totalmente
Acentua as debilidades dos territórios de baixa densidade.	117	1	40,2	18,8	13,7	14,5	12,8
Aproveita e valoriza as valências dos territórios de baixa densidade.	117	5	2,6	5,1	13,7	38,5	40,2
Permite a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.	117	5	1,7	3,4	17,9	37,6	39,3
Impulsiona a atratividade e competitividade do território.	117	5	1,7	3,4	9,4	41,0	44,4
Fomenta o desenvolvimento local e regional.	117	5	0,9	5,1	7,7	39,3	47,0
É o resultado da disponibilidade e adaptação dos recursos endógenos.	117	4	0,9	6,8	17,9	42,7	31,6
Salvaguarda a cultura e o património local e regional.	117	4	1,7	3,4	15,4	40,2	39,3
Assume-se como uma estratégia de dinamização e mudança territorial.	117	5	2,6	6,8	8,5	38,5	43,6

Tem como um dos seus princípios de desenvolvimento a participação ativa das comunidades locais e dos diferentes agentes locais.	117	4	0,9	7,7	23,1	39,3	29,1
Estimula sentimentos de identidade, pertença e orgulho pelo seu território e respetivos recursos endógenos.	117	5	0,9	3,4	13,7	36,8	45,3

Fonte: Elaboração Própria

Perante as abordagens sobre o Turismo em Territórios de Baixa Densidade, uma percentagem considerável concordou totalmente que o mesmo “Fomenta o desenvolvimento local e regional” (47,0%), “Estimula sentimentos de identidade, pertença e orgulho pelo seu território e respetivos recursos endógenos” (45,3%), “Impulsiona a atratividade e competitividade do território” (44,4%), “Aproveita e valoriza as valências dos territórios de baixa densidade” (40,2%) e “Permite a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais” (39,3%).

Num nível de bastante concordância, é de mencionar que uma parte expressiva dos inquiridos defendem que o Turismo neste contexto territorial “É o resultado da disponibilidade e adaptação dos recursos endógenos” (42,7%), “Salvaguarda a cultura e o património local e regional” (40,2%) e “Tem como um dos seus princípios de desenvolvimento a participação ativa das comunidades locais e dos diferentes agentes locais” (39,3%).

5.3.1.4 A Importância da Gestão e do Planeamento em Turismo em Territórios de Baixa Densidade

No que diz respeito à importância da Gestão e do Planeamento em Turismo no contexto territorial em estudo, é de referir que, das 114 respostas válidas recolhidas, **mais de 95% dos inquiridos considera importantes os aspetos referidos** na Tabela 57.

TABELA 70. A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO E PLANEAMENTO EM TURISMO

A Importância Da Gestão e Planeamento Em Turismo	N	Moda	Frequência Relativa				
			1- Nada Importante	2- Pouco Importante	3- Importante	4- Bastante Importante	5- Muito Importante
Envolvimento da comunidade local na discussão e definição das linhas estratégicas do turismo na região.	114	5	0,9	2,6	13,2	32,5	50,9
Desenvolvimento do turismo direcionado para turistas de interesse específico, em oposição ao turismo de massas.	114	5	0,0	1,8	13,2	33,3	51,8
Diversificação da oferta turística.	114	5	0,9	3,5	7,0	39,5	49,1
Respeito e proteção dos recursos endógenos.	114	5	0,0	0,9	4,4	23,7	71,1
Compreensão da fase de desenvolvimento que se encontra o município e a região.	114	5	1,8	1,8	9,6	42,1	44,7
Desenvolvimento de parcerias, redes e cooperações entre diferentes agentes locais.	114	5	0,0	2,6	3,5	30,7	63,2
Aposta numa oferta turística baseada em pilares da sustentabilidade.	114	5	0,0	0,9	5,3	28,9	64,9

Autenticidade da cultura e do património local e regional.	114	5	0,0	0,9	5,3	24,6	69,3
--	-----	---	-----	-----	-----	------	------

Fonte: Elaboração Própria

De reforçar que **todas as dimensões em análise se destacaram como sendo muito importantes**, tendo obtido as seguintes percentagens das respostas por ordem de priorização decrescente de importância:

- 1º “Respeito e proteção dos recursos endógenos” (71,1%);
- 2º “Autenticidade da cultura e do património local e regional” (69,3%);
- 3º “Aposta numa oferta turística baseada em pilares da sustentabilidade” (64,9%);
- 4º “Desenvolvimento de parcerias, redes e cooperações entre diferentes agentes locais” (63,2%);
- 5º “Desenvolvimento do turismo direcionado para turistas de interesse específico, em oposição ao turismo de massas” (51,8%);
- 6º “Envolvimento da comunidade local na discussão e definição das linhas estratégicas do turismo na região” (50,9%); “Diversificação da oferta turística”
- 7º “Diversificação da oferta turística” (49,1%);
- 8º E “Compreensão da fase de desenvolvimento que se encontra o município e a região.” (44,7%).

5.3.1.5 O papel dos Recursos Endógenos no Desenvolvimento Turístico em contexto de Territórios de Baixa Densidade

No que diz respeito às diferentes vertentes que os Recursos Endógenos assumem num território, esta gera impacto quer no desenvolvimento nas suas diversas dimensões, nomeadamente, no setor do Turismo.

A presente Tabela 65 permite concluir que, das 112 respostas válidas, todas demonstraram uma significativa concordância, sendo esta superior a 90% em todos os aspetos, á exceção do ponto que aborda que “O turismo ameaça a sobrevivência e autenticidade dos recursos endógenos.”, que registou uma percentagem de aproximadamente 51% de concordância.

TABELA 71. O PAPEL DOS RECURSOS ENDÓGENOS NO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

O papel dos Recursos Endógenos no Desenvolvimento Turístico	N	Moda	Frequência Relativa				
			1- Não Concordo	2- Concordo Pouco	3- Concordo	4- Concordo Bastante	5- Concordo Totalmente
Os recursos endógenos influenciam a atratividade e competitividade do território.	112	5	0,0	0,9	9,8	33,0	56,3
Os recursos endógenos representam um conjunto de oportunidades de investimento e empreendedorismo.	112	5	0,0	0,9	8,0	39,3	51,8
Os recursos endógenos estimulam e impulsionam o desenvolvimento do turismo.	112	5	0,0	1,8	7,1	43,8	47,3
O turismo salvaguarda e valoriza os recursos endógenos.	112	4	2,7	4,5	17,0	48,2	27,7

As valências dos recursos endógenos são impulsionadas quando o reconhecimento do seu valor por parte das comunidades locais.	112	4	0,0	1,8	12,5	43,8	42,0
A ausência de laços de cooperação e intercâmbio entre os agentes locais enfraquecem as potencialidades dos recursos endógenos.	112	5	0,0	3,6	9,8	35,7	50,9
O turismo ameaça a sobrevivência e autenticidade dos recursos endógenos.	112	2	21,4	27,7	25,9	12,5	12,5

Fonte: Elaboração Própria

Numa análise mais precisa, num patamar de total concordância, é possível identificar os seguintes pontos: “Os recursos endógenos influenciam a atratividade e competitividade do território” (56,3%); “Os recursos endógenos representam um conjunto de oportunidades de investimento e empreendedorismo.” (51,8%); “A ausência de laços de cooperação e intercâmbio entre os agentes locais enfraquecem as potencialidades dos recursos endógenos” (50,9%) e “Os recursos endógenos estimulam e impulsionam o desenvolvimento do turismo” (47,3%).

Numa escala de bastante concordância, é de referir: “O turismo salvaguarda e valoriza os recursos endógenos” (48,2%) e “As valências dos recursos endógenos são impulsionadas quando o reconhecimento do seu valor por parte das comunidades locais.” (43,8%).

A questão de que “O turismo ameaça a sobrevivência e autenticidade dos recursos endógenos.” gerou alguma reticência, tendo 49,1% demonstrado pouca ou nenhuma concordância com esta afirmação.

5.3.1.6 O presente e o futuro do Turismo na Região Demarcada do Douro

Numa análise á realidade do território da Região Demarcada do Douro, através das 112 respostas válidas, é possível concluir que **os inquiridos concordam com todos os aspetos em debate** presentes na Tabela 66, com uma percentagem superior a 90%.

TABELA 72. O PRESENTE E O FUTURO DO TURISMO NA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO

O presente e o futuro do Turismo na Região Demarcada do Douro	N	Moda	Frequência Relativa				
			1- Não Concordo	2- Concordo Pouco	3- Concordo	4- Concordo Bastante	5- Concordo Totalmente
Tem-se refletido no desenvolvimento da região.	112	4	0,9	2,7	19,6	44,6	32,1
Tem permitido preservar saberes, tradições e culturas da Região Demarcada do Douro.	112	4	1,8	4,5	25,0	47,3	21,4
Tem aproveitado as potencialidades locais.	112	4	0,9	8,0	28,6	40,2	22,3
Integra e beneficia as comunidades locais.	112	3	1,8	8,0	37,5	33,9	18,8
Reflete um planeamento e gestão coesos e sustentáveis.	112	3	4,5	21,4	37,5	27,7	8,9
Tem estimulado a inovação, competitividade e atratividade da região.	112	4	1,8	11,6	24,1	42,0	20,5
Tem permitido revitalizar e dinamizar a economia da região.	112	4	0,9	8,9	24,1	41,1	25,0
Ainda possui margem de crescimento e desenvolvimento.	112	5	0,0	1,8	4,5	24,1	69,6

Fonte: Elaboração Própria

Com um enfoque na concordância total, e com uma percentagem significativa, é possível identificar que 69,6% inquiridos acredita que a Região Demarcada do Douro “Ainda possui margem de crescimento e desenvolvimento”. Igualmente, numa perspetiva de bastante concordância, é possível referir que o Turismo “Tem permitido preservar saberes, tradições e culturas da Região Demarcada do Douro” (47,3%), “Tem-se refletido no desenvolvimento da região” (44,6%), “Tem estimulado a inovação, competitividade e atratividade da região” (42,0%), “Tem permitido revitalizar e dinamizar a economia da região” (41,1%) e “Tem aproveitado as potencialidades locais” (40,2%). Os dois aspetos que geraram alguma divisão de abordagens foram que o Turismo “Integra e beneficia as comunidades locais” (37,5%) e que “Reflete um planeamento e gestão coesos e sustentáveis” (37,5%).

5.3.2- Análise Exploratória do Questionário

A análise exploratória iniciou-se pelo cruzamento de todas as variáveis com as diferentes dimensões do questionário, de modo a analisar se são verificadas diferenças estatisticamente significativas entre cada uma delas.

Para tal, iniciou-se a análise com o teste de normalidade de *Shapiro-Wilk*, através do qual se verificou que **a população em estudo não segue uma distribuição normal**, dado que o valor de **p (Sig) de Shapiro-Wilk é <,001, sendo menor que 0,05** (Tabelas x em Anexo). Optou-se por este teste de normalidade, em oposição ao *Kolmogorov-Smirnov*, por se tratar de um questionário com mais de 100 respostas, sendo assim o mais recomendado.

Após o cruzamento das variáveis, será apresentada uma análise bivariada entre as variáveis dependentes e independentes, através dos testes da *ANOVA* e *Kruskal Wallis* (Variáveis Nominais vs Variáveis de Escala) e das Correlações de *Spearman* (Variáveis Ordinais vs Variáveis de Escala), como serão abordados em seguida.

Dado o conjunto de variáveis em estudo, optou-se por apresentar as tabelas cuja análise demonstra que existe associação entre as variáveis ou diferenças estatisticamente significativas, como sumarizado na Tabela 67.

TABELA 73. CRUZAMENTO DAS VARIÁVEIS

CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES	DIMENSÕES DE ANÁLISE
CONCELHO	<p>A Importância da Gestão e Planeamento em Turismo no contexto de Territórios de Baixa Densidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Aposta numa oferta turística baseada em pilares da sustentabilidade</i> <p>O Papel dos Recursos Endógenos no Desenvolvimento do Turismo em contexto de Territórios de Baixa Densidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Os recursos endógenos representam um conjunto de oportunidades de investimento e empreendedorismo.</i>
CARIZ DA ENTIDADE	<p>Forças dos Territórios de Baixa Densidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Desenvolvimento do Turismo</i> - <i>Qualidade de vida</i> - <i>Recursos endógenos</i> <p>O Papel dos Recursos Endógenos no desenvolvimento do Turismo em contexto de Territórios de Baixa Densidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>A ausência de laços de cooperação e intercâmbio entre os agentes locais enfraquecem as potencialidades dos recursos endógenos</i>

<p>NÍVEL DE ATUAÇÃO</p>	<p>A Importância da Gestão e Planeamento em Turismo no contexto dos Territórios De Baixa Densidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Compreensão da fase de desenvolvimento que se encontra o município e a região.</i> <p>O Presente e o Futuro do Turismo na Região Demarcada do Douro:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>O Turismo tem permitido preservar saberes, tradições e culturas da Região Demarcada do Douro.</i> - <i>O Turismo na Região Demarcada do Douro integra e beneficia as comunidades locais.</i> - <i>Reflete um planeamento e gestão coesos e sustentáveis.</i>
<p>ÁREA DE ATUAÇÃO</p>	<p>Forças dos Territórios de Baixa Densidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Desenvolvimento do Turismo</i> - <i>Qualidade de vida</i> - <i>Recursos endógenos</i>
<p>DIMENSÃO DA ENTIDADE</p>	<p>Forças dos Territórios de Baixa Densidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Desenvolvimento do Turismo.</i> - <i>Recursos endógenos.</i> <p>Papel dos Recursos Endógenos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>A ausência de laços de cooperação e intercâmbio entre os agentes locais enfraquecem as potencialidades dos recursos endógenos.</i>

ANO DE SURGIMENTO DA ENTIDADE	<p>Forças dos Territórios de Baixa Densidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Qualidade de Vida.</i> - <i>Biodiversidade e Ambiente.</i> - <i>Recursos endógenos</i> <p>Papel dos Recursos Endógenos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>O turismo ameaça a sobrevivência e autenticidade dos recursos endógenos.</i> <p>Balço da região Demarcada do Douro:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Integra e beneficia as comunidades locais.</i>
--	--

Fonte: Elaboração própria

-Teste da ANOVA

A análise de variâncias através do teste da ANOVA visa comparar medidas de localização para mais do que dois ou mais grupos de observação e baseia-se segundo os seguintes pressupostos (Pestana & Gageiro, 1998, p.259):

(1) “As observações de cada grupo têm distribuição normal” nos grupos da variável nominal (com mais de duas categorias), verificado através dos Testes de normalidade de *Kolmogorov-Smirnov* ou *Shapiro-Wilk*). Caso o pressuposto não se verifique, caso os grupos de análise sejam superiores a 50 casos, é possível recorrer à ANOVA;

(2) “As observações são independentes entre si”;

(3) “As variâncias de cada grupo são iguais entre si”, ou seja, se o valor de p do teste de *Levene* é maior que 0,05 ou se o número de elementos do maior grupo é igual ou menor que duas vezes o menor grupo.

Quando se verificam os pressupostos, procede-se à análise da associação, ou seja, se o valor de p do teste da *ANOVA* é inferior a 0,05 e, quando o mesmo ocorre, são interpretados os valores e os resultados obtidos.

-Teste de *Kruskal-Wallis*

O Teste de *Kruskal-Wallis* assume-se como a opção não paramétrica que pretende “testar a hipótese de igualdade em localização”. Recorre-se a este teste quando não é possível realizar o teste da *ANOVA*, isto é, “quando não se encontram reunidos os pressupostos da normalidade ou da igualdade das variâncias ou quando as variáveis são de nível ordinal com duas ou três categoriais” (Pestana & Gageiro, 1998, p. 262).

Assim, pretende-se testar em cada k população/amostra em estudo duas hipóteses (Pestana & Gageiro, 1998, p. 262):

H_0 : “As K distribuições têm o mesmo parâmetro de localização”

H_1 : Pelo menos uma das k populações têm um parâmetro de localização superior μ_i inferior ao das outras”.

Assim, esta secção visa apresentar a análise e interpretação dos dados obtidos através do cruzamento das diferentes variáveis, assim como a verificação dos valores apresentados nos Testes *ANOVA* e *Kruskal-Wallis*, de modo a verificar se as hipóteses definidas se verificam.

5.3.2.1- Análise exploratória

CONCELHO (21 CONCELHOS DA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO)

Iniciando a interpretação do cruzamento das variáveis pela dimensão do Concelho com as restantes variáveis, é de referir que não existem diferenças estatisticamente significativas entre esta dimensão *Concelho* e as variáveis referentes às *Fraquezas dos Territórios de Baixa Densidade*, às *Forças dos Territórios de Baixa Densidade*, ao *Turismo em Territórios de Baixa Densidade* e ao *Balanço da Região Demarcada do Douro*.

Concelho vs A Importância da Gestão e Planeamento em Turismo no contexto de Territórios de Baixa Densidade

- Aposta numa oferta turística baseada em pilares da sustentabilidade

O presente cruzamento de variáveis foi realizado com o intuito de verificar se existiam diferenças entre a dimensão *Concelho* (variável independente) e a dimensão *Aposta numa oferta turística baseada em pilares da sustentabilidade* (variável dependente, aplicada a uma escala de importância tipo *Likert*, classificada de 1 a 5).

H1: O Concelho ao qual cada entidade pertence influencia a importância que é dada à aposta numa oferta turística baseada em pilares da sustentabilidade.

TABELA 74. TABELA CRUZADA CONCELHO VS APOSTA NUMA OFERTA TURÍSTICA BASEADA EM PILARES DA SUSTENTABILIDADE

		Aposta numa oferta turística baseada em pilares da sustentabilidade				Total
		Pouco Importante	Importante	Bastante Importante	Muito Importante	
Concelhos agrupados	Tâmega e Sousa	0,9%	0,9%	2,6%	4,4%	8,8%
	Terras de Trás-os-Montes				7,9%	7,9%

em NUTS III	Douro		3,5%	23,7%	49,1%	76,3%
	Beiras e Serra da Estrela		0,9%	2,6%	3,5%	7,0%
Total		0,9%	5,3%	28,9%	64,9%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

Numa apresentação geral, é de referir que as quatro NUTS III que representam os 21 concelhos pertencentes à Região Demarcada do Douro assumiram as seguintes percentagens de respostas: Tâmega e Sousa (8,8%), Terras de Trás-os-Montes (7,9%), Douro (76,3%) e Beiras e Serra da Estrela (7%).

Em análise à Tabela 68, referente ao cruzamento das variáveis, verifica-se, de forma distinta, que todos os inquiridos pertencentes à NUTS III Terras de Trás-os-Montes consideram muito importante que no planeamento das políticas de gestão e planeamento do território e do turismo seja tido em conta uma oferta turística baseada em pilares da sustentabilidade.

Os concelhos pertencentes à NUTS III Tâmega e Sousa dividiram-se entre os diferentes níveis de importância, tendo 0,9% dos inquiridos considerado pouco importante e 0,9% importante. Os restantes inquiridos (7%) dividiram-se entre o bastante importante e o muito importante. O mesmo ocorreu na NUTS III Douro, em que 3,5% consideraram importante a inclusão deste fator, 23,7% indicaram ser bastante importante e os restantes 49,1% defenderam a sua elevada importância. Em semelhança, a NUTS III Beiras e Serra da Estrela dividiu-se entre 0,9% dos inquiridos que consideraram importante, os 2,6% que afirmaram ser bastante importante e os 3,5% que defenderam ser de muita importância ser estabelecida uma inclusão deste fator em estudo.

Em modo conclusivo, é possível afirmar, primeiramente que nenhuma NUTS III desconsiderou a importância numa aposta numa oferta turística baseada em pilares da sustentabilidade aquando o planeamento do desenvolvimento territorial e turístico de um território. Os inquiridos distribuíram-se, assim, entre o Pouco Importante (0,9%), Importante (5,3%), Bastante Importante (28,9%) e o Muito Importante (64,9%).

TABELA 75. TESTES DE HOMOGENEIDADE DE VARIÂNCIAS

		Estatística de Levene	df1	df2	Sig.
Aposta numa oferta turística baseada em pilares da sustentabilidade	Com base em média	4,579	17	93	<,001
	Com base em mediana	1,847	17	93	,033
	Com base em mediana e com gl ajustado	1,847	17	62,660	,041
	Com base em média aparada	4,145	17	93	<,001

Fonte: Elaboração Própria

TABELA 76. TESTE KRUSKAL WALLIS

H de <i>Kruskal-Wallis</i>	31,381
df	20
Significância Sig.	,050

a. Teste *Kruskal Wallis*

b. Variável de Agrupamento: Concelho

Fonte: Elaboração Própria

É possível concluir que a H1 é válida dado que existem diferenças estatisticamente significativas entre o Concelho ao qual cada entidade pertence e a importância que é dada à aposta numa oferta turística baseada em pilares da sustentabilidade (valor de p do Teste *Kruskal-Wallis* é igual a 0,050), como apresentado nas Tabelas 69 e 70.

Concelho vs O Papel dos Recursos Endógenos no Desenvolvimento do Turismo em contexto de Territórios de Baixa Densidade

- *Os recursos endógenos representam um conjunto de oportunidades de investimento e empreendedorismo*

O presente cruzamento de variáveis foi realizado com o objetivo de verificar se existiam diferenças entre a dimensão **Concelho** (variável independente) e a dimensão **Os recursos endógenos representam um conjunto de oportunidades de investimento e empreendedorismo** (variável dependente, aplicada a uma escala de concordância tipo *Likert*, classificada de 1 a 5).

H2: O Concelho ao qual cada entidade influencia o nível de concordância sobre a questão de que os recursos endógenos representam um conjunto de oportunidades de investimento e empreendedorismo.

TABELA 77. TABELA CRUZADA CONCELHO * OS RECURSOS ENDÓGENOS REPRESENTAM UM CONJUNTO DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO E EMPREENDEDORISMO

		Os recursos endógenos representam um conjunto de oportunidades de investimento e empreendedorismo				Total
		Concordo Pouco	Concordo	Concordo Bastante	Concordo Totalmente	
Concelhos agrupados em NUTS III	Tâmega e Sousa			2,7%	4,5%	7,1%
	Terras de Trás-os-Montes			1,8%	6,3%	8,0%
	Douro	0,9%	0,8%	33,9%	34,8%	77,7%
	Beiras e Serra da Estrela			0,9%	6,3%	7,1%
Total		0,9%	0,8%	39,3%	51,8%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

Numa breve introdução, é de mencionar que dentro das NUTS III, 7,1% dos inquiridos pertencem ao Tâmega e Sousa, 8,0% às Terras de Trás-os-Montes, 77,7% ao Douro e 7,1% às Beiras e Serra da Estrela.

Em análise ao cruzamento das variáveis presentes da Tabela 71, é de destacar que, em oposição às restantes NUTS III, a sub-região Douro assumiu uma percentagem de inquiridos que indicaram o nível Concordo Pouco e Concordo, apesar de com reduzida significância, com 0,9% e 0,8%, respetivamente.

As restantes NUTS III recaíram sobre o Concordo Bastante e o Concordo Totalmente, tendo o nível de concordância máxima assumido maior significância em ambas as sub-regiões. Dos inquiridos pertencentes ao Tâmega e Sousa, 2,7% concordam bastante que os recursos endógenos representam um conjunto de oportunidades de investimento e empreendedorismo e 4,5% concordam totalmente com esta afirmação. Na sub-região Terras de Trás-os-Montes, 1,8% dos inquiridos concorda bastante com este fator e 6,3% concordam totalmente. Nas Beiras e Serra da Estrela, 0,9% concorda bastante e 6,3% concorda totalmente.

De mencionar que do total dos inquiridos, nenhum discordou que os recursos endógenos representam um conjunto de oportunidades de investimento e empreendedorismo. Assim, de entre os diferentes níveis de concordância, 0,9% dos inquiridos concordam pouco, 0,8% concordam, 39,3% concordam bastante e 51,8% concordam totalmente sobre fator em análise, sendo este representante de mais de metade dos inquiridos.

TABELA 78. TESTES DE HOMOGENEIDADE DE VARIÂNCIAS

		Estatística de <i>Levene</i>	df1	df2	Sig.
Os recursos endógenos representam um conjunto de oportunidades de investimento e empreendedorismo	Com base em média	1,283	17	91	,222
	Com base em mediana	,598	17	91	,886
	Com base em mediana e com gl ajustado	,598	17	49,638	,878
	Com base em média aparada	1,195	17	91	,285

Fonte: Elaboração Própria

TABELA 79. TESTE ANOVA

ANOVA					
	Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	Sig.
Entre Grupos	13,884	20	,694	1,689	,050
Nos grupos	37,392	91	,411		
Total	51,277	111			

Fonte: Elaboração Própria

Em conclusão, como apresentado nas Tabelas 72 e 73, confirma-se que a H2 é válida dado que existem diferenças estatisticamente significativas entre o Concelho ao qual cada entidade pertence e o nível de concordância ao a afirmação que os recursos endógenos representam um conjunto de oportunidades de investimento e empreendedorismo (valor de p do Teste ANOVA é igual a 0,050).

CARIZ DA ENTIDADE (PÚBLICO, PRIVADO E OUTRO)

Após o cruzamento das variáveis pela dimensão do *Cariz da Entidade* com as restantes variáveis, concluiu-se que *não existem diferenças estatisticamente significativas entre esta dimensão e as variáveis referentes às Fraquezas dos Territórios de Baixa Densidade, ao Turismo em Territórios de Baixa Densidade, à Importância da Gestão e do Planeamento em Turismo em Territórios de Baixa Densidade e ao Balanço da Região Demarcada do Douro.*

Cariz da Entidade vs Forças dos Territórios de Baixa Densidade

- *Desenvolvimento do Turismo*

O cruzamento de variáveis foi realizado com o objetivo de verificar se existiam diferenças entre a dimensão *Cariz da Entidade* (variável independente) e a dimensão *Desenvolvimento do Turismo* (variável dependente, aplicada a uma escala de concordância tipo *Likert*, classificada de 1 a 5), como representado na Tabela 67.

H3: O Cariz da Entidade ao qual cada inquirido pertence interfere no nível de concordância de que o Desenvolvimento do Turismo é uma força no contexto dos Territórios de Baixa Densidade.

TABELA 80. TABELA CRUZADA CARIZ * DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

		Desenvolvimento do Turismo				Total
		Concordo Pouco	Concordo	Concordo Bastante	Concordo Totalmente	
Cariz	Público	0,8%	2,4%	12,8%	10,4%	26,4%
	Privado	8,0%	21,6%	27,2%	16,0%	72,8%
	Outro			0,8%		0,8%
Total		8,8%	24,0%	40,8%	26,4%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

Numa abordagem às entidades de cariz público, que representam 26,4% da totalidade de inquiridos, 25,6% concordam que o desenvolvimento do turismo é uma força neste contexto e apenas 0,8% concorda pouco com esta afirmação. No que diz respeito ao setor privado, que assume 72,8% do total de respostas, 64,8% concorda com a questão, restando 8,0% dos inquiridos que concordam pouco. O cariz Outro assumiu 0,8% das respostas que se concentraram no nível de bastante concordância.

É de mencionar, assim, que o as entidades de cariz público tendem a concordar mais que o desenvolvimento do Turismo é uma força dos Territórios de Baixa Densidade que as

entidades privadas e as de outro cariz. Nenhuma das entidades discorda que este fator é uma força.

TABELA 81. TESTES DE HOMOGENEIDADE DE VARIÂNCIAS

		Estadística de Levene	df1	df2	Sig.
Desenvolvimento do Turismo	Com base em média	3,968	1	122	,049
	Com base em mediana	2,248	1	122	,136
	Com base em mediana e com gl ajustado	2,248	1	120,473	,136
	Com base em média aparada	3,273	1	122	,073

Fonte: Elaboração Própria

TABELA 82. TESTE KRUSKAL WALLIS

Estatísticas de teste ^{a,b}	
H de Kruskal-Wallis	8,640
Df	2
Significância Sig.	,013

a. Teste *Kruskal Wallis*

b. Variável de Agrupamento: Cariz

Fonte: Elaboração Própria

Verifica-se, assim, que a H3 é válida dado que existem diferenças estatisticamente significativas entre o Cariz da Entidade ao qual cada inquirido pertence e o nível de concordância de que o Desenvolvimento do Turismo é uma força no contexto dos Territórios de Baixa Densidade, sendo que o valor de *p* do Teste ANOVA é igual a 0,013 que é menor que 0,05 (Tabelas 74 e 75).

- *Qualidade de vida*

O cruzamento de variáveis foi realizado com o objetivo de verificar se existiam diferenças entre a dimensão *Cariz da Entidade* (variável independente) e a dimensão *Qualidade de vida* (variável dependente, aplicada a uma escala de concordância tipo *Likert*, classificada de 1 a 5).

H4: O Cariz da Entidade ao qual cada inquirido pertence intervém no nível de concordância de que a Qualidade de vida é uma força no contexto dos Territórios de Baixa Densidade.

TABELA 83. TABELA CRUZADA CARIZ * QUALIDADE DE VIDA

		Qualidade de vida					Total
		Não Concordo	Concordo Pouco	Concordo	Concordo Bastante	Concordo Totalmente	
Cariz	Público			2,4%	5,6%	18,4%	26,4%
	Privado	2,4%	4,0%	11,2%	20,8%	34,4%	72,8%
	Outro					0,8%	0,8%
Total		2,4%	4,0%	13,6%	26,4%	53,6%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

Como demonstra a Tabela 77, do total dos inquiridos, 26,4% pertencem a entidade de cariz público e todos concordam que a qualidade de vida é uma força nestes territórios, assim como as entidades de outro cariz que representam 0,8% e que se concentraram no nível de bastante concordância. Na visão das entidades de cariz privado, que registou 72,8% das respostas obtidas, existiu alguma divergência, tendo 66,4% concordado com esta afirmação, 4,0% concordado pouco e 2,4% discordado deste fator em análise. Ou seja, as entidades de cariz privado tendem a concordar menos que a Qualidade de vida é uma força dos Territórios de Baixa Densidade, se comparada com as entidades de cariz público ou outro.

TABELA 84. TESTES DE HOMOGENEIDADE DE VARIÂNCIAS

		Estatística de <i>Levene</i>	df1	df2	Sig.
Qualidade de vida	Com base em média	5,940	1	122	,016
	Com base em mediana	10,572	1	122	,001
	Com base em mediana e com gl ajustado	10,572	1	121,967	,001
	Com base em média aparada	7,123	1	122	,009

Fonte: Elaboração Própria

TABELA 85. TESTE KRUSKAL WALLIS

Estatísticas de teste^{a,b}

H de Kruskal-Wallis	6,574
Df	2
Significância Sig.	,037

a. Teste *Kruskal Wallis*

b. Variável de Agrupamento: Cariz

Fonte: Elaboração Própria

Assim, como é possível verificar pelo Teste *Kruskal Wallis*, cujo valor é de 0,037 que é menor que 0,05, a H4 que afirma que o Cariz da Entidade ao qual cada inquirido pertence influencia o nível de concordância de que a Qualidade de vida é uma força no contexto dos Territórios de Baixa Densidade (Tabelas 78 e 79).

- Recursos endógenos

O cruzamento de variáveis foi realizado com o objetivo de verificar se existiam diferenças entre a dimensão *Cariz da Entidade* (variável independente) e a dimensão *Recursos*

endógenos (variável dependente, aplicada a uma escala de concordância tipo *Likert*, classificada de 1 a 5).

H5: Existem diferenças estatisticamente significativas entre o Cariz da Entidade ao qual cada inquirido pertence e o nível de concordância de que os Recursos endógenos são uma força no contexto dos Territórios de Baixa Densidade.

TABELA 86. TABELA CRUZADA CARIZ * RECURSOS ENDÓGENOS

		Recursos endógenos					Total
		Não Concordo	Concordo Pouco	Concordo	Concordo Bastante	Concordo Totalmente	
Cariz	Público			3,2%	7,2%	16,0%	26,4%
	Privado	1,6%	4,8%	17,6%	23,2%	25,6%	72,8%
	Outro					0,8%	0,8%
Total		1,6%	4,8%	20,8%	30,4%	42,4%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

Em análise ao cruzamento das duas variáveis, observa-se que do total dos inquiridos, 26,4% pertencem a entidades de cariz público e 0,8% a entidades de outro cariz, sendo que ambos concordam que os recursos endógenos são, efetivamente, uma força destes territórios. Em oposição, dos 72,8% dos inquiridos que representam entidades públicas, 66,4% concorda com esta afirmação, mas 6,4% concorda pouco ou discorda totalmente sobre a validade desta afirmação. Conclui-se, assim, que as entidades de cariz público e outro tendem a concordar mais que os recursos endógenos são uma força destes territórios que as entidades privadas (Tabela 80).

TABELA 87. TESTE DE HOMOGENEIDADE DE VARIÂNCIAS

		Estadística de Levene	df1	df2	Sig.
Recursos endógenos	Com base em média	3,065	1	122	,083
	Com base em mediana	4,073	1	122	,046
	Com base em mediana e com gl ajustado	4,073	1	121,376	,046
	Com base em média aparada	2,397	1	122	,124

Fonte: Elaboração Própria

TABELA 88.ANOVA

ANOVA					
	Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	Sig.
Entre Grupos	8,813	2	4,406	4,820	,010
Nos grupos	111,539	122	,914		
Total	120,352	124			

Fonte: Elaboração Própria

Confirma-se que a H5 é válida, dado que o Cariz da Entidade ao qual cada inquirido pertence intervém no nível de concordância de que os Recursos endógenos são uma força no contexto dos Territórios de Baixa Densidade (Tabelas 81 e 82).

Cariz da Entidade vs O Papel dos Recursos Endógenos no desenvolvimento do Turismo em contexto de Territórios de Baixa Densidade

- A ausência de laços de cooperação e intercâmbio entre os agentes locais enfraquecem as potencialidades dos recursos endógenos

O cruzamento de variáveis *Cariz da Entidade* (variável independente) e a variável *A ausência de laços de cooperação e intercâmbio entre os agentes locais enfraquecem as potencialidades dos recursos endógenos* (variável dependente, aplicada a uma escala de concordância tipo *Likert*, classificada de 1 a 5) pretende verificar se existem diferenças entre as mesmas.

H6: O Cariz da Entidade ao qual cada inquirido influencia o nível de concordância de que a ausência de laços de cooperação e intercâmbio entre os agentes locais enfraquecem as potencialidades dos recursos endógenos

TABELA 89. TABELA CRUZADA CARIZ * A AUSÊNCIA DE LAÇOS DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO ENTRE OS AGENTES LOCAIS ENFRAQUECEM AS POTENCIALIDADES DOS RECURSOS ENDÓGENOS

		A ausência de laços de cooperação e intercâmbio entre os agentes locais enfraquecem as potencialidades dos recursos endógenos				Total
		Concordo Pouco	Concordo	Concordo Bastante	Concordo Totalmente	
Cariz da Entidade	Público		0,9%	8,0%	18,8%	27,7%
	Privado	2,7%	8,9%	27,7%	32,1%	71,4%
	Outro	0,9%				0,9%
Total		3,6%	9,8%	35,7%	50,9%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

Do total dos inquiridos, 27,7% integram entidades de cariz público e cuja primeira conclusão é que todos concordam com a afirmação em análise. Em oposição, 0,9% pertencem a outro cariz e concentraram-se num nível de pouca concordância. Em complemento, dos 71,4% dos inquiridos que representam entidades privadas, 68,7% concorda que a ausência de laços de cooperação e intercâmbio entre os agentes locais enfraquecem as potencialidades dos

recursos endógenos, mas 2,7% concordam pouco com esta questão. Deste modo, averigua-se que as entidades de cariz privado tendem a concordar menos que a ausência de laços de cooperação e intercâmbio entre os agentes locais enfraquecem as potencialidades dos recursos endógenos (Tabela 83).

TABELA 90. TESTES DE HOMOGENEIDADE DE VARIÂNCIAS

		Estatística de Levene	df1	df2	Sig.
A ausência de laços de cooperação e intercâmbio entre os agentes locais enfraquecem as potencialidades dos recursos endógenos	Com base em média	4,972	1	109	,028
	Com base em mediana	6,372	1	109	,013
	Com base em mediana e com gl ajustado	6,372	1	108,998	,013
	Com base em média aparada	6,270	1	109	,014

Fonte: Elaboração Própria

TABELA 91. TESTE KRUSKAL WALLIS

Estatísticas de teste^{a,b}

H de Kruskal-Wallis	8,915
Df	2
Significância Sig.	,012

a. Teste *Kruskal Wallis*

b. Variável de Agrupamento: Cariz

Fonte: Elaboração Própria

Em análise ao Teste *Kruskal Wallis*, cujo valor de p é 0,012 que é menor que 0,05, verifica-se que a H6 é válida, pois o Cariz da Entidade ao qual cada inquirido pertence e o interfere

com o nível de concordância de que a ausência de laços de cooperação e intercâmbio entre os agentes locais enfraquecem as potencialidades dos recursos endógenos (Tabelas 84 e 85).

NÍVEL DE ATUAÇÃO (LOCAL, SUPRAMUNICIPAL, REGIONAL, NACIONAL E INTERNACIONAL)

O cruzamento das variáveis pela dimensão do Nível de Atuação com as restantes variáveis, permitiu concluir que *não existem diferenças estatisticamente significativas entre esta dimensão e as variáveis referentes às Fraquezas dos Territórios de Baixa Densidade, às Forças dos Territórios de Baixa Densidade, ao Turismo em Territórios de Baixa Densidade e ao Papel dos Recursos Endógenos no desenvolvimento do Turismo em contexto de Territórios de Baixa Densidade.*

Nível de Atuação vs A Importância Da Gestão E Planeamento Em Turismo Em Territórios De Baixa Densidade

- Compreensão da fase de desenvolvimento que se encontra o município e a região.

O cruzamento de variáveis *Nível de Atuação da Entidade* (variável independente) e a variável *Compreensão da fase de desenvolvimento que se encontra o município e a região* (variável dependente, aplicada a uma escala de concordância tipo *Likert*, classificada de 1 a 5) pretende verificar se existem diferenças entre as mesmas.

H6: O Nível de Atuação da Entidade ao qual cada inquirido pertence influencia o nível de importância dado à compreensão da fase de desenvolvimento que se encontra o município e a região e o impacto que esse fator desempenha no desenvolvimento do turismo na Região Demarcada do Douro.

TABELA 92. TABELA CRUZADA NÍVEL DE ATUAÇÃO * COMPREENSÃO DA FASE DE DESENVOLVIMENTO QUE SE ENCONTRA O MUNICÍPIO E A REGIÃO

		Compreensão da fase de desenvolvimento que se encontra o município e a região					Total
		Nada Importante	Pouco Importante	Importante	Bastante Importante	Muito Importante	
Nível de atuação	Local			7,0%	16,7%	25,4%	49,1%
	Supramunicipal				0,9%		0,9%
	Regional	0,9%	0,9%	1,8%	3,5%	1,8%	8,8%
	Nacional			0,9%	4,4%	1,8%	7,0%
	Internacional	0,9%	0,9%		16,7%	15,8%	34,2%
Total		1,8%	1,8%	9,6%	42,1%	44,7%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

Iniciando a interpretação do cruzamento das variáveis pelas entidades de nível Local, Supramunicipal e Nacional, ambas consideram que é importante compreender a fase de desenvolvimento que se encontra o município e a região importante que representam, com percentagens de 49,1%, 0,9% e 7,0%, respetivamente, que se concentram entre o nível de Importante e Muito Importante.

Das entidades de nível Regional, que representam 8,8% das respostas totais, 7,10% considera importante a questão, em oposição aos 1,80% que consideram pouco ou nada importante. Em semelhanças, as entidades de nível Internacional, responsáveis por 34,2% das respostas obtidas, 32,50% considera importante, em contraposição aos 1,8% dos inquiridos que consideraram pouco ou nada importante este fator.

Em síntese, as entidades de nível Local, Supramunicipal e Nacional são as que tendem a considerar mais importante compreender a fase de desenvolvimento que se encontra o município e a região para um melhor balanço do desenvolvimento do território e do Turismo na Região Demarcada do Douro. Os que tendem a considerar menos importante são as entidades de nível Regional e Internacional (Tabela 86).

TABELA 93. TESTE DE HOMOGENEIDADE DE VARIÂNCIAS

		Estatística de Levene	df1	df2	Sig.
Compreensão da fase de desenvolvimento que se encontra o município e a região	Com base em média	2,535	3	109	,061
	Com base em mediana	,825	3	109	,483
	Com base em mediana e com gl ajustado	,825	3	100,450	,483
	Com base em média aparada	2,292	3	109	,082

Fonte: Elaboração Própria

TABELA 94. TESTE ANOVA

ANOVA					
	Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	Sig.
Entre Grupos	6,939	4	1,735	2,584	,041
Nos grupos	73,167	109	,671		
Total	80,105	113			

Fonte: Elaboração Própria

Em análise ao Teste ANOVA, verifica-se que o valor de p é 0,041 que é menor que 0,05, por isso, a H6 é válida, pois o Nível de Atuação da Entidade ao qual cada inquirido pertence influencia o nível de importância dado à compreensão da fase de desenvolvimento que se encontra o município e a região (Tabelas 87 e 88).

Nível de atuação vs O Presente e o Futuro do Turismo na Região Demarcada do Douro

- O Turismo tem permitido preservar saberes, tradições e culturas da Região Demarcada do Douro

O cruzamento de variáveis *Nível de Atuação da Entidade* (variável independente) e a variável *O Turismo tem permitido preservar saberes, tradições e culturas da Região Demarcada do Douro* (variável dependente, aplicada a uma escala de concordância tipo *Likert*, classificada de 1 a 5) pretende verificar se existem diferenças entre as mesmas.

H7: O Nível de Atuação da Entidade ao qual cada inquirido pertence intervém no nível de concordância sobre o fator que afirma que o Turismo tem permitido preservar saberes, tradições e culturas da Região Demarcada do Douro.

TABELA 95. TABELA CRUZADA NÍVEL DE ATUAÇÃO VS O TURISMO TEM PERMITIDO PRESERVAR SABERES, TRADIÇÕES E CULTURAS DA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO

		O Turismo tem permitido preservar saberes, tradições e culturas da Região Demarcada do Douro					Total
		Não Concordo	Concordo Pouco	Concordo	Concordo Bastante	Concordo Totalmente	
Nível atuação	Local	1,8%	1,8%	15,2%	23,2%	7,1%	49,1%
	Supramunicipal					0,9%	0,9%
	Regional			0,9%	4,5%	3,6%	8,9%
	Nacional			0,9%	4,5%	5,4%	10,7%
	Internacional		2,7%	8,0%	15,2%	4,5%	30,4%
Total		1,8%	4,5%	25,0%	47,3%	21,4%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

As entidades de nível Supramunicipal, que representa 0,9% do total de respostas, as de nível Regional, com 8,9% e o nível Nacional com 10,7% destacaram-se pelo facto de todas concordarem com a presente afirmação sobre o Turismo. Das 30,4% das entidades que atuam

a nível internacional, 27,70% concordam que, efetivamente, o Turismo tem permitido preservar saberes, tradições e culturas da Região Demarcada do Douro, mas 2,70% destas entidades concordam pouco com este fator. Por último, apresentam-se as entidades locais que abrangem 49,1% do total de respostas e que se divide em inquiridos que concordam com a questão (45,50%) e os que concordam pouco ou nada (3,60%).

Em suma, conclui-se que as entidades locais e internacionais tendem a concordar menos que o Turismo tem permitido preservar saberes, tradições e culturas da Região Demarcada do Douro, se comparado com as restantes entidades de cariz supramunicipal, regional e nacional (Tabela 89).

TABELA 96. TESTES DE HOMOGENEIDADE DE VARIÂNCIAS

		Estatística de Levene	df1	df2	Sig.
O Turismo tem permitido preservar saberes, tradições e culturas da Região Demarcada do Douro	Com base em média	,469	3	107	,705
	Com base em mediana	,138	3	107	,937
	Com base em mediana e com gl ajustado	,138	3	96,919	,937
	Com base em média aparada	,346	3	107	,792

Fonte: Elaboração Própria

TABELA 97. TESTE ANOVA

ANOVA					
	Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	Sig.
Entre Grupos	9,917	4	2,479	3,467	,011
Nos grupos	76,512	107	,715		
Total	86,429	111			

Fonte: Elaboração Própria

Em análise ao teste ANOVA, é possível concluir que a H7 é válida, dado que o valor de p do teste ANOVA é 0,011 que é menor que 0,05. Ou seja, o Nível de Atuação da Entidade ao

qual cada inquirido pertence intervém no nível de concordância de que o Turismo tem permitido preservar saberes, tradições e culturas da Região Demarcada do Douro (Tabelas 90 e 91).

- O Turismo na Região Demarcada do Douro integra e beneficia as comunidades locais.

O cruzamento de variáveis *Nível de Atuação da Entidade* (variável independente) e a variável *O Turismo na Região Demarcada do Douro integra e beneficia as comunidades locais* (variável dependente, aplicada a uma escala de concordância tipo *Likert*, classificada de 1 a 5) pretende verificar se existem diferenças entre as mesmas.

H8: O Nível de Atuação da Entidade ao qual cada inquirido pertence interfere com o nível de concordância sobre a questão que afirma que o Turismo na Região Demarcada do Douro integra e beneficia as comunidades locais.

TABELA 98. TABELA CRUZADA NÍVEL DE ATUAÇÃO * O TURISMO NA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO INTEGRA E BENEFICIA AS COMUNIDADES LOCAIS

		O Turismo na Região Demarcada do Douro integra e beneficia as comunidades locais					Total
		Não Concordo	Concordo Pouco	Concordo	Concordo Bastante	Concordo Totalmente	
Nível de atuação	Local	1,8%	4,5%	22,3%	14,3%	6,3%	49,1%
	Supramunicipal					0,9%	0,9%
	Regional			3,6%	2,7%	2,7%	8,9%
	Nacional			1,8%	4,5%	4,5%	10,7%
	Internacional		3,6%	9,8%	12,5%	4,5%	30,4%
Total		1,8%	8,0%	37,5%	33,9%	18,8%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

Numa abordagem de concordância, destacam-se todas as entidades supramunicipais, regionais e nacionais que responderam ao questionário e que representam 20,70% das respostas totais. As entidades locais representam 49,1% sobre o total, das quais, 42,90% concorda com esta questão associada ao turismo e as restantes 6,30% concordam pouco ou discordam totalmente sobre o assunto. Em semelhança, as entidades de nível internacional representam 30,40% das respostas, das quais, 26,80% concordam de forma mais significativa e 3,60% concordam pouco.

Em síntese, as entidades locais e internacionais tendem a concordar menor que o Turismo na Região Demarcada do Douro integra e beneficia as comunidades locais, em comparação com as restantes entidades (Tabela 92).

TABELA 99. TESTES DE HOMOGENEIDADE DE VARIÂNCIAS

		Estatística de Levene	df1	df2	Sig.
O Turismo na Região Demarcada do Douro integra e beneficia as comunidades locais	Com base em média	,298	3	107	,827
	Com base em mediana	,119	3	107	,949
	Com base em mediana e com gl ajustado	,119	3	101,419	,949
	Com base em média aparada	,300	3	107	,825

Fonte: Elaboração Própria

TABELA 100. TESTE ANOVA

ANOVA					
	Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	Sig.
Entre Grupos	10,553	4	2,638	3,194	,016
Nos grupos	88,367	107	,826		
Total	98,920	111			

Fonte: Elaboração Própria

Em referencia ao Teste ANOVA, confirma-se que H8 é valida, dado que o valor de p é 0,016 que é menor que 0,05. Assim, é viável afirmar que o Nível de Atuação da Entidade ao qual cada inquirido pertence interfere com o nível de concordância sobre a questão que afirma que o Turismo na Região Demarcada do Douro integra e beneficia as comunidades locais (Tabelas 93 e 94).

- Reflete um planeamento e gestão coesos e sustentáveis.

O cruzamento de variáveis *Nível de Atuação da Entidade* (variável independente) e a variável *O Turismo na Região Demarcada do Douro reflete um planeamento e gestão coesos e sustentáveis* (variável dependente, aplicada a uma escala de concordância tipo *Likert*, classificada de 1 a 5) pretende verificar se existem diferenças entre as mesmas.

H9: O Nível de Atuação da Entidade ao qual cada inquirido pertence influencia o nível de concordância de que o Turismo na Região Demarcada do Douro reflete um planeamento e gestão coesos e sustentáveis.

TABELA 101. TABULAÇÃO CRUZADA NÍVEL DE ATUAÇÃO * O TURISMO NA RDD REFLETE UM PLANEAMENTO E GESTÃO COESOS E SUSTENTÁVEIS

		Reflete um planeamento e gestão coesos e sustentáveis					Total
		Não Concordo	Concordo Pouco	Concordo	Concordo Bastante	Concordo Totalmente	
Nível atuação	Local	3,6%	12,5%	20,5%	8,9%	3,6%	49,1%
	Supramunicipal					0,9%	0,9%
	Regional		1,8%	3,6%	2,7%	0,9%	8,9%
	Nacional			3,6%	5,4%	1,8%	10,7%
	Internacional	0,9%	7,1%	9,8%	10,7%	1,8%	30,4%
Total		4,5%	21,4%	37,5%	27,7%	8,9%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

Como demonstra a tabela 88, relativa ao cruzamento das duas variáveis, é possível verificar que todas as entidades que se enquadram no nível de atuação Supramunicipal e Nacional, que representam 0,9% e 10,7% das respostas totais, respetivamente, concordam com a questão em análise. Das entidades regionais, responsáveis por 8,9% das respostas, 7,1% concordam e 1,8% concordam pouco. No que diz respeito às entidades locais e internacionais, as respostas dividiram-se entre os diferentes níveis de concordância/discordância, sendo que as de nível local representaram 49,1% das respostas, das quais, 33% concordam com a afirmação e os restantes 16,1% concordam pouco ou nada. Numa abordagem idêntica, dos 30,4% pertencentes às entidades de nível internacional, 22,4% concordam e 8% concordam pouco ou discordam totalmente.

Em conclusão, as entidades de nível supramunicipal e nacional tendem a concordar mais que o Turismo na Região Demarcada do Douro reflete um planeamento e gestão coesos e sustentáveis, se em comparação com as entidades locais, regionais e internacionais.

TABELA 102. TESTE DE HOMOGENEIDADE DE VARIÂNCIAS

		Estatística de Levene	df1	df2	Sig.
Reflete um planeamento e gestão coesos e sustentáveis	Com base em média	,488	3	107	,691
	Com base em mediana	,501	3	107	,682
	Com base em mediana e com gl ajustado	,501	3	103,563	,682
	Com base em média aparada	,464	3	107	,708

Fonte: Elaboração Própria

TABELA 103. TESTE ANOVA

ANOVA					
	Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	Sig.
Entre Grupos	12,003	4	3,001	3,197	,016
Nos grupos	100,417	107	,938		
Total	112,420	111			

Fonte: Elaboração Própria

Perante a análise do teste ANOVA, é possível verificar que a H9 é válida, dado que o valor de p é 0,016 que é inferior a 0,05, ou seja, o Nível de Atuação da Entidade ao qual cada inquirido pertence influencia o nível de concordância de que o Turismo na Região Demarcada do Douro reflete um planeamento e gestão coesos e sustentáveis (Tabelas 96 e 97).

ÁREA DE ATUAÇÃO DA ENTIDADE

De referir que cruzamento das variáveis pela dimensão da Área de Atuação com as restantes variáveis permitiu concluir que não existem diferenças estatisticamente significativas entre esta dimensão e as variáveis referentes às *Fraquezas dos Territórios de Baixa Densidade*, ao *Turismo em Territórios de Baixa Densidade*, à *Importância da Gestão e do Planeamento em Turismo em Contexto de Territórios de Baixa Densidade*, ao *Papel dos Recursos Endógenos no desenvolvimento do Turismo em contexto de Territórios de Baixa Densidade* e ao *Presente e Futuro do Turismo na Região Demarcada do Douro*.

Área de Atuação vs Forças dos Territórios de Baixa Densidade

- *Desenvolvimento do Turismo*

O cruzamento de variáveis *Área de Atuação da Entidade* (variável independente) e a variável *Desenvolvimento do Turismo* (variável dependente, aplicada a uma escala de concordância tipo *Likert*, classificada de 1 a 5) pretende verificar se existem diferenças entre as mesmas.

H10: A Área de Atuação da Entidade ao qual cada inquirido pertence influencia o nível de concordância sobre a questão de o desenvolvimento do Turismo ser uma força dos Territórios de Baixa Densidade.

TABELA 104. TABELA CRUZADA ÁREA DE ATUAÇÃO * DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

		Desenvolvimento do Turismo				Total
		Concordo Pouco	Concordo	Concordo Bastante	Concordo Totalmente	
Área de Atuação	Alojamento	6,4%	19,2%	28,0%	12,8%	66,4%
	Serviços Recreativos e de Lazer	2,4%	2,4%	1,6%	3,2%	9,6%
	Serviços Culturais		1,6%	6,4%	5,6%	13,6%
	Entidades Públicas		0,8%	4,8%	4,8%	10,4%
Total		8,8%	24,0%	40,8%	26,4%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

Em respeito ao cruzamento das duas variáveis, é possível verificar que dos 66,4% das entidades que pertencem ao alojamento, 6,4% concordam pouco com esta afirmação e os restantes 60% concordam com a mesma. Em semelhança, das 9,6% das entidades referentes aos Serviços Recreativos e de Lazer, 2,4% também concordam pouco, sendo que 7,2% concordam. As entidades pertencentes aos Serviços Culturais (13,6%) e as Entidades Públicas (10,4%) apresentam unanimidade de opiniões, sendo que todas concordam que o desenvolvimento do Turismo é uma força dos Territórios de Baixa Densidade.

Em síntese, é de referir que nenhuma entidade das diferentes áreas de atuação discorda com a questão em estudo, contudo as entidades pertencentes ao Alojamento e aos Serviços Recreativos e de Lazer tendem a concordar menos (Tabela 98).

TABELA 105. TESTES DE HOMOGENEIDADE DE VARIÂNCIAS

		Estatística de Levene	df1	df2	Sig.
Desenvolvimento do Turismo	Com base em média	3,586	3	121	,016
	Com base em mediana	2,352	3	121	,076
	Com base em mediana e com gl ajustado	2,352	3	116,717	,076
	Com base em média aparada	3,429	3	121	,019

Fonte: Elaboração Própria

TABELA 106. TESTE KRUSKAL-WALLIS

Estatísticas de teste^{a,b}

H de Kruskal-Wallis	11,136
df	3
Significância Sig.	,011

a. Teste *Kruskal Wallis*

b. Variável de Agrupamento: ÁreaAtuação

Fonte: Elaboração Própria

Em referência ao Teste Kruskal-Wallis, é possível afirmar que a H10 é válida, dado que o valor de p é 0,011, que é menor que 0,05. Desta forma, verifica-se que a Área de Atuação da Entidade ao qual cada inquirido pertence influencia o nível de concordância sobre a questão

de o desenvolvimento do Turismo ser uma força dos Territórios de Baixa Densidade (Tabelas 99 e 100).

- *Qualidade de vida*

O cruzamento de variáveis *Área de Atuação da Entidade* (variável independente) e a variável *Qualidade de vida* (variável dependente, aplicada a uma escala de concordância tipo *Likert*, classificada de 1 a 5) pretende verificar se existem diferenças entre as mesmas.

H11: A Área de Atuação da Entidade ao qual cada inquirido pertence influencia o nível de concordância sobre a questão de a Qualidade de vida ser uma força dos Territórios de Baixa Densidade.

TABELA 107. TABELA CRUZADA ÁREA DE ATUAÇÃO * QUALIDADE DE VIDA

		Qualidade de vida					Total
		Não Concordo	Concordo Pouco	Concordo	Concordo Bastante	Concordo Totalmente	
Área de Atuação	Alojamento	2,4%	3,2%	11,2%	19,2%	30,4%	66,4%
	Serviços Recreativos e de Lazer		0,8%	0,8%	3,2%	4,8%	9,6%
	Serviços Culturais			0,8%	1,6%	11,2%	13,6%
	Entidades Públicas			0,8%	2,4%	7,2%	10,4%
Total		2,4%	4,0%	13,6%	26,4%	53,6%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

Em análise as áreas de atuação que se destacaram pela concordância, apresentam-se os Serviços Culturais e as Entidades Públicas, sendo que todos os inquiridos incluídos nestas

entidades concordam com a questão e representam, perante o total de respostas, 13,6% e 10,4% respetivamente. Perante a quota de 9,6% de entidades que pertencem aos Serviços Recreativos e de Lazer, 8,8% concordam, em diferença aos 0,8% que concordam pouco. O alojamento assume-se como a única Área de Atuação que registou respostas de total discórdia de que a qualidade de vida é uma força destes territórios, com uma percentagem de 2,4%, dos 66,4% das respostas desta área.

Assim, verifica-se que as entidades referentes ao Alojamento e aos Serviços Recreativos e de Lazer tendem a discordar ou concordar menos que a Qualidade de vida é uma força dos Territórios de Baixa Densidade, se comparado com os Serviços Culturais e as Entidades Públicas (Tabela 101).

TABELA 108. TESTES DE HOMOGENEIDADE DE VARIÂNCIAS

		Estatística de Levene	df1	df2	Sig.
Qualidade de vida	Com base em média	3,226	3	121	,025
	Com base em mediana	4,980	3	121	,003
	Com base em mediana e com gl ajustado	4,980	3	119,410	,003
	Com base em média aparada	4,069	3	121	,009

Fonte: Elaboração Própria

TABELA 109. TESTE KRUSKAL WALLIS

Estatísticas de teste^{a,b}

H de Kruskal-Wallis	9,471
df	3
Significância Sig.	,024

a. Teste *Kruskal Wallis*

b. Variável de Agrupamento: ÁreaAtuação

Fonte: Elaboração Própria

Em referência ao Teste *Kruskal Wallis*, verifica-se que H11 é válida pois o valor de p é 0,024 que é inferior a 0,05. Assim, conclui-se a Área de Atuação da Entidade ao qual cada inquirido pertence influencia o nível de concordância sobre a questão de a Qualidade de vida ser uma força dos Territórios de Baixa Densidade (Tabelas 102 e 103).

- *Recursos endógenos*

O cruzamento de variáveis *Área de Atuação da Entidade* (variável independente) e a variável *Recursos Endógenos* (variável dependente, aplicada a uma escala de concordância tipo *Likert*, classificada de 1 a 5) pretende verificar se existem diferenças entre as mesmas.

H12: A Área de Atuação da Entidade ao qual cada inquirido pertence altera o nível de concordância sobre a questão de os Recursos Endógenos representarem uma força dos Territórios de Baixa Densidade.

TABELA 110. TABELA CRUZADA ÁREA DE ATUAÇÃO * RECURSOS ENDÓGENOS

		Recursos endógenos					Total
		Não Concordo	Concordo Pouco	Concordo	Concordo Bastante	Concordo Totalmente	
Área de Atuação	Alojamento	1,6%	4,0%	16,8%	19,2%	24,8%	66,4%
	Serviços Recreativos e de Lazer		0,8%	1,6%	4,8%	2,4%	9,6%
	Serviços Culturais			1,6%	3,2%	8,8%	13,6%
	Entidades Públicas			0,8%	3,2%	6,4%	10,4%
Total		1,6%	4,8%	20,8%	30,4%	42,4%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

Em respeito à tabela cruzada, todos os inquiridos que pertencem aos Serviços Culturais e a Entidades Públicas concordam com a questão em análise, correspondendo a 13,6% e 10,4% das respostas totais, respectivamente. Das 9,6% das respostas dadas pelas entidades de Serviços Recreativos e de Lazer, 8,8% concordam com este fator, em divergência com 0,8% que concordam pouco. O Alojamento foi a única área que registou algumas respostas de pouca ou nenhuma concordância, tendo estas representado 5,6% das 66,4% respostas correspondentes a esta área.

Verifica-se, assim, que as áreas do Alojamento e dos Serviços Recreativos e de Lazer tendem a concordar menos e até discordar que os Recursos Endógenos são uma força dos Territórios de Baixa Densidade, em comparação com os Serviços Culturais e as Entidades Públicas (Tabela 104).

TABELA 111. TESTES DE HOMOGENEIDADE DE VARIÂNCIAS

		Estatística de Levene	df1	df2	Sig.
Recursos endógenos	Com base em média	1,765	3	121	,158
	Com base em mediana	2,267	3	121	,084
	Com base em mediana e com gl ajustado	2,267	3	120,336	,084
	Com base em média aparada	1,500	3	121	,218

Fonte: Elaboração Própria

TABELA 112. TESTE ANOVA

ANOVA					
	Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	Sig.
Entre Grupos	8,403	3	2,801	3,027	,032
Nos grupos	111,949	121	,925		
Total	120,352	124			

Fonte: Elaboração Própria

Em análise ao Teste ANOVA, confirma-se a veracidade da H12, pois o valor de p é 0,032 que é menor que 0,05 o que permite confirmar que existem diferenças estatisticamente significativas. Assim, conclui-se que a Área de Atuação da Entidade ao qual cada inquirido pertence altera o nível de concordância sobre a questão de os Recursos Endógenos representarem uma força dos Territórios de Baixa Densidade (Tabela 105 e 106).

-Correlações de Spearman

O Coeficiente de Correlação de Spearman recorre aos “valores de ordem das observações”, não sendo assim, “sensível a assimetrias na distribuição, nem à presença de *outliers*, não exigindo que os dados provenham de duas populações normais” (Pestana & Gageiro, 1998, p. 145)

Como na presente população em estudo, nenhuma variável segue uma distribuição normal, ou seja, o valor de p não é maior ou igual a 0,05, é imperativo realizar a Correlação de *Spearman*, em oposição à correlação de *Pearson* que exige normalidade de pelo menos uma das variáveis, o que não se regista neste caso.

A associação das variáveis verifica-se pelo valor de Sig que tem que ser menor ou igual a 0,05 e, quando este pressuposto ocorre, procede-se à análise do tipo de associação existente através do coeficiente de correlação, isto é, analisar, consoante os valores, se se trata de uma associação positiva ou negativa e se é muito baixa ($1 R 1 < 0,2$), baixa ($0,2 \leq 1 R 1 < 0,4$), moderada ($0,4 \leq 1 R 1 < 0,7$), elevada ($0,7 \leq 1 R 1 < 0,9$) ou muito elevada ($0,9 \leq 1 R 1 < 1$).

DIMENSÃO DA ENTIDADE

De mencionar que o cruzamento das variáveis *Dimensão da Entidade* com as restantes variáveis permitiu concluir que não existem diferenças estatisticamente significativas entre esta dimensão e as variáveis referentes às *Fraquezas dos Territórios de Baixa Densidade*, ao *Turismo em Territórios de Baixa Densidade*, à *Importância da Gestão e do Planeamento*

em Turismo em Contexto de Territórios de Baixa Densidade e ao Futuro do Turismo na Região Demarcada do Douro.

Dimensão da Entidade vs Forças dos Territórios de Baixa Densidade

- Desenvolvimento do Turismo

A correlação entre as variáveis *Dimensão da Entidade* e *Desenvolvimento do Turismo* visa verificar se existe associação entre ambas e qual o tipo de associação.

H13: A Dimensão da entidade influencia a visão de que o Desenvolvimento do Turismo se assume como uma força dos Territórios de Baixa Densidade

TABELA 113. TABELA CRUZADA Nº COLABORADORES * DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

		Desenvolvimento do Turismo				Total
		Concordo Pouco	Concordo	Concordo Bastante	Concordo Totalmente	
NºColaboradores	(1-4)	8,8%	21,6%	29,6%	16,8%	76,8%
	(5-9)		0,8%	2,4%	2,4%	5,6%
	(20-49)		0,8%	0,8%	1,6%	3,2%
	(50-249)		0,8%	6,4%	3,2%	10,4%
	(+250)			1,6%	2,4%	4,0%
Total		8,8%	24,0%	40,8%	26,4%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

Em análise à Tabela 107, respectiva ao cruzamento das variáveis, é possível verificar que as entidades com 1 a 4 colaboradores tendem a concordar de forma menos unânime que o Desenvolvimento do Turismo é uma força dos Territórios de Baixa Densidade, sendo que dos 76,8% dos inquiridos que pertencem a entidades desta dimensão, 8,8% afirmam concordar pouco com este fator. As entidades com +250 colaboradores são as que concordam de forma mais significativa com esta força em análise, dado que dos 4,0% referentes a entidades desta dimensão concordam bastante e totalmente. As entidades entre 5 a 249 colaboradores concordam, igualmente, que o Desenvolvimento do Turismo é uma força neste contexto territorial.

TABELA 114. CORRELAÇÃO N° COLABORADORES E DESENVOLVIMENTO EM TURISMO

Correlações				
			N°Colaboradores	Desenvolvimento do Turismo
rô de Spearman	N°Colaboradores	Coeficiente de Correlação	1,000	,280**
		Sig. (2 extremidades)	.	,002
		N	126	125
	Desenvolvimento do Turismo	Coeficiente de Correlação	,280**	1,000
		Sig. (2 extremidades)	,002	.
		N	125	125

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Fonte: Elaboração Própria

Em análise à correlação entre estas duas variáveis (Tabela 108), é possível apurar que o valor de Sig é 0,002 existindo, assim, associação entre as variáveis, confirmando-se a H13. No que diz respeito ao tipo de associação existente, em referencia ao coeficiente de correlação (0,280), observa-se que se trata de uma associação positiva baixa, ou seja, tendencialmente,

quanto maior a dimensão da empresa, mais tendência existe no reconhecimento do desenvolvimento do turismo com uma força dos Territórios de Baixa Densidade.

- Recursos Endógenos

A correlação entre as variáveis **Dimensão da Entidade** e os **Recursos Endógenos** tem como principal objetivo verificar se existe associação entre ambas e qual o tipo de associação.

H14: A dimensão da entidade influencia a abordagem dos recursos endógenos como uma força dos Territórios de Baixa Densidade

TABELA 115. TABELA CRUZADA Nº COLABORADORES * RECURSOS ENDÓGENOS

		Recursos endógenos					Total
		Não Concordo	Concordo Pouco	Concordo	Concordo Bastante	Concordo Totalmente	
NºColaboradores	(1-4)	1,6%	4,8%	16,8%	25,6%	28,0%	76,8%
	(5-9)			0,8%	0,8%	4,0%	5,6%
	(20-49)			0,8%		2,4%	3,2%
	(50-249)			2,4%	4,0%	4,0%	10,4%
	(+250)					4,0%	4,0%
Total		1,6%	4,8%	20,8%	30,4%	42,4%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

Em análise ao cruzamento das duas variáveis, presente na Tabela 109, é possível verificar que as entidades que possuem entre 1 a 4 colaboradores tendem a concordar menos com a questão de recursos endógenos serem uma força dos Territórios de Baixa Densidade, sendo que dos 76,8% referentes a entidades desta dimensão, 6,4% concorda pouco ou discorda totalmente com esta afirmação. Das restantes entidades, com as diferentes dimensões, apresenta-se unanimidade de concordância sobre esta questão, especialmente, segundo os

inquiridos representantes das entidades com mais de 250 colaboradores, que se concentram no nível de total concordância que os recursos endógenos são uma força destes territórios.

TABELA 116. CORRELAÇÃO Nº COLABORADORES E RECURSOS ENDÓGENOS

Correlações				
			NºColaboradores	Recursos endógenos
rô de Spearman	NºColaboradores	Coeficiente de Correlação	1,000	,215*
		Sig. (2 extremidades)	.	,016
		N	126	125
	Recursos endógenos	Coeficiente de Correlação	,215*	1,000
		Sig. (2 extremidades)	,016	.
		N	125	125

*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Elaboração Própria

Em referencia à correlação entre as duas variáveis (Tabela 103), é possível verificar que existe associação entre as variáveis, dado que o valor de Sig é 0,016. No que concerne ao tipo de associação presente, com um coeficiente de correlação de 0,215, apura-se que se trata de uma associação positiva baixa. Isto é, quanta maior a dimensão das entidades, maior é a tendência de encararem os recursos endógenos como uma força dos Territórios de Baixa Densidade, confirmando-se, assim, a H14.

Dimensão da Entidade vs Papel dos Recursos Endógenos

- A ausência de laços de cooperação e intercâmbio entre os agentes locais enfraquecem as potencialidades dos recursos endógenos

A correlação entre as variáveis Dimensão da Entidade e A ausência de laços de cooperação e intercâmbio entre os agentes locais enfraquecem as potencialidades dos recursos endógenos visa verificar se existe associação entre ambas e qual o tipo de associação.

H15: A Dimensão da Entidade influencia a concordância sobre a questão de a ausência de laços de cooperação e intercâmbio entre os agentes locais enfraquecer as potencialidades dos recursos endógenos.

TABELA 117. TABELA CRUZADA N° COLABORADORES * A AUSÊNCIA DE LAÇOS DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO ENTRE OS AGENTES LOCAIS ENFRAQUECEM AS POTENCIALIDADES DOS RECURSOS ENDÓGENOS.

		A ausência de laços de cooperação e intercâmbio entre os agentes locais enfraquecem as potencialidades dos recursos endógenos.				Total
		Concordo Pouco	Concordo	Concordo Bastante	Concordo Totalmente	
N°Colaboradores	(1-4)	3,6%	8,0%	29,5%	34,8%	75,9%
	(5-9)			2,7%	2,7%	5,4%
	(20-49)		0,9%	0,9%	1,8%	3,6%
	(50-249)		0,9%	2,7%	7,1%	10,7%
	(+250)				4,5%	4,5%
Total		3,6%	9,8%	35,7%	50,9%	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

Em análise à Tabela 111, é possível verificar uma oposição de opiniões entre as entidades de maior dimensão e as de menor dimensão, sendo estas últimas as que demonstram alguma reticência sobre o tema, nomeadamente, dos 75,9% pertencentes ao grupo de 1 a 4 colaboradores, 3,6% concorda pouco. As entidades de maior dimensão, com +250 colaboradores concordam totalmente que a ausência de laços de cooperação e intercâmbio

entre os agentes locais enfraquecem as potencialidades dos recursos endógenos (representam 4,5% do total de inquiridos). As entidades com 5 a 9 colaboradores destacaram-se, igualmente por uma concordância significativa, centram-se entre o concordo bastante e o concordo totalmente, representando 5,4% sobre o total. As entidades entre 20 a 249 concorda igualmente com a questão.

TABELA 118. CORRELAÇÃO N° COLABORADORES E A AUSÊNCIA DE LAÇOS DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO ENTRE OS AGENTES LOCAIS ENFRAQUECEM AS POTENCIALIDADES DOS RECURSOS ENDÓGENOS

Correlações				
			N°Colaboradores	A ausência de laços (...) dos recursos endógenos.
rô de Spearman	N°Colaboradores	Coefficiente de Correlação	1,000	,200*
		Sig. (2 extremidades)	.	,034
		N	126	112
	A ausência de laços (...) dos recursos endógenos.	Coefficiente de Correlação	,200*	1,000
		Sig. (2 extremidades)	,034	.
		N	112	112

*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Elaboração Própria

Conforme apresentado na Tabela 112, verifica-se que existe associação entre as variáveis, dado que o valor de Sig é de 0,034. Em respeito ao tipo de associação, apura-se que existe uma associação positiva baixa, tendo por base o coeficiente de correlação com o valor de 0,200. Em suma, quanto maior a dimensão da empresa, mais tendência existe afirmar que a ausência de laços de cooperação e intercâmbio entre os agentes locais enfraquecem as potencialidades dos recursos endógenos. Assim, verifica-se que a H15 é válida.

ANO DE SURGIMENTO

De referir que o cruzamento das variáveis *Ano de Surgimento* com as restantes variáveis permitiu concluir que não existem diferenças estatisticamente significativas entre esta dimensão e as variáveis referentes às *Fraquezas dos Territórios de Baixa Densidade*, ao *Turismo em Territórios de Baixa Densidade* e à *Importância da Gestão e do Planeamento em Turismo em Contexto de Territórios de Baixa Densidade*.

Ano de Surgimento da Entidade vs Forças dos Territórios de Baixa Densidade

- *Qualidade de Vida*

A correlação entre as variáveis Ano de Surgimento da Entidade e Qualidade de vida objetiva verificar se existe associação entre ambas e qual o tipo de associação.

H16: O período de surgimento da entidade influencia a concordância sobre a questão de a qualidade de vida ser uma força dos Territórios de Baixa Densidade

TABELA 119. TABELA CRUZADA ANO DE SURGIMENTO * QUALIDADE DE VIDA

		Qualidade de vida					Total
		Não Concordo	Concordo Pouco	Concordo	Concordo Bastante	Concordo Totalmente	
Ano de Surgimento	Antes de 1980	1,60%	1,60%	0,80%	4,80%	4,00%	12,80%
	1980-2000		0,80%	1,60%	0,80%	4,00%	7,20%
	2001-2010			1,60%	4,00%	4,80%	10,40%
	2011-2020	0,80%	1,60%	8,00%	16,80%	40,00%	67,20%

	Depois de 2020			1,60%		0,80%	2,40%
Total		2,40%	4,00%	13,60%	26,40%	53,60%	100,00%

Fonte: Elaboração Própria

Numa introdução à Tabela 113, é possível verificar, num primeiro momento, que apenas as entidades surgidas antes de 1980 e entre 2011 e 2020, que representam 12,80% registaram algumas respostas de discordância sobre o tema, sendo que dos inquiridos pertencentes a entidades surgidas antes de 1980, 1,60% discordam totalmente e 1,60% concorda pouco. Numa visão semelhante, dos 67,20% dos inquiridos pertencentes a entidades que surgiram entre 2011 e 2020, 0,80% discordam totalmente e 1,60% concordam pouco. As entidades que surgiram entre 1980 e 2000 correspondem a 7,20%, sendo que 0,80% concordam pouco. As entidades surgidas nos restantes períodos concordam de forma unanime. E, apesar de existir algumas respostas de menor ou nenhuma concordância, no geral, 93,6% dos agentes locais concordam que a Qualidade de vida é uma força dos Territórios de Baixa Densidade.

TABELA 120. CORRELAÇÃO ANO DE SURGIMENTO E QUALIDADE DE VIDA

Correlações				
			Ano de Surgimento	Qualidade de vida
rô de Spearman	Ano de Surgimento	Coeficiente de Correlação	1,000	,199*
		Sig. (2 extremidades)	.	,026
		N	126	125
	Qualidade de vida	Coeficiente de Correlação	,199*	1,000
		Sig. (2 extremidades)	,026	.
		N	125	125

*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Elaboração Própria

Em referência à correlação das duas variáveis, verifica-se que existe associação entre ambas, sendo que o valor de Sig é 0,026. Tendo em visão o coeficiente, o valor é de 0,199 o que representa uma associação positiva muito baixa, mas que permite verificar que quanto mais recente o ano de surgimento da entidade, maior a tendência em concordar que a qualidade de vida é uma força dos Territórios de Baixa Densidade, sendo possível afirmar que a H16 é válida (Tabela 114).

- Biodiversidade e Ambiente

A correlação entre as variáveis Ano de surgimento da Entidade e Biodiversidade e Ambiente visa analisar se existe associação entre ambas e o respetivo tipo de associação.

H17: O período de surgimento da entidade influencia a concordância sobre a questão de a qualidade de vida ser uma força dos Territórios de Baixa Densidade.

TABELA 121. TABELA CRUZADA ANO DE SURGIMENTO * BIODIVERSIDADE E AMBIENTE

		Biodiversidade e Ambiente					Total
		Não Concordo	Concordo Pouco	Concordo	Concordo Bastante	Concordo Totalmente	
Ano de Surgimento	Antes de 1980	0,80%	1,60%	3,20%	3,20%	4,00%	12,80%
	1980-2000		1,60%	1,60%	0,80%	3,20%	7,20%
	2001-2010			1,60%	5,60%	3,20%	10,40%
	2011-2020		1,60%	10,40%	18,40%	36,80%	67,20%
	Depois de 2020				1,60%	0,80%	2,40%
Total		0,80%	4,80%	16,80%	29,60%	48,00%	100,00%

Fonte: Elaboração Própria

Em referência aos dados obtidos na Tabela 115, é possível verificar que as entidades que surgiram entre 1980 e 2000 e depois de 2020 demonstram total concordância que a Biodiversidade e Ambiente é uma força dos Territórios de Baixa Densidade e representam, 10,40% e 2,40%, respectivamente. As restantes entidades surgidas antes de 1980, entre 1980-2000 e 2011-2020 tendem a concordar menos com esta questão, em especial, as entidades mais antigas, que dos 12,80% dos inquiridos pertencentes às mesmas, 2,4% concordam pouco ou discordam totalmente que este fator é uma força neste contexto territorial. Contudo, apesar de alguns inquiridos concordarem menos, no geral, destacam-se as repostas de concordância, correspondentes a 94,40% do total das respostas.

TABELA 122. CORRELAÇÃO ANO DE SURGIMENTO E BIODIVERSIDADE E AMBIENTE

Correlações				
			Ano de Surgimento	Biodiversidade e Ambiente
rô de Spearman	Ano de Surgimento	Coeficiente de Correlação	1,000	,253**
		Sig. (2 extremidades)	.	,004
		N	126	125
	Biodiversidade e Ambiente	Coeficiente de Correlação	,253**	1,000
		Sig. (2 extremidades)	,004	.
		N	125	125

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Fonte: Elaboração Própria

Em referencia à Tabela 116, verifica-se que existe associação entre as variáveis, com base no valor de Sig que é 0,004. Assim, é possível concluir através do valor do coeficiente de correlação de 0,253 que existe uma associação positiva baixa, isto é, quanta mais recente o ano de surgimento, mais tendem as entidades a concordar que a Biodiversidade e o Ambiente são uma força dos Territórios de Baixa Densidade, verificando-se a veracidade da H17.

-Recursos endógenos

A correlação entre as variáveis Ano de surgimento da Entidade e Biodiversidade e Ambiente visa analisar se existe associação entre ambas e o respetivo tipo de associação.

H18: O período de surgimento da entidade intervém na concordância sobre a questão de que os recursos endógenos representam uma força dos territórios de baixa densidade.

TABELA 123. TABELA CRUZADA ANO DE SURGIMENTO * RECURSOS ENDÓGENOS

		Recursos endógenos					Total
		Não Concordo	Concordo Pouco	Concordo	Concordo Bastante	Concordo Totalmente	
Ano de Surgimento	Antes de 1980	0,80%	1,60%	3,20%	3,20%	4,00%	12,80%
	1980-2000		1,60%	1,60%	0,80%	3,20%	7,20%
	2001-2010			3,20%	5,60%	1,60%	10,40%
	2011-2020	0,80%	1,60%	12,80%	19,20%	32,80%	67,20%
	Depois de 2020				1,60%	0,80%	2,40%
Total		1,60%	4,80%	20,80%	30,40%	42,40%	100,00%

Fonte: Elaboração Própria

Em análise à Tabela 117, é possível verificar que as entidades surgidas antes de 1980 e entre 2011-2020 são as que registaram algumas respostas de discordância, apesar de pouco significativas, se comparadas com as respostas de concordância. As entidades surgidas entre 2001-2010 e depois de 2020 são as que mais tendem a concordar que os recursos endógenos

são uma força dos Territórios de Baixa Densidade, representando 10,40% e 2,40%, respectivamente. De forma geral, 93,60% dos inquiridos concordam com a afirmação, em oposição aos 6,40% que concordam pouco ou discordam totalmente sobre esta questão.

TABELA 124. CORRELAÇÃO ANO DE SURGIMENTO E RECURSOS ENDÓGENOS

Correlações				
			Ano de Surgimento	Recursos endógenos
rô de Spearman	Ano de Surgimento	Coeficiente de Correlação	1,000	,185*
		Sig. (2 extremidades)	.	,039
		N	126	125
	Recursos endógenos	Coeficiente de Correlação	,185*	1,000
		Sig. (2 extremidades)	,039	.
		N	125	125

*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Elaboração Própria

Como demonstra a Tabela 118, referente à correlação das duas variáveis, conclui-se que existe associação entre ambas, pois o valor de p é 0,039. Em interpretação do tipo de associação, trata-se de uma associação muito baixa, pois o valor do coeficiente de correlação é de 0,185. Assim, a tendência é que quanto mais recente a entidade, maior a tendência em concordar que os recursos endógenos são uma força dos Territórios de Baixa Densidade, sendo, assim, a H18 válida.

Ano de Surgimento da Entidade vs Papel dos Recursos Endógenos

- O turismo ameaça a sobrevivência e autenticidade dos recursos endógenos.

A correlação entre as variáveis Ano de surgimento da Entidade e O turismo ameaça a sobrevivência e autenticidade dos recursos endógenos procura verificar se existe associação entre ambas e qual o tipo de associação presente.

H19: O período de surgimento da entidade interfere na concordância sobre a questão de que O turismo ameaça a sobrevivência e autenticidade dos recursos endógenos.

TABELA 125. TABELA CRUZADA ANO DE SURGIMENTO * O TURISMO AMEAÇA A SOBREVIVÊNCIA E AUTENTICIDADE DOS RECURSOS ENDÓGENOS

		O turismo ameaça a sobrevivência e autenticidade dos recursos endógenos.					Total
		Não Concordo	Concordo Pouco	Concordo	Concordo Bastante	Concordo Totalmente	
Ano de Surgimento	Antes de 1980	7,10%		0,90%	2,70%	1,80%	12,50%
	1980-2000		3,60%	2,70%	0,90%	0,90%	8,00%
	2001-2010		4,50%	3,60%	1,80%		9,90%
	2011-2020	14,20%	19,70%	18,80%	7,10%	8,00%	67,90%
	Depois de 2020					1,80%	1,80%
Total		21,40%	27,70%	25,90%	12,50%	12,50%	100,00%

Fonte: Elaboração Própria

Em referência à Tabela 119, verifica-se que apenas as entidades surgidas depois de 2020 representam concordância total, sendo esta representante de 1,8% das respostas totais. As entidades surgidas antes de 1980 foram responsáveis por 12,50% das respostas, das quais, 7,10% não concordam que o turismo ameaça a sobrevivência e autenticidade dos recursos

endógenos. As entidades que surgiram entre 2011-2020 assumiram 67,90% das respostas, das quais 14,20% discordam totalmente com a presente afirmação. Das entidades nascidas no período entre 1980-2000, 3,60% do total de 8,0%, concordam pouco, à semelhança das entidades inseridas no período entre 2001-2010, responsáveis por 9,90%, dos quais, 4,50% concordam pouco. Em geral, é possível concluir que 21,40% dos inquiridos não concordam e 27,70% concordam pouco que turismo ameaça a sobrevivência e autenticidade dos recursos endógenos. Assim, 49,10% concordam pouco ou discordam totalmente, sendo uma questão com uma divisão quase simétrica entre as abordagens de concordância e discordância.

TABELA 126. CORRELAÇÃO ANO DE SURGIMENTO E O TURISMO AMEAÇA A SOBREVIVÊNCIA E AUTENTICIDADE DOS RECURSOS ENDÓGENOS PROCURA VERIFICAR SE EXISTE ASSOCIAÇÃO ENTRE AMBAS E QUAL O TIPO DE ASSOCIAÇÃO PRESENTE

Correlações				
			Ano de Surgimento	O turismo ameaça (...) dos recursos endógenos.
rô de Spearman	Ano de Surgimento	Coefficiente de Correlação	1,000	,200*
		Sig. (2 extremidades)	.	,035
		N	126	112
	O turismo ameaça (...) dos recursos endógenos.	Coefficiente de Correlação	,200*	1,000
		Sig. (2 extremidades)	,035	.
		N	112	112

*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Elaboração Própria

Numa análise da correlação entre as duas variáveis (Tabela 120), verifica-se que existe associação, afirmação sustentada sobre o valor de Sig de 0,035. Em interpretação do tipo de

associação, esta é associação positiva baixa, com o valor de coeficiente de correlação de 0,200. Em suma, tendencialmente, quanto mais recente a entidade, mais as entidades tendem a concordar que o turismo ameaça a sobrevivência e autenticidade dos recursos endógenos, confirmando-se a veracidade da H19.

Ano de Surgimento da Entidade vs Balanço da região Demarcada do Douro

- Integra e beneficia as comunidades locais

A correlação entre as variáveis *Ano de surgimento da Entidade* e *O turismo na Região Demarcada do Douro integra e beneficia as comunidades locais* visa analisar se existe associação entre ambas e qual o tipo de associação.

H20: O período de surgimento da entidade interfere na concordância sobre a questão de que o turismo na Região Demarcada do Douro integra e beneficia as comunidades locais.

TABELA 127. TABELA CRUZADA ANO DE SURGIMENTO * INTEGRA E BENEFICIA AS COMUNIDADES LOCAIS

		Integra e beneficia as comunidades locais					Total
		Não Concordo	Concordo Pouco	Concordo	Concordo Bastante	Concordo Totalmente	
Ano de Surgimento	Antes de 1980		0,90%	0,90%	8,00%	2,70%	12,50%
	1980-2000		1,80%	3,60%	0,90%	1,80%	8,00%
	2001-2005		0,90%	1,80%	3,60%	3,60%	9,90%
	2011-2020	1,80%	4,50%	31,30%	19,60%	10,70%	67,90%
	Depois de 2020				1,80%		1,80%
Total		1,80%	8,00%	37,50%	33,90%	18,80%	100,00%

Fonte: Elaboração Própria

No que diz respeito à Tabela 121, é possível destacar as entidades que surgiram entre 2011-2020, dado registarem respostas de discordância perante a hipótese apresentada, ainda que com pouca significância, com 1,80% do total de 67,90% respostas pertencentes a estas entidades. Todas as respostas obtidas por parte de entidades que surgiram depois de 2020 concordaram bastante que o turismo na RDD tem integrado e beneficiado as comunidades locais (1,8%). Em suma, do total de respostas, 9,80% dos inquiridos concordam pouco ou nada com a hipótese apresentada, sendo que a grande maioria, 90,2% concorda que o turismo na RDD tem integrado e beneficiado as comunidades locais.

TABELA 128. CORRELAÇÃO ANO DE SURGIMENTO E O TURISMO NA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO INTEGRA E BENEFICIA AS COMUNIDADES LOCAIS

Correlações				
			Ano de Surgimento	Integra e beneficia as comunidades locais
rô de Spearman	Ano de Surgimento	Coeficiente de Correlação	1,000	-,203*
		Sig. (2 extremidades)	.	,032
		N	126	112
	Integra e beneficia as comunidades locais	Coeficiente de Correlação	-,203*	1,000
		Sig. (2 extremidades)	,032	.
		N	112	112

*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Elaboração Própria

Em respeito à Tabela 122, referente á correlação entre as variáveis, verifica-se que existe associação, pois o valor de Sig é 0,032. Em análise ao coeficiente de correlação, apura-se que se regista uma associação positiva baixa, dado que o valor é de 0,203. Assim, conclui-se a H20 é válida e que, tendencialmente, quanto mais recente a entidade, maior é a tendência

em afirmar que o Turismo na Região Demarcado do Douro integra e beneficia as comunidades locais.

5.3.2.2- Principais conclusões: Validação das hipóteses de investigação

O presente tópico procura responder às hipóteses de investigação definidas para o questionário, tendo por base a análise descritiva e a análise exploratória realizadas, segundo uma apresentação das principais dimensões de análise do questionário.

- Caracterização dos Territórios de Baixa Densidade: Forças e Fraquezas

-Forças/ Oportunidades dos Territórios de Baixa Densidade

TABELA 129. HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO 1

Objetivos	Hipóteses de Investigação	Validação
1- Compreender as principais fraquezas associadas aos Territórios de Baixa Densidade	H1- A evolução demográfica é uma debilidade dos TBD.	Verifica-se
	H2- Os TBD carecem de atratividade e competitividade territorial.	Verifica-se
	H3- Os TBD apresentam uma massa crítica empresarial, social e institucional débil e insuficiente.	Verifica-se
	H4- Os TBD ainda possuem acessibilidades e infraestruturas precárias.	Verifica-se
	H5- As oportunidades de emprego ainda são pouco significativas nos TBD.	Verifica-se
	H6- Qualificação da mão-de-obra é uma fraqueza dos TBD.	Verifica-se
	H7- Isolamento e dependência de centros urbanos enfraquece os TBD.	Verifica-se
	H8- O investimento e empreendedorismo ainda são pouco significativos nos TBD.	Verifica-se
	H9- Os TBD não beneficiam das políticas de gestão e planeamento territorial.	Verifica-se

	H10- Os TBD ainda não conseguem fixar os jovens e a população em geral.	Verifica-se
	H11- A desertificação do território é uma realidade dos TBD.	Verifica-se

Fonte: Elaboração própria

-Fraquezas/ Debilidades dos Territórios de Baixa Densidade

TABELA 130. HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO II

Objetivos	Hipóteses de Investigação	Validação
2- Compreender as principais forças/oportunidades associadas aos Territórios de Baixa Densidade	H12- Uma das forças dos TBD é a sua ligação ao setor agrícola.	Verifica-se
	H13- As tradições do meio rural representam um potencial dos TBD.	Verifica-se
	H14- O Património e a Cultura são fatores de oportunidade dos TBD.	Verifica-se
	H15- A oposição ao meio urbano representa uma mais valia dos TBD.	Verifica-se
	H16- O investimento e o empreendedorismo são uma força dos TBD.	Verifica-se
	H17- O desenvolvimento do Turismo representa uma força e uma oportunidade para estes territórios.	Verifica-se
	H18- A qualidade de vida é uma mais valia dos TBD.	Verifica-se
	H19- O isolamento dos centros urbanos representa uma força dos TBD.	Verifica-se
	H20- Os TBD beneficiam de potencialidades associadas à biodiversidade e ao ambiente.	Verifica-se
	H21- Os recursos endógenos são um fator apelativo dos TBD.	Verifica-se
H22- O conhecimento e competências das comunidades locais são uma força dos TBD.	Verifica-se	

Fonte: Elaboração própria

Após a análise das hipóteses de investigação, através das Tabela 123 e Tabela 124, verifica-se que todas as hipóteses se verificam, tendo por base a análise das respostas dadas sobre as principais fraquezas e forças dos Territórios de Baixa Densidade nos questionários.

- O Turismo em Territórios de Baixa Densidade

TABELA 131. HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO III

Objetivos	Hipóteses de Investigação	Validação
3- Verificar o impacto do Turismo em Territórios de Baixa Densidade	H23- O Turismo em TBD acentua as debilidades dos territórios de baixa densidade.	Não se verifica
	H24- O Turismo em TBD aproveita e valoriza as valências dos territórios de baixa densidade.	Verifica-se
	H25- O Turismo em TBD permite a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.	Verifica-se
	H26- O Turismo em TBD impulsiona a atratividade e competitividade do território.	Verifica-se
	H27- O Turismo em TBD fomenta o desenvolvimento local e regional.	Verifica-se
	H28- O Turismo em TBD é o resultado da disponibilidade e adaptação dos recursos endógenos.	Verifica-se
	H29- O Turismo em TBD salvaguarda a cultura e o património local e regional.	Verifica-se
	H30- O Turismo em TBD assume-se como uma estratégia de dinamização e mudança territorial.	Verifica-se
	H31- O Turismo em TBD tem como um dos seus princípios de desenvolvimento a participação ativa das comunidades locais e dos diferentes agentes locais.	Verifica-se
	H32- O Turismo em TBD estimula sentimentos de identidade, pertença e orgulho pelo seu território e respetivos recursos endógenos.	Verifica-se

Fonte: Elaboração própria

Em respeito às hipóteses de investigação relativas à dimensão do Turismo em Territórios de Baixa Densidade (Tabela 125), verificam-se todas as hipóteses, à exceção da H23, dado que as entidades locais não concordam que o Turismo acentua as debilidades dos territórios de baixa densidade.

- A importância do Planeamento e da Gestão do Turismo em contexto de Territórios de Baixa Densidade

TABELA 132. HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO IV

Objetivos	Hipóteses de Investigação	Validação
4- Entender a importância da Gestão e do Planeamento em Turismo nos Territórios de Baixa Densidade. <i>As entidades locais consideram importante o(a):</i>	H33- Envolvimento da comunidade local na discussão e definição das linhas estratégicas do turismo na região.	Verifica-se
	H34- Desenvolvimento do turismo direcionado para turistas de interesse específico, em oposição ao turismo de massas.	Verifica-se
	H35- Diversificação da oferta turística, baseada em pilares da sustentabilidade.	Verifica-se
	H36- Respeito e proteção dos recursos endógenos.	Verifica-se
	H37- Compreensão da fase de desenvolvimento que se encontra o município e a região.	Verifica-se
	H38- Desenvolvimento de parcerias, redes e cooperações entre diferentes agentes locais.	Verifica-se
	H39- Autenticidade da cultura e do património local e regional.	Verifica-se

Fonte: Elaboração própria

Relativamente às hipóteses de investigação presentes na Tabela 126, que procuram entender a importância da Gestão e do Planeamento em Turismo nos Territórios de Baixa Densidade, conclui-se que todas as hipóteses se verificam.

- O papel dos Recursos Endógenos no desenvolvimento do Turismo

TABELA 133. HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO V

Objetivos	Hipóteses de Investigação	Validação
5- Entender o papel dos recursos endógenos em Territórios de Baixa Densidade.	H40- Os recursos endógenos influenciam a atratividade e competitividade do território.	Verifica-se
	H41- Os recursos endógenos representam um conjunto de oportunidades de investimento e empreendedorismo.	Verifica-se
	H42- Os recursos endógenos estimulam e impulsionam o desenvolvimento do turismo.	Verifica-se
	H43- O turismo salvaguarda e valoriza os recursos endógenos.	Verifica-se
	H44- As valências dos recursos endógenos são impulsionadas aquando o reconhecimento do seu valor por parte das comunidades locais.	Verifica-se
	H43- A ausência de laços de cooperação e intercâmbio entre os agentes locais enfraquecem as potencialidades dos recursos endógenos.	Verifica-se
<i>As entidades locais acreditam que (...):</i>	H44- O Turismo ameaça a sobrevivência e autenticidade dos recursos endógenos.	Não se verifica

Fonte: Elaboração própria

As hipóteses de investigação presentes na Tabela 127 procuram compreender o papel dos recursos endógenos em Territórios de Baixa Densidade, sendo que todos os pontos de análise se verificaram, à exceção da H44, pois uma parte significativa das entidades locais não concorda que o Turismo ameaça a sobrevivência e autenticidade dos recursos endógenos.

- O Balanço da Região Demarcada do Douro

TABELA 134. HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO VI

Objetivos	Hipóteses de Investigação	Validação
6- Entender o balanço do Turismo na RDD. <i>As entidades locais concordam que o Turismo na RDD (...):</i>	H45- Tem-se refletido no desenvolvimento da região.	Verifica-se
	H46- Tem permitido preservar saberes, tradições e culturas da Região Demarcada do Douro.	Verifica-se
	H47- Tem aproveitado as potencialidades locais.	Verifica-se
	H48- Integra e beneficia as comunidades locais.	Verifica-se
	H49- Reflete um planeamento e gestão coesos e sustentáveis.	Verifica-se
	H50- Tem estimulado a inovação, competitividade e atratividade da região.	Verifica-se
	H51- Tem permitido revitalizar e dinamizar a economia da região.	Verifica-se
	H52- Ainda possui margem de crescimento e desenvolvimento.	Verifica-se

Fonte: Elaboração própria

Para finalizar, na Tabela 128, conclui-se que todas as hipóteses de investigação referentes ao balanço do presente e do futuro do Turismo na Região Demarcada do Douro se verificam, segundo os dados dos questionários.

5.4- Conclusão

Este capítulo visou interpretar os dados qualitativos e quantitativos, provenientes da metodologia mista adotada, com a principal finalidade de conseguir obter respostas e teorias tendo por base os pressupostos e hipóteses de investigação.

Este capítulo, é, assim, a base para o Capítulo 6, tendo fornecido as principais ideias individuais dos questionários e das entrevistas, sendo em seguida, interligados ambos os dados e relacionados com o referido na metodologia.

6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS: PRINCIPAIS CONCLUSÕES DAS ENTREVISTAS E QUESTIONÁRIOS

6.1 Introdução

O presente capítulo visa apresentar as principais conclusões retiradas da análise qualitativa, através dos inquéritos por entrevista aos 9 agentes locais e da análise quantitativa, tendo por base o inquérito por questionário a 116 entidades locais. As principais conclusões serão relacionadas entre si e com o conteúdo teórico acerca das dimensões de análise da metodologia mista apresentada, para posterior validação ou refutação dos Pressupostos/Hipóteses de Investigação.

Assim, serão abordadas as cinco principais dimensões de análise: A caracterização dos Territórios de Baixa Densidade (com enfoque nas principais forças e fraquezas dos Territórios de Baixa Densidade); O Papel do Turismo em contexto de Territórios de Baixa Densidade; a Importância da Gestão e do Planeamento em Turismo; O Papel dos Recursos Endógenos e, por fim, O Presente e o Futuro da Região Demarcada do Douro (quem no âmbito do turismo, quer no âmbito de outras dimensões de desenvolvimento).

6.2 Discussão dos Dados

Os Territórios de Baixa Densidade caracterizam-se por um conjunto de fraquezas e debilidades, sendo, de igual modo, territórios de oportunidades e valências, tendo esse aspeto sido abordado durante as entrevistas e questionários e suportado pela revisão de literatura.

Iniciando as principais abordagens sobre as fraquezas dos Territórios de Baixa Densidade, estes apresentam-se como territórios “«em perda», «remotos» ou em «encolhimento» (*shrinking*)” (CI3), sendo esta visão justificada por vários fatores.

A evolução demográfica é uma realidade presente nestes territórios, sendo este um fator referido por todas as entidades locais e que referiram que se regista uma “população envelhecida e em declínio” (CI3), por “um povoamento escasso e disperso” (CI3) e pela realidade da fuga, em que a “população vai cada vez mais para o litoral” (EPu1), resultando no “fenómeno da alteração demográfica, do envelhecimento ou do êxodo, nomeadamente

dos jovens” (EPr3). Igualmente a “*localização periférica*” (CI3, CI4,) incentiva à deslocação para meios mais urbanos à procura de trabalho e novas oportunidades, algo que a pouca densidade institucional também dificulta. Nos questionários, esta questão revelou total concordância.

Assim, verifica-se o **P/H1- As entidades locais concordam que evolução demográfica é uma debilidade dos TBD**, tanto pela abordagem dos entrevistados, quer dos inquiridos. A mesma é sustentada pela visão de vários autores que mencionam que estes territórios se caracterizam por uma demografia heterogénea (Ferrão, 2018), que, em grande parte, resulta da emigração ininterrupta, das taxas de natalidade e fecundidade em declínio e o aumento contínuo do envelhecimento populacional, em adição aos saldos naturais débeis e à esperança média de vida cada vez mais longa (Ramos, 2014). Assim, juntamente com outros fatores, permite que permaneça um movimento cíclico de debilidades num processo de causa-efeito (Augusto et al., 2016) e que acarreta dificuldades em quebrar de forma natural e autónoma (PROVERE, 2008).

De igual modo, o **P/H2- As entidades locais confirmam que os TBD carecem de atratividade e competitividade territorial**, foi, igualmente, validade, sendo uma questão de concordância unanime nos questionários e aprofundada nas entrevistas. As entidades locais referem que estes territórios encaram uma “*problemática de (sub)desenvolvimento*”, de um “*declínio socioeconómico*” e uma “*fraca acessibilidade funcional*”, resultado de “*uma economia marginal e dependente de atividades de baixo valor acrescentado e/ou das prestações sociais públicas*” (CI3) e com diversos “*problemas sociais*”, em parte, conduzidos pela “*falta de acesso aos equipamentos e serviços básicos*” (CI1).

Em complemento, as entidades locais no decorrer das entrevistas referem que as “*fragilidades do tecido socioeconómico*” gera mais barreiras para que se consiga atingir “*determinada massa crítica, por forma a eles próprios terem pessoas que sejam capazes de intervir de forma mais ativa na sua governação*”. Isto acontece porque a “*densidade populacional se reduziu abaixo de índices e de valores que são considerados aceitáveis*”, seno, assim, difícil que estes territórios apresentem “*os próprios recursos humanos que garantam a gestão dos mesmos*”, não existindo a “*regeneração sequencial*” (EPr2) nem incentivos ao aumento dos “*níveis da qualificação da população*” (CI1).

Assim, o **P/H3- As entidades locais acreditam que os TBD apresentam uma massa crítica empresarial, social e institucional débil e insuficiente** é válida para os entrevistados e, igualmente para as entidades que responderam ao questionário e que demonstraram concordância perante este fator. De igual modo, é possível verificar que vários autores destacam estas debilidades, nomeadamente, Baptista (1999), que alerta que estes territórios não apresentam apenas sinónimo de baixa densidade populacional, mas sim, territórios com "baixa densidade (...) de polarizações e de relações, quer dizer, à ultrapassagem dos limites mínimos de capacidade organizativa, de capitais, de saberes e de competências de agentes atuantes, de iniciativa institucional" (p.4). Outro autor que valida esta questão é Ferrão (2000) que alerta para a "perda de centralidade económica, social e simbólica", em parte, consequência da "espessura social, económica e institucional necessária para suportar estratégias endógenas de desenvolvimento sustentadas no tempo" (p.46).

Em consequência, apresenta-se uma clara dependência dos centros urbanos, quer para que os residentes em Territórios de Baixa Densidade encontrem oportunidades de emprego, mas para, de igual modo, conseguirem satisfazer as suas necessidades nas devidas instituições e este movimento faz com que estes territórios apresentem sentidas dificuldades em fixar a população em geral e, principalmente, os jovens. Desta forma, os **P/H5- As oportunidades de emprego ainda são pouco significativas nos TBD, P/H7- Isolamento e dependência de centros urbanos enfraquece os TBD e P/H10- Os TBD ainda não conseguem fixar os jovens e a população em geral** apresentam-se como válidos, apesar desta última ser caracterizada por alguma discórdia por parte dos inquiridos por questionário, mas de forma pouco significativa. Estas debilidades são uma consequência de vários fatores anteriormente referidos pelas entidades locais e suportados pela literatura, nomeadamente, por Ferrão (2015) e Ramos (2014).

Por sua vez, apresenta-se outra fraqueza mencionada pelas entidades locais relativa à desertificação de partes específicas do território, pois estes territórios sofrem com as fugas para os meios mais urbanos, por diversas razões, mas que, no seu objetivo geral, resultam na procura de uma melhor qualidade de vida, com facilidades de oportunidades de emprego e maior presença de infraestruturas necessárias que estes territórios, por vezes, não oferecem, acabando por gerar o abandono do rural (Ferrão, 2018; Ramos 2014) e incentivando movimentos de migração e emigração, como refere Pinilla et al., (2008).

Em resultado, estes territórios sofrem mudanças na sua paisagem e na sua economia, pois os tradicionais trabalhos rurais, associada a campos agrícolas e florestais, vão sendo abandonados ou transformados pela crescente industrialização, dado a falta de mão-de-obra e a rentabilidade destes trabalhos (Carvalho & Oliveira, 2017; Ferrão, 2000). Assim, verifica-se que o **P/H11- A desertificação do território é uma realidade dos TBD** é válida e é confirmada tanto pelas entidades locais, como pelos autores mencionados no desenvolver da literatura sobre o tema.

Contudo, e apesar de cada vez com um peso menor, esta economia mais rural e dependente de setores tradicionais leva a outras consequências menos favoráveis, de referir a incapacidade de criar e fixar valor acrescentado e de obter emprego qualificado, ao baixo investimento privado, à baixa produtividade da mão-de-obra e à falta de especialização e qualificação. Em consequência, o **P/H6- As entidades locais concordam que a qualificação da mão-de-obra é uma fraqueza dos TBD.**, tanto nas entrevistas, referido essencialmente pelos Centros de Investigação, assim como nos questionários onde foi registada uma concordância significativa sobre esta característica.

Os fatores referidos anteriormente, por sua vez, dificultam o alcance de um conjunto empresarial coeso, competitivo e com uma menor dependência externa e, em dadas situações territoriais, gera mesmo o "*contínuo desinvestimento no interior em praticamente todas as áreas económicas e sociais*" e "*a ausência de investimento público e privado que deixaram entregues à sua sorte muitas regiões, particularmente a partir da década de 60 do século XX, com a imigração em massa num ciclo hermenêutico difícil de reverter*" (CI3). Assim, e em análise o **P/H8- O investimento e empreendedorismo ainda são pouco significativos nos TBD** é uma realidade confirmada pelas diferentes entidades locais abordadas e por autores como Ferrão (2015) e Ramos (2014).

Em consequência, e em análise ao **P/H4- As entidades locais concordam que os TBD ainda possuem acessibilidades e infraestruturas precárias**, no decorrer das entrevistas foi referido que "*as vias de comunicação (rodoviárias, ferroviárias, aéreas) tornaram-se periféricas, uma vez que os traçados ao longo dos tempos foram sendo implementados para servirem o maior número de pessoas, beneficiando, principalmente, o litoral e os grandes centros urbanos*" (ER1), juntamente com a questão das infraestruturas em défice nestes territórios como mencionado anteriormente. Ferrão (2015) aborda igualmente esta

fragilidade, assim como as entidades que responderam ao questionário que, apesar de se notar alguma reticência entre a concordância ou não desta questão, esta apresenta-se com pouca significância. Assim é possível validar o **P/H10- Os TBD ainda não conseguem fixar os jovens e a população em geral.**

E para finalizar a caracterização dos Territórios de Baixa Densidade segundo as suas principais fraquezas e debilidades, coloca-se em questão a visão das entidades sobre a concordância sobre as políticas de gestão e planeamento territorial aplicadas a este território. Dado estes territórios não conseguirem captar de forma significativa novos investimentos, assim como novos indivíduos, os territórios têm dificuldade e, gerar uma maior atratividade e competitividade territorial. Por sua vez, gera-se uma maior distância entre os meios mais rurais e os centros urbanos, e em parte, devido a políticas centralizadas, os Territórios de Baixa Densidade carecem de significativas debilidades institucionais e económicas (Ferrão, 2015)

Em resultado, e como refere o PROVERE (2008), apresentam-se territórios com “*baixa densidade- de população- de atores- de centros urbanos- de relações*” que resultam num “*círculo vicioso que compromete o seu desenvolvimento*”, marcado por uma relação de “*causa e consequência*” (CI3). E, apesar dos “*investimentos estruturais*” nestes territórios, nomeadamente “*com os recursos financeiros dos fundos comunitários a partir dos anos 90*”, a “*desertificação de décadas deixou uma pesada rutura nesses territórios*” difícil de reverter (ER1).

E, de igual modo, a incapacidade de corromper o ciclo vicioso destes territórios, isso tem permitido “*situações de perda de saberes, culturas e identidade, despovoamento e progressivo envelhecimento, fraco poder de compra das populações e, também, défice de mobilidade*” (Ferrão, 2015, p. 45).

Assim, e apesar de na análise dos questionários se registar alguma discordância sobre o tema, esta é pouco significativa e o **P/H9- As entidades locais concordam que as políticas de gestão e planeamento territorial são uma fraqueza dos TBD** verifica-se, quer pela informação recolhidas nas entrevistas e nos questionários, quer pelas abordagens referidas na literatura.

TABELA 135. PRESSUPOSTOS/ HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO I- FRAQUEZAS DOS TBD

Objetivos	Pressupostos/ Hipóteses de Investigação	Validação	
		Entrevista	Questionário
1- Compreender as principais fraquezas associadas aos Territórios de Baixa Densidade	P/H1- A evolução demográfica é uma debilidade dos TBD.	Verifica-se	Verifica-se
	P/H2- Os TBD carecem de atratividade e competitividade territorial.	Verifica-se	Verifica-se
	P/H3- Os TBD apresentam uma massa crítica empresarial, social e institucional débil e insuficiente.	Verifica-se	Verifica-se
	P/H4- Os TBD ainda possuem acessibilidades e infraestruturas precárias.	Verifica-se	Verifica-se
	P/H5- As oportunidades de emprego ainda são pouco significativas nos TBD.	Verifica-se	Verifica-se
	P/H6- Qualificação da mão-de-obra é uma fraqueza dos TBD.	Verifica-se	Verifica-se
	P/H7- Isolamento e dependência de centros urbanos enfraquece os TBD.	Verifica-se	Verifica-se
	P/H8- O investimento e empreendedorismo ainda são pouco significativos nos TBD.	Verifica-se	Verifica-se
	P/H9- Os TBD não beneficiam das políticas de gestão e planeamento territorial.	Verifica-se	Verifica-se
	P/H10- Os TBD ainda não conseguem fixar os jovens e a população em geral.	Verifica-se	Verifica-se
	P/H11- A desertificação do território é uma realidade dos TBD.	Verifica-se	Verifica-se

Fonte: Elaboração própria

Em conclusão, como representado na Tabela 129, todas os pressupostos/hipóteses verificam-se, segundo as abordagens apresentadas nas entrevistas, nos questionários e na revisão de literatura.

Numa abordagem dos Territórios de Baixa Densidade e as suas forças (Tabela 130), estes são visto por diversas entidades e autores como “*territórios de imensas oportunidades!*” (EPr2), isto “*se encararmos algumas dessas debilidades como potencialidades, e volto a repetir, isto é um paradoxo (...) surgem às vezes novas janelas de oportunidade*” (CI1). Assim, pode-se afirmar que “*são parte dessas debilidades que nos dão esse grande potencial*” (EPu1).

Iniciando a análise pelo lado rural destes territórios e de modo a validar ou refutar o **P/H12- Uma das forças dos TBD é a sua ligação ao setor agrícola.**, em referencia aos questionários, todas as entidades concordaram de forma significativa sobre esta questão, contudo esta não é sustentada pela literatura de forma significativa, nem nas entrevistas e, por isso, devido à falta de informação precisa, este pressuposto/hipótese é considerado inconclusivo nestas duas vertentes, mas verifica-se nos questionários.

No entanto, é possível confirmar que os **P/H13- As tradições do meio rural representam um potencial dos TBD** e **P/H14- O Património e a Cultura são fatores de oportunidade dos TBD** se verificam, pois, regista-se uma crescente preocupação mundial pela sustentabilidade e pela aposta num desenvolvimento integrado e responsável, assim como o reconhecimento da importância do meio rural, em todas as suas valências, por parte da União Europeia, como referido pelo PROVERE (2008). E, como afirmado pelo CI1 “*são precisamente as características físicas do território que o tornam tão interessante sobre o ponto de vista paisagístico... e, ainda, relativamente bem salvaguardado ambientalmente*”, o que vai de encontro à **H20- Os TBD beneficiam de potencialidades associadas à biodiversidade e ao ambiente** e à referencia deste tópico por Ferrão (2015).

A validade desta questão é, igualmente, reforçada, porque os Territórios de Baixa Densidade beneficiam da “*qualidade ambiental*” (CI2) impulsionada pelo seu contributo “*para o bem-estar e a prosperidade nacional e europeia, produzindo alimentos e matérias primas, amenidades e serviços ambientais, que são fundamentais nos processos de transição energética e climática*” (CI3), sendo fundamentais para a preservação e bom funcionamento dos ecossistemas baseado em pilares de sustentabilidade, como salvaguardado, de igual modo, por todas as entidades que participaram no questionário, principalmente, pelas entidades que surgiram depois de 2020.

Assim, é pertinente abordar que **os P/H15- A oposição ao meio urbano representa uma mais valia dos TBD e P/H19- O isolamento dos centros urbanos representa uma força dos TBD** se verificam, quer pela total concordância das entidades que responderam ao questionário, quer pelas entidades entrevistadas. Foi referido que é o próprio “isolamento” destes territórios que permite “*a preservação de inúmeros recursos naturais*”, bem como a “*manutenção de tradições, práticas ancestrais e costumes que dificilmente resistiriam à voragem do progresso e ao ritmo das sociedades modernas*” (ER1), permitindo enraizar a “*identidade cultural*” (CI2).

Por sua vez, a associação destes territórios ao rural e aos pilares de sustentabilidade e esta certa oposição e distanciamentos dos centros urbanos permite uma qualidade de vida que não é afetada pelos grandes aglomerados populacionais ou pelas pressões urbanas (EPr1;CI2), sendo a **P/H18- A qualidade de vida é uma mais valia dos TBD** válida.

No entanto, é de referir que esta questão atende a diferentes níveis de concordância e apesar de todas as entidades concordarem, esta é uma força destacada, essencialmente, por entidades de Cariz Público em comparação às de Cariz Privado, assim como as entidades enquadradas nas áreas de Serviços Culturais e Entidades Públicas, se comparadas com as áreas de Alojamento e Associações Recreativas e de Lazer.

De igual modo, é fundamental referir que, no futuro, prevê-se que determinados “*ativos territoriais (ou recursos endógenos) (...) ganhem maior relevância num contexto pós-pandemia e de transições (Verde e Digital)*” (CI3), permitindo validar o **P/H21- Os recursos endógenos são um fator apelativo dos TBD**. Esta afirmação é reforçada pela significativa concordância por parte das entidades pertencentes ao questionário, sendo que as entidades de Cariz Público concordam de forma mais expressiva que as entidades de Cariz Privado, em semelhança à maior concordância deste fator por parte dos Serviços Culturais e Entidades Públicas, se comparadas com o Alojamento e os Serviços Recreativos e de Lazer. Em complemento, verificou-se que as entidades com mais de 250 são as que representam total concordância que os recursos endógenos representam uma força nestes territórios, assim como as entidades surgidas entre 2011-2010 e depois de 2020, que tendem a concordar de forma mais expressiva.

Os **P/H22- O conhecimento e competências das comunidades locais são uma força dos TBD** e **P/H17- O desenvolvimento do Turismo representa uma força e uma oportunidade para estes territórios** geraram uma concordância significativa de todas as entidades locais que responderam aos questionários, sendo este último pressuposto/hipótese reforçada pelas entidades de cariz Público e das áreas de Serviços Culturais e Entidades Públicas.

No contexto das entrevistas, foi, igualmente, reforçado que a comunidade local e o seu conhecimento representam uma força destes territórios porque desempenham um papel fundamental na definição e preservação dos recursos endógenos e no próprio papel da gestão e planeamento dos mesmos e do Turismo que se alicerça sobre estes ativos locais, sendo este fator referidos pelas Entidades Públicas, Entidades Privadas, Entidades Regionais e Centros de Investigação, em semelhança a autores como Hall e McArthur (1998) e Pretty (1995).

Para finalizar a caracterização dos Territórios de Baixa Densidade segundo as suas potencialidades, apresenta-se a questão se o investimento e o empreendedorismo são uma força dos Territórios de Baixa Densidade, esta apresenta-se como inconclusivo, pois apesar de este gerar bastante concordância perante as entidades entrevistadas, este não é um fator mencionado de forma clara aquando a abordagem das principais forças destes territórios e o mesmo acontece na literatura. Assim, o **P/H16- O investimento e o empreendedorismo são uma força dos TBD** é inconclusiva por falta de informação sobre a mesma.

TABELA 136. PRESSUPOSTOS/ HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO II- FORÇAS DOS TBD

Objetivos	Hipóteses de Investigação	Validação	
		Entrevista	Questionário
2- Compreender as principais forças/oportunidades associadas aos Territórios de Baixa Densidade	P/H12- Uma das forças dos TBD é a sua ligação ao setor agrícola.	Inconclusiva	Verifica-se
	P/H13- As tradições do meio rural representam um potencial dos TBD.	Verifica-se	Verifica-se
	P/H14- O Património e a Cultura são fatores de oportunidade dos TBD.	Verifica-se	Verifica-se

P/H15- A oposição ao meio urbano representa uma mais valia dos TBD.	Verifica-se	Verifica-se
P/H16- O investimento e o empreendedorismo são uma força dos TBD.	Verifica-se	Inconclusiva
P/H17- O desenvolvimento do Turismo representa uma força e uma oportunidade para estes territórios.	Verifica-se	Verifica-se
P/H18- A qualidade de vida é uma mais valia dos TBD.	Verifica-se	Verifica-se
P/H19- O isolamento dos centros urbanos representa uma força dos TBD.	Verifica-se	Verifica-se
P/H20- Os TBD beneficiam de potencialidades associadas à biodiversidade e ao ambiente.	Verifica-se	Verifica-se
P/H21- Os recursos endógenos são um fator apelativo dos TBD.	Verifica-se	Verifica-se
P/H22- O conhecimento e competências das comunidades locais são uma força dos TBD.	Verifica-se	Verifica-se

Fonte: Elaboração própria

Abordadas as principais forças e fraquezas dos Territórios de Baixa Densidade, torna-se pertinente fazer um balanço sobre estes territórios, tendo esta questão sido discutida no contexto das entrevistas e abordada por vários autores na literatura.

O CI3 reforça que a tónica acaba por recair sempre mais nas debilidades do que nas potencialidades, apesar de estas existirem e serem reconhecidas, mas “*o fosso é de tal maneira grande que justifica em grande parte essa postura*” que acaba por ser difícil “*estancar a hemorragia demográfica, o despovoamento das áreas rurais, a dinamização económica e a redução das assimetrias regionais*”. Assim, o “*equilíbrio entre as debilidades e as oportunidades é ainda uma quimera*” (ER1), opinião, igualmente, partilhada pelas entidades públicas e privadas.

É nestes Territórios de Baixa Densidade que, por vários aspetos, é muitas vezes introduzido o Turismo, numa perspetiva de aproveitar as potencialidades locais e, ao mesmo tempo, permitir reduzir as debilidades destes territórios. Assim, procura-se compreender qual o papel do Turismo neste contexto territorial e qual o seu impacto.

Em análise aos **P/H27- O Turismo em TBD fomenta o desenvolvimento local e regional**, e **P/H30- O Turismo em TBD assume-se como uma estratégia de dinamização e mudança territorial**, estas foram questões que geraram elevada concordância entre os entrevistados e que foi discutida pelas várias entidades no decorrer das entrevistas.

Na visão da EPr2, o Turismo apresenta-se como um *“elemento importante de revitalização dos territórios de baixa densidade”* e de (...) *propulsão do desenvolvimento e da economia de cada território*”. Em conjunto, *“tem impacto no rendimento, tem impacto no emprego disponível e tem impacto naquilo que são as relações que a melhoria da base económica pode favorecer”* (CI2).. Assim, o Turismo é encarado como um setor capaz de *“trazer riqueza para a própria região”* (CI4) através do seu *“poder virtuoso (...) para a economia regional”* (EPr3) e que, aquando bem planeado, representa *“um instrumento para potencializar o desenvolvimento regional”* (CI2) e o *“desenvolvimento territorial”* (EPr2). Assim, é possível validar a H27 e H30, sendo estas igualmente suportadas pela literatura, nomeadamente, por Christaller (1963) e Oppermann (1992) que defendem que o Turismo representa um motor de desenvolvimento económico e regional.

Em complemento, em análise aos **P/H25- O Turismo em TBD permite a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais** e **P/H26- O Turismo em TBD impulsiona a atratividade e competitividade do território**, estas validam-se por unanimidade das entidades locais que participaram nas entrevistas e questionários. As entidades frisam que o Turismo representa *“uma forma de regenerar territórios, regenerar alguma juventude, fixar quadros e gerar novas propostas”* (EPr2) e *“um elemento que pode (...) conferir aos territórios atributos novos”* e, consoante o seu *“papel mais ou menos ativo, os territórios terão mais ou menos visibilidade, mais ou menos notoriedade e digamos, no seu contexto interno, terão elementos geradores de competitividade, de desenvolvimento”*. Deste modo, o turismo é *“uma forma atrativa e inovadora de desenvolvimento, sendo certo (...) que acontece não só pela mais valia dos territórios”* e muito devido ao seu acompanhar da

inovação (EPr2) e pela necessidade ser um setor em constante melhoria e alterações, de modo a corresponder às exigências do setor e do mercado (EPu1).

De igual modo, numa interpretação dos **P/H24- O Turismo em TBD aproveita e valoriza as valências dos territórios de baixa densidade** e **P/H28- O Turismo em TBD é o resultado da disponibilidade e adaptação dos recursos endógenos**, estas representam significativa concordância por parte dos inquiridos por questionário são hipóteses que se verificam de forma clara segundo as abordagens das entidades que responderam ao questionário, no entanto, no contexto das entrevistas, estas duas questões não foram abordadas de forma clara, sendo assim, inconclusivas.

Em semelhança, os **P/H29- O Turismo em TBD salvaguarda a cultura e o património local e regional**, o **P/H31- O Turismo em TBD tem como um dos seus princípios de desenvolvimento a participação ativa das comunidades locais e dos diferentes agentes locais** e o **P/H32- O Turismo em TBD estimula sentimentos de identidade, pertença e orgulho pelo seu território e respetivos recursos endógenos** resultaram numa significativa concordância por parte das entidades que participaram nos questionários, sendo possível confirmar que estes pressupostos/hipóteses se verificam. No contexto das entrevistas, estes pontos não foram frisados de forma precisa, de modo que se consideram inconclusivas. No entanto, algumas destas questões serão aplicadas ao contexto dos recursos endógenos, o que permitirá uma abordagem mais complexa.

Em respeito ao **P/H23- O Turismo em TBD acentua as debilidades dos territórios de baixa densidade**, esta gera uma clara discordância entre as entidades locais, tendo sido uma hipótese que não se verificou nos questionários. Nas entrevistas, foram referidos vários contributos do Turismo para o território. No entanto, não é perceptível se as entidades consideram esta questão válida, sendo, por isso, considerada inconclusiva.

Em suma, verifica-se que, por unanimidades dos dados recolhidos das entrevistas, questionários e literatura que o Turismo impulsiona a atratividade e competitividade de um território e fomenta o desenvolvimento local e regional, representando uma estratégia de dinamização territorial.

Assim, como demonstra a Tabela 124 o P/H23 é inconclusiva no contexto das entrevistas e não se verifica nos questionários, os P/H24, P/H25, P/H28, P/H29 e P/H31 e P/H32 são

inconclusivas no contexto das entrevistas, mas verificam-se por elevada concordância nos questionários. Os P/H26, P/H27 e P/H30 verificam-se em ambos os contextos.

TABELA 137. PRESSUPOSTOS/ HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO III- TURISMO EM TBD

Objetivos	Hipóteses de Investigação	Validação	
		Entrevista	Questionário
3- Verificar o impacto do Turismo em Territórios de Baixa Densidade	P/H23- O Turismo em TBD acentua as debilidades dos territórios de baixa densidade.	Inconclusivo	Não se verifica
	P/H24- O Turismo em TBD aproveita e valoriza as valências dos territórios de baixa densidade.	Inconclusivo	Verifica-se
	P/H25- O Turismo em TBD permite a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.	Inconclusivo	Verifica-se
	P/H26- O Turismo em TBD impulsiona a atratividade e competitividade do território.	Verifica-se	Verifica-se
	P/H27- O Turismo em TBD fomenta o desenvolvimento local e regional.	Verifica-se	Verifica-se
	P/H28- O Turismo em TBD é o resultado da disponibilidade e adaptação dos recursos endógenos.	Inconclusivo	Verifica-se
	P/H29- O Turismo em TBD salvaguarda a cultura e o património local e regional.	Inconclusivo	Verifica-se
	P/H30- O Turismo em TBD assume-se como uma estratégia de dinamização e mudança territorial.	Verifica-se	Verifica-se
	P/H31- O Turismo em TBD tem como um dos seus princípios de desenvolvimento a participação ativa das comunidades locais e dos diferentes agentes locais.	Inconclusivo	Verifica-se
	P/H32- O Turismo em TBD estimula sentimentos de identidade, pertença e orgulho pelo seu território e respetivos recursos endógenos.	Inconclusivo	Verifica-se

Fonte: Elaboração própria

No entanto, para que seja possível o Turismo proporcionar um conjunto de benefícios para os territórios e as comunidades locais, este precisa de se reger por um conjunto de éticas e linhas estratégicas englobadas no planeamento deste setor. Como tal, no sentido de compreender a importância da gestão e do planeamento em Turismo, foram debatidas várias afirmações sobre o tema.

Como introduzido pela ER1, Os Territórios de Baixa Densidade, através da “*ação dos seus atores locais e a partir dos produtos e serviços locais têm a capacidade de proporcionar experiências espontâneas, únicas, memoráveis e culturalmente enriquecedoras*”, sendo fundamental planear o desenvolvimento do turismo de modo a salvaguardar a cultura e as características próprias de cada região.

Numa primeira abordagem, na visão das entidades locais, uma das linhas estratégicas a serem integradas no planeamento do turismo é o envolvimento da comunidade local, sendo um aspeto, igualmente, mencionada por vários autores na literatura.

O envolvimento da comunidade local é visto como um elemento preponderante no planeamento e governança e traz inúmeros benefícios para o desenvolvimento do turismo e do território. Como abordado pela EPr2, a integração dos atores locais permite que se recupere *uma comunidade (...) funcional e estável, nomeadamente, quando está com um défice relacionado com as questões de baixa densidade*”, devendo esta ser envolvida nos diferentes níveis e fases do planeamento do turismo, permitindo que se gerem maiores impactos dos modelos de desenvolvimento no território.

Para além disso, a comunidade local é vista como as “*pessoas que fazem os territórios (...) (ER1) pois é quem reconhece, em parte, as potencialidades do território (CI1), que conhece as “necessidades” locais (EPr1) e que representa um conjunto de experiências, têm tradições, têm saberes, têm práticas que, simultaneamente, são aquelas que o turismo cada vez procura mais*” (EPr2).

Para além disso, os locais intervêm de forma significativa na sustentabilidade do território e do desenvolvimento do Turismo pois estes assumem-se como um “*referencial de estabilidade do perfil de um determinado projeto*”, funcionando como “*um garante, ou pode funcionar como um barómetro do modo como nós exercemos a pressão sobre os recursos naturais de uma região quando desenvolvemos um projeto ou modelo turístico*” (EPr2).

Assim, e em unanimidade com as abordagens das entidades locais dos questionários, verifica-se o **P/H33- Envolvimento da comunidade local na discussão e definição das linhas estratégicas do turismo na região**, sendo uma questão defendida, igualmente por vários autores, de destacar Hall e McArthur (1998) que defendem que o envolvimento da população local gera ideologias de colaboração e cooperação entre a comunidade, principalmente, para garantir a boa gestão dos recursos locais, com destaque para o património de cada território.

De igual modo, o estímulo de laços de cooperação entre os diferentes agentes locais no planeamento do Turismo surge como um elemento que influencia o sucesso dos territórios e que gera total concordância, igualmente, nos dados dos questionários. De igual modo, esta questão é frisada por Bramwell & Sharman (1999), que reforça que o envolvimento dos atores locais promove mais benefícios para o território e para todos os *stakeholders*, sendo que estimula uma postura mais crítica e ativa, com maior ponderação dos limites do desenvolvimento do turismo e dos seus impactes, nomeadamente, económicas, ambientais e sociais. É, assim, confirmado que o **P/H38- Desenvolvimento de parcerias, redes e cooperações entre diferentes agentes locais** se verifica.

Em respeito à sustentabilidade, esta é uma questão que surge igualmente associada ao perfil de turista, à oferta turística e à sua diversificação, sendo um dos pilares associados ao desenvolvimento do turismo. Assim, em respeito o **P/H34- Desenvolvimento do turismo direcionado para turistas de interesse específico, em oposição ao turismo de massas, H35- Diversificação da oferta turística e H39- Aposta numa oferta turística baseada em pilares da sustentabilidade**.

É referido pelas entidades a necessidade de apostar na “*diferenciação ao nível do perfil do turista*”, numa vertente de captar nichos de mercado mais conciliadores e que respeitem os “*princípios de sustentabilidade*”, evitando o turismo de massas (C11) e, ao mesmo, tempo, diversificando a oferta turística (C14). Estes pilares da sustentabilidade são reforçados por diversos autores, de referir, Bramwell & Sharman (1999) e o PROVERE, (2008) que referem que o envolvimento de pilares de sustentabilidade nas diversas dimensões de planeamento do turismo permite reforçar as potencialidades locais e contribuir de forma mais benéfica para os Territórios de Baixa Densidade. De igual modo, todas as entidades no contexto dos

questionários concordaram, igualmente, com estas hipóteses. Assim, é possível confirmar que se verificam as H34, H35 e H39.

Um outro aspeto aliado a um planeamento sustentável e com visão a longo prazo vai de encontro os **P/H36- Respeito e proteção dos recursos endógenos** e **H40- Autenticidade da cultura e do património local e regional.**, questões que geraram significativa concordância entre os agentes locais que responderam ao questionário. Igualmente, no contexto das entrevistas foi referido que o desenvolvimento deve respeitar e guiar-se pela “*identidade dos territórios*” (CI3), evitando que estes sejam manipulados com fins turísticos ou que sofram com fenómenos de “efeito demonstração” ou “aculturação”. (Williams, 1998). De igual modo, é reforçada a importância de preservar os recursos para as gerações futuras (CI1), sendo necessário “*explorar esses recursos de modo sustentável e integrado, sempre com o foco último no desenvolvimento local e não no desenvolvimento turístico per si*” (CI3).

Como tal, o planeamento e gestão do Turismo precisa de respeitar os “*limiares de capacidade que evitem a sobre-exploração dos recursos e a deterioração dos locais, e ao mesmo tempo que o turismo se desenvolva com um forte sentido ético e de responsabilidade, promovendo efetivamente o desenvolvimento local, propiciando melhorias nas condições de vida nos territórios e redistribuindo benefícios económicos pela comunidade local*” (CI3). Confirma-se, assim, que os P/H36 e P/H40 se verificam.

E, para finalizar a dimensão de análise relativa à importância do Planeamento e Gestão do Turismo, torna-se relevante compreender se as entidades locais consideram importante compreender as fases de desenvolvimento do turismo num dado território, sendo esta uma questão estudada por Butler no contexto do Turismo que defende que a compreensão destes fatores permite uma intervenção mais precisa e definir estratégias mais eficazes para o destino.

As entidades locais consideram fundamental reconhecer a evolução e fase de desenvolvimento do turismo, especialmente para um melhor balanço do território, sendo uma questão reforçada pelas entidades de nível Regional e Internacional, sendo possível afirmar que se verifica o **P/H37- Compreensão da fase de desenvolvimento que se encontra o município e a região** no contexto dos questionários. Em respeito às entrevistas, esta não foi uma questão referida pelas entidades, considerando-se inconclusiva.

TABELA 138. PRESSUPOSTOS/ HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO IV- GESTÃO E PLANEAMENTO EM TURISMO

Objetivos	Hipóteses de Investigação	Validação	
		Entrevista	Questionário
5- Entender a importância de vários fatores estratégicos para a Gestão e o Planeamento em Turismo nos Territórios de Baixa Densidade segundo a visão das entidades locais inquiridas.	P/H33- Envolvimento da comunidade local na discussão e definição das linhas estratégicas do turismo na região.	Verifica-se	Verifica-se
	P/H34- Desenvolvimento do turismo direcionado para turistas de interesse específico, em oposição ao turismo de massas.	Verifica-se	Verifica-se
	P/H35- Diversificação da oferta turística, baseada em pilares da sustentabilidade.	Verifica-se	Verifica-se
	P/H36- Respeito e proteção dos recursos endógenos.	Verifica-se	Verifica-se
	P/H37- Compreensão da fase de desenvolvimento que se encontra o município e a região.	Inconclusivo	Verifica-se
	P/H38- Desenvolvimento de parcerias, redes e cooperações entre diferentes agentes locais.	Verifica-se	Verifica-se
	P/H39- Autenticidade da cultura e do património local e regional.	Verifica-se	Verifica-se

Fonte: Elaboração própria

Em suma, nesta terceira dimensão de análise, confirma-se que os P/H33, P/H34, P/H35, P/H36, P/H38 e P/H39 verificam-se no contexto das entrevistas e questionários, abordagens, igualmente, suportadas pela literatura. O P/H37 não foi abordada nas entrevistas exploratórias, sendo considerada inconclusiva nesse método, mas verifica-se nos questionários (Tabela 132).

Numa quarta dimensão de análise surge a discussão das diferentes abordagens sobre o papel dos recursos endógenos no desenvolvimento do Turismo e dos Territórios de Baixa

Densidade, sendo uma dimensão intrinsecamente relacionada com as discutidas anteriormente.

Em introdução ao tema, numa discussão da influencia dos recursos endógenos na atratividade e competitividade territorial, este é um fator que registou elevada concordância pelos inquiridos no questionário e no contexto das entrevistas foi referido como “*consensual entre a comunidade científica que a atratividade de um território assenta em 3 eixos essenciais: a valorização dos recursos endógenos; a paisagem, a cultura e o património e o desenvolvimento turístico*” (ER1). O mesmo é abordado na literatura por Álvaro (2013) que refere que, juntamente com outros aspetos, os recursos endógenos representam um papel fundamental para a atratividade e competitividade territorial. É, assim, unanime afirmar que o **P/H40- Os recursos endógenos influenciam a atratividade e competitividade do território** se verifica.

Por sua vez, em análise ao papel dos recursos endógenos no impulsionar do desenvolvimento do turismo, esta é vista como uma relação claro sendo defendido que o turismo surge do usufruto e exploração dos recursos locais e, quanto mais distintos os recursos, maior o aproveitamento turístico (EPr2). Assim, a valorização do dito património de um território representa um fator dinamizador do turismo em por sua vez, a relação entre ambos permite a valorização dos territórios (Ashworth, 1995, como citado em Bui & Lee, 2015).

Em conjunto, como afirmado pelos CI3 e CI2, os “*recursos e fatores endógenos distintivos de determinado território condicionam quer a oferta quer a procura turística*” e, por isso, são “*uma parte muito relevante do desenvolvimento turístico*”. Assim, e em respeito ao **P/H42- Os recursos endógenos estimulam e impulsionam o desenvolvimento do turismo**, esta verifica-se, pois, as entidades confirmaram esta questão no método qualitativo e quantitativo.

E, em retorno, como reforça George (2010), o Turismo permite salvaguardar a cultura, as tradições e os padrões de vida das comunidades locais e dos territórios, pois são estes fatores que permitem um desenvolvimento turístico sustentável e viável a longo prazo. O mesmo é referido pelas entidades locais e que vai de encontro à validação do **P/H43- O turismo salvaguarda e valoriza os recursos endógenos**.

Em referencia a esta tema, Lickorish e Jenkins (2000) apresentam uma dualidade, em que, por um lado, o turismo pode provocar a perda da autenticidade da sua cultura e património,

por outro, o autor refere que o turismo é um setor capaz de preservar o endógeno, os recursos locais pois são estes aspetos que representam potencial turístico. E, por isso, numa visão geral, as entidades locais inclinam-se para uma visão positiva do turismo, sendo destacado de forma significativa a oposição ao **P/H46- O turismo ameaça a sobrevivência e autenticidade dos recursos endógenos**, concluindo que esta não se verifica.

De igual modo, foram apresentadas várias abordagens que encaram os recursos endógenos como oportunidades de investimento no Turismo e no Território. Tem surgido cada vez mais o interesse em preservar e valorizar as valências de cada local pois os diferentes *stakeholders* reconhecem que o uso dos recursos endógenos permite um conjunto de benefícios e oportunidades para quem os explora, aquando o seu bom planeamento e gestão (Meirinawati et al., 2018).

E, este pensamento de os recursos endógenos representarem oportunidades refletiu-se, de forma significativa, no decorrer das entrevistas exploratórias onde se abordou estes representam “*instrumentos importantes para a valorização dos territórios de origem*” (ER1) e que permitem a “*criação de valor*” (EPr3).

Por sua vez, os recursos endógenos, aquando bem explorados, têm impacto em vários aspetos, de referir: o contributo na redução do despovoamento dos Territórios de Baixa Densidade, o fortalecimento da economia, a criação de oportunidades de emprego, nomeadamente, emprego qualificado, a promoção da atratividade turística e territorial e contributo para a coesão do território e da cultura (ER1). Confirma-se, assim, que o **P/H41- Os recursos endógenos representam um conjunto de oportunidades de investimento e empreendedorismo** se verifica.

Contudo, é de reforçar que se torna importante considerar, de entre outros, dois aspetos, que se refletem nos **P/H44- As valências dos recursos endógenos são impulsionadas aquando o reconhecimento do seu valor por parte das comunidades locais** e **P/H45- A ausência de laços de cooperação e intercâmbio entre os agentes locais enfraquecem as potencialidades dos recursos endógenos**. Como já referido anteriormente sobre o papel da comunidade local, esta exerce um papel relevante na gestão e a planeamento do Turismo, nomeadamente, pelo que ela representa na cultura, nas tradições e nos saberes locais.

Representam, assim, uma peça fundamental na análise e reconhecimento dos recursos endógenos e, no seu conjunto, no reconhecimento do que tem valor para ser preservado e promovido no presente e salvaguardado de forma autêntica para as gerações futuras, como suportado por Hall e McArthur (1998) e pelas entidades locais. O mesmo é referido em respeito á necessidade de intervenção dos diferentes stakeholders, principalmente pelas entidades públicas e de maior dimensão. Em resultado, verificam-se as H44 e H45.

TABELA 139. PRESSUPOSTOS/ HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO V- PAPEL DOS RECURSOS ENDÓGENOS

Objetivos	Hipóteses de Investigação	Validação	
		Entrevista	Questionário
5- Entender o papel dos recursos endógenos em Territórios de Baixa Densidade.	P/H40- Os recursos endógenos influenciam a atratividade e competitividade do território.	Verifica-se	Verifica-se
	P/H41- Os recursos endógenos representam um conjunto de oportunidades de investimento e empreendedorismo.	Verifica-se	Verifica-se
	P/H42- Os recursos endógenos estimulam e impulsionam o desenvolvimento do turismo.	Verifica-se	Verifica-se
	P/H43- O turismo salvaguarda e valoriza os recursos endógenos.	Verifica-se	Verifica-se
	P/H44- As valências dos recursos endógenos são impulsionadas aquando o reconhecimento do seu valor por parte das comunidades locais.	Verifica-se	Verifica-se
	P/H45- A ausência de laços de cooperação e intercâmbio entre os agentes locais enfraquecem as potencialidades dos recursos endógenos.	Verifica-se	Verifica-se
	P/H46- O turismo ameaça a sobrevivência e autenticidade dos recursos endógenos.	Verifica-se	Verifica-se

Fonte: Elaboração própria

E suma, observa-se que todas as hipóteses/pressupostos relativos ao papel dos recursos endógenos no desenvolvimento do Turismo em contexto de Territórios de Baixa Densidade, como apresentado na Tabela 133.

E, assim, introduz-se, por último, a discussão dos dados relativos às abordagens sobre o Balanço da Região Demarcada do Douro, quer perante o Turismo, quer em questões de desenvolvimento local e territorial.

No decorrer das entrevistas exploratórias é referido, de forma unanime, que o potencial do Douro se tem refletido na “*notoriedade*” e “*visibilidade*” na região e que, juntamente com o Turismo, tem permitido o desenvolvimento da região e um conjunto de benefícios ditos capazes de “*quebrar o ciclo vicioso de baixa densidade e capaz de o transformar num ciclo virtuoso*” (EPu1). Assim, o Turismo, entre outros aspetos, tem permitido fixar os locais, tem captada movimentos de empreendedorismo e investimento, juntamente com rendimentos mais elevados.

As entidades locais encaram, assim, que a Região Demarcada do Douro tem sido um território de “*novas ofertas e atividades turísticas*” (CI3), resultado de um trabalho secular e em continuidade e que tem permitido varias conquistas, de referir: a melhoria das acessibilidades (CI3), a aposta na Via Navegável do Douro entre a foz no Porto até a Barca D’ Alva (ER1), a diversificação e dinamização da oferta turística (ER1), a criação da Rota do Vinho do Porto, que conseqüentemente, dinamizou a oferta de experiências de enoturismo (ER1), a “*aprovação de vários planos e projetos estruturantes no âmbito dos novos quadros comunitários de apoio da UE, possibilitou várias reformas no setor vitivinícola e no tecido económico da região*” (ER1), a proteção e estima pelo legado histórico e cultural tem impulsionado a valorização dos “*os produtos endógenos do território*” e, por sua vez, estimular a atratividade turística (ER1) e os vários benefícios, no seu conjunto, têm conseguido dinamizar a região e a sua economia, tendo impacto nas comunidades locais, mas, igualmente, nas pessoas que visitam.

Deste modo, é possível confirmar que os **P/H47- Tem-se refletido no desenvolvimento da região, P/H48- Tem permitido preservar saberes, tradições e culturas da Região Demarcada do Douro, P/H49- Tem aproveitado as potencialidades locais., P/H50- Integra e beneficia as comunidades locais, P/H51-Reflete um planeamento e gestão coesos e sustentáveis., P/H52- Tem estimulado a inovação, competitividade e**

atratividade da região e P/H53- Tem permitido revitalizar e dinamizar a economia da região se verificam, quer nas entrevistas, quer no contexto dos questionários. E, referindo algumas peculiaridades, o P/H48 gerou maior concordância entre as entidades de cariz supramunicipal, regional e nacional, o P/H50 regista a mesma característica em respeito ao nível de atuação, juntamente com as entidades que surgiram depois de 2020 que assumem total concordância. No caso do P/H51, são as entidades supramunicipais e nacionais que tendem a concordar mais com esta questão.

Para finalizar, em análise ao **P/H54- Ainda possui margem de crescimento e desenvolvimento**, esta vai de encontro a várias abordagens que refletem a importância e necessidade de melhoria contínua das diferentes envolventes do Turismo e do próprio território.

É, assim, referido pelas entidades diferentes aspetos, de notar: os *“modelos que têm sido apresentados e os modelos que se têm desenvolvido”* não tem refletido de forma significativa as potencialidades do rio (EPr2); apesar do reconhecimento e notoriedade da região, esta ainda possui várias oportunidades a ser exploradas e melhor aproveitadas; o Turismo nesta região *“não se traduziu no aumento do PIB regional, não se traduziu na fixação de muito emprego, algum sim, mas não tanto quanto seria desejável”*, nem na *“fixação dos jovens e das pessoas e de uma interligação útil também com as comunidades locais”* (EPr2) e ainda existem algumas debilidades a nível dos apoios e financiamento para o investimento e empreendedorismo na Região (EPr1). Para além disso, é mencionado pelas entidades que, por vezes, devido às debilidades dos Territórios de Baixa Densidade, *“muitos dos benefícios ficam fora da Região Demarcada”* (CI1).

No entanto, como referido anteriormente, o Turismo tem impulsionado vários benefícios e oportunidades para o território, mas, efetivamente ainda existe uma significativa margem de crescimento. Como tal, apesar de se confirmar um *“cenário positivo no estricto prisma do turismo”*, este ainda não representa um *“significativo contributo do turismo para o desenvolvimento das comunidades locais e da melhoria das condições de vida, capaz de sustentar ou amenizar a sangria demográfica”* (CI3). Mas, acima de tudo, é de referir que as entidades tem sido um dos setores capazes de valorizar e salvaguardar as tradições e saberes locais e que, em resultado, tem representado um fator de atratividade e competitividade local (CI1).

Assim, numa perspetiva futura, as entidades visionam um Turismo em crescimento e muito direcionado para aquilo que é singular e autentico, com oferta de experiencias mais genuínas, para nichos de mercado mais sustentáveis e de interesse específico.

Deste modo, confirma-se que o P/H54- Ainda possui margem de crescimento e desenvolvimento se verifica no contexto das entrevistas e, de igual modo, nos questionários.

TABELA 140. PRESSUPOSTOS/ HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO VI- BALANÇO DA RDD

Objetivos	Hipóteses de Investigação	Validação	
		Entrevista	Questionário
6- Entender o balanço do Turismo na RDD.	P/H47- Tem-se refletido no desenvolvimento da região.	Verifica-se	Verifica-se
	P/H48- Tem permitido preservar saberes, tradições e culturas da Região Demarcada do Douro.	Verifica-se	Verifica-se
	P/H49- Tem aproveitado as potencialidades locais.	Verifica-se	Verifica-se
	P/H50- Integra e beneficia as comunidades locais.	Verifica-se	Verifica-se
	P/H51- Reflete um planeamento e gestão coesos e sustentáveis.	Verifica-se	Verifica-se
	P/H52- Tem estimulado a inovação, competitividade e atratividade da região.	Verifica-se	Verifica-se
	P/H53- Tem permitido revitalizar e dinamizar a economia da região.	Verifica-se	Verifica-se
	P/H54- Ainda possui margem de crescimento e desenvolvimento.	Verifica-se	Verifica-se

Fonte: Elaboração própria

Conclui-se, assim, que todos P/H relativas a esta dimensão se verificam nas duas vertentes de análise, como apresentado na Tabela 134.

6.3- Conclusão

Em conclusão, verifica-se que vários dos aspetos revelados de forma exploratória nas entrevistas foram de encontro às várias abordagens dos questionários, sendo importante referir que neste último método, dentro da população em estudo, destacaram-se algumas diferenças associadas às diversas características de cada entidade, nomeadamente, entre o setor público e privado.

Assim, através dos dados analisados dos instrumentos da metodologia mista permitiram ir de encontro aos principais objetivos da entrevista, do questionário e da investigação no geral, apesar de alguns aspetos terem-se revelado inconclusivos.

7 SÍNTESE E CONCLUSÕES

7.1 Introdução

Para finalizar, este capítulo visa apresentar as principais sínteses e conclusões, quer do enquadramento teórico, onde foram abordados vários conceitos de desenvolvimento, turismo, territórios de baixa Densidade e o papel dos recursos endógenos, quer das principais conclusões resultantes da análise e discussão de dados. Deste modo, inicia-se com as principais conclusões, seguido da referencia a limitações ao estudo e finalizando com algumas propostas para investigação futura.

7.2 Principais conclusões

Os Territórios de Baixa Densidade apresentam-se como territórios que, historicamente, foram sofrendo vários problemas e que geraram debilidades que perduram até aos dias de hoje. No entanto, cada vez mais, estes espaços são encarados como fontes de elevado potencial e que possuem vários aspetos capazes de impulsionar o desenvolvimento aliado a uma maior atratividade e competitividade territorial.

Assim, tem-se vindo a reconhecer a importância de preservar e valorizar o rural, as tradições, os saberes- toda uma cultura e património- pois esses valores estavam a perder-se, mas que, o turismo, juntamente com linhas estratégicas adequadas, tem permitido gerar novas oportunidades, tanto para as comunidades locais, como para agentes externos ao território.

Tem-se, deste modo, dado especial atenção a novas linhas de planeamento e governança territorial, pois são reconhecidas novas necessidades, as tendências no Turismo têm-se alterado e, por sua vez, a sociedade tem definido novas prioridades, nomeadamente, sobre como gerir o turismo e qual o seu contributo.

O planeamento em turismo é assim visto como uma missão que deve envolver os diferentes *stakeholders*, nos seus diversos níveis e áreas de atuação, conjugando o setor privado e o setor público, com uma permanente relação entre a oferta e a procura turística para que, no seu conjunto, permite proporcionar experiências sustentáveis e coesas, gerando benefícios não só para quem visita, mas, igualmente, para o território e para as comunidades locais.

As políticas adequadas hoje, passam muito pela aposta no desenvolvimento endógeno e local, com perspetivas regionais e territoriais, mas, cada vez mais, numa visão planeada sobre os pilares de sustentabilidade, aliadas à colaboração e integração de todos os *stakeholders*, com especial enfoque na comunidade local e numa abordagem de *botton-up*, em oposição ao tradicional planeamento ao *top-down*.

E, ao abordar o desenvolvimento endógeno e local, este é visto como um modo de planear próximo das potencialidades locais e que geram um conjunto de benefícios e oportunidades, muitas delas, impulsionadoras do Turismo.

Como tal, em menção ao objetivo principal do estudo- compreender se os recursos endógenos são um fator impulsionador e dinamizador do desenvolvimento do turismo em territórios de baixa densidade- torna-se necessário referir as principais conclusões sobre este tema, quer a partir da literatura, quer a partir dos dados recolhidos inerentes às entidades locais com relação ou pertencentes à Região Demarcada do Douro.

Os recursos endógenos são encarados pelas diferentes fontes abordadas neste projeto de investigação como um conjunto de forças e oportunidades para todos os agentes locais e com impacto significativo nas comunidades locais e nas regiões que se inserem, desde que sejam utilizados e promovidos de forma coesa e responsável. No seu conjunto os recursos endógenos representam a cultura de um lugar, sendo um retrato de identidade e orgulho para quem detém este património, como tal, geram-se, em conjunto, geram-se estratégias para preservar estes saberes autênticos pois é o que o turismo tem vindo a direcionar-se cada vez mais.

Para além disso, os recursos endógenos são vistos como fontes de elevado potencial para novos projetos de investimento e empreendedorismo, impulsionando o desenvolvimento endógeno e humano, desde que baseado numa base de diálogo, envolvimento e cooperação entre todos os atores locais, sendo através do desenvolvimento de sinergias coesas e transparentes que se tiram maiores benefícios.

As potencialidades locais são, assim, fatores que permitem e impulsionam o desenvolvimento do território, nas suas diversas dimensões, mas é, especialmente, vincado o seu papel decisivo para o desenvolvimento do turismo, pois, como referido pelas entidades,

os recursos locais são a base para um turismo sustentável, coeso, mas, acima de tudo, autêntico e singular, sendo o território em estudo, a Região Demarcada do Douro, um exemplo dos benefícios do turismo.

Como tal, e como frisado pelas entidades locais, é necessário planear e definir as linhas estratégicas olhando para as características, necessidades e oportunidades características de cada território, pois cada um é distinto em si, mas a todos devem ser valorizados os valores locais e dos territórios de baixa densidade. Assim, deve ser impulsionada a massa crítica, nos diversos sentidos, mas principalmente entre as comunidades locais e os diferentes stakeholders, com o estímulo de diálogo, sinergias e linhas de cooperação, sempre com os pilares da sustentabilidade, pois só assim, juntamente com uma contínua melhoria, as entidades acreditam ser possível revigorar e valorizar os Territórios de Baixa Densidade.

E, para finalizar, no contexto da Região Demarcada do Douro, conclui-se que, segundo as diferentes entidades envolvidas no estudo, que o Turismo tem permitido impulsionar o desenvolvimento deste território e, nomeadamente, tem valorizado e preservado as valências da região e os seus produtos endógenos.

7.3 Principais Limitações e Contributos

A presente investigação contribui, numa primeira instância, para uma melhor compreensão do conceito de desenvolvimento, a sua evolução e o que se tem refletido nas novas abordagens, refletidas em diferentes formas de planear e gerir todos os aspetos, desde o território ao turismo.

Assim, em conjunto, este estudo permitiu analisar a importância de planear o turismo pois este tem a capacidade de impulsionar o desenvolvimento territorial, regional, local e, especialmente, o desenvolvimento endógeno, se debruçado sobre políticas e linhas estratégicas capazes de retirar significativos benefícios que o turismo providencia, de forma integrada e sustentável.

E, com a crescente preocupação com os recursos endógenos, toda a cultura e património de cada território, foram sendo desenvolvidas várias teorias que permitiram contribuir para um maior conhecimento do papel que os recursos locais representam não só para a comunidade

e para o território, como, igualmente, para impulsionar o desenvolvimento do turismo em Territórios de Baixa Densidade.

Como tal, os questionários e entrevistas permitiram contribuir para uma melhor compreensão do que os recursos endógenos representam, e qual o seu potencial, segundo a literatura, mas, especialmente, para as entidades locais da Região Demarcada do Douro.

No entanto, a literatura apesar de forma diversa os conceitos de desenvolvimento e desenvolvimento em turismo, estes são conceitos que, ainda hoje, possuem abordagens distintas e difíceis de definir, como acontece, igualmente, na descrição dual entre as debilidades e potencialidades dos Territórios de Baixa Densidade. E, aquando da abordagem do impacto do desenvolvimento do turismo nos Territórios de Baixa Densidade, a informação encontrada ainda é muito generalizada, independentemente do contexto territorial, apesar de a literatura demonstrar que estes territórios têm características específicas, que se refletem em fragilidades e potencialidades inerentes.

Para além disso, no contexto das entrevistas e questionários, o objetivo passava por obter mais respostas por parte da população em estudo, não se tendo obtido a aderência pretendida, e, em consequência, apesar de se terem respondido a várias questões e ao objetivo principal, teria sido mais enriquecedor um maior número de respostas no contexto das entrevistas e dos questionários para ser possível retirar conclusões sobre as diferentes dimensões de análise e segundo os diferentes tipos de entidades envolvidas.

7.4 Propostas de Investigação Futura

Para uma investigação futura seria interessante uma abordagem que integrasse para além de uma forma mais significativa o setor privado e público, envolvesse, igualmente a comunidade local, pois, como abordado na literatura e confirmado pelos dados recolhidos nas entrevistas e questionários, estes agentes locais desempenham um papel fundamental em vários aspetos. A comunidade local é encarada pelas entidades locais como as pessoas que fazem e preservam as tradições, a cultura, o património e todo o conhecimento e saberes aliados a um território, sendo a fonte mais próxima das necessidades e potencialidades de um dado lugar.

Para além disso, apesar de se terem registado algumas diferenças na visão de alguns aspetos inseridos no questionário, talvez pelo reduzido número de resposta obtido, não foi possível obter conclusões mais coesas que permitam caracterizar as principais abordagens sobre as diferentes dimensões de análise numa vertente das diversas entidades, quer pela sua localização, nível de atuação, área de atuação, dimensão da entidade e ano de surgimento. Como tal, seria interessante, no futuro, estudar qual o papel mais preciso das diferentes entidades envolvidas.

Para além disso, seria interessante existirem mais estudos de regiões de baixa densidade para ser possível verificar se existem diferenças das abordagens das entidades locais da Região Demarcada do Douro e noutros territórios, em especial, no contexto português para existir, uma maior solidez e coerência para se fazerem comparações.

Como tal, e em suma, este é um tema bastante abrangente e que possui vários tópicos que seria relevante analisar numa pesquisa futura, com especial destaque para o envolvimento da comunidade local no estudo e um maior número de entidades locais a participarem e aderirem às entrevistas e questionários.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abella, O. M. (2008). *Turismo Y Desarrollo Territorial: Los Planes De Dinamización Turística En La Interpretación Y Puesta En Valor Del Territorio*. [Doctoral dissertation, Universidad Complutense De Madrid].
<https://eprints.ucm.es/id/eprint/8437/1/T30268.pdf>
- Afrodita, B. (2010). Models of Tourist Development in the Context of Regional Development. *Annals of the University of Oradea: Economic Science*, 1(1), 507–512.
- Álvaro, J. (2013). *Educação Em Territórios De Baixa Densidade Ensino Profissional E Desenvolvimento: O Caso da Beira Interior Norte*. [Master's thesis, Universidade de Coimbra].
<https://eg.uc.pt/bitstream/10316/36115/1/Educacao%20em%20Territorios%20de%20Baixa%20Densidade.pdf>
- Amaro, R. R. (2009). Desenvolvimento Local. In *Dicionário internacional da outra economia* (pp. 108–113). Edições Almedina, SA.
- AHRQ. (2013). Mixed Methods: Integrating Quantitative and Qualitative Data Collection and Analysis While Studying Patient-Centered Medical Home Models Agency. *PCMH Research Methods Series*, 139–150. <https://doi.org/10.4324/9780203813324-11>
- Ashworth, G. (1994). From History to Heritage- From Heritage to Identity. In *Building a New Heritage: Tourism, Culture and Identity in the New Europe* (pp. 13–30). Routledge.
- Ashworth, G., & Goodall, B. (1991). *Marketing tourism places*. Routledge.
- Ashworth, G., & Larkham, P. J. (1994). A Heritage for Europe: The need, the task, the contribution. In *Building a New Heritage: Tourism, Culture and Identity in the New Europe* (pp. 1–9). Routledge.
- Ashworth, G., & Tunbridge, J. E. (1999). Old cities, new pasts: Heritage planning in selected cities of Central Europe. *GeoJournal*, 49(1), 105–116.
<https://doi.org/10.1023/A:1007010205856>

- Augusto, D. D., Pinho, J. C., & Rodrigues, C. J. (2010). Espaço Rural – Análise integrada multissetorial e pluridimensional no território. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 2(13,14), 499–511.
- Australia ICOMOS. (1999). *The Burra Charter : the Australia ICOMOS charter for places of cultural significance 1999 : with associated guidelines and code on the ethics of co-existence*.
- Avrami, E., Macdonald, S., Mason, R., & Myers, D. (2019). *Values in Heritage Management*. J. Paul Getty Trust. <http://library1.nida.ac.th/termpaper6/sd/2554/19755.pdf>
- Avrami, E., Mason, R., & de la Torre, M. (2000). The Making of Cultural Heritage. In *Values and Heritage Conservation*. The J. Paul Getty Trust.
- Aykan, B. (2014). Whose Tradition, Whose Identity? The politics of constructing “Nevruz” as intangible heritage in Turkey. *European Journal of Turkish Studies*, 19. <https://doi.org/10.4000/ejts.5000>
- Balabanian, O. (1999) “Le tourisme vert: défi ou utopie?” in Cavaco, C. (Coord.) *Desenvolvimento Rural – Desafio e Utopia*, Lisboa: CEG, pp. 255 – 262
- Bandarin, F., Hosagrahar, J., & Albernaz, F. S. (2011). Why development needs culture. *Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development*, 1(1), 15–25. <https://doi.org/10.1108/20441261111129906>
- Baptista, A. M. (1999). *Políticas para o Desenvolvimento do Interior – um contributo para o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social*. CCRC.
- Barbosa, D. F. D. A. (2006). *O Sistema de Informação geográfica e a atribuição do do benefício. A vinha na Região Demarcada do Douro*. [Master’s thesis, Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa]. <https://run.unl.pt/bitstream/10362/3620/1/TSIG0021.pdf>
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

- Barquero, A. V. (2007). Desarrollo endógeno. Teorías y políticas de desarrollo territorial. *Investigaciones Regionales*, 11, 183–210.
- Belshek, J. (2006). *The influence of culture on the negotiation styles of british students*. 1–24.
- Belussi, F. & Caldari, K. (2008). At the origin of the Industrial District: Alfred Marshall and the Cambridge School. In *International Workshop: “Marshall and Marshallians on Industrial Economics.”* University of Padova.
- Bonetti, E., Petrillo, C. S., & Simoni, M. (2006). Tourism System Dynamics: A Multi-level Destination Approach. In *Tourism Local Systems and Networking* (pp. 111–133). Elsevier. <https://doi.org/10.1016/b978-0-08-044938-8.50012-3>
- Bowler, I. (1999). Endogenous agricultural development in Western Europe. *Tijdschrift Voor Economische En Sociale Geografie*, 90(3), 260–271. <https://doi.org/10.1111/1467-9663.00068>
- Bramwell, B., & Sharman, A. (1999). Collaboration in local tourism policymaking. *Annals of Tourism Research*, 26(2), 392–415. [https://doi.org/10.1016/S0160-7383\(98\)00105-4](https://doi.org/10.1016/S0160-7383(98)00105-4)
- Brandão, F. (2014). *Innovation in Tourism: the role of regional innovation systems* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro]. Repositório Institucional da Universidade de Aveiro. <https://ria.ua.pt/handle/10773/12608>
- Bresser-Pereira, L. C. (2006). Estratégias nacional e desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, 26(2), 203–230. <https://doi.org/10.1590/s0101-31572006000200003>
- Brody, D. (1985). The Second Industrial Divide. *Reviews in American History*, Johns Hopkins University Press, 13(4), 612–615. <http://www.jstor.org/stable/2702598>
- Bui, H. T., & Lee, T. J. (2015). Commodification and politicization of heritage: Implications for heritage tourism at the Imperial Citadel of Thang Long, Hanoi (Vietnam). *ASEAS – Austrian Journal of South-East Asian Studies*, 8(2), 187–202.
- Burton, R. (1995). *Travel geography* (2nd ed.). Pitman.

- Butler, R. W. (1980). The Concept of A Tourist Area Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources Change on a remote island over half a century View project. *Canadian Geographer*, XXIV(1), 5–12. <https://www.researchgate.net/publication/228003384>
- Camagni, R. (1991). *Innovation Networks: Spatial Perspectives*. Belhaven Press.
- Carmo, H., & Ferreira, M. M. (2008). *Metodologia da investigação: guia para auto-aprendizagem* (2nd ed.). Universidade Aberta.
- Carta de Cracóvia. (2000). *Carta de Cracóvia 2000 Princípios Para A Conservação e o Restauro do Património Construído*
- Carvalho, C., & Oliveira, C. (2017). Uma leitura de género sobre mobilidades e acessibilidades em meio rural. *CIDADES Comunidades e Territórios*, 35(35), 129–146. <https://doi.org/10.15847/citiescommunitiesterritories.dec2017.035.art07>
- Cavaco, C. (2013). Territórios de turismo. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, 20, 51–67.
- CCDR Alentejo. (2011). *Plano de Actividades* (CCDR do Alentejo (ed.)). <http://library1.nida.ac.th/termpaper6/sd/2554/19755.pdf>
- Christaller, W. (1963). Some considerations of tourism location in Europe. In *Regional Science Association Papers XII Lund Congress* (pp. 95–105).
- Coffey, W. J., & Polèse, M. (1984). The concept of local development: A stages model of endogenous regional growth. *Papers of the Regional Science Association*, 55(1), 1–12. <https://doi.org/10.1007/BF01939840>
- Cohen, E. (1972). Toward a Sociology of International Tourism. *Social Research*, 39(1), 164-182.
- Council of Europe. (2011). *Glossário do Desenvolvimento Territorial: Conferencia Europeia dos Ministros pelo Ordenamento do Território do Concelho da Europa (CEMAT)*. <http://book.coe.int>
- Comissão Europeia. (1999). *Sixth Periodic Report on the Social and Economic Situation and Development of the Regions of the European Union*.

- Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2020. (2015). *Deliberação n.º 55/2015*.
- COMPAS. (2007). Learning Endogenous Development. In *Learning Endogenous Development: building on Bio-cultural Diversity* (Practical). <https://doi.org/10.3362/9781780445298>
- Cooper, C., & Jackson, S. (1989). Destination life cycle. The Isle of Man case study. *Annals of Tourism Research*, 16(3), 377–398. [https://doi.org/10.1016/0160-7383\(89\)90051-0](https://doi.org/10.1016/0160-7383(89)90051-0)
- Corbetta, P. (2003). *Social Research: Theory, Methods and Techniques*. SAGE Publications.
- Creswell, J. (2014). *Research Design- Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches* (4th ed.). SAGE Publications.
- Crevoisier, O. (2001). L’approche par les milieux innovateurs : état des lieux et perspectives. *Revue d’Économie Régionale & Urbaine*, 11(1), 153–165. <https://www.cairn.info/revue-etudes-2003-11-page-475.htm>
- Deliberação n.º 55/2015* da Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal 2020. (2015).
- Denzin, N. K. (2012). Triangulation 2.0*. *Journal of Mixed Methods Research*, 6(2), 80–88. <https://doi.org/10.1177/1558689812437186>
- Dietvorst, A. G. J. (1994). Cultural Tourism and Time-Space Behaviour. In *Building a New Heritage: Tourism, Culture and Identity in the New Europe* (pp. 69–89). Routledge.
- Diniz, F. (2010). *Crescimento e desenvolvimento económico: modelos e agentes do processo* (2nd ed.). Edições Sílabo.
- Ellis, T., & Levy, Y. (2008). Framework of Problem-Based Research: A Guide for Novice Researchers on the Development of a Research-Worthy Problem. *Informing Science: The International Journal of an Emerging Transdiscipline*, 11(December 2013), 017–033. <https://doi.org/10.28945/438>
- Fennell, D. (1999). *Ecotourism: An Introduction*. Routledge.

- Ferrão, J. (2000). Relações entre mundo rural e mundo urbano: Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. *Sociologia, Problemas e Praticas*, 33, 45–54. <https://doi.org/10.4067/s0250-71612000007800006>
- Ferrão, J. (2002). Portugal, três geografias em recombinação. *Lusotopie*, 2000(2).
- Ferrão, J. (2003). Dinâmicas Territoriais e Trajectórias de Desenvolvimento: Portugal 1991-2001. *Revista de Estudos Demográficos*, 34, 17–25.
- Ferrão, J. (2015). Territórios Vulneráveis. *Governança Integrada: A Experiência Internacional e Desafios Para Portugal*, 39–63.
- Ferrão, J. (2018, March). *Despovoamento em áreas rurais: entre a inevitabilidade e a capacidade de transformação*. CULTIVAR: Cadernos de Análise e Prospetiva, 11, 13–19.
- Figueiredo, E. (2003). *Um rural para viver, outro para visitar: o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais* [Doctoral dissertation, Universidade de Aveiro]. <http://biblioteca.sinbad.ua.pt/DisQSws/get.aspx?filename=2009000062.pdf&catalog=Teses&type=pdf>
- François, H.; Hirczak, M.; Senil, N. (2006). Territoire et patrimoine : la co-construction d'une dynamique et de ses ressources. *Revue d'Économie Régionale & Urbaine*, 683–700.
- Gamage, S. (2011). Changing Development Models, Post-war International Development and Developing Country Needs. In W. Wimalaratana (Ed.), *Agriculture and Rural Development in Sri Lanka: A Felicitation Volume in Honor of Dr. S.M.P. Senanayake* (pp. 207–249). Development Resource Center, Department of Economics, University of Colombo.
- Gambarota, D. M.; Lorda, M. A. (2017). El turismo como estrategia de desarrollo local. *Revista Geográfica Venezolana*, 58(2), 346–359. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=347753793006>
- Garofoli, G. (2009). Local Development. *International Encyclopedia of Human Geography*, 1, 225–232. <https://doi.org/10.1016/B978-008044910-4.00851-8>

- George, E. (2010). Intangible cultural heritage, ownership, copyrights, and tourism. *International Journal of Culture, Tourism and Hospitality Research*, 4(4), 376–388. <https://doi.org/10.1108/17506181011081541>
- Gordon, I., & Goodall, B. (1992). Resort Cycles and Development Processes. *Built Environment*, 18(1), 41–56.
- Graham, B. (2002). Heritage as knowledge: Capital or culture? *Urban Studies*, 39(5–6), 1003–1017. <https://doi.org/10.1080/00420980220128426>
- Guba, E. (1990). *The Paradigm Dialog*. SAGE Publications. <http://www.appstate.edu/~jacksonay/rcoe/guba.pdf>
- Gunn, C. A. (1988). *Vacationscape : designing tourist regions* (2nd ed.). Van Nostrand Reinhold.
- Gunn, C. A., & Var, T. (1994). *Tourism Planning: Basics, Concepts, Cases* (3rd ed.). Taylor & Francis.
- Hall, C. M., & McArthur, S. (1998). *Integrated heritage management : principles and practice*. The Stationery Office.
- Hara, T. (2008). *Quantitative tourism industry analysis : introduction to input-output, social accounting matrix modeling, and tourism satellite accounts*. Elsevier.
- Harrison, R. (2015). Beyond “natural” and “cultural” heritage: Toward an ontological politics of heritage in the age of anthropocene. *Heritage and Society*, 8(1), 24–42. <https://doi.org/10.1179/2159032X15Z.000000000036>
- High, C., & Nemes, G. (2007). Social learning in LEADER: Exogenous, endogenous and hybrid evaluation in rural development. *Sociologia Ruralis*, 47(2), 103–119. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9523.2007.00430.x>
- InfoPortugal. (s.d.). *Guia Turístico do Douro*.
- Inskeep, E. (1991). *Tourism planning : an integrated and sustainable development approach*. Van Nostrand Reinhold.

- Jennings, G. (2010). *Tourism research* (2nd ed.). John Wiley & Sons Australia.
- Jharotia, A. (2015). Use of Research Methodology in Research: An Overview. *International Journal of Social Science, Journalism & Mass Communication*, 02(2), 44–51. <https://doi.org/10.4236/oalib.1103126>
- Kayser, B. (1990). *La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental*. Armand Colin.
- Keskin, A., & Cansiz, H. (2010). Tourism, Turkey And Economic Development. *Atatürk Üniversitesi İktisadi ve İdari Bilimler Dergisi*, 24(4), 23–46.
- Kirshenblatt-Gimblett, B. (2004). Intangible heritage as metacultural production. *Museum International*, 56(1–2), 52–65. <https://doi.org/10.1111/j.1350-0775.2004.00458.x>
- Korostelina, K. V. (2019). Understanding Values of Cultural Heritage within the Framework of Social Identity Conflicts. In *Values in Heritage Management* (pp. 83–96). J. Paul Getty Trust. <http://library1.nida.ac.th/termpaper6/sd/2554/19755.pdf>
- Landel, P.-A., & Senil, N. (2009). Patrimoine et territoire, les nouvelles ressources du développement. *Développement Durable et Territoires. Économie, Géographie, Politique, Droit, Sociologie, Dossier* 12, 0–16. <https://doi.org/10.4000/developpementdurable.7563>
- Leiper, N. (1979). The framework of tourism. Towards a definition of tourism, tourist, and the tourist industry. *Annals of Tourism Research*, 6(4), 390–407. [https://doi.org/10.1016/0160-7383\(79\)90003-3](https://doi.org/10.1016/0160-7383(79)90003-3)
- Levitt, T. (1965). Exploit the product life-cycle. *Harvard Business Review*, 43(6), 81-94.
- Lickorish, L. J., & Jenkins, C. L. (1997). *An introduction to tourism*. Butterworth-Heinemann.
- Lindberg, K. (1999). *Sustainable Tourism and Cultural Heritage: A Review of Development Assistance and Its Potential to Promote Sustainability*. NWHO
- Lowenthal, D. (1989). Material Preservations and its Alternatives. *The MIT Press*, 25, 67–77.

- Lundvall, B.-Å. (2016). *The Learning Economy and the Economics of Hope*. ANTHEM PRESS. https://doi.org/10.26530/oopen_626406
- Mabogunje, A. (1980). *The Development Process- A Spatial Perspective* (1st ed.). Routledge. <https://doi.org/https://doi.org/10.4324/9781315658483>
- Macedo, M. (2019). *Proposta de reactivação do Troço Abandonado entre Côa e Barca d'Alva*. [Master's thesis, Universidade de Lisboa]. <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/18207>
- Machado, J. G. R., & Pamplona, J. B. (2008). A ONU e o desenvolvimento económico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD. *Economia e Sociedade*, 17(1), 53–84. <https://doi.org/10.1590/s0104-06182008000100003>
- Marques, H., & Silva, Â. (2011). Desenvolvimento rural: novos desafios e novas oportunidades. In *O processo de bolonha e as reformas curriculares da geografia em Portugal*. Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://digitalis.uc.pt/handle/10316.2/30819>
- Mason, P. (2010). *Tourism impacts, planning and management* (2nd ed.). Elsevier.
- Mason, R. (2019). Valuing Traumatic Heritage Places as Archives and Agents. In *Values in Heritage Management* (pp. 83–96). J. Paul Getty Trust. <http://library1.nida.ac.th/termpaper6/sd/2554/19755.pdf>
- Mathieson, A., & Wall, G. (1982). *Tourism - Economic, Physical and Social Impacts*. Longman.
- Mckercher, B., & du Cros, H. (2012). *Cultural Tourism The Partnership Between Tourism and Cultural Heritage Management*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203140505-55>
- Meirinawati, Prabawati, I., & Pradana, G. W. (2018). Strategy community development based on local resources. *Journal of Physics: Conference Series*. <https://doi.org/10.1088/1742-6596/953/1/012158>
- Melo, A. (2006). Distritos industriais marshallianos: o caso de Águeda. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 12, 29–51.

- Mendonça, J., & Lopes, E. R. (2016). The intangible heritage as cultural tourism product. *Tourism and History World Heritage*, 463–478. <https://run.unl.pt/handle/10362/21237>
- Mill, R. C., & Morrison, A. M. (1992). *The tourism system: An introductory text*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Miossec, J. (1977). Un modèle de space touristique. *L'Espace Geographique*, 6 (1), 41-48. doi: 10.3406/spgeo.1977.1690
- Mor, S. (2019). Social science research ethics: An introduction. *Social Science Research Ethics for a Globalizing World: Interdisciplinary and Cross-Cultural Perspectives*, 1–9.
- Morgan, K. (1997). The learning region: Institutions, innovation and regional renewal. *Regional Studies*, 31(5), 491–503. <https://doi.org/10.1080/00343409750132289>
- Moulaert, F., & Sekia, F. (2003). Territorial innovation models: A critical survey. *Regional Studies*, 37(3), 289–302. <https://doi.org/10.1080/0034340032000065442>
- Nasser, N. (2003). Planning for urban heritage places: Reconciling conservation, tourism, and sustainable development. *Journal of Planning Literature*, 17(4), 467–479. <https://doi.org/10.1177/0885412203017004001>
- Neves, J. C. (2003). A economia e a felicidade: uma introdução. *Didaskalia*, XXXIII, 619–636.
- Newby, P. T. (1994). Tourism: Support or threat to heritage? In *Building a New Heritage: Tourism, Culture and Identity in the New Europe* (pp. 206–228). Routledge.
- Nhantumbo, E., & Ferreira, S. (2012). Tourism development and community response: The case of the Inhambane coastal zone, Mozambique. *Small Town Geographies in Africa: Experiences from South Africa and Elsewhere, January 2012*, 365–382.
- OCDE. (2009). *Investing for Growth : Building Innovative Regions Background Report*.
- OCDE. (2009). *The Impact of Culture on Tourism*. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. <https://doi.org/10.1787/9789264040731-en>

- OMT. (2001). *Apuntes de Metodología de la Investigación en Turismo*. OMT, Madrid.
- OMT, UN, EUROSTAT, & OECD. (2010). *Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework 2008*. <https://doi.org/10.1177/1479164111417471>
- Oppermann, M. (1992). International tourism and regional development in Malaysia. *Tijdschrift Voor Economische En Sociale Geografie*, 83(3), 226–233. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9663.1992.tb00782.x>
- Patton, M. Q. (1999). Enhancing the quality and credibility of qualitative analysis. *Health Services Research*, 34(5 Pt 2), 1189–1208. <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/10591279><http://www.pubmedcentral.nih.gov/articlerender.fcgi?artid=PMC1089059>
- Patton, M. Q. (2002). *Qualitative Research & Evaluation Methods* (3rd ed.). SAGE Publications.
- Pearce, D. G. (1979). Towards a geography of tourism. *Annals of Tourism Research*, 6(3), 245–272. [https://doi.org/10.1016/0160-7383\(79\)90101-4](https://doi.org/10.1016/0160-7383(79)90101-4)
- Pearce, D. G. (1991). *Tourism development* (2nd ed.). Longman Scientific & Technical.
- Pearce, S. (2000). The Making of Cultural Heritage. In *Values and Heritage Conservation* (pp.59-64). The J. Paul Getty Trust.
- Pereiro, X., & Fernandes, F. (2018). Antropologia e Turismo : teorias , métodos e praxis. *Pasos- Revista de Turismo y Património Cultural*, 20. <http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosedita/PSEdita20.pdf>
- Pestana, M., & Gageiro, J. (1998). *Análise de Dados para Ciências Sociais*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Pezzini, M. (2001). Rural policy lessons from OECD countries. *International Regional Science Review*, 24(1), 134–145. <https://doi.org/10.1177/016001701761013024>
- Phillimore, J., & Goodson, L. (2004). Qualitative research in tourism. In *Qualitative Research in Tourism: Ontologies, Epistemologies and Methodologies*. Routledge: Taylor & Francis Group. <http://books.google.com/books?hl=en&lr=&id=enRKG9vreNoC&oi=f>

nd&pg=PR8&dq=Qualitative+Research+in+Tourism&ots=AAWBDP
uC2c&sig=ZGE0wIj6A9rwI4BtPDDB_tGhz8I

- Pike, A., Rodríguez-Pose, A., & Tomaney, J. (2006). *Local and regional development*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315767673-8>
- Pinilla, V., Ayuda, M.-I., & Sáez, L.-A. (2008). Rural Depopulation and the Migration Turnaround In Mediterranean Western Europe : a case study of Aragon. *Journal of Rural and Community Development*, 3, 1–22.
- Pivoto, D.; Caruso, C.; Niederle, P. (2016). Schumpeter e a teoria do desenvolvimento económico. In *Introdução às teorias do desenvolvimento* (1st ed., pp. 21–35). Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- Rostow, W. W. (1990). *The stages of economic growth : a non-communist manifest* (3rd ed.). Cambridge University Press.
- Plog, S. C. (1974). Why destination areas rise and fall in popularity. *The Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly*, 14(4), 55-58
- Plog, S. C. (2001). Why Destination Areas Rise and Fall in Popularity. An Update of a Cornell Quartely Classic. *The Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly*, 42(3), 13-24. doi: 10.1177/0010880401423001
- Polèse, M. (1998). *Economia urbana e regional: lógica espacial das transformações económicas*. Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional.
- Porter, M. E. (2000). Location, competition, and economic development: Local clusters in a global economy. *Economic Development Quarterly*, 14(1), 15–34. <https://doi.org/10.1177/089124240001400105>
- Pretty, J. N. (1995). Participatory Learning For Sustainable Agriculture. *Journal of Craniofacial Surgery*, 23(8), 1247–1263. <https://doi.org/10.1097/SCS.0b013e31821c9464>
- PROVERE. (2008). *Provere programas de valorização económica de recursos endógenos- Das ideias à acção: Visão e Parcerias*. Departamento De Prospectiva E Planeamento

E Relações Internacionais- Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Putnam, R. (1993). “The prosperous community: Social capital and public life.” *The American Prospect*, 4(13), 35–42.

Quivy, R.; Campenhoudt, L. (1995). Traduzido por Marques, J., Mendes, M. e Carvalho, M. (2008). *Manuel de recherche en sciences sociales* (5th ed.). Gradiva.

Ramos, G., & Fernandes, J. (2016). Tourism territories in low density areas : The case of Naturtejo geopark in Portugal. *Journal of Tourism, Heritage & Services Marketing*, 2(1), 14–21. <https://doi.org/https://doi.org/10.5281/zenodo.376330>
Nutzungsbedingungen.

Ramos, L. (2014). *Territórios de Baixa Densidade, Territórios de Elevado Potencial*.

Ramos, M., & Patrício, O. (2014). *Políticas e estratégias de coesão económica, social e territorial para um desenvolvimento sustentável* (pp. 316–335). Faculdade de Letras da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/82996/2/102116.pdf>

Real Companhia Velha. (2011). *Informação técnica*.

Reis, P. (2012). Desenvolvimento local em áreas rurais de baixa densidade: uma proposta de intervenção para as Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva. *Seminário de I&DT. Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação Do Instituto Politécnico de Portalegre*.

Remoaldo, P., Freitas, I., Matos, O., Lopes, H., Silva, S., Sánchez Fernández, M. D., Cadima Ribeiro, J., & Ribeiro, V. (2017). The Planning of Tourism on Rural Areas: The Stakeholders’ Perceptions of the Boticas Municipality (Northeastern Portugal). *European Countryside*, 9(3), 504–525. <https://doi.org/10.1515/euco-2017-0030>

Revez, J. (2014). Papel Das Associações De Desenvolvimento Local E Regional, Como Estrutura Organizacional E Funcional Inovadora De Gestão No Desenvolvimento Local: A Experiência Portuguesa Do Alentejo. *DRd – Desenvolvimento Regional Em Debate*, 4(2), 115–139. <http://library1.nida.ac.th/termpaper6/sd/2554/19755.pdf>

- Ribeiro, J., & Vareiro, L. (2007). Turismo e desenvolvimento regional: O espaço rural como destino turístico. 470–486. http://www2.eeg.uminho.pt/economia/nipe/docs/Publicacoes_Actas_conferencias/2007/Ribeiro_Laurentina_2007_AV.pdf
- Richards, G. (1996). *Cultural tourism in Europe*. CAB International.
- Ritchie, J. R. B., & Crouch, G. I. (2003). *The competitive destination : a sustainable tourism perspective*. CABI Publishing.
- Schumpeter, J. A. (1978). *Teoria del desenvolvimento económico : una investigación sobre ganancias, capital, crédito interés y ciclo económico*. Fondo de Cultura Económica.
- Simão, J. M. (2017). Desenvolvimento sustentável: conceitos. *Repositório Aberto Da Universidade de Aberta*, 21. <http://hdl.handle.net/10400.2/7149>
- Simões, J. M. (2006). O Ordenamento do Território Nacional: Desafios para a Justiça. *Territórios Da Justiça: Um Mapa Judiciário Para o Século XXI*.
- Smith, S. L. J. (1995). *Tourism Analysis: A Handbook*. Harlow: (2nd ed.). Longman.
- Smith, L. (2006). *Uses of Heritage* (1st ed.). Routledge. <https://doi.org/https://doi.org/10.4324/9780203602263>
- Souza, F., Moreira, A., & Costa, A. (2011). Questionamento no Processo de Análise de Dados Qualitativos com apoio do software WebQDA. *EDUSER: Revista de Educação*, 3 (1).
- Souza, N. J. (2005). *Desenvolvimento Económico* (5th ed.). Atlas S. A.
- Spennemann, D. (2006). Gauging Community Values in Historic Preservation 1. *CRM JOURNAL SUMMER*, 6–20.
- Stöhr, W., & Taylor, D. R. F. (1981). *Development from Above or Below? The Dialectics of Regional Planning in Developing Countries*. WU Vienna University of Economics and Business. <https://epub.wu.ac.at/6210/>

- Storper, M. ; Scot, A. (1989). The geographical foundations and social regulation of flexible production complexes. In M. Wolch, Jennifer; Dear (Ed.), *THE POWER OF GEOGRAPHY How Territory Shapes Social Life* (p. 393). Routledge.
- Telfer, D. J. (2002). The Evolution of Tourism and Development Theory. In *Tourism and development : concepts and issues* (pp. 35–81). Channel View Publications.
- Timothy, D. (2016). *The Political Nature of Cultural Heritage and Tourism: Critical Essays* (Vol. 3). Routledge
- Todaro, M. P., & Smith, S. C. (2015). *Economic development* (12th ed.). Pearson.
- Torre, M. (2013). Values and Heritage Conservation. *Heritage & Society*, 6(2), 155–166. <https://doi.org/10.1179/2159032x13z.00000000011>
- Umbelino, J. (1998). Turismo em espaço rural: da utopia à realidade. In J. Pintassilgo & M. A. Teixeira (Eds.), *Turismo, horizontes alternativos: actas do Encontro...* (pp. 175–188). Colibri.
- UNDP. (1990). *Human Development Report 1990. Concept and Measurement of Human Development*. <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1990>
- UNESCO. (1972). *Convention Concerning The Protection Of The World Cultural And Natural Heritage*. United Nations. <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>
- UNESCO. (1989). Recomendação para a salvaguarda da cultura tradicional e popular. United Nations. <http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/File/DownloadFile?idFicheiro=3069>
- UNESCO. (2001). *The Universal Declaration on Cultural Diversity*. United Nations <https://doi.org/10.1017/S0940739102771610>
- UNESCO. (2003). *Convenção Para a Salvaguarda Do Património Cultural Imaterial*. United Nations. <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf#page=2&zoom=auto,-106,772>

- UNWTO. (2018). *Tourism and Culture Synergies*. World Tourism Organization.
<https://doi.org/10.18111/9789284418978>
- Urry, J. (1990). *The Tourist Gaze Leisure and Travel in Contemporary Societies*. SAGE Publications.
- Vazquez-Barquero, A. (2002). *Endogenous development and globalization: Networking, Innovation, Institutions and Cities*. Routledge.
- Vaz, D., & Nofre, J. (2019). Urban innovation in peripheral territories: A critical balance of the region of Beira Interior. *Finisterra*, 54(111), 5–19.
<https://doi.org/10.18055/finis17102>
- Veal, A. J. (2018). *Research methods for leisure and tourism* (5th ed.). Pearson.
- WCED. (1987). *Our common future*. Oxford: Oxford University Press.
- Williams, S. (1998). *Tourism Geography*. Routledge.
- Woody, C. (1927). The values of educational research to the classroom teacher. *Journal of Educational Research*, 16(3), 172–178.
<https://doi.org/10.1080/00220671.1927.10879779>
- Zapata, T. (2007). Desenvolvimento Territorial à distância. In *Desenvolvimento Territorial à distância* (pp. 23–34). Universidade Federal de Santa Catarina Secretaria de Educação a Distância Ministério da Integração Nacional.

Outras fontes consultadas:

- Aldeias Históricas de Portugal. Acedido em <https://aldeiashistoricasdeportugal.com>, a 10 de novembro de 2020.
- All About Portugal. Acedido em www.allaboutportugal.pt/pt/, a 10 de novembro de 2020.
- Arte Côa. Acedido em <https://arte-coa.pt>, a 10 de novembro de 2020.

Associação dos Empresários Turísticos do Douro e Trás-os-Montes (AETUR). Acedido em www.aetur.pt a 2 de novembro de 2020.

Associação Douro Histórico. Acedido em <https://dourohistorico.pt> a 10 de novembro de 2020.

AT Natureza. Acedido em www.atnatureza.org/pt/, a 10 de novembro de 2020.

Câmara Municipal de Alfândega da Fé. Acedido em www.cm-alfandegadafe.pt, a 8 de novembro de 2020.

Câmara Municipal de Alijó. Acedido em www.cm-alijo.pt, a 8 de novembro de 2020.

Câmara Municipal de Armamar. Acedido em www.cm-armamar.pt, a 8 de novembro de 2020.

Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães. Acedido em www.cm-carrazedadeansiaes.pt, a 8 de novembro de 2020.

Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo. Acedido em <https://cm-fcr.pt>, a 8 de novembro de 2020.

Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta. Acedido em www.cm-freixoepadacinta.pt, a 10 de novembro de 2020.

Câmara Municipal de Lamego. Acedido em www.cm-lamego.pt, a 10 de novembro de 2020.

Câmara Municipal de Mêda. Acedido em <https://cm-meda.pt>, a 10 de novembro de 2020.

Câmara Municipal de Mesão Frio. Acedido em www.cm-mesaofrio.pt, a 10 de novembro de 2020.

Câmara Municipal de Mirandela. Acedido em www.cm-mirandela.pt, a 9 de novembro de 2020.

Câmara Municipal de Murça. Acedido em www.cm-murca.pt, a 9 de novembro de 2020.

Câmara Municipal de Peso da Régua. Acedido em www.cm-pesoregua.pt, a 10 de novembro de 2020.

Câmara Municipal de Resende. Acedido em <https://cm-resende.pt>, a 9 de novembro de 2020.

Câmara Municipal de Sabrosa. Acedido em www.sabrosa.pt, a 9 de novembro de 2020.

Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião. Acedido em <https://www.cm-smpenaguiao.pt>, a 10 de novembro de 2020.

Câmara Municipal de São João da Pesqueira. Acedido em www.sjpesqueira.pt, a 8 de novembro de 2020.

Câmara Municipal do Tabuaço. Acedido em www.cm-tabuaco.pt/index.php, a 10 de novembro de 2020.

Câmara Municipal de Torre de Moncorvo. Acedido em www.cm-moncorvo.pt, a 11 de novembro de 2020.

Câmara Municipal de Vila Flor. Acedido em www.cm-vilaflor.pt, a 10 de novembro de 2020.

Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa. Acedido em <https://www.cm-fozcoa.pt>, a 11 de novembro de 2020.

Câmara Municipal de Vila Real. Acedido em www.cm-vilareal.pt, a 8 de novembro de 2020.

Censos, 2001 (INE). Acedido em <https://censos.ine.pt>, a 10 de novembro de 2020.

Censos, 2011 (INE). Acedido em <https://censos.ine.pt>, a 10 de novembro de 2020.

Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD). Acedido em <https://cetrad.utad.pt> a 2 de novembro de 2020.

Côa Parque. Acedido em <https://arte-coa.pt>, a 16 de novembro de 2020.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N). Acedido em <https://www.ccdr-n.pt> a 2 de novembro de 2020.

Comissão Nacional da UNESCO. Acedido em <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/> a 12 de novembro de 2020.

Comunidade Intermunicipal do Douro (CIM Douro). Acedido em www.cimdouro.pt a 10 de novembro de 2020.

DouroTur. Acedido em <https://www.utad.pt>, a 2 de novembro de 2020.

Grupo de Estudos Territoriais da UTAD (GETER-UTAD).

IDTOUR. Acedido em <https://myidtour.com>, a 2 de novembro de 2020.

INE. Acedido em <https://www.ine.pt> a 10 de novembro de 2020.

Histórias com História. Acedido em <http://historiaschistoria.blogspot.com>, a 10 de novembro de 2020.

Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, IP (IVDP). Acedido em www.ivdp.pt, a 8 de novembro de 2020.

Liga dos Amigos do Douro Património Mundial (LADPM). Acedido em <https://ladpm.pt>, a 8 de novembro de 2020.

Mais Resende. Acedido em <https://maisresende.pt>, a 10 de novembro de 2020.

Museu do Douro. Acedido em www.museudodouro.pt, a 2 de novembro de 2020.

Registo Nacional de Turismo. Acedido em www.registos.turismodeportugal.pt/ a 3 de novembro de 2020.

Rota do Douro. Acedido em <https://rotadodouro.pt/pt/>, a 9 de novembro de 2020.

Rota Terra Fria. Acedido em www.rotaterrafria.com, a 10 de novembro de 2020.

Sabrosa. Acedido em www.sabrosa.pt a 10 de novembro de 2020.

Time off. Acedido em <https://www.timeoff.pt>, a 11 de novembro de 2020.

Turismo do Porto e Norte de Portugal (TPNP). Acedido em <http://www.portoenorte.pt/pt/>, a 9 de novembro de 2020.

Unesco Portugal. Acedido em <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/>, a 12 de novembro de 2020.

Visit Mirandela. Acedido em www.visitmirandela.com, a 10 de novembro de 2020.

Visit Portugal. Acedido em <https://www.visitportugal.com/pt-pt>, a 9 de novembro de 2020.

Visit Porto and North. Acedido em <http://br.visitportoandnorth.travel>, a 10 de novembro de 2020.

Webqda- Software de Análise Qualitativa de Dados. Acedido em www.webqda.net, julho de 2020.

9. APÊNDICES

I- Guião da Entrevista:

Territórios de Baixa Densidade e o desenvolvimento do território:

(Iniciando a abordagem pelos territórios de baixa densidade:)

1. Como caracteriza os territórios de baixa densidade?
2. Do seu ponto de vista, acredita que existe um equilíbrio entre as debilidades que estes territórios assumem e as oportunidades que estes permitem desenvolver?
3. Na sua visão, quais as principais linhas estratégicas que se deve adotar para que se alcance um desenvolvimento coeso destes territórios?

Importância do Turismo num contexto de Territórios de Baixa Densidade:

(O turismo tem vindo a ser uma estratégia adotada em vários contextos territoriais:)

4. Como encara o turismo em territórios de baixa densidade?
5. Do seu ponto de vista, qual a influencia do turismo na competitividade e atratividade de um território de baixa densidade? Porquê?
6. De igual modo, existe uma associação entre o desenvolvimento turístico e o desenvolvimento local e regional destes territórios? De que forma?
7. Dadas as características destes territórios, qual a importância de um planeamento turístico baseado nas necessidades e potencialidades locais?

Papel dos recursos endógenos em Territórios de Baixa Densidade:

(Os territórios são compostos por um conjunto de recursos endógenos que caracterizam as comunidades locais e potenciam o desenvolvimento local e regional:)

8. Na sua visão, qual a importância dos recursos endógenos num contexto de territórios de baixa densidade?

9. Considera que os recursos endógenos são um fator impulsionador do desenvolvimento turístico? Porquê?

10. Dada a dualidade que o turismo assume entre o potencial de salvaguardar e a capacidade de ameaçar os recursos endógenos, quais as linhas estratégicas que o turismo deve seguir para estimular um desenvolvimento endógeno sustentável?

11. Para si, qual a influência do envolvimento da comunidade local na gestão e promoção dos recursos endógenos influencia a experiência turística? Porquê?

Validação dos recursos âncora da Região Demarcada do Douro:

(Passando agora para o território em estudo, a Região Demarcada do Douro:)

12. Na sua visão, quais são os principais recursos endógenos da RDD?

Análise do presente e do futuro do turismo na RDD:

13. Fazendo um balanço, acredita que as potencialidades turísticas da RDD têm sido desenvolvidas e aproveitadas da melhor forma e que isso se tem refletido no desenvolvimento da região?

14. O que perspectiva sobre o futuro do turismo no Douro?

15. Por último, poderia referir algumas entidades que considera importantes na gestão e apoio ao desenvolvimento da RDD?

II- Guião do Questionário:

CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS ENTIDADES

Concelho correspondente à entidade que representa (selecione uma das seguintes opções):

- Alfândega da Fé
- Alijó
- Armamar
- Carraceda de Ansiães
- Figueira de Castelo Rodrigo
- Freixo de Espada à Cinta
- Lamego
- Mêda
- Mesão Frio
- Mirandela
- Murça
- Peso da Régua
- Resende
- Sabrosa
- Santa Marta de Penaguião
- São João da Pesqueira
- Tabuaço
- Torre de Moncorvo
- Vila Flôr
- Vila Nova de Foz Côa

- Vila Real

Cariz da entidade (assinale a sua resposta com um X):

- Público
- Privado

- Outro

Nível de atuação (assinale a sua resposta com um X):

- Local
- Supramunicipal
- Regional
- Nacional
- Internacional

Nº de colaboradores da entidade (assinale a sua resposta com um X):

- 1 - 4
- 5 - 9
- 10 - 19
- 20 - 49
- 50 - 249
- + 250

Área de atuação da entidade (assinale a sua resposta com um X):

- Alojamento

- Serviços Recreativos e de Lazer (Ex: Empresas de Animação Turística e Operadores Turísticos)
- Serviços Culturais (Ex: Centros Interpretativos, Museus, Lojas e Centros de Artesanato e Produtos Locais, Postos de Turismo e Lojas Interativas de Turismo)
- Entidades Públicas
- Associação Desportiva, Recreativa e/ou Cultural

● Outro

Ano de surgimento da entidade: (assinale a sua resposta com um X no intervalo correspondente):

- Antes de 1980
- 1981-1990
- 1991-2000
- 2001-2010
- 2011-2021

TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE E O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO

No que se refere às principais fraquezas dos Territórios de Baixa Densidade, classifique segunda uma escala de concordância de 1 a 5 os seguintes aspetos (1- Não Concordo; 5- Concordo Totalmente).

	1				5
	Não Concordo	2	3	4	Concordo Totalmente

1- Evolução demográfica					
2- Atratividade e competitividade territorial					
3- Massa crítica empresarial, social e institucional					
4- Acessibilidades e Infraestruturas					
5- Oportunidades de emprego					
6- Qualificação da mão-de-obra					
7- Isolamento e dependência de centros urbanos					
8- Investimento e Empreendedorismo					
9- Políticas de gestão e planeamento territorial					
10- Fixação dos jovens e da população em geral					
11- Desertificação do território					

Considerando as principais fraquezas do seu município, classifique segundo uma escala de concordância de 1 a 5 os seguintes aspectos (1- Não Concordo; 5- Concordo Totalmente).

	1 Não Concordo	2	3	4	5 Concordo Totalmente
1- Evolução demográfica					
2- Atratividade e competitividade territorial					
3- Massa crítica empresarial, social e institucional					
4- Acessibilidades e Infraestruturas					
5- Oportunidades de emprego					
6- Qualificação da mão-de-obra					
7- Isolamento e dependência de centros urbanos					
8- Investimento e Empreendedorismo					
9- Políticas de gestão e planejamento territorial					

10- Fixação dos jovens e da população em geral					
11- Desertificação do território					

Relativamente às principais forças dos Territórios de Baixa Densidade, classifique segunda uma escala de concordância de 1 a 5 os seguintes aspetos (1- Não Concordo; 5- Concordo Totalmente).

	1 Não Concordo	2	3	4	5 Concordo Totalmente
1- Predominância do setor agrícola					
2- Tradições do meio rural					
3- Património e Cultura					
4- Oposição ao meio urbano					
5- Investimento e Empreendedorismo					
6- Desenvolvimento do Turismo					
7- Qualidade de vida					

8- Isolamento dos centros urbanos					
9- Biodiversidade e Ambiente					
10- Recursos endógenos					
11- Conhecimento e competências das comunidades locais					

Considerando as principais forças do seu município, classifique segundo uma escala de concordância de 1 a 5 os seguintes aspetos (1- Não Concordo; 5- Concordo Totalmente).

	1 Não Concordo	2	3	4	5 Concordo Totalmente
1- Predominância do setor agrícola					
2- Tradições do meio rural					
3- Património e Cultura					
4- Oposição ao meio urbano					
5- Investimento e Empreendedorismo					
6- Desenvolvimento do Turismo					

7- Qualidade de vida					
8- Isolamento dos centros urbanos					
9- Biodiversidade e Ambiente					
10- Recursos endógenos					
11- Conhecimento e competências das comunidades locais					

O TURISMO EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE

Classifique segundo uma escala de concordância de 1 a 5 as seguintes afirmações (1- Não Concordo; 5- Concordo Totalmente). O Turismo (...)

	1 Não Concordo	2	3	4	5 Concordo Totalmente
1- Acentua as debilidades dos territórios de baixa densidade.					
2- Aproveita e valoriza as valências dos territórios de baixa densidade.					

3- Permite a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.					
4- Impulsiona a atratividade e competitividade do território.					
5- Fomenta o desenvolvimento local e regional.					
6- É o resultado da disponibilidade e adaptação dos recursos endógenos.					
7- Salvaguarda a cultura e o património local e regional.					
8- Assume-se como uma estratégia de dinamização e mudança territorial.					
9- Tem como um dos seus princípios de desenvolvimento a participação ativa das comunidades locais e dos diferentes agentes locais.					

10-Estimula sentimentos de identidade, pertença e orgulho pelo seu território e respetivos recursos endógenos.					
--	--	--	--	--	--

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO E PLANEAMENTO EM TURISMO EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE

Avalie numa escala de 1 a 5 a importância dos seguintes aspetos para alcançar um desenvolvimento do turismo competitivo e sustentável (1- Nada Importante; 5- Muito Importante).

	1 Nada Importante	2	3	4	5 Muito Importante
1- Envolvimento da comunidade local na discussão e definição das linhas estratégicas do turismo na região.					
2- Desenvolvimento do turismo direcionado para turistas de interesse específico, em					

oposição ao turismo de massas.					
3- Diversificação da oferta turística.					
4- Respeito e proteção dos recursos endógenos.					
5- Compreensão da fase de desenvolvimento que se encontra o município e a região.					
6-Desenvolvimento de parcerias, redes e cooperações entre diferentes agentes locais.					
7- Aposta numa oferta turística baseada em pilares da sustentabilidade.					
8- Autenticidade da cultura e do património local e regional.					

O PAPEL DOS RECURSOS ENDÓGENOS NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM CONTEXTO DE TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE

Classifique segundo uma escala de concordância de 1 a 5 as seguintes afirmações (1- Não Concordo; 5- Concordo Totalmente).

	1 Não Concordo	2	3	4	5 Concordo Totalmente
1- Os recursos endógenos influenciam a atratividade e competitividade do território.					
2- Os recursos endógenos representam um conjunto de oportunidades de investimento e empreendedorismo.					
3- Os recursos endógenos estimulam e impulsionam o desenvolvimento do turismo.					
4. O turismo salvaguarda e valoriza os recursos endógenos.					

5. As valências dos recursos endógenos são impulsionadas aquando o reconhecimento do seu valor por parte das comunidades locais.					
6. A ausência de laços de cooperação e intercâmbio entre os agentes locais enfraquecem as potencialidades dos recursos endógenos.					
7. O turismo ameaça a sobrevivência e autenticidade dos recursos endógenos.					

O PRESENTE E O FUTURO DO TURISMO NA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO

Numa escala de concordância, classifique de 1 a 5 as seguintes afirmações (1- Não Concordo; 5- Concordo Totalmente). O Turismo na Região Demarcada do Douro (...)

	1				5
	Não Concordo	2	3	4	Concordo Totalmente

1- Tem-se refletido no desenvolvimento da região.					
2- Tem permitido preservar saberes, tradições e culturas da Região Demarcada do Douro.					
3- Tem aproveitado as potencialidades locais.					
4- Integra e beneficia as comunidades locais.					
5- Reflete um planeamento e gestão coesos e sustentáveis.					
6- Tem estimulado a inovação, competitividade e atratividade da região.					
7- Tem permitido revitalizar e dinamizar a economia da região.					
8- Ainda possui margem de crescimento e desenvolvimento.					

III- Testes de Normalidade

Testes de Normalidade						
	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Estatística	gl	Sig.	Estatística	gl	Sig.
CaracterizaçãoFraquezasTBD1	,245	125	<,001	,838	125	<,001
CaracterizaçãoFraquezasTBD2	,197	125	<,001	,900	125	<,001
CaracterizaçãoFraquezasTBD3	,223	125	<,001	,890	125	<,001
CaracterizaçãoFraquezasTBD4	,168	125	<,001	,904	125	<,001
CaracterizaçãoFraquezasTBD5	,201	125	<,001	,859	125	<,001
CaracterizaçãoFraquezasTBD6	,192	125	<,001	,905	125	<,001
CaracterizaçãoFraquezasTBD7	,172	125	<,001	,886	125	<,001
CaracterizaçãoFraquezasTBD8	,191	125	<,001	,893	125	<,001
CaracterizaçãoFraquezasTBD9	,202	125	<,001	,861	125	<,001
CaracterizaçãoFraquezasTBD10	,280	125	<,001	,783	125	<,001
CaracterizaçãoFraquezasTBD11	,313	125	<,001	,721	125	<,001
CaracterizaçãoForçasTBD1	,229	125	<,001	,821	125	<,001
CaracterizaçãoForçasTBD2	,255	125	<,001	,832	125	<,001
CaracterizaçãoForçasTBD3	,281	125	<,001	,787	125	<,001
CaracterizaçãoForçasTBD4	,232	125	<,001	,878	125	<,001
CaracterizaçãoForçasTBD5	,192	125	<,001	,913	125	<,001
CaracterizaçãoForçasTBD6	,238	125	<,001	,863	125	<,001
CaracterizaçãoForçasTBD7	,311	125	<,001	,749	125	<,001
CaracterizaçãoForçasTBD8	,202	125	<,001	,886	125	<,001
CaracterizaçãoForçasTBD9	,285	125	<,001	,793	125	<,001
CaracterizaçãoForçasTBD10	,251	125	<,001	,821	125	<,001
CaracterizaçãoForçasTBD11	,193	125	<,001	,887	125	<,001
a. Correlação de Significância de Lilliefors						

Testes de Normalidade						
	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Estatística	gl	Sig.	Estatística	gl	Sig.
TurismoTBD1	,235	117	<,001	,825	117	<,001
TurismoTBD2	,252	117	<,001	,805	117	<,001
TurismoTBD3	,229	117	<,001	,820	117	<,001
TurismoTBD4	,252	117	<,001	,767	117	<,001
TurismoTBD5	,270	117	<,001	,760	117	<,001
TurismoTBD6	,255	117	<,001	,846	117	<,001
TurismoTBD7	,243	117	<,001	,811	117	<,001
TurismoTBD8	,267	117	<,001	,775	117	<,001
TurismoTBD9	,234	117	<,001	,865	117	<,001
TurismoTBD10	,267	117	<,001	,792	117	<,001
a. Correlação de Significância de Lilliefors						

Testes de Normalidade						
	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Estatística	gl	Sig.	Estatística	gl	Sig.
ImpotanciaGestãoPlaneamentoTBD1	,301	114	<,001	,766	114	<,001
ImportanciaGestãoPlaneamentoTBD2	,316	114	<,001	,763	114	<,001
ImportanciaGestãoPlaneamentoTBD3	,285	114	<,001	,745	114	<,001
ImportanciaGestãoPlaneamentoTBD4	,428	114	<,001	,610	114	<,001
ImportanciaGestãoPlaneamentoTBD5	,257	114	<,001	,759	114	<,001
ImportanciaGestãoPlaneamentoTBD6	,376	114	<,001	,658	114	<,001
ImportanciaGestãoPlaneamentoTBD7	,395	114	<,001	,664	114	<,001
ImportanciaGestãoPlaneamentoTBD8	,418	114	<,001	,629	114	<,001
a. Correlação de Significância de Lilliefors						

Testes de Normalidade						
	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Estatística	gl	Sig.	Estatística	gl	Sig.
PapelRecursosEndógenos1	,345	112	<,001	,732	112	<,001
PapelRecursosEndógenos2	,321	112	<,001	,747	112	<,001
PapelRecursosEndógenos3	,292	112	<,001	,757	112	<,001
PapelRecursosEndógenos4	,286	112	<,001	,828	112	<,001
PapelRecursosEndógenos5	,260	112	<,001	,796	112	<,001
PapelRecursosEndógenos6	,304	112	<,001	,758	112	<,001
PapelRecursosEndógenos7	,189	112	<,001	,893	112	<,001
a. Correlação de Significância de Lilliefors						

Testes de Normalidade						
	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Estatística	gl	Sig.	Estatística	gl	Sig.
BalançoRDD1	,247	112	<,001	,836	112	<,001
BalançoRDD2	,268	112	<,001	,857	112	<,001
BalançoRDD3	,232	112	<,001	,880	112	<,001
BalançoRDD4	,210	112	<,001	,886	112	<,001
BalançoRDD5	,194	112	<,001	,910	112	<,001
BalançoRDD6	,252	112	<,001	,882	112	<,001
BalançoRDD7	,243	112	<,001	,873	112	<,001
BalançoRDD8	,416	112	<,001	,618	112	<,001
a. Correlação de Significância de Lilliefors						